



PRAÇAS EM COMUM

Caminhos para uma gestão
compartilhada de espaços livres públicos

Marie Caroline Lartigue
Dissertação de Mestrado - Programa de
Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP - 2023

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Marie Caroline Lartigue

PRAÇAS EM COMUM:

Caminhos para uma gestão compartilhada de espaços livres públicos

Marie Caroline Lartigue

PRAÇAS EM COMUM:

Caminhos para uma gestão compartilhada de espaços livres públicos

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB
RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.
São Paulo, 21 de dezembro de 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Paisagem e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga

São Paulo | 2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Lartigue, Marie Caroline

Praças em comum: Caminhos para uma gestão compartilhada de espaços livres públicos / Marie Caroline Lartigue; orientador Eugenio Fernandes Queiroga. - São Paulo, 2023. 324.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente.

1. Praças. 2. Participação Comunitária. 3. Administração Pública. 4. Espaço Público. 5. Cidadania. 6. Autogestão. I. Queiroga, Eugenio Fernandes, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao Eugenio Queiroga, agradeço a orientação sensível e seus comentários sempre assertivos. Obrigada por me instigar a desenvolver esta pesquisa compartilhando sua experiência e ensinamentos.

Às Dras. Lizete Maria Rubano e Katia Canova, que contribuíram enormemente para o amadurecimento da pesquisa no exame de qualificação.

À FAU-USP e à EACH-USP, por proporcionarem ricos espaços de trocas, ainda que virtuais.

Dedico especiais agradecimentos ao coletivo da Vila Jataí e Vilas Beija, ao Amigos da Praça Vila Buarque, à Vila Buarque Solidária, à Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, ao Instituto A Cidade Precisa de Você, aos moradores engajados pela Praça Marielle Franco e ao Movimento Fazendinho. Obrigada por serem inspiração e permitirem que compartilhasse suas trajetórias e lutas.

Às entrevistadas e aos entrevistados que contribuíram com suas vivências, essenciais para a compreensão de seus territórios e para o desenvolvimento deste trabalho.

Às amigas, por tornarem o percurso mais leve e menos solitário. Agradeço em particular ao Igor Grasser pelos ensinamentos e auxílio com a produção cartográfica, à Giovanna de Albuquerque e à André Maruoka pela revisão de texto, à Thaïs Chauvel e Cesar Cheng pelo companheirismo e conselhos sobre a produção acadêmica.

Dedico este trabalho à minha família, especialmente à minha mãe, Sueli Gurahl Lartigue, e ao meu pai, Jean-Michel Lartigue, por sempre acreditarem em meus projetos e apoiarem com grande amor.

[...] vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa.

(SANTOS, 2000)

Tornar-se sensível ao presente é apreender nele a atualidade das possibilidades que se anunciam. (PÉGUY apud BESSE, 2006).

RESUMO EM PORTUGUÊS

LARTIGUE, M. C. **Praças em comum**: caminhos para uma gestão compartilhada de espaços livres públicos. 2023. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta dissertação se debruça sobre os caminhos adotados por coletivos da sociedade civil para a gestão compartilhada de praças em São Paulo, espaços livres públicos intrínsecos à vida cotidiana e representativos das dinâmicas dos bairros, objetos e meios para a instituição de *comuns*. Tem por objetivo evidenciar os diferentes arranjos institucionais existentes fornecidos pelo poder público e aqueles criados por atores sociais para a co-gestão local. O estudo empírico pesquisa grupos engajados por e a partir de quatro praças em territórios distintos, com expressivo e frequente convívio de pessoas, através de abordagem imersiva e interativa: a Praça Comendador Manuel de Melo Pimenta, a Praça Rotary, a Praça Marielle Franco e o Parque Fazendinha. A análise é norteada pelo conceito político do *comum*, compartilhando as experiências estudadas que podem contribuir para o redesenho da governança urbana e a democratização da gestão da cidade.

Palavras-chave: Praças. Participação Comunitária. Administração Pública. Espaço Livre Público. Cidadania. Autogestão. Comum.

RESUMO EM INGLÊS

LARTIGUE, M. C. **Squares in common**: paths for a shared management of public open spaces. 2023. Dissertation (Master) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This dissertation focuses on the paths adopted by civil society collectives for the shared management of squares in São Paulo, open public spaces intrinsic to everyday life and representative of the dynamics of neighborhoods, objects and means for the institution of *commons*. It aims to highlight the different existing institutional arrangements provided by public power and those created by social actors for local co-management. The empirical study researches engaged groups for and from four squares in different territories, with expressive and frequent interaction of people, through an immersive and interactive approach: Praça Comendador Manuel de Melo Pimenta, Praça Rotary, Praça Marielle Franco and Parque Fazendinha. The analysis is guided by the political concept of *common*, sharing the studied experiences that can contribute to the redesign of urban governance and the democratization of city management.

Keywords: Squares. Community Participation. Public administration. Public Open Space. Citizenship. Self-management. Common.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** - Mapa do município de São Paulo dos espaços vegetados e Índice de Vulnerabilidade Social, censo 2010. p. 71
- Figura 02** - Gráfico com evolução do orçamento para gestão ambiental do município de São Paulo. Fonte: Fórum Verde Permanente e SVMA, 2020 p. 76
- Figura 03** - Mapa - Abrangência de 1 km das praças do município de São Paulo. Fonte: PLANPAVEL 2022 p. 77
- Figuras 04 e 05** - Ortofotos da área do Parque do Povo em 2004 (à esquerda) e 2020 (à direita). Fonte: Geo Sampa - PMSP RGB. p. 80
- Figura 06** - Foto da mobilização “verão Parque Augusta” pela criação do Parque Augusta em 2015. Fonte: autoria de João Baptista Lago, em artigo de Raquel Rolnik. p. 82
- Figura 07** - Foto de moradores próximos à Represa Billings se manifestam pela criação do Parque dos Búfalos em 2015. Fonte: Autoria de B. Martín para matéria do El País p. 82
- Figura 08** - Ocupação do Largo da Batata pelo coletivo A Batata Precisa de Você em 2014. Fonte: Foto do Facebook do Coletivo em artigo de Laura Sobral para Vitruvius. p. 84
- Figura 09** - Mapa das praças com Termo de Cooperação vigente em julho de 2023 no município de São Paulo. Fonte: Departamento de Zeladoria Urbana (DZU) da SMSUB. p. 91
- Figura 10** - Antes e depois do programa Obras con Saldo Pedagógico no Barrio el Rocío, Santafé em Bogotá. Fonte: DAACD Informe OSP, 2001 apud DANCOURT p. 107
- Figura 11.** Antes e depois de OSP de 2022 em Bogotá. Fonte: SDHT, 2023 p. 110
- Figura 12** - Imagem ilustrativa da estrutura em quatro níveis da Acción Comunal. Fonte: Guia 5 - Legislación comunal do Ministério del Interior da Colômbia, 2021. p. 112
- Figura 13** - Foto da pista de skate “Olaias” por Glen Jones, Alexandre Balas, Haroun Cherif. Sem data. Fonte: Trucks and Fins. p. 116
- Figura 14** - Carta BIP/ZIP com projetos entre 2010 e 2020. Fonte: CML BIP/ZIP 2022. p. 118

Figura 15 - Mapa interativo indicando BIDs do município de Londres e arredores em julho de 2023. Fonte: Site da GLA (Prefeitura de Londres).	p. 123
Figura 16 - Chrischurch gardens, projeto de reforma da praça em 2020, fruto de uma parceria entre o BID Victoria e o poder local Westminster City Council. Fonte: BID Victoria.	p. 125
Figura 17 - George's Park, jardim e mobiliário em espaço privado acessível realizado em 2018 pelo BID Baker Street Quarter Partnership. Fonte: Wild West End.	p. 125
Figura 18 - Mapa de meio físico, recorte de São Paulo com praças estudadas. Fonte: GeoSampa 2019.	p. 130
Figura 19 - Mapa do meio físico do entorno da Praça Com. M. de M. Pimenta. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 135
Figura 20 - Mapa de transporte público e vias de circulação do entorno da Praça Com. M. de M. Pimenta. Fonte: GeoSampa, 2019.	p. 136
Figura 21 - Mapa de densidade demográfica do entorno da Praça Com. M. de M. Pimenta. Fonte: GeoSampa Censo 2010.	p. 138
Figura 22 - Mapa de uso predominante do solo do entorno da Praça Com. M. de M. Pimenta. Fonte: GeoSampa 2023.	p. 139
Figura 23 - Área da praça próxima às composteiras, à direita. Fonte: Acervo pessoal, abril de 2023.	p. 140
Figura 24 - Planta da Praça Com. M. de M. Pimenta e entorno imediato. Fonte: GeoSampa 2023, base de Rafael Sampaio e levantamento da autora.	p. 141
Figura 25 - Ocupação do Alto de Pinheiros com referência da Praça "Rainha da Paz" em 1930, 1954 e 2017. Fonte: GeoSampa PMSP, Mapeamentos Sara Brasil, Vasp Cruzeiro e Ortofoto.	p. 142
Figura 26 - Ocupação da Vila Jataí com referência da Praça "Rainha da Paz" em 1930, 1954, 1988 e 2017. Fontes: GeoSampa, Mapeamentos Sara Brasil, Vasp Cruzeiro, PMSP e Ortofoto.	p. 145
Figura 27 - Ortofoto da Praça Rainha da Paz e curvas de nível. Fontes: GeoSampa, 2023.	p. 146
Figuras 28 e 29 - Fotos dos acessos à praça pela Rua Dona Elisa de Moraes Mendes. Fonte: Acervo pessoal, 2022.	p. 142
Figura 30 - Acesso ao lado do ponto de táxi. Fonte: Acervo pessoal 2022.	p. 147

Figura 31 - A praça e ao fundo o Colégio Rainha da Paz. Fonte: Acervo pessoal, 2023.	p. 147
Figura 32 - Foto da maquete realizada que permitiu compreender a topografia. Fonte: Coletivo Vila Jataí, sem data.	p. 149
Figuras 33, 34, 35 e 36 - Ações passadas em praças do bairro: cinema ao ar livre, “piscina na praça”, festa junina e jantar comunitário na praça “Rainha da Paz” (da esquerda à direita, de cima para baixo). Fonte: Material de divulgação do coletivo Vila Jataí.	p. 150
Figura 37 - Mapa ilustrado indicando os comércios locais e referências da Vila Jataí. Fonte: Material de divulgação do coletivo Vila Jataí.	p. 151
Figuras 38 e 39 - Fotos da “casinha” na Praça Waldir Azevedo. Fonte: Material de divulgação do coletivo das Vilas.	p. 152
Figura 40 - Oficina participativa para elaboração do PR na subprefeitura de Pinheiros em 2014. Fonte: Material de divulgação do coletivo das Vilas.	p. 154
Figura 41 - Organograma representativo da estrutura de co-gestão proposta para o Ecobairro. Fonte: Proposta do coletivo das Vilas para o Plano Regional, 2023.	p. 158
Figura 42 - Mapa com o percurso de uma das caminhadas das águas, indicando as nascentes que seriam encontradas. Fonte: Material do coletivo Vila Jataí, 2016.	p. 161
Figura 43 - Encontro na Praça “Rainha da Paz” para organização da festa junina em 2022. Fonte: Perfil no Instagram do Coletivo das Vilas.	p. 163
Figuras 44, 45 e 46 - Fotos dos jogos educativos e da geodésica durante a festa junina de 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 164
Figuras 47 e 48 - Festa junina em julho de 2022, área do palco (à esquerda) e da mesa comunitária sendo montada (à direita). Fonte: Acervo pessoal.	p. 165
Figura 49 - Festa junina em julho de 2022, área do palco com os músicos. Fonte: Acervo pessoal.	p. 165
Figuras 50 e 51 - Composteiras cuidadas pelo GT Áreas Verdes em abril de 2023. Fonte: Acervo pessoal.	p. 167
Figura 52 - Mapa do meio físico do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 177
Figura 53 - Mapa de transporte público e vias de circulação do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 178

Figura 54 - Mapa de uso do solo do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 180
Figura 55 - Mapa de densidade demográfica do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa Censo 2010.	p. 181
Figura 56 - Novos brinquedos do parquinho em agosto 2021. Fonte: Acervo Pessoal.	p. 182
Figura 57 - Planta da Praça Rotary e entorno imediato. Fonte: GeoSampa 2023, base no levantamento de Lua Nitsche e levantamento da autora.	p. 183
Figura 58 - Vista da praça desde o parquinho em agosto 2021. Fonte: Acervo pessoal.	p. 184
Figura 59 - Área da Praça Rotary e entorno em 1930, 1958, 2004 e 2017. Fontes: Mapeamentos Sara Brasil, Google Earth, Ortofotos MDC e PMSP.	p. 187
Figura 60 - Ortofoto da Praça Rotary e curvas de nível. Fontes: GeoSampa, 2023.	p. 188
Figura 61 - Quadra em uma segunda feira, julho 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 189
Figura 62 - Magic Minas durante mobilização na praça em 2017. Fonte: Foto do perfil Instagram do time.	p. 191
Figuras 63 e 64 - Quadra poliesportiva com adolescentes e crianças, sábados de junho (à esquerda) e março (à direita) de 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 191
Figuras 65, 66, 67 e 68 - (65) Prática gratuita de tai-chi da Rádio Taissô, (66) escolas de ensino infantil em cortejo de paz e (67) Viradinha de 2019; (68) instalação “fogueira” de aluno do curso de Arquitetura do Mackenzie e Goma Oficina em 2017 (de cima para baixo). Fontes: (a) Matéria da “Vida no centro” de 2019; (b) Foto de Pagu e (c) no instagram do grupo Amigos da Praça da Vila Buarque; (d) foto de Lauro Rocha.	p. 192
Figura 69 - Parquinho da primeira infância e Biblioteca em 2021. Fonte: Acervo pessoal.	p. 193
Figura 70 - Biblioteca e estacionamento restrito ao fundo. Fonte: Acervo pessoal, 2023.	p. 195
Figuras 71 e 72 - Convites para as audiências públicas de 2016. Fonte: Grupo Vila Buarque (Facebook).	p. 199
Figura 73 - Mapa produzido durante o processo participativo em março de 2016. Fonte: Material do grupo Amigos da Praça Vila Buarque.	p. 200

Figuras 74 e 75 - Área do parquinho após melhorias em 2016 (à esquerda) e em 2017 (à direita). Fontes: Foto de Priscilla Torelli no grupo do Facebook Vila Buarque Exemplar e foto do grupo Amigos da Praça Vila Buarque.	p. 200
Figura 76 - Reunião do grupo Amigos da Praça Vila Buarque em 2018. Fonte: Material do grupo Amigos da Praça Vila Buarque.	p. 202
Figura 77 - Perfil dos Amigos da Praça Vila Buarque em 2018. Fonte: Praças.co, novembro de 2020.	p. 202
Figura 78 - Montagem de fotos dos mutirões realizados em 2019. Fonte: Instagram do Amigos da Praça Vila Buarque em 2019.	p. 205
Figura 79 - Mapa “de calor do uso” em que foram levantados os locais de permanência na praça em 2019. Fonte: Cidades.co em 2019.	p. 207
Figura 80 - Planta do projeto para a praça em 2019. Fonte: Cidades.co em 2019.	p. 207
Figura 81: Fotos das placas informativas e material comprado para uso e zelo da praça. Fonte: Instagram do Amigos da Praça Vila Buarque em 2019.	p. 208
Figura 82: Reunião aberta na praça em junho de 2019. Fonte: Instagram do Amigos da Praça Vila Buarque em 2019	p. 209
Figura 83 - Moradora do bairro e mãe que varre a área do parquinho. Fonte: Foto da autora, março 2022.	p. 211
Figuras 84, 85, 86 e 87 - Fotos da Rua General Jardim e da praça no dia do evento “SP Cidades de Brincar”. Fonte: Acervo pessoal, outubro 2021.	p. 214
Figuras 88 e 89 - Acessos à praça pela Rua General Jardim e pela Rua Major Sertório. Fonte: Imagens do Google Street View, 2020.	p. 217
Figura 90 - Mapa do meio físico do entorno da Praça Marielle. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 228
Figura 91 - Mapa de transporte público e vias de circulação do entorno da Praça Marielle. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 229
Figura 92 - Mapa de uso do solo do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 230
Figura 93 - Mapa de densidade demográfica do entorno da Praça Marielle. Fonte: GeoSampa Censo 2010.	p. 231
Figura 94 - Vista da praça desde habitação. Fonte: Foto da autora, 2022.	p. 232
Figura 95 - Planta da Praça Marielle e entorno imediato. Fonte: GeoSampa 2023 e Google Earth 2023.	p. 233

Figura 96 - Parquinho da Praça Marielle. Fonte: Foto da autora, 2022.	p. 234
Figura 97 - Ocupação do Jardim Paulistano com referência da Praça Marielle em 1930, 1988, 2004 e 2017. Fonte: GeoSampa PMSP, Mapeamentos Sara Brasil, Vegetação 1988, MDC e Ortofoto 2020.	p. 235
Figura 98 - Córrego antes das obras de canalização. Fonte: Fábio Ivo, s/ data.	p. 239
Figuras 99 e 100 - Praça em janeiro de 2010 e após instalação de mobiliário e brinquedos, 2011. Fonte: Google street view, 2010 e 2011.	p. 239
Figura 101 - Área da praça e suas transformações em 2003, 2004, 2009, 2020 e 2023. Fontes: Google Earth.	p. 240
Figura 102 - Ortofoto da praça Marielle e curvas de nível. Fontes: GeoSampa, 2023	p. 241
Figura 103 - Área livre de lazer adjacente ao córrego aberto. Fontes: Acervo pessoal, 2022.	p. 242
Figura 104 - Centro da praça e vendedora de açaí. Fontes: Foto da autora, 2022.	p. 244
Figura 105 - Roda de capoeira durante evento em abril de 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 245
Figura 106 - Situação da praça por falta de zeladoria em 2020. Fonte: Foto de Fábio Ivo em vídeo no Facebook do vereador Eduardo Suplicy em 2021.	p. 246
Figuras 107 e 108 - Oficina na praça com moradores em março de 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 250
Figura 109 - Quadro ilustrativo da classificação das ações feita durante a dinâmica. Fonte: Em Si no Outro para A Cidade Precisa de Você, 2022.	p. 251
Figura 110 - Pintura da amarelinha na calçada em março de 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 252
Figura 111 - Dinâmicas de grupo em espaço cedido para as reuniões. Fonte: Foto do Instituto A Cidade Precisa de Você, 2022.	p. 253
Figura 112 - Quadro ilustrativo do planejamento das ações feito durante a dinâmica. Fonte: Em Si no Outro para A Cidade Precisa de Você, 2022.	p. 253
Figuras 113 e 114 - Discussão e visualização espacial do palco. Fonte: Fotos do Instituto A Cidade Precisa de Você, 2022.	p. 256
Figuras 115 e 116 - Ideação das placas. Fonte: Acervo pessoal, 2022.	p. 256

Figuras 117 e 118 - Oficina na praça com moradores em março de 2022 Fonte: Acervo pessoal.	p. 257
Figura 119 - Oficina na praça com moradores em março de 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 257
Figura 120 - Oficina na praça com moradores em março de 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 258
Figura 121 - Contação de história por Fábio Abreu e equipe em abril de 2022. Fonte: Acervo pessoal.	p. 259
Figura 122 - Mapa do meio físico do entorno do Parque Fazendinha. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 270
Figura 123 - Mapa de transporte público e vias de circulação do entorno do Parque Fazendinha. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 271
Figura 124 - Mapa de uso do solo do entorno do Parque. Fazendinha. Fonte: GeoSampa, 2023.	p. 273
Figura 125 - Mapa de densidade demográfica do entorno da Praça Marielle. Fonte: GeoSampa Censo 2010.	p. 274
Figura 126 - Parque Fazendinha em dia de Festival. Fonte: Acervo pessoal, junho de 2022.	p. 275
Figura 127 - Planta do Pq. Fazendinha e entorno imediato. Fonte: GeoSampa 2023 e Google Earth 2023.	p. 276
Figura 128 - Mapas do surgimento do complexo Paraisópolis em, 1940, 1968, 1977, 1987, 1996 e 2004. Fonte: PMSP, 2009.	p. 277
Figura 129 - Mapa parcial do Jardim Colombo com a Fazendinha em 2008, 2012, 2020, 2022 e 2023. Fonte: Google Earth.	p. 280
Figura 130 - Ortofoto do Parque Fazendinha e curvas de nível. Fontes: GeoSampa, 2023.	p. 281
Figura 131 - Situação da Fazendinha em 2017. Fonte: Foto de Ester Carro.	p. 282
Figura 132 - Ester Carro com pneus recolhidos. Fonte: Material de divulgação Fazendinhando, 2017.	p. 283
Figura 133 - Primeira fileira da contenção de pneus. Fonte: Material de divulgação Fazendinhando, 2017.	p. 284
Figura 134 - Desenhos das crianças durante a oficina “Fazendinhando”, auxiliadas com maquete. Fonte: CARRO, 2021.	p. 285

- Figuras 135 e 136** - Foto da maquete (esquerda) e ocupação da rua durante o I Festival. Fonte: Material de divulgação Fazendinhando, 2018. **p. 286**
- Figura 137** - Atividades para as crianças no Parque Fazendinha durante o “Férias no Fazendinha”. Fonte: Material de divulgação Fazendinhando, 2019. **p. 288**
- Figura 138** - II Festival Fazendinhando. Fonte: Material de divulgação Fazendinhando, 2019. **p. 290**
- Figura 139** - Exposição na viela de acesso. Fonte: Acervo pessoal, 2022. **p. 290**
- Figuras 140 e 141** - Cartaz do III Festival Fazendinhando (à esquerda) e oficina de dança (à direita). Fonte: Material de divulgação Fazendinhando e foto da autora, 2022. **p. 291**
- Figuras 142 e 143** - Mapa em tecido para moradores indicarem seu lugar de origem, editado para visualização (à esquerda) e cartaz do IV Festival Fazendinhando (à direita). Fonte: Acervo pessoal e material de divulgação Fazendinhando, 2023. **p. 292**
- Figura 144** - Vista liberada do Parque Fazendinha após remoções, durante o IV Festival. Fonte: Acervo pessoal, abril de 2023. **p. 293**
- Figura 145** - Parquinho durante o IV Festival. Fonte: Acervo pessoal, abril de 2023. **p. 293**
- Figuras 146 e 147** - Inauguração do parquinho. Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2022. **p. 300**
- Figuras 148 e 149** - Festa de inauguração do parquinho (à esquerda) e cartaz com agradecimento aos colaboradores. Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2022. **p. 300**

LISTA DE SIGLAS

APP	Áreas de Preservação Permanente
AREs	Áreas de Revitalização Económica
ASOJUNTAS	Asociaciones de Juntas de Acción Comunal
BID	Business Improvement Distritcs
BIP	Bairros de Intervenção Prioritária
CEU	Centro Educacional Unificado
CGP	Conselhos Gestores de Parques
CGPABI	Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMP	Central dos Movimentos Populares
CMPU	Conselho Municipal de Política Urbana
CRP	Cross River Partnership
DAACD	Departamento de Acción Comunal Distrital
DCLG	Department for Communities and Local Government
DGPU	Divisão de Gestão de Parques Urbanos
DLBC	Rede de Desenvolvimento Local
DPAC	Divisão de Planeamento e Apoio aos Colegiados
DZU	Departamento de Zeladoria Urbana
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FEMA	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FGC	Fórum de Gestão Compartilhada
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
GABIP	Gabinetes públicos de apoio técnico
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GiGL	Greenspaces information for Greater London
GLA	Greater London Authority
GT	Grupo de Trabalho

GTI	Grupo de Trabalho Intersecretarial
HURR	Humildade União Raça e Respeito
IAB-SP	Instituto dos Arquitetos do Brasil-SP
IDPAC	Instituto Distrital de la Participación y Acción Comunal
ITDP	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
JAC	Juntas de Acción Comunal
LPUOS	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
MAR	Sistema de Monitoramento, Avaliação e Reporte
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRP	Núcleo Regional de Planejamento
OCB	organizaciones comunitaria barriales
OPC	Obras con Participación Ciudadana
OPTL	Obra por Tu Lugar
OSCs	Órgãos Públicos e Organizações da Sociedade Civil
OSP	Obras con Saldo Pedagógico
PDE	Plano Diretor Estratégico
PLANPAVEL	Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLH	Programa Local de Habitação
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
POPS	Privately Owned Public Spaces
POT	Programa Operação Trabalho
PPL	Programa BIP/ZIP Lisboa Parcerias Locais
PPP	Parcerias Público-Privadas
PRs	Planos Regionais
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SDHT	Secretaría Distrital del Hábitat
SEHAB	Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
SEL	Sistema de Espaços Livres

SELIMP	Secretaria Executiva de Limpeza Urbana
SEMDET	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho
SEMIL	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado
SIURB	Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras
SMDHC	Coordenação de Participação Social, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMPR	Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais
SMSO	Secretaria Municipal de Serviços e Obras
SMSP	Secretaria de Coordenação das Subprefeituras
SMTE	Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
STPDU	Supervisor Técnico de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
SVMA	Secretaria do Verde e Meio Ambiente
TICP	Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem
TJ-SP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UBS	Unidade Básica de Saúde
UMAPAZ	Escola Municipal de Jardinagem da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
VBS	Vila Buarque Solidária
ZIP	Zonas de Intervenção Prioritária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 1 - DO EMPRESARIAMENTO DA GESTÃO URBANA À LUTA PELO COMUM	31
1.1 Governança urbana	32
1.1.1. A cidade empresarial	33
1.1.2 Alternativas ao empresariamento	39
1.1.3 O Estado-Rede	47
1.2 Política do cotidiano e reivindicação do comum	50
1.2.1. O cotidiano	50
1.2.2. O comum	54
1.2.3. A partilha democrática da paisagem	58
1.2.4. A política do cotidiano	63
CAPÍTULO 2 - INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS E GESTÃO DE PRAÇAS	65
2.1 O direito aos espaços livres públicos	66
2.1.1. A ação do Estado sobre o sistema de espaços livres	81
2.2 Gestão de praças em São Paulo	86
2.2.1. Estrutura organizacional para gestão de praças	86
2.2.2. Modelos de co-gestão	89
2.2.3. Canais participativos	95
2.2.4. Instrumentos de planejamento urbano	100
2.3 Modelos internacionais de cooperação	104
2.3.1. Bogotá - Obras con Saldo Pedagógico	104
2.3.2. Lisboa - Estratégia BIP/ZIP	112
2.3.3. Londres - Business Improvement Districts	119
CAPÍTULO 3 - GESTÃO COMPARTILHADA E CO-GESTÃO DE PRAÇAS	129
3.1 - Praça Comendador Manuel de Melo Pimenta	133
3.2 - Praça Rotary	175
3.3 - Praça Marielle Franco	225
3.4 - Parque Fazendinha	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS	303
REFERÊNCIAS	313

INTRODUÇÃO

A gestão urbana contemporânea contempla cidades que se encontram em disputa, uma vez que integra o cenário competitivo global. A complexa governança age sobre a construção do espaço, tanto física quanto simbólica, através da presença e da ausência. Se a cidade é objeto, ela é também meio, a partir do qual é possível ser reivindicada a democratização da gestão urbana e a luta contra o desenvolvimento desigual. Não se trata da busca por um direito individual exclusivo, mas coletivo concentrado, *“deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista”* (HARVEY, 2012, p. 247).

A administração pública, ao responder aos interesses do mercado, ou seja, ao ser subjugada aos atores hegemônicos, passa a adotar dinâmicas empresariais. O fortalecimento da argumentação em defesa desse modelo e, mais especificamente, o questionamento do papel do Estado teriam não obstante, impulsionado o debate acerca do direito à cidade. No Brasil, amplia-se o conceito de cidadania e surgem ferramentas e canais para participação, frutos de demandas da sociedade civil e de movimentos sociais. Desta forma, institucionalizam-se espaços para acolher cidadãos interessados em se envolver nos processos consultivos e deliberativos.

Embora fundamentais para a legitimação da participação da sociedade civil, as diversas formas de aproximação com o poder público são, todavia, insuficientes para atender às demandas e seguem pouco representativas. A fragmentação das ferramentas de cooperação e o enquadramento em espaços “convidados”, fragilizam o exercício co-gestionário. Ao mesmo tempo, os governos urbanos frequentemente fracassam em prover cidades territorialmente coesas e socialmente inclusivas. Portanto, faz-se necessária a discussão acerca dos caminhos alternativos para o fazer político e dos rearranjos da gestão urbana.

Novos modelos de governança têm surgido, emergindo de movimentos insurgentes e ativistas que reivindicam uma construção coletiva do território, constituindo *comuns*. O conceito político do *comum* ganha presença no debate sobre a gestão desses *comuns*, se apresentando enquanto saída para a dicotomia entre poder público e privado. Se ainda não se pode afirmar que o comum permeia a política brasileira, ações “de baixo para cima” propõem espaços deliberativos e colaborativos promissores. Agem sobretudo na escala local, no bairro e, mais especificamente, nos espaços livres públicos, que são tanto lugares quanto motivos dessa ação coletiva.

As praças possuem estreita proximidade com a vida cotidiana e refletem as dinâmicas do bairro. Correspondem a espaços de co-presença, àqueles partilhados em que se confrontam diferenças e confluem afinidades. Por este motivo, são lugares de afeto que podem dar origem a iniciativas cidadãs pelo seu cuidado e garantia. Organizam-se ações coletivas que favorecem a reunião e ativação da praça, além de transformações e ações pela preservação do espaço livre, ou mesmo de sua criação. Estes grupos podem constituir governanças próprias e ampliar sua atuação política, de modo a impactar os processos decisórios para a construção do território. Reside nesta transição a possibilidade de instituição de *comuns* e do fortalecimento da gestão local. Interessa, portanto, o estudo destes coletivos, de modo a mensurar o alcance das ações e compreender quais percursos e arranjos permitiram constituir uma co-gestão democrática de praças e eventuais *comuns*, refletindo a respeito de políticas públicas que possam incentivá-las e responder ao bem estar coletivo.

A cidade de São Paulo apresenta diversos casos em que a sociedade civil se organiza e engaja por praças e sua gestão, assumindo papéis e formatos diversos. Os objetos escolhidos para a pesquisa empírica possuem importante relevância em seus territórios, expressivo e frequente convívio de pessoas e grupos envolvidos em sua gestão. As praças seguiram um recorte, portanto, menos morfológico e mais atrelado às suas características da esfera do cotidiano. É a

partir destes espaços que se pretende apresentar os atores que nele se articulam. Assim, foram identificadas quatro praças situadas em contextos e áreas da cidade distintas: a Praça Comendador Manuel de Melo Pimenta, em Alto de Pinheiros, a Praça Rotary na Consolação, a Praça Marielle Franco na Brasilândia e o Parque Fazendinha na Vila Sônia. Ao debruçar-se sobre praças relevantes para o bairro e dinâmicas sociais, a pesquisa pretende pôr em evidência a pluralidade de interações possíveis para que se constitua uma gestão compartilhada e democrática. A aproximação com os respectivos grupos seguiu uma abordagem imersiva, de observação e colaboração, compartilhando das experiências e relatos dos envolvidos.

Com base em referencial teórico, o primeiro capítulo traz um panorama de ordem global da discussão a respeito dos modelos políticos adotados pelos governos na administração de espaços urbanos públicos. Conceituam-se os termos que norteiam a pesquisa e sob os quais serão analisadas as atuações dos coletivos.

O segundo capítulo aborda brevemente a ação do Estado brasileiro sobre os espaços livres públicos - definindo-os - e em específico do governo municipal de São Paulo a partir do século XX. Para a discussão acerca da participação e cooperação da sociedade civil propriamente, faz-se um levantamento e análise dos instrumentos e canais participativos existentes. São contempladas políticas públicas de São Paulo e exemplos na América latina e Europa.

O estudo empírico é elaborado no terceiro capítulo, que circunstancia as quatro praças em seus respectivos territórios, a partir de uma aproximação física, histórica e social, indissociáveis das ações dos grupos e da constituição das próprias praças. Após a contextualização, são relatadas as trajetórias, buscando compreender os estímulos e objetivos almejados pelos grupos, bem como as estruturas organizacionais e estratégias adotadas. Evidenciam-se as progressões e transformações dos grupos, com o intuito de compreender a complexificação e as adaptações que ocorreram. Expõem-se os desafios encontrados durante o percurso, além das interfaces com os demais atores locais. Por fim, o capítulo

busca mensurar os resultados atingidos e desdobramentos possíveis para uma gestão compartilhada.

CAPÍTULO 1

DO EMPRESARIAMENTO DA GESTÃO URBANA À LUTA PELO COMUM

1.1 GOVERNANÇA URBANA

Em um primeiro momento, o trabalho pretende traçar um panorama de ordem global da discussão a respeito dos modelos de governança políticos e da administração de espaços urbanos e bens públicos.

O modelo administrativo adotado pelos governos das cidades, ao qual Harvey denomina como *empresariamento* (1989)¹ surge como resposta às crises econômicas oriundas do sistema capitalista. As soluções encontradas tendem para uma abordagem nova que vem substituir a de gerenciamento, até então presente nas administrações públicas. O *empresariamento* tem como implicação a inserção dos governos urbanos no mercado global, transformando-os em atores do sistema. Passam, portanto, a ser submetidos às mesmas regras das empresas, alterando as dinâmicas de governança bem como seus objetivos.

Milton Santos (2000) aborda essa transição como sendo a da política dos Estados à política das empresas. Entende, contudo, que este Estado está ideologicamente subjugado ao mercado e, na prática, subjugado às empresas globais (Ibid.). É um Estado flexível aos interesses do capital (ibid.). Os governos urbanos agem empresarialmente, à medida em que possuem como norte as expectativas geradas no e pelo mercado (VAINER, 2013). É o capital que passa a reger o nível global, espaço onde o Estado exerce o poder (LEFEBVRE, 1970). Para além de ser um ator, o governo responde, portanto, aos interesses corporativos em detrimento dos interesses públicos.

O Estado, por sua vez, impõe a lógica do mercado à construção de cidades, ao nível misto, espaço intermediário entre o nível global, a sociedade, e o nível privado, espaço do habitar (LEFEBVRE, 1970). As aceleradas dinâmicas de deslocamento físico e interação virtual distorcem a percepção da cidade como

¹ Termo empregado em seu artigo *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*, publicado em 1989 pela *Geografiska Annaler*.

unidade física rígida, produzindo um tipo de “cidade expandida” e dispersa. Além do espaço estar fragmentado, Lefebvre (1970) entende que os impactos da nova gestão urbana o tornam homogeneizado e hierarquizado. A produção dessa cidade “corporativa” não deve ser analisada sob a ótica de uma única escala espacial, mas sob as várias que se articulam entre a local até a global. É igualmente necessário o entendimento das múltiplas coalizões de forças que regem a organização do espaço, extrapolando a do governo urbano, de modo a elucidar “quem está sendo empresário e em relação a que” (HARVEY, 1989, p. 52). Harvey aponta os principais elementos presentes no *empresariamento*, que podemos elencar como sendo seu caráter local e global, central, competitivo, uniformizador porém eclético e, finalmente, consentido. Se Harvey parte de uma análise centrada em países como os Estados Unidos ou Grã-Bretanha, é possível, não obstante, ver esse modelo de *empresariamento* reproduzido em inúmeras outras cidades, inclusive brasileiras.

1.1.1. A cidade empresarial

A principal característica do *empresariamento* é a parceria público privada (HARVEY, 1989), bem como as privatizações. Aqui não se entende por privado a esfera dos interesses particulares em contraposição ao público, mas o que Lefebvre reconhece como nível privado. Não diz respeito a todos os cidadãos, mas a um recorte, o do interesse privado dos capitalistas (VAINER, 2013).

Pressupõe-se nas privatizações que haverá uma maior eficácia da gestão mediante a redução do Estado. Para Milton Santos (2000), contudo, não se trata de sua redução ou ausência, mas de um engajamento orientado à economia dominante. Diminuem-se os recursos financeiros destinados a projetos sociais (ibid.), comprometendo o bem-estar das populações. A soberania do Estado pode igualmente ser fragilizada, quando privatizações levam à perda de detenção de conhecimento e poder.

Este tipo de gestão é empresarial devido ao caráter especulativo de sua concepção e execução (HARVEY, 1989). O setor público local frequentemente assume o risco, em troca da expectativa de atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego (Ibid). O tipo de empreendimento e planejamento urbano promovido pelo *empresariamento*, possui uma atuação principalmente local, visando retorno rápido na economia e visibilidade. A estratégia consiste em produzir e apresentar uma cidade atraente para investimentos, provendo um “bom clima de negócios” (ibid.). Tal abordagem é limitante, à medida em que restringe o desenvolvimento urbano ao que poderia ser favorável para o desenvolvimento capitalista.

A tarefa da administração urbana consiste, em resumo, em atrair para seu espaço uma produção altamente móvel e flexível de fluxos financeiros e de consumo. (HARVEY, 1989, p. 57)

O *empresariamento* urbano explora as vantagens específicas de cada localidade, vendendo a promissora produção de bens e serviços. O governo local se volta para o exterior, fazendo uso de uma “*imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estruturas e de serviços*” (BORJA e CASTELLS, 1996). Outros fatores são também relevantes para construir o “bom clima local de negócios”: as relações de trabalho, qualidade e custo da mão de obra, política tributária e até controles ambientais (HARVEY, 1989). Diferenças singelas entre lugares são motivo para a escolha de um determinado local em detrimento de outro para investir-se. A competição interurbana, à qual as cidades estão submetidas, tende então a alinhá-las à lógica do desenvolvimento capitalista. A reprodução de forma seriada e repetitiva dos mesmos “pacotes”, soluções e padrões, torna-se frequente.

O cenário competitivo exacerbado é isento de regras rígidas e se distingue, portanto, de uma situação de concorrência, na qual há exigências de um respeito à regras de convivência (SANTOS, 2000). Milton Santos não entende este cenário como sendo o de competitividade entre Estados, mas sim entre empresas, cuja

necessidade por condições favoráveis demanda a mobilização do Estado para tal. O resultado é:

[...]uma competitividade que agrava as diferenças de força e as disparidades, enquanto o território, pela sua organização, constitui-se num instrumento de exercício dessas diferenças de poder. (SANTOS, 2000, p.100)

Com frequência, faz-se uso de um grande evento internacional para promover a cidade e sua economia. Feiras internacionais, festivais, eventos esportivos, centros de entretenimento, tornam-se comuns meios de atração e promoção. Vende-se a imagem da cidade inovadora, criativa e excitante, para se viver e visitar (HARVEY, 1989). O intuito é projetar uma imagem positiva da cidade, de fortalecer ou criar sua identidade.

Uma estratégia comum é a produção de espaços e edifícios públicos espetaculares, de forte apelo estético. Quando Harvey retoma a discussão acerca da gestão empresarial em *Cidades Rebeldes* (2012), define que esses instrumentos têm como objetivo a criação de um capital simbólico coletivo, para a distinção no cenário competitivo. Ele é fundamental para a renda de monopólio, entendida como “*poder monopolista de proprietários privados sobre certos ativos*” (HARVEY, 2012, p.193). O interesse no capital simbólico coletivo é, portanto, o de extrair rendas de monopólio das singularidades exaltadas. Para evidenciar a contradição deste tipo de estratégia, cita casos em que enquanto se enaltece a cidade, sua história, tradição, realizações artísticas e conjunto arquitetônico, atrai-se cada vez mais uma mercantilização multinacional e submete à perda de sua autenticidade (ibid.).

A mimética reprodução das inovações e investimentos para tornar a cidade mais atrativa, acarreta uma efêmera repercussão dentro do espaço competitivo. A fórmula exitosa de uma cidade não necessariamente o será para as demais, sobretudo se esta for exaustivamente copiada e rapidamente tornada obsoleta.

Assim, surge a necessidade em produzir inovações constantes, de modo a ocupar uma posição de vantagem.

Esse “pacote” construído para atrair investidores possui um caráter especulativo pela imprevisibilidade de obtenção de sucesso. Tal estratégia fragiliza o sistema urbano, à medida em que o torna vulnerável às incertezas (HARVEY, 1989). E mesmo com esse suposto retorno positivo, podem estabelecer um campo cego (LEFEBVRE, 1970) em torno de problemas mais latentes, à medida em que concentram toda atenção pública e política para si, por meio de uma perspectiva falsa e ilusória de solução. Tais empreendimentos pontuais ou de desenvolvimento de uma localidade podem ter impactos na região metropolitana, mas também unicamente local (HARVEY, 1989). E é neste aspecto que reside um dos principais problemas em atribuir prioridade ao retorno político e econômico imediato.

Borja e Castells (1996) defendem que, no caso da cidade de Birmingham, a cidade renovou o seu centro urbano e pôde se tornar uma das mais dinâmicas cidades inglesas. Contudo, Harvey alerta que:

[...] atrás da máscara de muitos projetos bem-sucedidos, se encontram sérios problemas sociais e econômicos, os quais, em muitas cidades, estão assumindo a forma geográfica de uma cidade dual: de um centro renovado cercado por um mar de pobreza crescente. (1989, 61)

Borja e Castells (1996), parecem discordar de que essa seja uma condição inerente à gestão das parcerias público-privadas. Afirmam que os atores dominantes estão cientes de que uma cidade excludente de parte significativa de seus moradores não é viável (Ibid.). Para eles, uma cidade competitiva deve se preocupar com a maioria, integrando-a aos desenvolvimentos econômicos e sócio-culturais, proporcionando melhor condição de vida para todos.

No entanto, Vainer (2013) defende que a abertura para o exterior é seletiva, assim como são as melhorias na cidade, na medida em que é direcionada para visitantes e usuários solventes, passíveis de investir e consumir. É uma estratégia excludente, pois a cidade é mercadoria de luxo, que precisa passar a sensação de segurança e ordem.

A preocupação com a imagem atinge seu paroxismo entre os estrategistas carioca-catalãs quando o diagnóstico aponta como um dos problemas a “forte visibilidade da população de rua” (Plano Estratégico do Rio de Janeiro, p.50): a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental). (VAINER, 2013)

A abordagem do *empresariamento* acaba por desfavorecer as políticas para a população carente, aumentando a polarização da distribuição social da renda real. O Estado deixa de desempenhar com a mesma força o papel de regulação redistributiva (SANTOS, 2000, p.64). Na realidade, o Estado passa a exercer com frequência uma função de regulação subordinada aos atores hegemônicos. O território² é um recurso (GOTTMAN apud SANTOS, 2000), a partir do qual se constituem o que Santos (2000) define como verticalidades, pontos de um espaço de fluxos orientados às tarefas produtivas hegemônicas.

A dinâmica estabelecida produz, segundo Harvey, o desenho de fragmentos urbanos em vez do planejamento, favorecendo efemeridades sobre permanências, a ficção sobre a função e o “*meio no lugar da mensagem e da imagem sobre o conteúdo*” (1989, p. 59). O urbano é então constituído por simulacros atrativos, onde reside uma dupla cegueira, segundo Lefebvre: “*seu*

² Milton Santos define território como sendo não apenas: “o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. (2000, p.113)

vazio e sua virtualidade são ocultos pelo preenchimento. O fato desse preenchimento ter o nome de urbanismo ofusca o cego mais cruelmente.” (1970, p. 47)

Surge então um aspecto determinante para a constituição desse imaginário: o consentimento. A próspera imagem da cidade contribui para o sentimento de pertencimento, contrapondo o de alienação e anomia (SIMMEL, apud HARVEY, 2012). A busca por construir uma forte identidade local, para além do capital simbólico, serve para resgatar uma solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar (HARVEY, 1989).

O que Harvey enxergou como uma imagem coletiva criada como mecanismo para o controle social, simulando um processo democrático, Borja e Castells veem como principal força de um plano estratégico: *“poder-se-á construir um consenso público que derive numa cultura cívica e num patriotismo de cidade.”* (1996, p.158). Esse consenso, como observa Vainer (2013), é reiterado inúmeras vezes no texto dos dois catalães, que o concebem como essencial para o exercício cívico. É a partir do reconhecimento da crise, juntamente com o patriotismo, que seria possível implementar o plano dentro de um contexto pacificado e consentido.

A ideologia urbanística, exagera a importância das ações ditas “concertadas” que ela consente. Ela dá a impressão, aos que utilizam tais representações, de manipular as coisas, assim como as pessoas, com um sentido inovador e favorável. Com uma grande ingenuidade, dissimula ou não, muitos creem decidir e criar. (LEFEBVRE, 1970, p. 143)

O senso de pertencimento que deriva em patriotismo cívico, constrói a ideologia de localidade, de lugar e da comunidade. Por essas ideologias, unem-se contra esse “universo hostil e competitivo” (HARVEY, 1989, p.60). É possível, no entanto, compreender que há um fetichismo do pertencimento ou, como define Lefebvre, um fetichismo da satisfação (1970). O consenso, neste caso, vai contra pressupostos do exercício cívico democrático, que tem inerente ao seu

funcionamento o conflito. O consenso aqui é aquele que leva à inação, diferente do acordo, que subentende um debate e movimento.

Frente a esta postura impositiva e ordenadora do Estado, a manifestação da realidade não é vista com clareza, é dissimulada e induz uma ilusão urbanística: a de que ele é capaz de resolver questões urbanas de imediato, enquanto na verdade responde a uma estratégia de classe. Assim, a ilusão advém da ideologia urbanística, é sua utopia, uma utopia estatista (LEFEBVRE, 1970).

1.1.2 Alternativas ao *empresariamento*

Frente à problemática suscitada por este modo de gestão urbana, os caminhos para suas superações não são únicos. Dentre as propostas para outro tipo gestão, seja este dentro do sistema ou para além dele, a busca por maior autonomia surge como resposta recorrente, apesar de tomar formas distintas.

Ao longo de seu artigo, Harvey expôs uma visão crítica ao *empresariamento*, não obstante, enxergou brechas para se estabelecer medidas socialistas e progressistas. Em 1989 não chega a uma forma propositiva específica, mas tampouco sugere uma ruptura total com o modelo vigente. Ele vai apontar para o que denomina corporativismo urbano, sendo este uma transição do *empresariamento*. O caminho consiste em superar a dinâmica política autocentrada e competitiva da localidade, de modo a empregar o senso geopolítico para reconstruir alianças e conexões espaciais. Assim, seria possível superar a dinâmica do *empresariamento* e transformá-lo em um corporativismo (HARVEY, 1989).

Quando Harvey trata sobre o corporativismo, rememora que a noção de cidade como corporação coletiva não é recente, mas frequente na idealização por parte de progressistas democratas. O problema, segundo o autor, é a generalidade da competição interurbana dentro do contexto do desenvolvimento capitalista que

as submete às regras da acumulação capitalista, em detrimento das necessidades locais do bem-estar social (HARVEY, 1989). Utiliza como exemplo os movimentos operários que obtiveram autonomia política local, sem superar a vulnerabilidade frente às forças dominantes do espaço (ibid.). Da mesma forma, reitera 20 anos depois, que o motivo central do fracasso da superação do modelo se deve à mimetização de práticas capitalistas, as quais essas iniciativas que buscavam por alternativas recaem involuntariamente (HARVEY, 2012). Harvey mantém o posicionamento de que esta seja a uma das condições centrais a ser enfrentada. Deve buscar-se, portanto, uma autonomia relativa para a gestão urbana que não atue regulada por tais leis.

No que diz respeito ao cenário competitivo, Borja e Castells elencam como importante campo de atuação o de programas de geração de emprego em setores à margem da concorrência internacional, que seriam de caráter social, a ecologia urbana entre outros, de modo a *“vencer a dinâmica contraditória que se dá, inclusive em períodos de crescimento, entre população ativa e oferta de emprego”* (BORJA e CASTELLS, 1996, p.160). No entanto, defendem largamente as parcerias público-privadas e a dinâmica promotora do governo local, inserida justamente no campo da concorrência.

Os planejadores catalães entendem que o governo local deve ser um governo promotor: que promova a cidade para o exterior, que favoreça parcerias tanto com outras administrações públicas quanto público-privadas, promova confiança e patriotismo mas, também, promova a cooperação social e participação dos cidadãos. Nesse sentido, apresentam uma agenda para este governo promotor tensionada entre a promoção interna e externa. A promoção interna é ela própria dividida, pois

[...] deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental ou simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população. (BORJA E CASTELLS 1996, p. 160)

Como discutido anteriormente, essa promoção interna pode vir a constituir um fetichismo de pertencimento, ao mesmo tempo em que colabora para a construção de um capital simbólico. Quando empregam o termo “visíveis” para caracterizar as obras e serviços, recaem na estratégia “paisagística” de planejamento urbano. O risco é aquele da dissimulação dos problemas reais ou da não priorização daquelas obras e serviços menos visíveis. O objetivo continua sendo o da atratividade, demandando uma forte regulação por parte do governo local promotor.

Tanto o corporativismo urbano proposto por Harvey quanto o governo promotor de Borja e Castells, são governos inseridos dentro da dinâmica capitalista, almejando, contudo, propostas que diminuam as desigualdades e processos não-democráticos. O corporativismo urbano pretende, não obstante, ser uma transição para a luta anticapitalista, enquanto o governo promotor estaria, em realidade, consolidando práticas condizentes com a competitividade interurbana.

Harvey vai desenvolver em *Cidades Rebeldes* algumas ideias atreladas, porém ampliadas, do seu artigo de 1989. Ele extrapola os limites da discussão da escala de gestão interurbana para questionar a estrutura hierárquica e do Estado. Entende que os movimentos anticapitalistas oriundos de insurreições urbanas e comunidades e coletividades de trabalhadores de economia solidária, constroem uma consciência política que efetivamente se converte em ação política. Esta ação deve, no entanto, ser consolidada em um “*nível muito mais alto de generalidade, a fim de que não retroceda, no nível do Estado*” (HARVEY, 2012, p. 268).

O autor defende ser imprescindível repensar a macro organização político-administrativa. Concorda com um sistema horizontal, tanto com o sistema confederativo de municípios autônomos proposto por Murray Bookchin, quanto a governança policêntrica de Elinor Ostrom. Contudo os problematiza, a medida em que questiona como poderiam escapar de um desenvolvimento desigual e injusto entre comunidades, tendo em vista a existência de poderes e privilégios distintos. Logo, seria necessária uma estrutura hierárquica reguladora da

distribuição de riquezas, estabelecida “ou por consenso democrático [...] ou por cidadãos como sujeitos democráticos” (HARVEY, 2012, p.270). Para tal, um Estado, especificamente um tipo não capitalista, é inevitável. Há de se questionar, porém, como se estrutura.

As forças progressistas anticapitalistas podem mobilizar-se mais facilmente para avançar rumo às coordenações globais pelas redes urbanas, que podem ser hierárquicas mas não monocêntricas, corporativas mas ainda assim democráticas, igualitárias e horizontais, sistemicamente subordinadas e federativas [...], internamente discordante e contestadas, mas solidária contra o poder da classe capitalista e, acima de tudo, profundamente comprometida com a luta para minar e finalmente derrubar o poder que as leis capitalistas de valor no mercado mundial têm de determinar as relações sociais sob as quais trabalhamos e vivemos. (HARVEY 2012, p.249)

Borja e Castells (1996) vislumbram igualmente uma reforma política radical, questionando o governo local, sua estruturação, canais com outras administrações e cidadãos, bem como sua projeção internacional. Os autores são a favor de maior autonomia local e descentralização política e administrativa - acoplada à liderança promotora da governança. Propõem uma reforma político-administrativa dos governos locais mais independentes da “legislação estatal uniformizadora” (ibid. p. 161), assumindo algumas competências de âmbito metropolitano ou antes exclusivas do Estado, e não baseando-se mais na

[...]dicotomia executivo/legislativo, numa administração centralizada e na separação rígida entre o setor público e o privado. As formas de gestão e de contratação devem assegurar a agilidade e a transparência e responder a critérios de eficiência econômica e eficácia social e não de controle político ou burocrático. (BORJA; CASTELLS, 1996, 159)

Entendem ser favorável também a presença de uma liderança personalizada, para eles, a figura dos prefeitos é de suma importância (Ibid.). Ainda, não se trata necessariamente de uma liderança exclusivamente política, e sim compartilhada (entre atores públicos e privados). Adotam-se alguns princípios para redefinir sua atuação: proximidade, capacidade, associação, demanda social e diversidade.

A autonomia assumida pelo governo local promotor visa permitir que ele possa se consolidar enquanto empreendedor, a medida em que poderá assumir grandes obras públicas – financiadas pelo Estado – delegar ou transferir competências, “criar *holdings*, consórcios ou empresas mistas” (BORJA; CASTELLS, 1996, p.162), e obrigando, enfim, uma negociação entre os setores públicos e privados, mediante associações entre eles (ibid.). O governo local deve poder ter iniciativa própria e criar empresas públicas e mistas que compitam com o setor privado. Tal estratégia se justifica, segundo os planejadores, pela impossibilidade das políticas públicas, tal como existem, de contarem com os recursos necessários ou de organização suficientes na resposta às demandas sociais.

Reconhecem também que há uma crise das identidades coletivas – por isso o trabalho em torno da construção de um patriotismo – e de participação civil. A inovação democrática teria três propósitos distintos: “a participação dos cidadãos, a cooperação social e a integração das políticas urbanas.” (BORJA; CASTELLS, 1996, p.160). Baseiam-se no princípio de proximidade, o qual Jane Jacobs (1961) abordou, propondo distritos administrativos para aproximar o poder decisório da parcela de território em questão. Para Jacobs, a dimensão do distrito é importante para permitir uma auto-gestão e relação mais próxima, promovendo a supervisão por parte dos cidadãos. Seriam, portanto, pontos de apoio para que a sociedade civil possa pressionar e exercer sua participação. Jacobs também entende que essas unidades territoriais de gestão precisam de um chefe, um servidor eleito, o qual seria submetido à influência de seus eleitores. Nota-se que sua proposta é voltada para uma reestruturação do governo local, de modo a torná-lo mais acessível e

eficiente, e não de um processo de autogestão em si, os cidadãos estariam sendo representados e ouvidos, porém não necessariamente sendo atores diretos.

Algo similar ocorre com a proposta de Borja e Castells. Embora concebam a participação dos cidadãos como importante elemento para a democracia, trata-se de um dever do governo local a sua promoção e organização. É ele o responsável por “*estimular e orientar as energias da população na direção do bem-estar coletivo e da convivência cívica.*” (BORJA E CASTELLS, 1996, p.160)

Carlos B. Vainer sintetiza, ao analisar as propostas por Borja e Castells, que a estratégia adotada é a de:

Um governo forte, personalizado, estável, apolítico, carismático, expressando a vontade unitária de toda uma cidade de manter a trégua e a coesão interna, a fim de afrontar, com base num projeto competitivo e no patriotismo cívico, as outras cidades. (VAINER, 2013, p.97)

Alerta, então, para uniformização da opinião pública, levada a aceitar as justificativas que legitimam a estrutura e compelida a se unir em nome da “cidade-pátria”.

A sugestão de Borja e Castells de atribuir maior liberdade na estrutura do sistema eleitoral, permitindo a reeleição e prolongamento de mandatos para, por exemplo, seis anos, além da eleição direta e promoção de concursos, visa estabelecer maior continuidade na gestão. Embora o problema de descontinuidade, atrelado justamente ao de promoção, seja válido para reflexão, Vainer argumenta que a estratégia acabaria por banir a confrontação, e por conseguinte, o debate acerca do projeto de sociedade. Da mesma forma, os catalães propõem que haja uma comunicação mais clara e direta entre as entidades administrativas e os cidadãos. No entanto, a descentralização territorial e funcional, ou seja, a delegação e fração mista de funções gestonárias, pode levar a menos, ao invés de mais, transparência dos processos e

responsabilidade. As soluções que propõem se baseiam em parte na insuficiência de recursos financeiros disponíveis para o Estado. Contudo, a alternativa, que seria que o Estado detivesse maior controle do excedente, só seria efetiva se houvesse uma mudança na relação de poder, desenvolvendo o controle democrático ao povo (HARVEY, 2012).

Enquanto Harvey defende a permanência de um Estado – ou similar, e Borja e Castells acreditam num governo local cada vez mais independente da figura Estatal, Lefebvre concebe a perspectiva de autogestão generalizada na qual o desaparecimento do Estado seria forçadamente consequente.

O Estado consagra-se a dominar o fenômeno urbano, não para levá-lo à sua realização, mas para fazê-lo retroceder: para as instituições que, através da troca e do mercado, estendem à sociedade inteira os tipos de organização e de gestão advindos da empresa, das instituições elaboradas durante o crescimento, com primazia dos objetivos quantitativos (quantificáveis). (LEFEBVRE, 1970, p.163)

Segundo Lefebvre, a dinâmica entre os três níveis para a leitura do fenômeno urbano (global, misto e privado) encontra-se invertida. Sua re-inversão levaria a *commande* (encomenda) a não mais ser implícita e subjugada ao Global, mais explícita e clara, para responder à demanda social partindo do nível privado. O nível misto se conforma então como mediador, não obstante, é terreno e motivo da luta. O urbano, então, se organizaria de modo a primar o desenvolvimento (qualitativo) e não mais o crescimento econômico (quantitativo). E o urbanismo não mais seria responsável pela dissimulação a favor da ilusão Estatista.

O modelo empresarial sustentado pelos governos urbanos se insere no quadro competitivo do neoliberalismo e por conseguinte, produz uma cidade mercadoria/ empresa/ pátria (VAINER, 2013) que segue a lógica capitalista das relações de classes e poder.

Resposta considerada necessária à crise, as parcerias público-privadas são apresentadas como única resolução para os governos locais. Mas o *empresariamento* urbano, na prática, constrói uma cidade dissimulada, cujos problemas reais são muitas vezes mascarados pelo embelezamento de projetos e estratégias de repercussão imprevisível e limitada. A confrontação é evitada ao passo em que as diferenças são entorpecidas, o que interessa é o consenso e estabilidade. Desigualdades não são, então, efetivamente assuntos prioritários, apesar dos planejadores Borja e Castells as colocarem como um dos problemas para o governo promotor. Poder-se-ia dizer que os planejadores Borja e Castells se englobam ao grupo de urbanistas ao qual Lefebvre se refere como cegante-cegado, pois “*parecem ignorar ou desconhecer que eles próprios figuram nas relações de produção, que cumprem ordens.*” (1970, p.142) Fazem parte dessa ilusão Estatista.

Harvey em 1989 tampouco parecia acreditar que fosse possível abdicar totalmente da dinâmica empresarial, no entanto, enxerga nela possibilidades para a luta socialista. Duas décadas depois, discorre a respeito e elabora a proposta de estratégias para uma transformação do sistema atual em corporações igualitárias autônomas e horizontais, inseridas em contexto democrático e hierarquizado, porém, não monocêntrico. Concebe corporações “*sistemicamente subordinadas e federativas*”, mas entende que um Estado é necessário para a garantia da distribuição e não competição. No entanto, para que esse novo Estado, ou similar, possa efetivamente responder ao nível privado, ao interesse comum, há de ser feita a re-inversão como colocada por Lefebvre. Harvey não apresenta uma solução específica, até por considerar os caminhos múltiplos e ainda desconhecidos, mas reconhece que deve ser levada adiante, para além dos limites do governo local. Se a “*revolução urbana é um fenômeno planetário*” (LEFEBVRE, 1970, p.107) há de se constituir uma transição à nível global.

1.1.3 O Estado-Rede

Na fase contemporânea da globalização, o *empresariamento*³ (2012) urbano desenvolveu-se de tal forma que teve seu modelo de governança complexificado. Passa a se articular nas diversas instâncias do poder público com múltiplas organizações da sociedade civil, do terceiro setor e do setor privado. A prevalência de interesses do mercado e a subsequente insuficiente capacidade dos governos em desempenhar seus papéis de reguladores redistributivos, confere ao terceiro setor maior importância no cenário político. Organizações sem fins lucrativos assumem um papel assistencialista que antes era principalmente função do Estado.

No espectro da gestão pública no Brasil contemporâneo, De Souza Coelho (2012) coloca essa abordagem como sendo a de um sistema aberto, constituindo um Estado-Rede:

[...] abarca-se desde o compartilhamento de atividades (e riscos) entre o Estado e a iniciativa privada pelas Parceria Público-Privadas (PPPs) ao dialogismo entre atores do Estado e da sociedade civil em processos decisórios de aplicação de recursos públicos, como pressupõe o Orçamento Participativo (OP). Em suma, as aplicações do Estado-Rede se traduzem em arranjos interorganizacionais – plurais e heterogêneos – entre Estado, terceiro setor e mercado, interpenetrados pelo interesse público e concertados por uma governança pública. (DE SOUZA COELHO, 2012, p.5)

Embora, como vimos, o interesse público não seja sempre assegurado pelo Estado, estabelece-se uma coalizão e a descentralização da gestão pública. O terceiro

³ Harvey resgata o termo de 1989 em *Cidade Rebeldes* (2012) para referir-se ao modelo de gestão das governanças urbanas. Na edição publicada pela editora Martins Fontes em 2014, o termo original foi traduzido como “empreendedorismo”. Para simplificar a compreensão do presente trabalho, optou-se por seguir empregando o termo da tradução da revista Espaço & Debates nº39 de 1996, embora “empreendedorismo” se aproxime mais do sentido original.

setor possui um papel social relevante, não obstante, não abarca uma totalidade, por pressupor a seleção de beneficiários (SANTOS, 2000). Milton Santos defende que a política tem a visão de conjunto como inerente à si, não podendo ser exercida parcialmente: “A *eliminação da pobreza é um problema estrutural*” (2000, p.78). O desempenho do terceiro setor não deve substituir o papel do Estado.

O Estado passa por uma diversificação de seus papéis, extrapolando sua função de intervenção (e desenvolvimentista) para atividades de regulação e catalisação (DE SOUZA COELHO, 2012). Seu foco a partir de então está orientado para um cidadão-usuário, com inovações gerenciais e descentralização de políticas e recursos, impactando seu *modus operandi*, que migra do interesse nos processos para o interesse nos resultados. A dinâmica entre Estado-sociedade apresenta duas vertentes, uma gerencial, em busca de eficiência e eficácia, e outra societal em busca de efetividade (MEZZOMO KEINERT, 1998 apud DE SOUZA COELHO, 2012). A primeira vertente diz respeito às técnicas de gestão, enquanto a segunda está direcionada à participação da sociedade civil e ao controle social. A vertente societal seria aquela que busca reestruturar o modelo de desenvolvimento local, além de reforçar a “democracia substantiva” (DE PAULA, 2005 apud DE SOUZA COELHO, 2012).

Maria Gohn (2006) explica que emerge a ampliação do conceito de cidadania no contexto brasileiro a partir dos anos 1990, após a redemocratização⁴. Passa-se pela migração de uma “*fase da participação como simples pressão pela demanda de um bem*” (GOHN, 2006, p.6) e entra-se em outra fase dotada do que ela chama de participação qualificada, envolvendo a criação de canais. Essas mudanças de paradigmas e qualificação da participação dizem respeito à participação cidadã e ao direito à cidadania. Sua efetiva aplicação depende de uma elaboração periódica e planejada de intervenção ao longo de todo o processo de uma política pública. Nesta época, surgem os conselhos gestores que, dotados de caráter

⁴ Período que sucedeu à Constituição Federal de 1988 após o fim da ditadura militar brasileira (1964-1985).

interinstitucional, consistem em instrumentos para mediação do Estado com a sociedade civil.

O debate sobre os conselhos como instrumento de exercício da democracia é um tema da agenda de propostas para a gestão pública, tanto entre os setores liberais como os da esquerda. A diferença é que eles são pensados, pelos liberais, como instrumentos ou mecanismos de colaboração, e, pela esquerda, como vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder. (GOHN, 2006)

São importantes instrumentos e sua implementação constitui um marco para a participação da sociedade civil no Brasil. Para Gohn, no entanto, a efetiva participação passa pela qualificação dela. Entende que são necessários cursos de capacitação, de modo a fornecer as ferramentas e conhecimentos suficientes do funcionamento das estruturas estatais. Somente assim os conselheiros poderão exercer uma cidadania ativa.

O Estatuto da Cidade (EC) aprovado em 2001 (lei federal brasileira nº 10.257) é outro momento importante para o planejamento das cidades e os processos participativos. Sua promulgação é consequência de décadas de articulação entre múltiplos setores de estratos sociais distintos que persistiram em concretizar sua aprovação. Segundo Ermínia Maricato (2010), o texto é fundamental, ainda que insuficiente para sanar problemas estruturais, e assume um enfoque holístico, incluindo diretrizes e preceitos sobre:

[...] planos e planejamento urbano, sobre gestão urbana e regulação estatal, fiscal e jurídica [...], regularização da propriedade informal, participação social nos planos, orçamentos e leis complementares e gestão urbana, parcerias público-privadas, entre outros temas. (2010, p.6)

O Estatuto incentiva o movimento descentralizador, é no município em que se aplica a lei do Plano Diretor, bem como o estabelecimento de um prazo para sua

elaboração, definindo diretrizes e leis orientando o desenvolvimento e crescimento da cidade. Embora a autonomia do município seja considerável, o processo participativo no planejamento da cidade torna-se obrigatório por lei. Não há, contudo, consenso para o termo “participação” e sua aplicação está ainda sujeita àqueles que a aplicam.

Gohn distingue os termos participação, co-gestão e autogestão. Para ela, o processo participativo está limitado por regras pré-estabelecidas e, enquanto a co-gestão se refere à neutralidade do Estado e uma colaboração entre classes, na prática, responde aos interesses da classe dominante. O espaço participativo que a co-gestão oferece reduz-se, assim, ao nível consultivo, sem atingir a forma deliberativa (GOHN, 1987 apud PRONSATO, 2005). Idealmente, a autogestão seria, portanto, o processo em que se atenderia realmente aos interesses da população.

1.2 POLÍTICA DO COTIDIANO E REIVINDICAÇÃO DO COMUM

1.2.1. O cotidiano

Entre a gestão urbana, ou *empresariamento* urbano, de um Estado voltado para os interesses do mercado, e o avanço da institucionalização de processos participativos no cenário brasileiro e internacional, apresentam-se alternativas construídas a partir da escala local. Mais precisamente, mediante o espaço do cotidiano.

Milton Santos (2000) expõe como proposta a constituição de uma federação dos lugares. O intuito é de que haja uma compartimentação do território, sem que ocorra sua fragmentação. No caso brasileiro, propõe que se reconstrua a federação a partir da célula local, seguindo um movimento de baixo para cima (Ibid.). São ideias que se aproximam das vistas anteriormente, mas traz à discussão a escala do cotidiano. De forma semelhante, Harvey (2012) também

enxerga potenciais brechas para um antagonismo à globalização nas culturas e tradições locais, e Lefebvre (1970) no resgate dos costumes.

Milton Santos entende por “lugares”, singularidades ao mesmo tempo globais, que reproduzem o mundo de um modo particular (2000). A escala dos lugares interessa por ser a do espaço vivido, onde pode haver um tensionamento entre a experiência presente, sempre sendo reconstituída, e perspectivas sobre as heranças e o futuro. Entende que o exercício de cidadania, sobretudo em um país como o Brasil, extenso e desigual, depende de uma revalorização dos lugares, além de uma adequação de seu estatuto político (SANTOS, 2000). Propõe uma construção de baixo para cima, partindo da escala do lugar, através de individualidades fortes e juridicamente respaldadas.

[...] vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa. (SANTOS, 2000, p.131)

Neste momento surge o entendimento, seguido por uma eventual tomada de consciência, do imbricamento entre ações e resultados na constituição do lugar. Segundo Santos, essa conscientização não é suficiente, pois pode recair sobre uma defesa individualista do próprio interesse, sem questionar ou propor um sistema alternativo. Faz-se necessária, portanto, a superação do imediatismo, de modo a manter em perspectiva as intenções finais e buscar caminhos para a sólida construção de políticas duradouras (SANTOS, 2000).

Os lugares comportam verticalidades e horizontalidades presentes no território: as verticalidades, subjugadas aos atores hegemônicos induzindo a fragmentações, e as horizontalidades, zonas contínuas das produções localizadas e

interdependentes (SANTOS, 2000). As horizontalidades dizem respeito a todos, e abarcam uma forte noção de solidariedade na produção local - econômica, social, cultural e geográfica (Ibid.). O contraponto entre verticalidades e horizontalidades reside nas oposições entre geral e local, genérico e particular, homogêneo e diverso, racionalidade e irracionalidade, tempo universal e vida cotidiana. As horizontalidades permitem a coexistência de diversas racionalidades - ditas irracionalidades - oriundas do mundo do cotidiano.

A ação do Estado cooptado induz ao desconhecimento das particularidades do território, ampliando as verticalidades, mas, ao mesmo tempo, permite um *“aprofundamento da personalidade das horizontalidades”* (SANTOS, 2000, p.125).

Um paralelo possível pode ser estabelecido com a observação que Harvey (2012) faz quando trata sobre a apropriação de particularidades pelos atores hegemônicos. Sugere que os mesmos interessados em extrair da cultura e tradições locais rendas de monopólio, acabariam por alimentar um clima político antagônico à globalização. Harvey enxerga nessa contradição uma brecha para as lutas políticas, pois, ao valorizar iniciativas locais distintas:

Também leva a valorização da singularidade, da autenticidade, da particularidade, da originalidade e de todas as demais dimensões da vida social que são incompatíveis com a homogeneidade pressuposta pela produção de mercadorias. (HARVEY, 2012, p.202)

Deste modo, defende que a autêntica produção cultural e de identidade, se dotada de autonomia, pode se apresentar como caminho para se reapropriar das marcas distintas sem recair nas estratégias capitalistas.

Lefebvre (1970) defende que é igualmente necessária uma crítica da vida cotidiana, meio para o conhecimento e superação da alienação pelas estratégias dissimuladas. A estratégia do conhecimento não pode ser isolada, mas acompanhada com a prática. Por meio de *“confrontação incessante com a*

experiência” e da “*prática da sociedade urbana (prática da apropriação, pelo ser humano, do tempo e do espaço, modalidade superior da liberdade).*” (1970, p.131) Lefebvre entende, no entanto, que a prática segue submetida ao Estado, o que impossibilita o exercício pleno de democracia concreta.

Logo, é preciso transformar essa cotidianidade, de modo que ela escape do urbanismo limitante e extrapole para um “*planejamento coercitivo do território*” (Ibid., p.136). Dentre as colocações de Lefebvre, está a de que o urbano apresenta uma positividade, a da substituição do contrato pelo costume. O costume precede o contrato – que “*fixa os limites da troca e da reciprocidade na troca*” (1970, p.162), e persiste no urbano através da vivência dos espaços e objetos comuns da sociedade urbana. O resgate dos costumes há de fazer parte da reapropriação do urbano.

Parece haver, no entanto, um fator imprescindível para a consolidação desses movimentos políticos alternativos: a solidariedade. Tanto Harvey quanto Santos compreendem que a oposição não pode se dar de forma isolada, mas em rede, ampliando o movimento. Se o modelo econômico vigente tende a confundir cidadãos e consumidores, exacerbando um cenário competitivo e fortemente individualista, sua superação passa inevitavelmente pelo resgate da solidariedade e da sociedade (SANTOS, 2000). A solidariedade, por sua vez, se reconstitui na escala local, nos lugares da vida cotidiana. É através do cotidiano que o engajamento político pode ser construído e, portanto, através do fortalecimento de uma política do cotidiano.

Para superar o estado de visão crítica e atingir a tomada de consciência, é necessário “*viver a própria existência como algo unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro.*” (SANTOS, 2000, p.132)

1.2.2. O comum

A partir de uma política do cotidiano, que passa pela participação efetiva e pelo fortalecimento autogestionário dos lugares, pode se estabelecer um modelo alternativo de gestão urbana coletiva. O conceito do comum, embora polissêmico, se apresenta em diversas interpretações como caminho para a autogestão horizontal, com forte ressonância na escala local:

A defesa do comum enfatiza a vida cotidiana, uma vez que nem o estado nem o mercado podem se aproximar tanto da qualidade de vida do dia a dia, dos cuidados das pessoas e dos espaços de reprodução e da proximidade. (MONTANER; MUXÍ, 2021, p.113)

O comum retorna ao debate político enquanto conceito e experiência, em contraponto à estratégia neoliberal dos Estados. Se situa entre as nuances da esfera pública e privada (ARENDDT, 1957), reinterpretando a forma de gerir e conceber a cidade. O trabalho de Elinor Ostrom de 1990, defendeu ser possível *“relativizar a divisão entre propriedade privada (individual exclusiva) versus coletiva (pública ou do Estado), por meio do reconhecimento de sua função social”* (apud BESSE, 2017, p.8). Ostrom desenvolveu em 1990 estudos com base em experiências de autogestão coletiva de recursos, trazendo o comum à discussão política. Seu trabalho e de seus colaboradores se tornou referência para diversos estudiosos do tema.

Os autores Dardot e Laval (2017) resgatam a origem da palavra comum: *commune* em latim, atrelada a noção de reciprocidade no fazer e responsabilidades, pressupondo o princípio político da coobrigação para todos (2017, p.25). Estabelecem o paralelo do termo em Aristóteles com a palavra *koinón*, sendo instituição do comum, e *koinónein*, de “pôr em comum”. O comum é oriundo, então, de uma determinação coletiva, dependente do “agir humano” e não como algo naturalmente compreendido como comum. Cabe a um conjunto de atores definir sua gestão e status jurídico.

Trata-se de estabelecer que o comum provém de uma atividade de pôr em comum que produz direito – no sentido daquilo que Aristóteles denomina o “justo” –, mas excluindo a possibilidade de que esse direito possa ser um direito de propriedade sobre o comum. (DARDOT e LAVAL, 2017, p.251)

O entendimento do comum enquanto algo inapropriável e indisponível é fundamental para o conceito. Bens privados são exclusivos e rivais, a medida em que seus usos podem ser restritos além de reduzir, quando usados, a quantidade de bem disponível para demais usuários. Bens públicos, por sua vez, não são nem exclusivos nem rivais. No entanto, um bem comum é o que Dardot e Laval colocam como um bem misto, posto que se trata de um bem não exclusivo e, no entanto, rival. Se estes podem ser fornecidos pelo poder público, Ostrom argumenta que “*seu uso não pressupõe necessariamente a escolha entre propriedade individual e propriedade pública*” (OSTROM, apud DARDOT e LAVAL, 2017, p.151) mas podem sim ser objetos de uma gestão coletiva que assegure seu uso duradouro.

Embora o termo “bem” seja empregado para falar sobre comuns, Dardot e Laval, assim como Jean-Marc Besse, alertam para o fato de o comum não ser propriamente um bem, por não se tratar de algo que possa ser adquirido, não constituir algo apropriável. Os comuns seriam constituídos e preservados a partir do comum enquanto princípio político (DARDOT e LAVAL, 2017, p.49).

Michael Hardt e Antonio Negri (2009) abordaram igualmente o conceito, abrangendo a noção de bens naturais e humanos, mas, sobretudo, do comum enquanto coabitação em um *mundo* comum:

Pelo termo “comum” referimo-nos, em primeiro lugar, à riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra e todas as dádivas da natureza –, o que nos textos políticos europeus clássicos em geral é considerado herança da humanidade como um todo, a ser compartilhada por todos. Mais ainda, também consideramos fazerem parte do comum os resultados da produção social que são necessários para a interação social e para mais

produção, como os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante. Esse conceito do comum não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais. (2016, p.7)

A ideia do comum enquanto meio das relações é igualmente desenvolvida por Jean-Marc Besse em *Paysages en commun* (2017), no qual recupera os significados atribuídos ao termo “comum” de modo a incorporar a paisagem. Argumenta que paisagens são comuns à medida em que são recursos comuns para a vida humana, suas necessidades gerais, sociais, psicológicas e políticas, além de conformarem justamente os lugares e condições do comum. A paisagem se constitui enquanto uma experiência “sensível, corporal e física do mundo” (2017, p.8)⁵. Experiência esta não exclusiva, mas que Besse diz ser rival, abrindo espaço para a discussão política. A paisagem também expressa a história humana, podendo ser incorporada ao conjunto de patrimônios históricos, para a memória e, principalmente, para “a questão da organização das condições para a abertura de novos horizontes históricos.” (2017, p.9, tradução nossa)⁶. Enfim, a paisagem faz parte da herança das “terras comuns”, àquelas acessíveis a usuários, ainda que não sejam proprietários. Trata-se aqui de apontar para o fato de alguns usos da paisagem serem conflitantes com a ideia de propriedade exclusiva. A paisagem enquanto comum deve ser acessível para livre circulação, sem que sejam feitos usos exclusivos ou mercantis (BESSE, 2017).

Se a paisagem é, em um primeiro momento, apresentada como fazendo parte dos comuns, Jean-Marc Besse a insere igualmente na discussão do comum. A questão diz respeito principalmente onde ele é contemplado. Para o autor, a reflexão

⁵ “Le paysage comme expérience sensible, corporelle et physique du monde”

⁶ “[...] la question de l’organisation des conditions pour l’ouverture de nouveaux horizons historiques.”

acerca do comum é indissociável da leitura e experiência dos lugares, logo, indissociável da paisagem. O exercício do fazer da paisagem, sob o espectro do comum, “[...] *é combinar a ação sobre um espaço e a interação interna de um coletivo: é um fazer em comum, um fazer com*” (2017, p.11, tradução nossa) ⁷. A paisagem seria, então, o lugar de instituição do comum.

Assim como Hardt e Negri (2016), no que tange o comum, Jean-Marc Besse entende a dualidade entre natureza e cultura, entre humanos e não-humanos, como algo inexistente. A ideia é, portanto, de que coexistimos em um mundo comum, um meio que não é exclusivamente humano, mas também dos animais, plantas, da terra, do sol, etc. A paisagem é este meio comum (BESSE, 2017) que é “[...] *ao mesmo tempo a relação entre seres humanos e a relação entre os seres humanos e o mundo. A paisagem é uma questão de ecologia política.*” (Ibid, p.13, tradução nossa)⁸

Podemos estabelecer um paralelo a essa coabitação num meio comum, com o que Jacques Rancière denominou de “partilha do sensível”. Haveria simultaneamente um comum partilhado e suas partes exclusivas, mas que não subentende posse, formando uma partilha do sensível.

Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p.15)

Ao apresentar o conceito de partilha, Rancière aponta para a presença de rivalidade no uso do comum. Quando expõe as partes exclusivas, parte do pressuposto de que há conflito, a tomada de parte pode desfavorecer outros. E essa participação na partilha do comum não é, segundo o autor, equilibrada. Para exemplificar resgata Platão, segundo o qual os artesãos eram desprovidos de

⁷ “[...] faire du paysage, dans la perspective du commun, c’est combiner l’action sur un espace et l’interaction au sein d’un collectif: c’est un faire en commun, un faire avec”

⁸ “[...] le paysage est à la fois relation entre les humains et relation entre les humains et le monde. Le paysage est une question d’écologie politique.”

tempo para dedicar a outra coisa que não o seu trabalho, não podendo assim, “participar das coisas comuns” (2005, p.16). A partilha do sensível evidencia a condição de apartados, àqueles cuja ocupação exclui e oculta.

É a ideia de uma partilha do sensível: uma impossibilidade de fazer “outra coisa”, fundada na “ausência de tempo”. Essa “impossibilidade” faz parte da concepção incorporada da comunidade. Ela coloca o trabalho como encarceramento do trabalhador no espaço-tempo privado de sua ocupação, sua exclusão da participação ao comum. (RANCIÈRE, 2005, p.64)

Aqui o termo comum não se refere tanto ao princípio político como visto por Dardot e Laval, mas ao *meio* comum, à paisagem por assim dizer. A exclusão na participação, o desequilíbrio na partilha, é por uma ausência do comum enquanto ação política que busca novas formas do fazer coletivo.

1.2.3. A partilha democrática da paisagem

O fortalecimento da argumentação em defesa do *empresariamento*, mais especificamente, o questionamento do papel do Estado, teria não obstante, impulsionado o “retorno do comum”. (DARDOT E LAVAL, 2017, p.15). Dardot e Laval entendem que o comum propõe uma saída a escolha entre Estado ou mercado, recusando a ideia de que o Estado possa se efetivar como via para superação do capitalismo: “[...] “comum” se tornou a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista.” (2017, p. 18). A isto, podemos acrescentar o que Hardt e Negri (2016) haviam especulado, de que tal transição já estaria em curso. Argumentam que o capital, enquanto relação social, depende de “subjetividades produtivas”, e que as novas formas de produção dependem de um crescente grau de liberdade, bem como acesso ao comum. Exemplificam com as inovações em tecnologias computacionais que usam bases de dados abertos e conformam redes de conexão

e trocas. Como vimos, David Harvey (2012) aborda também este potencial de inversão ao tratar do capital simbólico coletivo e da reapropriação das singularidades exaltadas. Hardt e Negri entendem que esse projeto político, o comum, deve partir da produção da própria subjetividade. Assim, há de se reorientar o horizonte de modo a transformar o “devir”, através da *“luta pelo controle ou autonomia da produção de subjetividade.”* (2016, p.10)

Quando Rancière (2005) defende a prática artística como espaço emancipatório do fazer, na qual a distância entre a arte e o trabalho é suprimida, está colocando justamente um meio para tomada de controle da construção de subjetividades. Para além disso, é posta a possibilidade de uma nova partilha do sensível democrática:

[...] o faz na medida em que é produção, identidade de um processo de efetuação material e de uma apresentação a si do sentido da comunidade. [...] Produzir une ao ato de fabricar o de tornar visível, define uma nova relação entre o fazer e o ver. (2005, p.67).

É nessa relação entre o fazer e o ver que há uma *“recomposição da paisagem do visível”* (RANCIÈRE, 2005). É pela produção e ação que se pode dar visibilidade aos excluídos da participação e constituir um comum.

Se a inversão política está encaminhada, ela é movida pela busca coletiva de formas democráticas novas (DARDOT E LAVAL, 2017, p.19), por meio da autogestão dos coletivos humanos, a qual Besse chama de democracia radical ⁹(2018, p.5). Diz respeito a uma outra forma do fazer político, sendo mais um *“agir comum”* que *passa pela formulação coletiva de regras e modos de governança: deliberação, participação, associação, coprodução.* (BESSE, 2018, p.9).

Movimentos de oposição e resistência à lógica neoliberal e de luta pelo comum tomam fôlego, como “movimento das praças”, lutas estudantis, as novas “primaveras” dos povos, e mobilizações para o controle popular de distribuição

⁹ “la possibilité d’un autogouvernement des collectifs humains, autrement dit de la démocratie radicale (le commun).”

de água. (DARDOT E LAVAL, 2017). Podemos acrescentar os cada vez mais presentes ativismos e “artivismos” pelo uso e transformação do espaço urbano, conformando corpos coletivos a partir de subjetivações. Bem como a tendência de passar do do-it-yourself para um do-it-together, entendendo a ação prática como um fazer junto. Estes são exemplos do que Faranak Miraftab (2016) entende por espaços inventados. A autora aponta para a diferença entre o que ela chama de espaços convidados, onde a ação dos cidadãos está enquadrada e é selecionada por grupos dominantes, e espaços inventados, cuja ação é insurgente e criativa. No entanto, somente os primeiros costumam ser postos como adequados para dar voz aos cidadãos, enquanto os segundos são frequentemente criminalizados. Propõe assim, um planejamento insurgente que não somente considere os espaços convidados, mas que também incorpore os inventados. Alerta, contudo, que há de se compreender a dinâmica mutante do capitalismo de modo a poder reinventar os “*espaços de ação através de “práticas de ruptura e criação”.*” (2016, p. 369).

Jean-Marc Besse questiona, também, em que medida a paisagem estaria implicada na luta por essa democracia radical e, mais precisamente, aonde. Traz então três exemplos:

Os jardins compartilhados: Um jardim compartilhado é concebido, criado e mantido pelos habitantes de um mesmo bairro que se sentem envolvidos por este espaço e que se reúnem por conta disso. O jardim compartilhado não é decretado “por cima”, ele existe enquanto for mantido coletivamente, no sentido de uma convivialidade; *Os projetos de reapropriação e de transformações coletivas ou de uso coletivo de espaços públicos (tais como praças) e de conjuntos arquitetônicos, ou de espaços urbanos, abandonados e desocupados [...], as ZAD (zonas a defender¹⁰), que se*

¹⁰ ZAD's são ocupações de espaços e movimento de resistência contra projetos neoliberais presentes na Europa e originado na França, contra a transferência de um aeroporto para Notre-Dame-des-Landes.

originou em uma perspectiva de reivindicação e resistência, e mais amplamente os movimentos de cidadãos e ativistas contra grandes projetos urbanísticos considerados prejudiciais ao meio ambiente, aos territórios e à vida das populações locais. (2018, p. 10, tradução nossa)¹¹

Estes lugares de luta se dão no – e pelo – espaço livre, são lutas pela paisagem e por uma partilha do sensível, justa e democrática. Constituem por meio da ação e co-presença de corpos no espaço livre, o comum.

Miraftab, bem como Dardot e Laval, comentam e trazem como exemplos o movimento do Parque Gezi e da praça Taksim em Istambul na primavera de 2013. O caso se deu em um espaço público chave da cidade, em resistência à sua demolição que daria lugar a um shopping center. Miraftab (2016) explica que tanto cidadãos quanto organizações civis fizeram uso dos meios representativos oferecidos, “os canais liberais”, para se opor ao projeto, mas não obtiveram sucesso. Os espaços convidados não foram suficientes e, quando chegou o dia da demolição, ocuparam a praça mas foram fortemente reprimidos. Deu-se início a diversos atos performáticos de insurgência com base no lugar, atribuindo-lhe “*um novo significado através do uso imaginativo de seu espaço público.*” (Ibid, p.372) e tornando-se “*um espaço de vida, um lugar onde se experimentava a comunhão de práticas e formas de ação.*” (DARDOT E LAVAL, 2017, p.20).

Miraftab conta, dentre as ações, duas pouco convencionais e bastante imaginativas. Na praça Taksim, um homem ficou parado por oito horas consecutivas frente à “*efígie do tamanho de uma parede de Ataturk, pai da nação e de seu moderno estado na Turquia.*”(2016, p.372). A performance não somente pôs

¹¹ “*Les jardins partagés: un jardin partagé est conçu, élaboré et entretenu par les habitants d’un même quartier qui se sentent concernés par cet espace et qui se sont réunis pour cela. Le jardin partagé ne se décrète pas “par le haut”, il ne vit que pour autant qu’il est entretenu collectivement, dans le sens d’une convivialité; les projets de réappropriations et de transformations collectives ou d’usages collectifs d’espaces publics (comme les places) et d’ensembles architecturaux, ou d’espaces urbains, délaissés et désaffectés [...] les ZAD (zones à défendre), qui se placent dans une perspective de revendication et de résistance, et plus largement les mouvements de citoyens et d’activistes contre de grands projets d’aménagement qui sont considérés comme préjudiciables à l’environnement, aux territoires et à la vie des populations locales.*”

em xeque as forças policiais, que não souberam a princípio como reagir a uma ação imóvel, como trouxe a presença corporal de pessoas. Muitos se uniram a ele e replicaram a forma de protesto, ao seu lado e em outras cidades turcas.

Essa simples presença de corpos no domínio público, como Judith Butler e Athanasiou (2013) ressaltam, gera uma certa força performática através do “Nós estamos aqui”, mensagem que também poderia ser re-lida como “Nós ainda estamos aqui” a despeito dos esforços persistentes de despossessão e opressão. (2016, p.372).

Um segundo caso foi a “Mesa na Terra”. Para quebrar o jejum do Ramadan, compartilharam a comida em uma grande mesa instalada nos trilhos do bonde que atravessa a avenida Istiklal, em área com comércio e restaurantes de luxo.

Dardot e Laval observam que houve um esforço externo em atribuir uma identidade individual ao movimento, mas a “*subjetivação coletiva ali em ação estilhou todas as separações identitárias*” (2017, p.20). A experiência coletiva bem-sucedida em Istambul, embora de resistência, constituiu um comum que abre espaço para a discussão de um planejamento imaginativo, um planejamento insurgente e humano (MIRAFTAB, 2016).

A efervescência de lutas pela instituição do comum tem encontrado forte expressividade no espaço livre urbano, reivindicando uma gestão coletiva da paisagem. Se a paisagem é “*uma experiência do horizonte enquanto presença do invisível no coração do visível*” (BESSE, 2018, p.12, tradução nossa)¹², ela traz a tensão do futuro que se anuncia no presente. Em *Ver a Terra*, quando escreve sobre a obra de Bergson em Péguy, coloca que: “*Tornar-se sensível ao presente é apreender nele a atualidade das possibilidades que se anunciam.*” (2006, p.100).

Miraftab também apresenta este futuro enquanto horizonte aberto, plural e indefinido, o que torna possível a reinvenção do que pode determiná-lo. Há de se

¹² “une expérience de l’horizon comme présence de l’invisible au cœur même du visible.”

atrever e liberar a imaginação para expandir o devir, há de se “*descolonizar a mente*” para possuir autonomia na produção de subjetividade.

1.2.4. A política do cotidiano

O comum então se estabelece a partir da paisagem, por uma partilha do sensível democrática. Se manifesta pelo corpo coletivo no espaço: “*Onde melhor se reflete a defesa do público e do bem comum é no próprio espaço público.*” (MONTANER; MUXÍ, 2021, p.75). E é através da escala do lugar que as subjetividades e singularidades podem ser resgatadas, em um processo solidário de gestão comum.

Para estabelecer uma “política do cotidiano” para a gestão dos comuns, faz-se necessária uma reestruturação dos modos de governança urbana e do próprio urbanismo. A administração pública tem por desafio potencializar os espaços inventados (MIRAFTAB, 2016) sem que os mesmos sejam integrados de tal modo que percam sua autonomia. Josep Maria Montaner e Zaida Muxí, arquitetos que participaram da gestão municipal de Barcelona, na Espanha, comprometidos com o comum, reconhecem que

De fato não é fácil para a administração potencializar uma gestão auto-organizada do patrimônio comum de modo a não cair na burocracia, na morosidade e na homogeneização que envolve o público. (MONTANER; MUXÍ, 2021, p.105)

Não se trata aqui da proposta do Estado se isentar de suas responsabilidades redistributivas e garantidoras do bem-estar social, mas do encontro “*do público - gerido de cima para baixo - com o comum - autogerido horizontalmente*” (MONTANER; MUXÍ, 2021, p.115). Os arquitetos defendem um urbanismo comum que também seja ecofeminista. Entendem que a defesa do comum, muito atrelada ao universo dos cuidados e do trabalho, deve ser feminista e se orientar pelos

princípios de igualdade. Amplia-se ao cuidado da sociedade e da natureza, mas mediante uma corresponsabilização equitável (Ibid.).

As experiências do comum ocorrem em diversos locais e escalas, mas, para os autores, o ponto chave consiste em extrapolar da escala menor, como da horta, para escalas maiores e mais complexas, como do bairro (Ibid.). Consiste na passagem à gestão de uma parcela maior do território, envolvendo mais comuns e podendo influir em políticas públicas.

Quando nos aproximamos da “escala da vida cotidiana”, a escala do bairro é crucial: é aquela em que os cidadãos percebem seu território, onde estão seus afetos e redes sociais, onde utilizam equipamentos imprescindíveis, como praças, feiras, escolas, bibliotecas e postos de saúde, e onde percebem as necessidades, os problemas, as vulnerabilidades e as oportunidades. (MONTANER; MUXÍ, 2021, p.158)

A escala do bairro, como visto anteriormente, é abordada por diversos teóricos como àquela da aproximação com o cotidiano e a população. O comum, contudo, propõe não mais uma descentralização ordenada pelo Estado, mas auto-organizada de baixo para cima, com o qual a Estado se articula.

CAPÍTULO 2

INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS E GESTÃO DE PRAÇAS

2.1. O DIREITO AOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

A fim de abordar a noção de direito ao espaço livre público, é importante discorrer a respeito do entendimento dos termos espaço livre e público, bem como de sua relevância para a vida cotidiana e manifestação política, em particular na cidade de São Paulo.

O conceito de “espaço livre” é aqui compreendido como espaço livre de edificações, independentemente de sua natureza fundiária. Se aplica, portanto, tanto a praças, parques, praias, ruas, quanto a quintais privativos, terrenos baldios ou recuos laterais (MAGNOLI, 1982; QUEIROGA, 2012). Embora seja com frequência atrelado às áreas verdes, os espaços livres podem igualmente ter solo impermeável, não sendo feita distinção de materialidade. O sistema de espaços livres (SEL), por sua vez, é composto pelos elementos em si e a relação entre a totalidade desses espaços em um determinado recorte (QUEIROGA, 2012). Apesar de não serem necessariamente contínuos, detém interações múltiplas e complementares, como para a drenagem, o microclima, a circulação e o convívio.

Os espaços livres possuem um papel fundamental para uma compreensão e planejamento integrado do território. Em áreas urbanas, os espaços livres públicos, enquanto bens de uso comum do povo¹³, são elementos essenciais na constituição da cidade, muitas vezes representando a principal parcela do tecido urbano e com maior conexão física dentro do SEL. Estão intimamente ligados à vida coletiva e cívica:

O espaço aberto da vida coletiva apresenta-se, pois, para nós, como um órgão da vida democrática e o primeiro instrumento urbano para a tomada de consciência social tão necessária para a dinâmica civilizatória. (KLIASS, Rosa; MAGNOLI, Miranda, 2006)¹⁴

¹³ Àqueles espaços livres públicos de caráter não alienável, cujo uso não requer autorização comunitária ou igualitária. (QUEIROGA, 2012, pp:85-86)

¹⁴ Kliass, R. G., & Magnoli, M. M. (2006). Áreas verdes de recreação. *Paisagem E Ambiente*, (21), 245-256. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i21p245-256>

A praça é um subespaço do SEL com estreita proximidade da vida urbana, em especial da escala do bairro. Distingue-se do parque, mesmo quando ajardinada, na medida em que sua fragmentação em subespaços é menos intensa e costuma priorizar a co-presença e reunião. A praça, por ser mais larga, é um espaço muito mais característico de permanência que a rua, ainda que esta possa se dotar de igual pracialidade¹⁵. Nela ocorrem atividades tanto diárias quanto esporádicas, espontâneas ou planejadas. As manifestações sociais que a praça abarca são tão diversas quanto podem ser seus usos. São lugares do convívio e do confronto, onde se justapõem alteridades e aproximações, permitindo um pleno exercício cívico.

Historicamente, da ágora grega aos protestos civis, da queima de bruxas às representações do Estado ou da Igreja, as praças foram, com frequência, palco de ações políticas. Por estes motivos, são símbolos dos poderes exercidos através delas. A praça é lugar de visibilidade, seja da presença ou da ausência.

Em contextos urbanos distintos e a depender de sua morfologia, a praça pode se prestar mais ou menos a determinadas apropriações. No entanto, não se trata propriamente de vocações intrínsecas, uma vez que são mutáveis e atreladas a identidades que lhe são coletivamente atribuídas. Os vínculos tecidos entre a praça e a sociedade civil e da sociedade civil através da praça, são mais relevantes para a compreensão dos usos do que o desenho em si.

É possível, portanto, compreender a praça como o mais próximo espaço livre da vida cotidiana coletiva. Expressa relações sociais e espelha as dinâmicas contemporâneas, carregando simultaneamente história e memória. É signo do lugar, por ser *“síntese do espaço intra-urbano em que está inserida”* (QUEIROGA, 2001, p.185).

¹⁵ Conceito, para referir-se às características próprias das praças públicas que propiciam convívio, encontro e manifestações da esfera pública, mas que podem ser encontradas nos mais diversos espaços (QUEIROGA, 2001).

2.1.1. A ação do Estado sobre o sistema de espaços livres

A constituição de espaços livres é principalmente ditada, de forma direta ou indireta, pelo Estado (MACEDO, 2012). Podendo ele agir diretamente no espaço livre público, com ações concretas e visíveis, ou indiretamente, por meio do poder legislativo, regulamentando e induzindo ações por outros agentes.

Definido por lei federal¹⁶, ao menos 35% das áreas da gleba deveriam ter destinação pública. Dessa porcentagem, 20% costumam ser compostos pelo sistema viário, enquanto 10% são para os espaços livres destinados ao convívio e lazer. No município de São Paulo, o equivalente deste percentual é maior, de 40% e 15% respectivamente. Queiroga (2012) chama a atenção para a expressividade do sistema viário dentro do sistema de espaços livres, e do subsequente impacto que ele tem para o orçamento público. Integram o sistema viário tanto os leitos carroçáveis quanto as calçadas. Contudo, há com frequência uma diferença na manutenção deles: enquanto as prefeituras zelam pelos leitos carroçáveis, as calçadas tendem a ser de responsabilidade dos proprietários dos lotes adjacentes. Essa distinção tem implicações significativas na constituição do passeio público, levando a uma frequente fragmentação que pode comprometer a circulação adequada de pedestres.

A preponderância da importância atribuída ao leito carroçável com relação às calçadas está atrelada em grande medida ao rodoviarismo. Durante a segunda metade do século XX passa a ser priorizado o veículo automotor como meio de transporte, momento no qual se consolida a indústria automobilística no Brasil. O planejamento urbano incorpora este modelo através de políticas públicas, impactando drasticamente o desenho da cidade. Alargam-se as vias para os carros

¹⁶ A LEI Nº 6.766/79 determinava que para qualquer loteamento urbano 35% da área da gleba a ser parcelada deveria ser de propriedade pública. No Governo de Fernando Henrique Cardoso, nova lei flexibilizou este percentual, facultando a cada município determinar o percentual mínimo de espaços públicos dos loteamentos observando que “serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem” (LEI 9785/99).

em detrimento das calçadas e praças, condicionando o pedestre a uma estreita e negligenciada passagem. Em áreas mais centrais, o fluxo intensificado de veículos comprometeu consideravelmente o acesso e fruição de muitas praças.

Um marco da política pública rodoviarista em São Paulo, foi o Plano de Avenidas implementado por Francisco Prestes Maia, então prefeito (1938-1945). Deixou-se de lado o plano da empresa Light¹⁷, que propunha uma rede integrada de metrô e bondes. Essas escolhas, para além das consequências para a mobilidade e vida coletiva, tiveram fortes repercussões ambientais, que afetam a vivência da cidade. Diversos de seus leitos de córregos, por exemplo, foram utilizados para a criação de avenidas, como a 23 de maio sobre o córrego Itororó ou a 9 de julho sobre o Saracura. A principal estratégia do planejamento urbano com seus recursos hídricos foi por muito tempo a de desnaturalização, estabelecendo uma relação de distanciamento da população com os cursos d'água.

Este período, marcado por significativas transformações no modo de ocupação do território, é também acompanhado por um forte crescimento populacional. São Paulo passa de 900 mil a 6 milhões de habitantes entre 1930 e 1966 (CALLIARI, 2016). Expande-se em um duplo movimento, adensando as áreas centrais e espraiando-se.

Uma parte considerável do contingente migrante que chegou a São Paulo foi levado a ocupar áreas desprovidas de infraestrutura básica, dando origem a aglomerados subnormais. Com o crescimento populacional da cidade, há um aumento significativo da população residente em favelas. A intensificação da subsequente segregação territorial ao longo dos anos está intrinsecamente relacionada à deficiência de políticas públicas adequadas de moradia e ocupação do meio urbano. Sucede uma frequente ocupação de áreas de proteção ambiental, àquelas menos atrativas para o mercado imobiliário, acarretando consequências

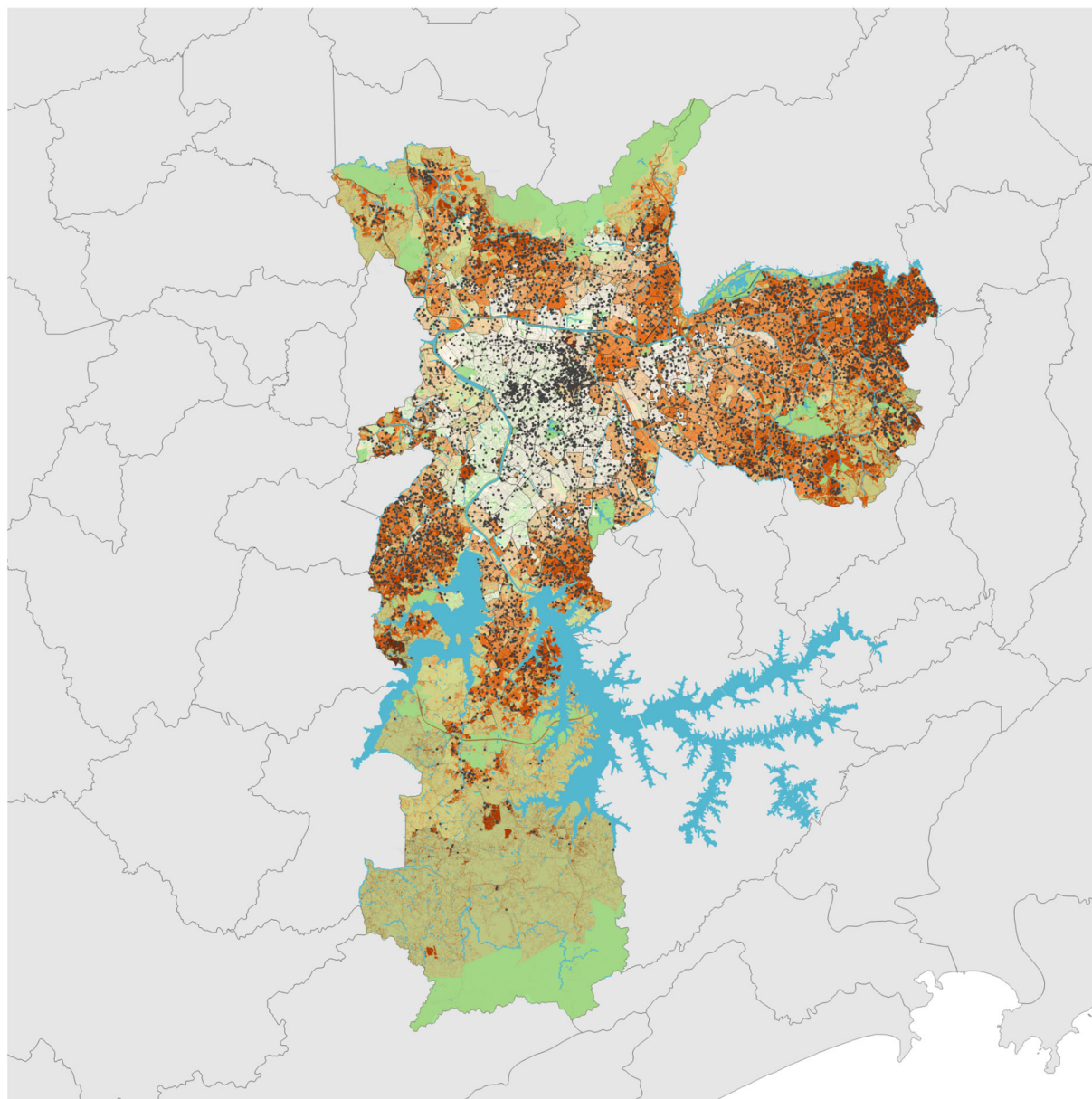
¹⁷ *The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited.*

negativas tanto para o meio ambiente como para a população, sujeita a viver em áreas de risco.

Para além do acesso desigual à moradia, a distribuição dos equipamentos de saúde, educacionais, culturais e esportivos, se dá majoritariamente na região do Centro Histórico e do Centro Expandido (com forte presença de equipamentos privados). Ocorre o mesmo movimento com relação à acessibilidade a espaços livres públicos para o lazer e a arborização dos bairros. “O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. O critério definidor é o do mercado ou da localização.” (MARICATO, 2013, p.161). Houve, contudo, um esforço por parte de certas gestões públicas em investir na construção de equipamentos públicos em áreas de maior vulnerabilidade social.

A formação socioespacial brasileira é, desde seu início, caracterizada por uma forte divisão de classes (QUEIROGA, 2012). O prevaletimento de políticas urbanas que favorecem a elite resulta na construção desequilibrada do território, apresentando diferentes e desiguais níveis de acesso a bens e serviços. Assim, o lugar no qual cada indivíduo se encontra determina, de certo modo, o seu grau de cidadania.










Por volta dos anos 70 começam a surgir novas formas de ocupação do tecido urbano, são elas os condomínios residenciais fechados, os centros empresariais e os *shoppings centers*. Calliari (2016) propõe abordá-los como parte de um mesmo objeto, cuja relação com o espaço livre público é a do cercamento. Tal compartimentalização reflete a tendência de um distanciamento da elite do espaço livre público em direção aos espaços privados. Este processo excludente é sintomático da separação espacial de classes e do crescente tratamento do cidadão enquanto consumidor. O abandono das praças se verifica também, e não por acaso, no progressivo descaso do poder público com o cuidado destes espaços. Com frequência, as praças centrais negligenciadas passaram a ser ocupadas por moradores de rua, contribuindo para o sentimento de insegurança, muito utilizado para justificar exclusões urbanísticas.



0 10.000 20.000 m



Figura 01 - Mapa do município de São Paulo dos espaços vegetados, praças e Índice de Vulnerabilidade Social, censo 2010.

Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA)	
 0,04 - 0,113	 0,277 - 0,317
 0,113 - 0,178	 0,317 - 0,355
 0,178 - 0,235	 0,355 - 0,393
 0,235 - 0,277	 0,393 - 0,44
	 0,44 - 0,505

E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados. Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. (SANTOS, 1987, p.64)

De certo modo contraditório, entre os anos 60 e 80 o Estado deteve forte controle sobre parte da produção do território (MACEDO, 2012). A despeito da prioridade atribuída ao carro¹⁸, a cidade viu igualmente consolidar-se a figura do parque urbano e a transformação de vias para uso exclusivamente peatonal no centro, os chamados “calçadões”. Para Francine Sakata:

O Estado historicamente investe nos espaços livres da cidade para marcar seu poder e sua presença. [...] Os governos também constroem seus símbolos de poder no espaço público. Entretanto, não mais para somente representar o poder e exercer controle ideológico, mas para divulgar a imagem de uma administração eficiente e empreendedora de ações sociais. (SAKATA apud MACEDO, 2012, p.87)

Se tais políticas públicas podem responder à busca por visibilidade por parte do Estado, elas dizem igualmente respeito à crescente importância atribuída às áreas verdes. Neste momento, ainda que incipiente, há um reconhecimento em âmbito nacional da necessária preservação de áreas verdes pela questão ambiental. Criam-se instrumentos legais para a preservação da cobertura vegetal, como o

¹⁸ Este período coincide com o regime de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), que reforça o incentivo à indústria automobilística e à construção de rodovias. Na cidade de São Paulo, gerida por prefeitos indicados e não eleitos, a mesma lógica é adotada. É o caso da simbólica construção do então Elevado Costa e Silva, nomeado em homenagem ao segundo “presidente” do regime militar, atualmente conhecido como Minhocão.

Código Florestal (Lei Federal 4771/65), que estabelece as Áreas de Preservação Permanente (APP).

Em São Paulo, iniciativas nesse sentido, como o *Plano de Áreas Verdes (1967-69)*¹⁹, o relatório *Política do verde para a cidade de São Paulo*²⁰ (1975), a criação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) (1993), contribuíram para a implementação de novos parques urbanos. Para além da questão do verde, ou seja, da cobertura vegetal, também são considerados nos planos os espaços livres para o lazer. No início dos anos 2000 em São Paulo, deu-se seguimento à implementação de parques, como com o *Programa 100 Parques para São Paulo* (SVMA, 2008).

Foi um momento importante para o ordenamento urbano com a promulgação do Plano Diretor Estratégico (PDE) em 2002. O plano seguinte foi aprovado em 2014, com nova revisão recém aprovada em 2023. O PDE de 2014 trouxe alguns incentivos às doações de áreas livres privadas para fruição pública, ou ainda à construção de “fachada ativa”, ou seja, comércios no térreo de empreendimentos, de modo a colaborar com a circulação segura e mais fluida de pedestres nas vias públicas.

A gestão da prefeitura de Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores - PT) neste período, entre 2013 e 2016, demonstrou claras intenções de incentivo ao uso do espaço livre público, sobretudo em áreas centrais. A gestão estabelece uma série de políticas públicas com esse intuito, como o Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania²¹ (2014). Este plano tem como diretriz fortalecer o exercício da cidadania e ressignificar o espaço público através da articulação

¹⁹ As arquitetas Rosa Kliass e Miranda Magnoli coordenam uma equipe que propôs à Prefeitura, ao final dos anos 1960, o Plano de Áreas Verdes. Apontam para a urgente necessidade de criação de mais parques públicos e alertam para a construção de equipamentos no lugar de áreas verdes. O estudo classifica e sistematiza ainda diferentes tipos de parque e propõe uma distribuição mais equilibrada na cidade.

²⁰ Elaborado pela extinta Coordenadoria Geral de Planejamento - COGEP.

²¹ Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Apresentacao_Comunicacao.pdf> Acesso em 13/07/2023.

entre iniciativas da sociedade civil e ações do governo. O plano teve como desdobramentos três projetos pilotos: Cidadania nas Ruas da Luz – Casa Rodante; Projeto Wikipraça²² e Cidadania nas Ruas – Praça da Kantuta. Relacionadas a essa política pública, foram organizadas algumas edições do Festival de Direitos Humanos "Cidadania nas Ruas", promovendo atividades culturais no espaço público, diálogos sociais com temáticas específicas como “território e direitos”, e ainda uma “arena política de participação social” para debater em praça pública assuntos atrelados às novas formas de participação social.

Em concordância com a agenda da prefeitura à época, foram criados diversos programas para qualificar a ocupação do centro da cidade, como o Centro Aberto (2013), e resgatar espaços ocupados por carros, como o Ruas Abertas (2016 e 2018) e a lei dos parklets (2014).

O Programa Centro Aberto contemplou cinco praças e largos, além de uma rua com intenso fluxo de pedestres²³, intervindo em pequena escala para ampliar espaços públicos de convivência, mediante dinâmicas de pesquisa com frequentadores. O programa contribuiu efetivamente para a intensificação da apropriação destes espaços, sem que fossem necessárias grandes estruturas (SOBRAL, 2021). Da mesma forma, o Ruas Abertas, como o próprio nome diz, consiste na simples abertura de ruas em diversas regiões (previsto ao menos uma por subprefeitura) da cidade aos domingos e feriados, permitindo a livre circulação de pedestres e ciclistas, atrações socioculturais e esportivas, podendo dotar as vias, como a Av. Paulista, de intensa pracialidade. Participaram do processo de criação do programa um conjunto de organizações em prol da mobilidade à pé e ciclista (SampaPé!, Minha Sampa, Bike Anjo São Paulo e Cidade Ativa), que estiveram ativos de forma voluntária e independente para a gestão do Ruas Abertas, através dos Zeladores das Ruas Abertas. Embora estejam previstos

²² O Wikipraça diz respeito ao fornecimento de redes Wi-Fi em certas praças públicas, ampliando o acesso à conectividade.

²³ Programa Centro Aberto, disponível em: <Gestão Urbana SP (prefeitura.sp.gov.br)>. Acesso em: 26/06/23.

Conselhos Gestores, foi igualmente estabelecido um Comitê intersetorial de ruas abertas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. A gestão do Ruas Abertas reflete a complexidade contida ao longo de uma via pública, por isso, deve articular diversos atores, como os residentes, comerciantes, ambulantes, artistas, instituições, ativistas e o poder público.

Este período de governo implementou diversos programas e leis com elaboração conjunta da sociedade civil para ampliar, através de canais participativos e modelos co-gestionários, o uso do espaço livre público. É o caso também da Lei de Gestão Participativa de Praças (16.212/2015), abordada mais adiante, que visa promover praças desejadas pela população. Essa dinâmica se deve por uma vontade política da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) de estar aberta à cooperação, incorporando os espaços livres à estratégia de ampliação da cidadania.

O orçamento destinado à SVMA teve, contudo, uma expressiva baixa ao longo dos últimos anos (Figura 02). A previsão no orçamento no ano de 2023 segue na porcentagem de 0,6%, próxima às anteriores. A baixa é acompanhada igualmente por um movimento de concessão de parques à gestão privada, como veremos mais adiante, indicando uma provável intenção de reduzir investimentos nessa área.

Em contrapartida, em 2022 é aprovado o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL). Trata-se de um importante instrumento de planejamento urbano²⁴ que tem por objetivo “*definir uma política de gestão e provisão de áreas verdes e de proteção do patrimônio ambiental do município de São Paulo*” (SVMA). Representa, portanto, a possibilidade de remediar a falta de políticas públicas contínuas pelos espaços livres públicos. O plano propõe diversas diretrizes para estes²⁵:

²⁴ Resolução CADES 228/CADES/2022

²⁵ O PLANPAVEL entende por espaços livres àqueles espaços não ocupados por edificações de domínio público ou particular, vegetados ou não.

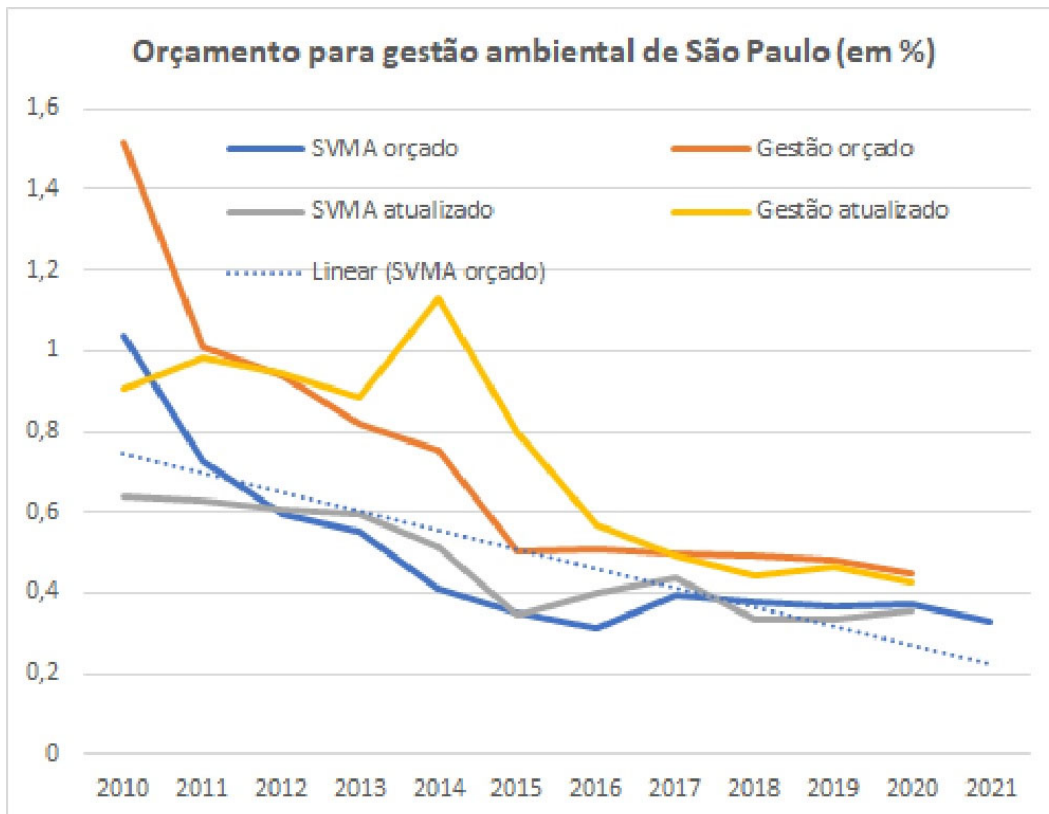


Figura 02 - Gráfico com evolução do orçamento para gestão ambiental do município de São Paulo. Fonte: Fórum Verde Permanente e SVMA, 2020²⁶.

- Priorizar a requalificação viária no entorno de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde.
- Propor parâmetros urbanísticos de ocupação do solo que possibilitem a provisão de espaços livres com qualidade ambiental e urbana.
- Promover o aumento da permeabilidade dos espaços livres públicos.
- Estimular a adoção de Soluções Baseadas na Natureza nas intervenções relacionadas a obras de manutenção dos espaços livres públicos de forma a melhorar a condição de absorção, retenção e escoamento de águas pluviais.
- Promover a gestão integrada dos espaços livres públicos e particulares. (PLANPAVEL, 2022)

²⁶ Disponível em: <<https://www.forumverdepermanente.eco.br/post/paulistanos-querem-volta-de-1-do-or%C3%A7amento-para-secretaria-do-verde>>. Acesso em: 10/07/23.

Foi elaborado um levantamento de praças e largos no município além de uma projeção de praças a serem criadas (Figura 03). Da mesma forma, foi produzido um mapa semelhante referente a parques municipais e estaduais.

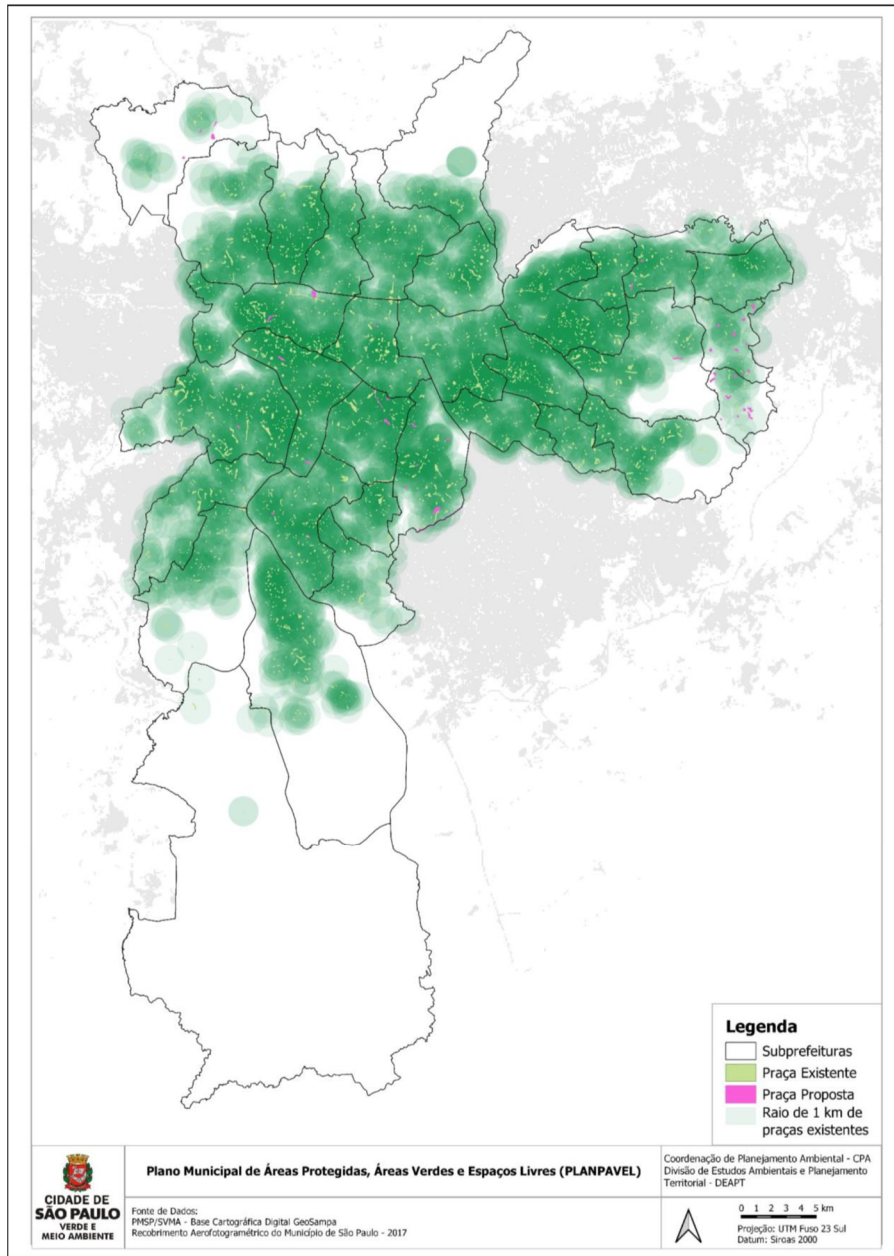


Figura 03: Mapa - Abrangência de 1 km das praças do município de São Paulo. Fonte: PLANPAVEL 2022

Embora tenha havido esforços em certas gestões nesse sentido, a atuação do Estado ainda não foi suficiente para prover espaços livres públicos acessíveis e de qualidade equitativamente distribuídos, tanto em relação a parques como praças.

Um levantamento do PLANPAVEL, informa que “em 25% dos distritos do município (24 distritos) não existem parques, considerando-se uma área de abrangência de 1 km em torno destes.”

Em 2023, o município conta com 105 parques urbanos e 6 parques naturais (SVMA), além de 16 parques estaduais (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado (SEMIL)). Em termos quantitativos (e não em área de cobertura), a região centro-oeste conta aproximadamente com 23% dos parques, a leste 34%, a norte 16% e a região sul 30%. Há de se levar em consideração que tanto a região norte quanto a sul dispõe de parques estaduais com vasta cobertura em área verde, porém grande parte com restrição de acesso, por se tratar de unidades de proteção integral. Explica, portanto, os índices aproximativos de 20 m²/hab, muito superiores aos índices de parques municipais, que variam entre 1,2 e 4,5 m²/hab (PLANPAVEL, 2022). As relações, contudo, não correspondem necessariamente a uma boa distribuição no território, tampouco uma boa qualificação do entorno, haja visto as diferenças na arborização de ruas, manutenção e acessibilidade aos espaços livres de convívio e lazer.

O PLANPAVEL também fez um levantamento de praças²⁷, que totalizam 3.910 no município. Estão distribuídas de forma desigual, havendo efetivamente uma maior concentração na região centro-oeste, com aproximadamente 6 praças por km², seguida da região leste, com 4 praças por km², a região norte com 2 praças por km² e por último a região sul, com menos de 2 praças por km². Os melhores índices de cobertura em área correspondem às subprefeituras do Butantã, Pinheiros (oeste) e da Sé (centro). Os piores são os das subprefeituras de Perus, Jaçanã-Tremembé (norte), de Parelheiros, M’Boi Mirim e Capela do Socorro (sul)²⁸.

As praças, por sua maior proximidade com o cotidiano da população e, via de regra, menor complexidade de implantação, apresentam-se como potenciais

²⁷ No documento informam considerar praças e largos.

²⁸ Para dados completos, cf. planilha no PLANPAVEL Sumário Executivo pág. 59.

espaços para qualificar bairros com baixo investimento público. Não obstante, a garantia de sua apropriação e qualidade enquanto espaço de encontro depende de outros fatores.

Existe uma instabilidade no cuidado destes espaços já existentes, muito devido a falta de uma estruturação que possa assegurar recursos financeiros e humanos para a sua manutenção sistemática (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP, 2020).

O resultado é uma busca incessante por oportunidades de receitas extraordinárias que perpetuam uma abordagem fragmentada de espaços públicos, e contribui para a falta de cuidado com espaços cotidianos, como pequenas praças ou centros de bairro, além da perda de conhecimento acumulado decorrente da descontinuidade das iniciativas implementadas. (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - Relatório de Parcerias para a gestão de espaços públicos. ITDP BRASIL, 2020, p.5)

Se por um lado é importante o investimento em parques e praças por aspectos ambientais do SEL e para o convívio e lazer da população, a criação e gestão destes espaços pode não ser suficiente para garantir a preservação do interesse coletivo. O Parque Ibirapuera, por exemplo, é circundado por grandes avenidas e tem seu acesso dificultado para quem chega por meio de transporte público. O entorno do parque é pouco adensado, mas a abrangência do público abarca moradores de regiões mais afastadas. A acessibilidade é, portanto, traço importante para sua frequência e deve ser objeto de atenção. O Parque do Povo, na região sul, ao lado do rio Pinheiros, constitui um exemplo interessante no que tange a imposição de um desenho de parque que não necessariamente responde à diversidade do lugar. Tombado em 1995 como bem simbólico da cultura popular, constituía uma das últimas áreas de futebol de várzea da cidade (SCIFONI, 2015). O local era então ocupado por oito campos de futebol cercados por eucaliptos, além de instalações de apoio. Era uma centralidade lúdica para trabalhadores do

comércio do bairro, mas que foi desqualificada com o início das obras da Operação Urbana Faria Lima, em grande parte pela Sociedade Amigos do Itaim Bibi (Saib) (Ibid.). Criminalizou-se a ocupação, de modo que a luta coletiva dos clubes foi dificultada e, em 2007, um parque “do povo” foi criado pela SVMA em parceria com a construtora WTorre mediante termo de cooperação. Manteve-se uma quadra, mas houve um apagamento do caráter popular e da paisagem vernacular²⁹ que ali existia.



Figuras 04 e 05 - Ortofotos da área do Parque do Povo em 2004 (esquerda) e 2020 (direita). Fonte: Geo Sampa - PMSP RGB.

O comprometimento das futuras gestões públicas com a efetiva qualificação dos espaços livres para o convívio e o lazer, passa pela gestão urbana integrada e contínua e pelo fortalecimento da participação da sociedade civil. Cabe ao poder público mediar e garantir a preservação do interesse coletivo, bem como fornecer canais e ferramentas que permitam que a própria população possa exercer sua cidadania, legitimando seu engajamento político na produção de espaços livres públicos.

²⁹ Conceito empregado para referir-se à “construção tanto de edifícios quanto das relações sociais feitas pelos desprovidos de poder [...]” (ZUKIN, 2000, p.106, apud SCIFONI, 2015, p.220)

2.1.2. Reivindicações pelo espaço livre público

O Plano de Áreas Verdes já informava no final da década de 60, que havia um início de reivindicações populares em prol de espaços verdes de recreação, ora por parte de jornais, ora por organizações comunitárias ou iniciativas populares espontâneas (KLIASS; MAGNOLI, 2006). O engajamento da sociedade civil pela luta e garantia do direito aos espaços livres públicos ganha força a partir dos anos 2000, em especial após as manifestações de 2013. Não se trata de uma retomada do espaço livre em si, mas da ampliação do espaço livre democrático e coletivo. Os movimentos são heterogêneos e de lutas distintas, mas convergem em demandas atreladas ao direito à cidade, exigem mais parques, destacam a importância das praças, das ruas, pedem respeito ao pedestre e ao ciclista, além do direito de todos os corpos de ocuparem esses lugares.

É notável o crescimento do interesse por estes espaços por parte da classe média-alta, que detém maior alcance midiático. Outra parcela da população, marginalizada e que não deixou de usar as ruas, busca visibilidade e também clama pelo direito a esses espaços. Os ativismos pela criação de parques, por exemplo, ocorreram desde regiões centrais, como o movimento pelo Parque Augusta, de grande visibilidade, até áreas mais periféricas do município, como o Parque Pinheirinho d'Água, na região norte. Ambos foram implementados após muitos anos de luta, contudo, outros, como o movimento Parque dos Búfalos³⁰ no extremo sul, aguardam todavia por infraestrutura e seguem sós na mobilização para preservar o patrimônio natural. Ocorre ainda o caso de áreas que tardaram demais em ser formalizadas e acabam sendo ocupadas por aglomerados subnormais, como o desejado Parque da Brasilândia. As demandas existem em diferentes partes da cidade, mas as da população de baixa renda, igualmente legítimas, tendem a não ser atendidas com a mesma prioridade.

³⁰ O Parque dos Búfalos, às margens da Represa Billings, é bastante simbólico dos conflitos de interesses entre a construção de habitação social por parte do poder público, áreas de preservação ambiental e ocupação por grileiros. Para mais informações sobre a luta pelo Parque do Búfalos: Disponível em: <<http://www.parquedosbufalos.com/>> Acesso em: 11/07/23.



Figura 06 - Foto da mobilização “verão Parque Augusta” pela criação do Parque Augusta em 2015. Fonte: autoria de João Baptista Lago, em artigo de Raquel Rolnik.³¹



Figura 07 - Foto de moradores próximos à Represa Billings se manifestam pela criação do Parque dos Búfalos em 2015. Fonte: Autoria de B. Martín para matéria do El País³².

³¹ Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/01/21/parque-augusta-resiste/>>. Acesso 05/08/2023.

³² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/15/politica/1416069221_448626.html>. Acesso dia 05/08/2023.

O “movimento das praças”, presente em outras cidades pelo mundo, acontece igualmente na cidade de São Paulo, quando diversos coletivos e grupos ativistas se organizam e manifestam através e pelas praças. Desdobram-se múltiplas vias de reivindicações, seja por meio da ocupação e transformação do espaço, por “artivismos” via performances e intervenções, seja por meio de participação na construção de políticas públicas. A presença do corpo coletivo como meio de ressignificar o espaço livre público se torna cada vez mais frequente. Essas ativações têm assumido diferentes formas, a depender da natureza e da duração das ações. Podem ser permanentes, envolvendo, por exemplo, a instalação de mobiliário e plantio de mudas, ou efêmeras/provisórias, caracterizadas pelo urbanismo tático³³, pelo cuidado e por representações, como atividades lúdicas e intervenções artísticas (peças de teatro, duelos de *slam*, rodas de samba, grafites, etc)³⁴. Podem ser ao mesmo tempo ações pontuais, como um mutirão de limpeza e caminhada de reconhecimento, ou ações recorrentes, como o cuidado semanal de uma horta ou composteira. Buscam a transformação criativa de espaços livres em espaços comunitários e de lazer.

Existem e têm estado ativos coletivos por praças e pracialidades no espaço livre como A Batata Precisa de Você (atualmente Instituto A Cidade Precisa de Você), Movimento Fazendinho, Coletivo Ocupe & Abrace³⁵, Movimento Boa Praça, Coletivo Vilas Beija, Horta das Corujas, Amigos da Praça Vila Buarque, Co-criança, Olhe o Degrau, entre muitos outros grupos de moradores com ações locais.

³³ O urbanismo tático é uma estratégia de intervenção progressiva no espaço público, através de pesquisas e testes de apropriação, de modo a mensurar impactos e alterar a percepção e uso do espaço antes de projetos finais mais permanentes. São exemplos do urbanismo tático: demarcações no solo para ampliar o espaço do pedestre, mobiliário móvel, proteções separando do tráfego de veículos e vasos com plantas.

³⁴ Alguns coletivos e grupos que fizeram performances recorrentes em praças e ruas: Coletivo BijaRi, Coletivo Cartográfico, Basurama, Grupo Contra-filé, Coletivo Mapa Xilográfico, grupo Esparrama pela janela, Terreyro Coreográfico, Batalha Dominação, Slam Resistência, Circo da quebrada.

³⁵ Para mais informações sobre o movimento Ocupe e Abrace e sobre o Organismo Parque Augusta, referir-se à HORI, Paula. Práticas urbanas transformativas: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo (2018). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.



Figura 08 - Ocupação do Largo da Batata pelo coletivo A Batata Precisa de Você em 2014. Fonte: Foto do Facebook do Coletivo em artigo de Laura Sobral para Vitruvius.³⁶

Com o objetivo de estabelecer uma rede de apoio entre variados grupos engajados na melhoria de praças, foi criado um canal de comunicação virtual colaborativo, o Interpraças. Essa plataforma funciona por meio de um grupo no Whatsapp, onde ocorre a troca de informações e o compartilhamento de experiências, visando fortalecer os movimentos e promover a cooperação entre os participantes. Outras plataformas são também utilizadas para dar visibilidade às ações e informar sobre os movimentos. O meio virtual constitui uma ferramenta importante para a articulação da sociedade civil engajada.

Dentre esses coletivos, alguns passaram a desempenhar uma mobilização para além da praça em si, abarcando modelos de autogestão e ampliando a abrangência de sua ação política à escala do bairro, como é o caso do Coletivo Vilas Beija. Tal postura teve reflexos em direção à legitimação legal de suas existências, quando

³⁶ Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5176>>. Acesso 05/08/23.

a Lei de Gestão Participativa de Praças é promulgada, com intensa participação de coletivos.

Embora uma grande maioria de movimentos urbanos tenham posturas visando o bem-estar e interesses coletivos, ocorrem contudo casos em que o mesmo não se verifica. A intensa participação de um determinado grupo de bairro não pressupõe uma construção democrática do espaço. Isso se deve a existência de movimentos que promovem interesses particulares, rejeitando usos por considerarem que podem rebaixar o valor de seu patrimônio ou promover inseguranças. Ocorrem ainda tentativas de apropriações e redirecionamentos de movimentos para promoção de negócios, monopólios, interesses e benefícios comerciais (MONTANER; MUXÍ, 2021). Um caso emblemático em São Paulo é o cercamento da Praça Pôr do Sol, com vista privilegiada da cidade, mas cujo uso gerava incômodo aos moradores do entorno. O conflito é inerente à pracialidade, mas a boa gestão do espaço público deve levar a um uso inclusivo, buscando acordos que não sejam prejudiciais para o convívio e nem sejam excludentes. O ato de gradear uma praça com grande interesse público para controle de acesso é uma medida pouco criativa e que vai contra a fruição democrática.

Zaida Muxí e Josep Maria Montaner (2021) alertam para um outro fenômeno, que é o da rejeição de melhoria nos bairros, sob pretexto de que podem acarretar no aumento dos preços e gentrificação da área. Acrescenta-se às possíveis motivações uma oposta, de receio da vinda de pessoas de baixa renda. Em Higienópolis, um bairro nobre de São Paulo, moradores se opuseram à construção de uma estação de metrô, por não quererem “gente diferenciada” acessando o bairro. Trata-se, porém, de um exemplo que não logrou alterar os planos do poder público. À essas atitudes é comum dar-se o nome de movimentos Nimby (*Not in my Back Yard*/ Não no meu quintal).

O nimbyismo geralmente vai contra a transformação dos bairros na direção do aumento controlado de densidades e alturas e contra a intensificação da mistura de funções, introduzindo mais equipamentos e, também, mais moradias, em certas ocasiões

dentro dos próprios equipamentos. (MONTANER; MUXÍ, 2021, p.162)

Este tipo de posicionamento vai, portanto, contra o urbanismo inclusivo e busca a homogeneização de um território. No entanto, nem sempre esse limiar entre interesses coletivos e particulares é claro, devido a complexidade que os grupos podem assumir, sua falta de coesão e não linearidade ao longo do tempo. É inclusive possível que grupos bem intencionados tenham atitudes pouco inclusivas sem que se deem conta. A participação da sociedade civil na co-produção, co-gestão e autogestão dos espaços livres públicos é necessária para uma construção democrática da cidade. Embora estas reivindicações não tenham explicitamente como princípio norteador o comum, frequentemente podem, contudo, constituir comuns.

2.2 GESTÃO DE PRAÇAS EM SÃO PAULO

A análise a seguir é feita observando os arranjos institucionais e instrumentos atuais específicos da cidade de São Paulo até 2023, com base na leitura do Plano Diretor Estratégico de 2014 da gestão do então prefeito Fernando Haddad (PT 2013-2016), nas informações disponibilizadas pelo atual site da Prefeitura de Ricardo Nunes, vice de Bruno Covas, e gestões anteriores.

2.2.1. Estrutura organizacional para gestão de praças

A gestão dos espaços livres públicos em São Paulo seguiu até o início deste século um modelo de governança mais centralizado no poder público, ainda que progressivamente tenha se repartido entre diferentes órgãos e entidades governamentais. A SVMA é ainda a principal responsável pela gestão dos parques municipais³⁷, áreas de preservação ambiental e arborização de vias urbanas. Já a

³⁷ Mais precisamente, é a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI) que, por sua vez, possui um departamento específico para gestão direta dos Parques urbanos, a

atuação dos órgãos públicos em praças públicas é descentralizada e de responsabilidade das respectivas subprefeituras nas quais se inserem. Mais precisamente, cabem à Supervisão Técnica de Limpeza Pública da Subprefeitura e da Unidade de Áreas Verdes. Sua função se enquadra principalmente na zeladoria e manutenção destes espaços, mas pode abarcar implantação de novas praças, revitalização ou requalificação das existentes, mediante diálogo e, em teoria, da participação conjunta dos cidadãos no processo.

As verbas para a manutenção e implementação de parques e praças provêm de fontes distintas. Sendo assim, o orçamento que poderia ser destinado às praças corresponde, via de regra, a uma parcela do orçamento atribuído por cada subprefeitura. Há exceções como, por exemplo, quando a obra a ser realizada é mais complexa e pode ser coordenada e financiada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL).

A zeladoria de praças pode igualmente contar com os serviços de integrantes do Programa Operação Trabalho (POT) (2001/2003). O POT, coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (SEMDET), visa a reinserção no mercado de trabalho de pessoas desempregadas pertencentes a famílias de baixa renda. O programa contempla parcerias com a SVMA e a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (SMSP), dando origem ao Projeto Zeladoria de Praças (2008) e Projeto Praças Mais Cuidadas (2014-2023). Ambos seguem o mesmo princípio que é o da formação de zeladores de praças através da capacitação de serviços de jardinagem³⁸. A iniciativa de articulação entre as secretarias é bastante positiva enquanto modelo para soluções integradas.

Reformas e requalificação de praças podem ainda ser viabilizadas através de projetos pontuais. O Projeto Praças da Família, na ocasião do Centenário Mário

Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU). Apoiam também a Divisão de Planejamento e Apoio aos Colegiados (DPAC) de modo a garantir o funcionamento dos Conselhos Gestores de Parques.

³⁸ Capacitação promovida pela Escola Municipal de Jardinagem Da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz- UMAPAZ.

de Andrade (2021), por exemplo, contemplou 100 praças com a colocação de equipamentos para pessoas com deficiência e cachorródromo. A distribuição se deu de tal forma que ao menos uma praça por subprefeitura fosse incluída. A verba para o projeto veio do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb).

A partir dos anos 80, cresce a tendência entre os governos de buscar estabelecer parcerias público-privadas (PPP), ou seja, de firmar acordos com o setor privado para obtenção de aportes financeiros mediante contrapartidas pré-determinadas. Em São Paulo, as PPP tornam-se mais presentes, ainda que não exclusivamente, em gestões de orientação política de direita. No que tange a gestão de espaços livres públicos, PPPs foram implementadas já desde a prefeitura de Mario Covas (PSDB, 1983-1985) através do programa “Adote uma Praça”. As parcerias poderiam ser estabelecidas com empresas que se responsabilizassem pela conservação do verde em áreas públicas, permitindo a colocação de uma pequena placa informando da adoção. O programa diz respeito, portanto, não somente a praças, tal como definida previamente, mas, também, a rotatórias, áreas vegetadas e demais canteiros adjacentes à vias públicas. Todavia segue ativo e será descrito mais adiante.

Parques urbanos não haviam sido, até então, objeto de gestões privadas, salvo casos específicos, como o Parque Burle Marx, administrado pela Fundação Aron Birmann desde sua criação. Contudo, o prefeito João Doria (PSDB) iniciou em 2017 o processo de concessão de parques à gestão privada, com o intuito de desonerar os cofres públicos (PMSP). O Parque Ibirapuera, o mais utilizado da cidade, além de cinco outros parques (Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade), integram o primeiro lote, de quatro previstos, concedido para a vencedora³⁹ da licitação pelo período de 35 anos. Trata-se da primeira concessão de parques públicos urbanos no Brasil, com a participação de duas empresas no edital licitatório. No início do processo das concessões não

³⁹ Empresa Construcap CCPS Engenharia e Comércio, que criou a Urbia Parques para a gestão dos parques.

estava prevista a elaboração de Planos Diretores para os parques. Os mesmos tornaram-se uma exigência somente após demanda realizada pelo Ministério Público e pelo então vereador Gilberto Natalini (Partido Verde - PV)⁴⁰. A participação da população não foi compulsória e, ainda que tenha ocorrido, seu alcance e efetividade foram bastante questionados pelos Conselhos Gestores dos respectivos parques.

Se por um lado observa-se uma forte tendência em direção à transferência de responsabilidades ao setor privado nos governos municipais mais recentes (entre 2017 e 2023), por outro, cresceram os espaços para inclusão da sociedade civil nos processos participativos, deliberativos e consultivos, conforme descritos a seguir.

2.2.2. Modelos de co-gestão

A ampliação do modelo de governança, no sentido de incorporar a sociedade civil no município, teve reflexos em diversas áreas da prefeitura. Para a gestão de parques, foram criados em 2003 (Lei nº 13.539) sob a gestão de Marta Suplicy (2001-2005) os Conselhos Gestores de Parques (CGP), de modo a garantir a participação popular. O CGP tem caráter permanente e deliberativo, os conselheiros sendo eleitos pelo período de dois anos.⁴¹ Na escala das praças existem dois modelos para a viabilizar a gestão direta ou co-gestão. Não são, como no caso dos CGP, obrigatórios nem formados mediante eleição de representantes. Já mencionado anteriormente, o Programa Adote uma Praça estabelece a transferência da gestão e manutenção para terceiros, através de um Termo de Cooperação. Possui o objetivo de:

⁴⁰ A pedido do Ministério Público e do vereador Gilberto Natalini (PV) por meio de uma ação civil pública, o Tribunal de Justiça (TJ-SP) acordou que a Prefeitura teria um prazo para a elaboração de um Plano Diretor para cada parque. As ações feitas contra o processo de concessão apontavam irregularidades “devido à falta da apresentação de um Plano Diretor pela Prefeitura de São Paulo para garantir a preservação do parque mesmo com a exploração comercial.” (notícia publicada no G1, 2019). A redação do Plano Diretor foi então coordenada pela SVMA e terá revisão a cada 10 anos.

⁴¹ Em 2013 a lei foi substituída e complementada pela lei nº 15.910 durante a gestão Haddad, incorporando parques lineares e excetuando parques naturais e áreas de proteção ambiental, que possuem regulamentação específica.

[...] viabilizar ações do Poder Público Municipal e da sociedade civil visando o aprimoramento de serviços de manutenção e zeladoria, bem como a conservação, execução e manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas de praças e de áreas verdes do Município com área de até 10.000m² (dez mil metros quadrados), sob exclusiva administração das Prefeituras Regionais. (Art. 1, decreto nº 57.583 de 2017)

A alteração mais recente do programa (61.170/2022) amplia o máximo de áreas verdes a serem adotadas, podendo ir até 30.000 m² e a validade dos termos, passando de 2 anos a um mínimo de 6 meses até 3 anos. As alterações efetuadas por cada novo decreto têm por intuito desburocratizar o processo e ampliar seu alcance. É necessário apresentar uma proposta de manutenção e das obras e serviços que se pretende realizar, assim como seus respectivos valores. Cabe igualmente uma descrição das melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais, podendo ser acompanhada de projetos, plantas, croquis, cronogramas e outros documentos pertinentes (PMSP).

O programa era, até 2022, coordenado pela Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais (SMPR) incumbidas de constituir uma comissão para articular sua implantação. A comissão era composta por representantes da SMPR, Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE), Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SMSO), e SVMA. Posteriormente, o programa passou a ser coordenado somente pela SMPR e pelas Subprefeituras. Caso haja mais de um interessado na adoção de alguma praça, fica a critério do poder público escolher qual das propostas melhor atende ao interesse público. O programa prevê igualmente que cabe à coordenação estabelecer quais praças estão disponíveis para “adoção”. Em julho de 2022 havia cerca de 790 praças com termos de cooperação firmados e 4.500 praças e canteiros ainda disponíveis (PMSP)⁴².

⁴² Para dados atualizados, cf. página web da PMSP. Disponível em: <https://adocaopracas.prefeitura.sp.gov.br/pracas/busca_pracas.html>. Acesso em: 10/08/23.

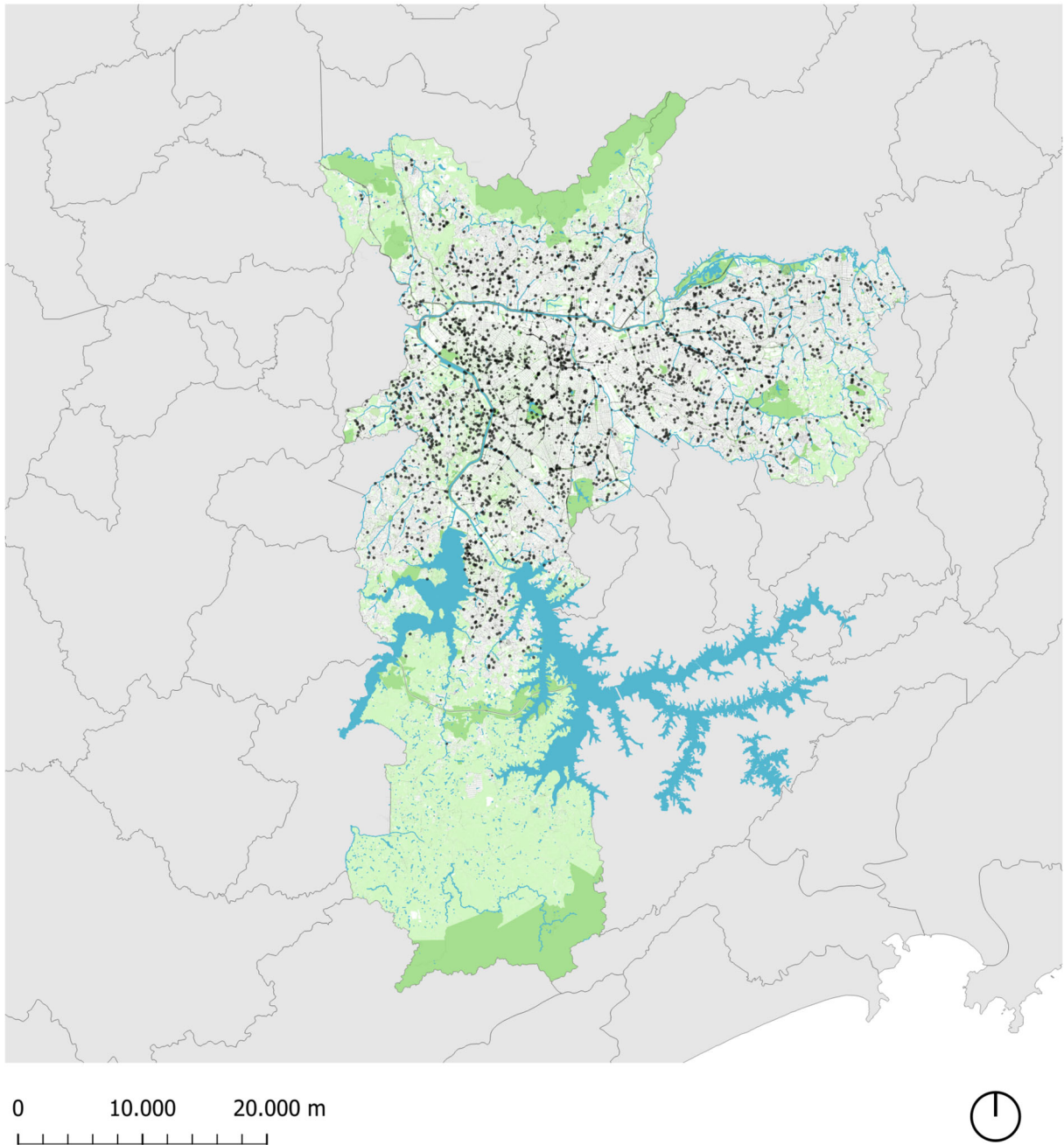


Figura 09 - Mapa das praças com Termo de Cooperação vigente em julho de 2023 no município de São Paulo. Fonte: Departamento de Zeladoria Urbana (DZU) da SMSUB.

Um ponto relevante para a aplicação do programa é aceitar tanto pessoa jurídica quanto física como entidade para firmar o termo. Embora os cooperantes visados no início fossem essencialmente atores do setor privado e do terceiro setor, a possibilidade que indivíduos da sociedade civil pudessem adotar, abriu uma brecha para seu engajamento com o programa. Diversas praças passaram a ser adotadas por grupos de moradores e associações de bairros com interesse em zelar e ocupar o espaço livre.

De modo a atender um público interessado no programa, plataformas foram criadas para facilitar o processo de adoção. Ocorre, assim, uma transferência da responsabilidade à terceiros, sendo ela própria viabilizada por intermédio de uma empresa prestadora de serviço estruturada para tal. Existem tanto plataformas voltadas a empresas, como a Farah Service, quanto voltadas à comunidades de moradores e frequentadores, como o Grupo Cidades.

O Adote uma Praça pode ser uma ferramenta interessante para a cooperação entre poder público e sociedade civil, no entanto, apresenta certas limitações relativas ao seu alcance. Por se tratar de um modelo que demanda aporte de verbas próprias dos cooperantes, limita a participação àqueles com poder aquisitivo maior ou melhor articulados com eventuais doadores. De forma análoga, empresas dispostas a se comprometerem com o zelo e manutenção de praças, tendem a buscar aquelas de maior visibilidade ou proximidade com suas próprias localizações. Houve um movimento proveniente do poder público para estimular a adoção “gêmea”, de modo que quando fosse adotada uma praça mais central no município, outra em algum bairro que carecesse de infraestrutura também o fosse. A iniciativa, embora bem intencionada, não teve continuidade. O programa tampouco garante uma interlocução com os frequentadores das praças ou residentes da região. O interesse coletivo e fiscalização do cumprimento do acordo ficam sob responsabilidade da secretaria e da Subprefeitura em questão.

O programa se apresenta, portanto, como ferramenta interessante para a parceria com o setor privado. Não obstante, por não haver sido inicialmente

elaborada visando abarcar indivíduos ou grupos da sociedade civil, é pouco flexível quanto à repartição de responsabilidades. Não permite, por exemplo, que mais de um grupo se interesse por cuidar da praça, contribuindo de formas distintas e integradas. Não dá tampouco assessoria aos cooperantes, nem prevê indicadores para acompanhamento, uma vez que se baseia nas propostas apresentadas na assinatura do termo.

O segundo modelo para a co-gestão é a Lei de Gestão participativa de praças (16.212/2015), proposta pelo então vereador Nabil Bonduki (PT) e elaborada em conjunto com grupos engajados por praças. Dentre seus principais objetivos está a formalização da participação de cidadãos na gestão de praças, o fomento ao diálogo e a troca entre o saber técnico e o saber popular (art. 5º). São instrumentos dessa gestão: consultas públicas de projeto, comitês de usuários e o cadastramento de praças.

As consultas públicas devem ser implementadas quando houver novo projeto de praça ou reforma/requalificação que impliquem mudança de uso ou alteração expressiva da vegetação. É um necessário mecanismo para evitar projetos desvinculados do uso e proposta da praça e não desejados por seus frequentadores. A lei determina que o projeto deverá ser compartilhado e discutido com a população.

No que diz respeito à criação de comitês, devem ser compostos por no mínimo quatro integrantes, dos quais metade deve ser moradores do bairro. Os munícipes podem formá-los voluntariamente (sem obrigatoriedade) e não serão remunerados pelo Executivo, tornam-se responsáveis por funções propositivas, de acompanhamento e fiscalização, mas, também, de intermediação dos demais integrantes da sociedade civil com o Poder Público.

O cadastramento de praças se refere à uma listagem atualizada e georreferenciada das praças, contendo informações sobre suas características, manutenção, termos de cooperação, entre outros. A previsão do cadastramento constitui um passo em direção à democratização do acesso à informação, além de

possibilitar, quando implementado, a fortalecer eventuais redes e dar-lhes visibilidade.

A lei também aborda aspectos como a manutenção e conservação das praças, a instalação de equipamentos e mobiliário urbano, a realização de eventos culturais e esportivos, atividades comerciais e a implantação de hortas comunitárias. Coloca igualmente a educação ambiental voltada para a gestão participativa das praças. Por fim, estabelece a possibilidade de destinação de recursos como o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), para praças.

A lei ainda não possui regulamentação, mas sua redação está em discussão.⁴³ Não obstante, já está sendo aplicada por diversos grupos da sociedade civil, reconhecidos enquanto comitês de usuários pelas respectivas subprefeituras. Embora existam formalmente perante o poder público, este não os consulta necessariamente como a lei pressupõe. Sua regulação será um passo importante para que possa ser mais bem aplicada.

Outras ferramentas para fomento de iniciativas cidadãos pelo espaço livre público são os editais públicos (editais são oferecidos também pelo setor privado e terceiro setor), e as emendas parlamentares, mediante aporte de verbas. Os editais para “Premiação de Coletivos Culturais que realizam a Gestão Comunitária em Espaços Públicos Antes Ociosos da Cidade de São Paulo” (2020), por exemplo, são uma iniciativa municipal interessante para estimular e apoiar ações de ocupação coletiva.

⁴³ O CADES Lapa formou um grupo de trabalho específico para a redação de uma minuta de regulamentação, a qual foi discutida com demais CADES regionais e encaminhada à PMSP. O terceiro capítulo aborda o assunto com maiores detalhes.

2.2.3. Canais participativos

A gestão dos espaços livres públicos pode ser feita de forma mais direta, como visto anteriormente, ou indireta, através de órgãos colegiados criados como meio de formalizar a participação legal da sociedade civil, além de diversos canais, sejam eles permanentes ou temporários. A Prefeitura Municipal apresenta mecanismos para participação da sociedade civil como: Conselhos e Órgãos Colegiados, audiências públicas, consultas públicas, diálogos sociais, fóruns e conferências. A Coordenação de Participação Social, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), é o órgão ao qual estão vinculadas estas ações.

Existem, na escala do município, Conselhos municipais e gestores, onde há tanto representantes da sociedade civil quanto do poder público. No que diz respeito à escala da subprefeitura, foram criados o Conselho Participativo Municipal (CPM) em 2013 e o Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES regionais) em 2007.

O CPM é constituído exclusivamente por membros voluntários da sociedade civil e residentes das respectivas subprefeituras, sendo formado por eleições diretas. É reconhecido pelo poder público, agindo de forma autônoma com participação direta nos atos da gestão pública. As vagas para conselheiros são disponibilizadas de acordo com o número de habitantes da região, possuindo obrigatoriedade de 50% das vagas destinadas a mulheres, essencial para a equiparidade e feminização dos espaços políticos. Prevê igualmente uma cadeira de conselheiro extraordinário para imigrantes, ou mais 1 ou 2 cadeiras caso a população de migrantes ultrapasse 3% ou 4% da população local.

O decreto original (56.208/2015 e lei 15.764/2013) exigia um mínimo de 19 e máximo de 51 representantes. Atualmente são constituídos pelo mínimo de 5 e máximo de 41 representantes (59.023/2019). A gestão Doria/Covas alterou em 2017 a relação de representantes por habitantes, passando de 1/10.000 para

1/30.000. A lista dos eleitos consta no site da PMSP e está previsto constarem também as atas de suas reuniões e horários. A redução no número de vagas para conselheiros impacta a abrangência da diversidade do distrito através dos CPM. Em audiência pública⁴⁴, a municipalidade justificou a decisão alegando que não havia suficiente interesse em participar por parte da população. Conselheiros, vereadores e representantes de instituições presentes se posicionaram contra a redução.

Os encontros são abertos, ocorrendo na sede da respectiva subprefeitura e geralmente fora do horário comercial. As tarefas a desempenhar são da ordem de articulação com demais segmentos da sociedade civil organizada, zelo pelos direitos e interesses da população, monitoramento da execução orçamentária, evolução dos Indicadores de Desempenho dos Serviços Públicos e a execução do Plano de Metas. Constituem, assim, meios de interlocução entre o poder público e a sociedade civil que permitem abordar assuntos diversos. Não é raro que os CPM tenham em suas pautas os espaços livres públicos como tema, sendo a praça e a rua objetos importantes para a vida pública.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) (1993)⁴⁵ antecede a criação dos CADES Regionais (2007). Trata-se de um órgão consultivo e deliberativo, responsável por formular políticas e diretrizes para a preservação e conservação do meio ambiente, além de monitorar e fiscalizar as atividades que possam causar impactos ambientais na região. Sua função é essencialmente a de buscar a integração da sociedade na gestão ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável. Teve, por exemplo, papel fundamental na elaboração conjunta do PLANPAVEL.

⁴⁴ Audiência pública realizada em setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/audiencia-debate-reducao-de-conselheiros/>>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

⁴⁵ Instituído nos termos do artigo 22 da Lei 11.426 de 1993.

Em 2018, sua composição foi alterada (decreto 58.873) determinando que sua formação seria constituída por 36 membros, dos quais 18 do Poder Público⁴⁶, provenientes de múltiplas secretarias municipais, e 18 da sociedade civil:

Um representante de cada entidade a seguir: universidades sediadas no Município de São Paulo; da Câmara Municipal de São Paulo; do setor industrial; do setor comercial; das centrais sindicais; do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; e 10 representantes de organizações não governamentais, sendo um representante de cada área abrangida pelas seguintes macrorregiões: Norte 1, Norte 2, Sul 1, Sul 2, Sul 3, Leste 1, Leste 2, Leste 3, Centro-Oeste 1 e Centro Oeste 2.

Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil; um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, do Instituto de Engenharia ou da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, com sede no Município de São Paulo.

(Decreto 58.873/2019)

O CADES regional, por sua vez, foi criado em 2007⁴⁷, permitindo que cada subprefeitura pudesse formar um conselho próprio. Possui estrutura distinta do CADES por ser constituído por membros da sociedade civil eleitos (8 membros mais 8 suplentes) e do poder público indicados por certas secretarias (8 membros e 8 suplentes). Esses CADES são, portanto, mais voltados às questões ambientais locais e próximos do(s) território(s) presentes sob a respectiva subprefeitura.

⁴⁶ Um representante para cada uma das seguintes secretarias municipais: do Governo Municipal; de Habitação; de Educação; de Desenvolvimento Urbano; de Mobilidade e Transportes; de Infraestrutura Urbana e Obras; de Assistência e Desenvolvimento Social; da Saúde; das Subprefeituras; de Cultura; de Justiça; e 5 representantes da SMVM. Um representante do Ministério do Meio Ambiente; um representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

⁴⁷ Criados pela Portaria 005/2007, posteriormente revogada pela Lei 14887/2009 - Art.51 ao 55. Tem como diretriz para suas ações a Portaria nº 90/SVMA-G/2015. A organização de seu funcionamento foi estabelecida pela Portaria nº 16/SVMA.G/2021 e pela Portaria nº 10-SVMA-G/2021. Disponível em:<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/cades_regionais/index.php?p=40471>. Acesso em 11/07/2023.

Alguns CADES regionais estabelecidos são bastante ativos com relação aos assuntos ligados às praças, como é o caso do CADES Lapa, que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação. São espaços participativos que podem estar muito envolvidos na gestão dos espaços livres públicos, a partir de uma abordagem integrada do SEL.

É previsto que pautas e atas das reuniões do CADES e CADES regionais sejam registradas e acessíveis pelo site da Prefeitura e das subprefeituras, embora nem sempre seja o caso. As reuniões são abertas à população em geral e, desde a pandemia do Covid em 2020, podem ocorrer de forma híbrida/ virtual.

A Prefeitura promove anualmente, através do programa Agentes de Governo Aberto (2015)⁴⁸, oficinas gratuitas de capacitação para sociedade civil com o objetivo de engajar à participação, transparência e inovação tecnológica. As temáticas são organizadas em função de projetos de formação selecionados, propostos pelos candidatos a “agentes”. Uma vez estabelecidos, a formação é executada em ciclos, abarcando as 32 subprefeituras. Destinadas ao público geral, são especialmente interessantes para aqueles que querem compreender a estrutura da gestão pública e se preparar para exercer as funções e atuações enquanto conselheiros.

Em diversos momentos da gestão o poder público pode recorrer a espaços participativos esporádicos, com objetivo de discutir assuntos específicos, informando e consultando a população. As audiências públicas são instrumentos para legitimar a tomada de decisão por parte da administração pública. Promovem debates nos quais munícipes podem manifestar suas opiniões e proposições. São abertas e previamente anunciadas no site da respectiva

⁴⁸ A cidade de São Paulo passou a integrar a *Open Government Partnership* (OGP), em 2016, dentro do programa piloto para governos subnacionais. Neste momento, foi concebido o 1º Plano de Ação em Governo Aberto com a colaboração da sociedade civil. O programa Agentes de Governo Aberto foi então ampliado, por se enquadrar entre os compromissos firmados em 2017. O histórico e relatórios dos editais do programa ficam disponíveis no site da Prefeitura. É coordenado pela Coordenadoria de Governo Aberto, da Secretaria Executiva de Relações Institucionais.

subprefeitura. Podem ser espaços para discutir, por exemplo, a revitalização de uma praça, implantação de ciclovias ou ainda Planos Diretores. As consultas públicas são mecanismos de caráter consultivo e feitas por meio de plataforma online⁴⁹ por um prazo pré-determinado. A consulta sobre o Plano Diretor do Parque Ibirapuera realizada em 2019, por exemplo, apresentou um formulário para ser preenchido, direcionado para munícipes e frequentadores do parque. Foi igualmente disponibilizado o texto do Plano Diretor, com apresentação sobre o parque, sua história e território, aberto para comentários. Já as Conferências municipais são encontros em que há debate entre representantes do poder público e da sociedade civil, com intuito de discutir determinada política pública e formular uma proposta conjunta. Existem igualmente os Fóruns, referentes a reuniões com temáticas específicas. Em 2016 é criado o Fórum de Gestão Compartilhada (FGC)⁵⁰, composto por organizações da Prefeitura e da sociedade civil, além do Tribunal de Contas do Município como órgão independente. O FGC é responsável pelo desenvolvimento, implementação e avaliação dos Planos de Ação em Governo Aberto. Por fim, os diálogos sociais constituem espaços não formais ou institucionalizados, nos quais são possíveis trocas e construção comum entre a sociedade civil, movimentos sociais e a Prefeitura.

A PMSP disponibiliza ainda um canal para que munícipes possam comunicar-se diretamente. O canal 156 é um serviço de atendimento para receber demandas, sugestões e reclamações dos cidadãos sobre serviços públicos municipais. Para atendimento, é possível ir presencialmente às unidades do Descomplica SP, ligar no número 156, gratuito e 24h, ou registrar os pedidos através da plataforma digital Portal de atendimento SP 156. Este canal de comunicação direto entre os cidadãos e a administração municipal acaba sendo bastante utilizado para assuntos ligados à zeladoria de praças e ruas. Outro meio de registro e solicitação de informações é o Sistema Integrado de Informações ao Cidadão - SIC, que gera

⁴⁹ Plataforma Participe +, disponível em <<https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>>.

⁵⁰ Criado através da Resolução CIGA nº 01 de 25 de agosto de 2016. Para acompanhar o Fórum de Gestão Compartilhada, é possível acessar as redes da PMSP e do próprio FGC, disponível em: <<https://www.instagram.com/ogpsaopaulo/>>. Acesso em: 15/07/23.

um protocolo e estabelece um prazo de resposta por parte da municipalidade, importante para a garantia de retorno.

Os espaços digitais disponibilizados pelos órgãos públicos são mecanismos que ampliam a acessibilidade a serviços e transparência de informações, bem como o envolvimento cidadão na gestão da cidade. Além do portal 156, a prefeitura oferece a plataforma Participe+, através da qual organiza as consultas públicas e o Orçamento Cidadão. Adere igualmente à política de dados abertos, que consiste no compartilhamento de dados do governo em formatos reutilizáveis. Através do portal GeoSampa é possível acessar um mapa digital da cidade com diversas informações organizadas em camadas e tipos. Todo o banco de dados fornecido pode ser baixado em diversos formatos e sistemas de referência cartográfica. Desse modo, proporciona-se a oportunidade para que os cidadãos possam utilizar diversos softwares e adaptá-los de acordo com suas intenções. Permite, portanto, que a sociedade civil se envolva no processo decisório e possa propor análises e iniciativas colaborativas. O portal disponibiliza igualmente um tutorial para utilizar a ferramenta digital. Contudo, a igualdade de acessibilidade ao meio digital passa pela necessária educação e capacitação da população ao seu emprego e à interpretação de dados (MONTANER; MUXÍ, 2022).

2.2.4. Instrumentos de planejamento urbano

Dois outros importantes momentos para a participação da sociedade civil nos processos decisórios relativos ao planejamento da cidade, são o Plano Diretor Estratégico (PDE) e o Orçamento Cidadão (OC).

O PDE, é responsável por definir instrumentos da política urbana, macroáreas, diretrizes e ações prioritárias. Ele se efetiva através do Zoneamento que regulamenta o uso e ocupação do solo (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS). Na cidade de São Paulo, em que houve a descentralização da Prefeitura em 31 subprefeituras (atualmente 32), foram criados também os Planos

Regionais (PRS) (57.537/2016). Por eles, são definidas ações da ordem da escala local, detalhando as diretrizes do PDE e complementando as proposições relativas à cada subprefeitura.

O decreto que institui os PRS, é também responsável por prever a elaboração e aplicação de Planos de Ação das Subprefeituras, que estabelecem as ações territoriais planejadas. Estes Planos de Ação devem partir dos PRSs para detalhá-los e, então, estabelecer ordem de execução e orçamento previsto/ estimado para tais ações. Define, ainda, que sua elaboração será feita de forma participativa, coordenada pela subprefeitura, com orientação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e acompanhamento do Núcleo Regional de Planejamento e do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU).

A participação da sociedade civil se dá por meio de dinâmicas com os Conselhos Participativos Municipais, de diálogos abertos, workshops e oficinas territoriais e temáticas. Uma vez definidas as propostas, audiências públicas são realizadas para apresentação final.

O Orçamento Cidadão, por sua vez, é um importante instrumento do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) da Prefeitura. Ele é elaborado através de sete etapas: Informação; Recepção de propostas, etapa que conta com audiências públicas regionais e canal virtual Participe+; Priorização de propostas, onde são selecionadas até 15 propostas pelos CPM; Votação popular para seleção de 5 propostas mais votadas por subprefeitura; Análise de viabilidade; Devolutiva; Monitoramento, para acompanhar a implementação das propostas aprovadas. As contribuições da população são aqui efetivamente consideradas e visibilizadas através de um processo transparente. O que determina sua efetiva representatividade é o alcance da comunicação do OP e o número e diversidade de participantes.

Vale ainda destacar duas ferramentas recentes que envolvem uma gestão integrada do território, ora partindo da articulação de grupos da sociedade civil, ora partindo de instâncias participativas do município.

Os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP 2014), são uma ferramenta de gestão da paisagem relativamente nova, instituídos a partir do PDE de 2014. Visa identificar, proteger e promover os valores culturais e paisagísticos de um determinado recorte empírico, relevante para a memória e a identidade da cidade. O TICP é o reconhecimento da interdependência entre o patrimônio de bens materiais e imateriais, propondo uma abordagem integrada para a gestão e conservação do território. Frutos de um processo misto e colaborativo, “de baixo pra cima”, foram criados pelo PDE de 2014 dois TICPs, o do Jaraguá/Perus⁵¹ e da Paulista/Luz. Jaraguá-Perus, primeiro TICP a ser concebido, é um exemplo de organização coletiva. Debate-se o território enquanto espaço de partilha construída com as diferenças (SANDEVILLE, em reunião da Vila Buarque Solidária, 2023).

O PLANPAVEL, comentado anteriormente, prevê um modelo de governança com forte participação da sociedade civil, no qual a gestão será feita articulando agentes do setor público e instâncias de participação legalmente constituídas e vinculadas ao espaço livre público⁵². A própria elaboração do Plano de Ação do PLANPAVEL foi realizada via o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI), contando com a participação da sociedade civil através de diversos instrumentos. Após processos de análises, ficaram acordadas 75 ações agrupadas, a serem implementadas a curto, médio e longo prazo. Um Sistema de Monitoramento,

⁵¹ Para mais informações cf. Núcleo de estudos da Paisagem. *online* em: <https://ensinoepesquisa.net.br/2020/12/10/territorios-de-interesse-da-cultura-e-da-paisagem/>; e Museu Tekoa Jopo'i *online* em: <https://museutekoajopoi.com.br/territorio/>.

⁵² “O Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), os Conselhos do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Regionais (CADES Regional) – sendo um para cada uma das 32 subprefeituras –, e o Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CONFEMA). Integram, ainda, os mecanismos de governança do PLANPAVEL, os Conselhos Gestores dos Parques Urbanos, Lineares e Naturais, os Conselhos Gestores das APAs e os Comitês de Usuários de Praças.” (PLANPAVEL SUMÁRIO EXECUTIVO 2022: p. 78)

Avaliação e Reporte (MAR) do PLANPAVEL está previsto para o acompanhamento das ações e eventuais aportes para aperfeiçoamentos. Ainda não é possível mensurar o impacto que o PLANPAVEL terá, no entanto, o processo de sua constituição vai no sentido de um planejamento integrado dos espaços livres, articulando o poder público com a sociedade civil no intuito de uma cogovernança deles.

A participação enquanto instrumento da política atual parece haver se consolidado no município de São Paulo, permeando múltiplas instâncias e adquirindo uma multitude de formas. Não obstante, sua efetividade não se garante unicamente pelo seu emprego, exige comprometimento por parte do poder público, bem como empatia, representatividade da diversidade e comunicação ampla e transparente. Está ainda muito sujeita à uma vontade política de legitimação do exercício de cidadania que, a depender do interesse, pode ou não acontecer.

Os processos de participação correm o risco de serem levados por caminhos que vão de encontro a interesses particulares, ou de assumirem a forma de apaziguamento e não de transformação (MIESSEN, 2014, apud MONTANER; MUXÍ, 2021). Segundo Miessen⁵³, a participação sempre é conflituosa. Ela pressupõe, portanto, que haja atrito para estabelecer acordos e que supere o consenso interessado (MONTANER, MUXÍ, 2021).

Os processos de participação deveriam ser guiados pelos interesses do bem comum, do uso eficiente de todo tipo de recurso, do respeito e incentivo a atividades não excludentes e, certamente, aplicado à perspectiva de gênero. (MONTANER; MUXÍ, 2021, p.170)

⁵³ MIESSEN, Markus. La pesadilla de la participación. Barcelona: Dpr-Barcelona, 2014.

2.3 MODELOS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO

Inúmeras cidades têm adotado novos modelos de co-gestão de espaços livres urbanos, criando ferramentas para aproximar a sociedade civil dos processos deliberativos e permitir iniciativas cidadãs de serem concretizadas. Para além de São Paulo, governos de cidades de outros países optam por diversificar seus arranjos institucionais, criando canais para cooperação com a sociedade civil de modo a fomentar iniciativas de baixo para cima. É o caso, por exemplo, da Regulação de Bologna (Itália), do Programa de Melhoramento do Bairro e Comunitário da Cidade do México (México), da Lei Municipal de Cooperação Público-social de Madri (Espanha), das Unidades Locais Administrativas de Berlim (Alemanha) ⁵⁴, da Fundação meu Parque de cidades do Chile, ou ainda da Estratégia Bip/Zip de Lisboa (Portugal) e das Obras com Saldo Pedagógico de Bogotá (Colômbia), que serão descritas a seguir. Há programas, contudo, que buscam incentivar parcerias com o setor privado, possibilitando a gestão de parcelas do território por empresas e comerciantes, como é o caso dos *Business Improvement Districts*, em Londres.

2.3.1. Bogotá - Obras con Saldo Pedagógico

O programa *Obras con Saldo Pedagógico* (OSP) da cidade de Bogotá, capital colombiana, surge no ano de 1996, através do *Plan de Desarrollo “Formar la Ciudad”* (Plano de Desenvolvimento “Formar a Cidade”). O programa teve duração de 4 anos e foi reformulado e retomado em 2020, durante a gestão de Claudia López. Após o ano 2000 outros programas que buscam estabelecer a cooperação entre a população e o poder público foram implementados, como o programa descontinuado *Obras con Participación Ciudadana* (OPC) e posteriormente o

⁵⁴ Descrição e análise dos programas e ferramentas disponíveis em “Fazer Juntos: Instrumentos de cooperação para cidades cocriadas” (SOBRAL, 2021).

programa *Obra por Tu Lugar* (OPTL). Embora distintos do OSP, tem por objetivo melhorias no espaço livre através do engajamento da sociedade civil.

O OSP nasce com o objetivo de fortalecer e apoiar a gestão das próprias iniciativas locais das comunidades, a partir da recuperação de espaços públicos e comunitários, resgatando o sentido de pertencimento do bairro (DAACD, 1999, *ibid* RAMIREZ, 2004). Segundo Luis Fernando Ramírez, diretor do Departamento de Acción Comunal Distrital (DAACD) durante o período de surgimento do projeto, “[...] a obra é somente um meio. O fim é uma comunidade organizada, integrada, em convivência com todos os seus vizinhos.”⁵⁵ (RAMIREZ, 2004).

O programa teve início no Distrito Capital de Santa Fé de Bogotá mas se desenvolveu com mais estrutura e investimentos a partir do ano 1999, ampliando para outros territórios, com o plano “*Por la Bogotá que Queremos*”, momento que corresponde à segunda fase do programa.

Com enfoque em bairros com vulnerabilidade social, era organizado por meio de concurso para entidades locais articuladoras de território, disponibilizando verba para co-execução de intervenções pontuais. Os requisitos eram de que houvesse predominância do interesse geral sobre o particular, fomentando conhecimento, experiência e participação. A execução dos projetos, mediante seu desenho local, buscava promover autonomia e autogestão comunitária. Eram contratadas *organizaciones comunitaria barriales* (OCB), que passariam a adquirir prática para gestão e execução de projetos e mais conhecimento sobre o funcionamento do poder público. Além do melhoramento do espaço público a curto prazo e o impacto social, a municipalidade visava uma colaboração a médio e longo prazo que aumentasse a eficácia dos investimentos públicos (RAMIREZ, 2004, p. 80). Os

⁵⁵ Tradução nossa. “Lo que más interesaba era “dejar el saldo pedagógico en la comunidad que participa, la obra es sólo un medio. El fin es une comunidad organizada, integrada, en convivencia con todos sus vecinos. Lo físico es sólo un medio, lo comunitario es el gran objetivo” arguye Luis Fernando Ramírez, director del Departamento de Acción Comunal Distrital durante el período de surgimiento del proyecto.”

projetos podiam ser para parques de bairros, praças, vias peatonais, escadarias, salões comunitários ou ainda recuperação de fachadas, arborização e jardinagem.

Participavam do programa as OCB sem fins lucrativos, que tivessem um representante com pessoa jurídica e forte vínculo comunitário. Eram encarregados de formar os comitês de compra, de supervisão e de sustentabilidade (PARRA, 2013, p.62). O financiamento do OSP era destinado em 70% à obras de OCB provenientes de estratos 1 e 2⁵⁶, e pressupunha uma coparticipação de 5% do valor ou fornecimento de mão de obra e materiais, por parte das OSP, salvo em casos específicos (RAMIREZ, 2004; PARRA, 2013).

A implementação do programa era estruturada nas seguintes fases:

- Fase de Convocatória: chamamento público de inscrições nas oficinas de capacitação para as OCB.
- Fase de Capacitação: oficinas para elaboração de um projeto social participativo com duração de 4 meses e escolha dos projetos após consenso entre as partes envolvidas.
- Fase de contratação: contratação das OCB selecionadas e avaliação jurídica
- Fase de execução: assessoria, acompanhamento e controle da execução das obras.
- Fase de sustentabilidade: garantia da manutenção e utilização do projeto executado pelos comitês formados e acompanhamento interinstitucional por 5 anos.

No primeiro período de 1996 e 1998, o programa chegou a financiar 315 obras (RAMIREZ, p.88). Segundo Ramirez, sua implementação era, todavia, experimental e apresentou certo número de dificuldades, como falta de clareza na interpretação do que era “consenso” e de quais tipos de projetos seriam contemplados. O segundo momento do programa esteve inserido na estratégia de

⁵⁶ A Colômbia possui uma estratificação socioeconômica definida por localidade. Os critérios se baseiam no ambiente construído e não em renda e poder aquisitivo. Os estratos 1 e 2 correspondem à classe baixa-baixa e classe baixa respectivamente.

“Desmarginalização”, que envolvia processos de legalização e reurbanização de bairro, ampliando as formas de intervenção e interdisciplinaridades do poder público (ibid.). Seu alcance foi maior, com aumento no financiamento de obras e número de líderes comunitários capacitados. A comunidade que se envolveu com a construção e qualificação do espaço demonstrou motivação durante o processo. O engajamento se consolidou por meio das ações contínuas e da formação dos agentes, a despeito dos desafios diante da complexidade das dinâmicas sociais de cada localidade. Embora houvesse inscrições no OSP seguintes, o programa foi descontinuado pela municipalidade.

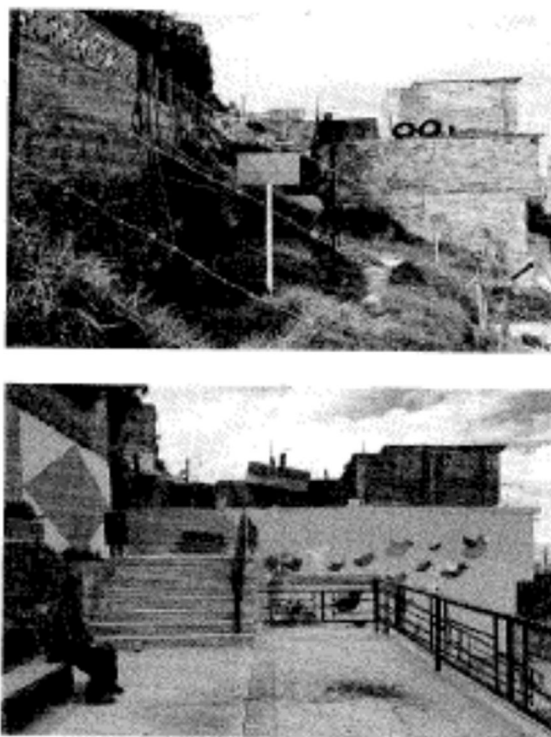


Figura 10 - Antes e depois do programa Obras con Saldo Pedagógico no Barrio el Rocio, Santafé em Bogotá. Fonte: DAACD Informe OSP, 2001 apud DANCOURT.⁵⁷

Em 2020 o *Instituto Distrital de la Participación y Acción Comunal (IDPAC)* em parceria com a *Secretaría Distrital del Hábitat (SDHT)* relança o programa. O novo

⁵⁷ DANCOURT, Flora. **Gouvernance urbaine à Bogotá**. Convention Urbanistes du Monde – Master STU ScPo – Fondation Leopold Mayer, 2018.

Obras Con Saldo Pedagógico 2.0 : Bogotá El Mejor Hogar resgata os princípios originais de co-criação, mas faz adequações em sua estrutura.

A partir de então, centraliza a organização e propostas das iniciativas nas *Juntas de Acción Comunal (JAC)*⁵⁸. Organizações sociais que queriam apresentar projetos o fazem em aliança com a JAC. O programa passa a contemplar obras menores de infraestrutura, assumindo a integralidade das despesas, tais como, áreas livres recreativas e esportivas, mobiliário, hortas, cisternas de água pluvial, espaços comunitários, adequações no passeio público, entre outros.

As etapas foram igualmente adaptadas, acelerando o processo de implementação e ajustando as fases entre “antes”, “durante” e “depois”.

Antes:

- Convocatória: chamamento junto às JAC que são assessoradas por diversos profissionais do poder público. A submissão das propostas é realizada de forma virtual.
- Fase de factibilidade: avaliação do cumprimento de requisitos documentais.
- Fase de viabilidade: a análise das propostas por um comitê técnico segundo critérios pré-estabelecidos: inovação social, impacto comunitário e participação, coerência, saldo pedagógico (de aprendizado), impacto ambiental, aliança com organização social ou comunitária (de jovens, de mulheres, da comunidade Raizal ou do povo Rom), se é um território priorizado pela SDHT.

⁵⁸ A *Junta de Acción Comunal (JAC)* é uma organização social, cívica e comunitária, sem fins lucrativos, de natureza solidária, com personalidade jurídica e patrimônio próprio. É composta por residentes com idade igual ou superior a 14 anos de um bairro, vila ou território específico, que se unem com o propósito de resolver os problemas mais urgentes de sua comunidade. Qualquer afiliado com mais de 18 anos pode ser presidente, e as eleições ocorrem a cada 4 anos. A junta diretiva administra a organização, enquanto processos de depuração podem remover membros por mudança ou falta de cumprimento de deveres. O processo disciplinar é conduzido pela Comissão de Convivência e Conciliação da Associação de Juntas local. Cada junta pode ter conciliadores, geralmente cerca de 3, e é necessário um número mínimo de membros, 75 em bairros e 20 em vilas, para constituição e subsistência. (Artigo 8º da Lei 743 de 2002).

- Eleição das OSP por parte da comunidade que será beneficiada (*Respaldo Ciudadano* - Respaldo Cidadão).
- Verificação do Respaldo Cidadão: mínimo de 200 assinaturas, cujas 20 são confirmadas de forma aleatória via chamada telefônica.
- Fase pré-contratual: documentação e assinatura do Convênio Solidário.

Durante:

- Acompanhamento Integral do poder público para a execução da OSP.
- Transferência das verbas em três etapas: 50%, 40% e 10%.
- A JAC e as Organizações sociais associadas devem formar a *Ruta de fortalecimiento* (Caminho de fortalecimento), liderada por subsecretarias do IDPAC.
- *Bootcamp* de inovação social (capacitação): Consiste em imersões formativas para inovação social de modo a potencializar a ideia selecionada.

Depois:

- Entrega da OSP com jornada de apresentação para viabilizar ações e saldos.
- Fim do convênio e disponibilização para acompanhamento das gestões futuras que derivem do processo.

Desde a implementação do OSP 2.0, entre os anos 2020 e 2023, foram realizadas obras em todos os 20 distritos da cidade, somando 385 obras e contemplando 124 mil beneficiários diretos (IDPAC, 2023⁵⁹). Segundo relatório do IDPAC, 158 das OSP foram lideradas por mulheres, número abaixo de 50%, mas, ainda sim, um indicador importante a ser considerado ao tratar de políticas públicas de representatividade.

⁵⁹ Informação disponível em: <<https://www.participacionbogota.gov.co/obras-con-saldo-pedagogico-bogota-el-mejor-hogar-tiene-mucho-que-contar>> acesso: 02/07/2023



Figura 11. Antes e depois de OSP de 2022 em Bogotá. Fonte: SDHT, 2023⁶⁰.

O programa atual demonstra um compromisso com a inclusão social ao incentivar a participação e envolvimento de jovens a partir de 14 anos, mulheres e minorias nas discussões para construção do espaço público. Isso contribui para dar voz a grupos frequentemente sub-representados e promove uma abordagem mais diversificada e democrática.

Em sua primeira edição, centralizava a escolha dos projetos no departamento técnico responsável. A posterior centralização nas JAC como organizadoras das propostas e projetos é uma mudança interessante, pois atribui a responsabilidade de articulação do território aos seus representantes locais. A validação das propostas por parte da comunidade contribui nesse sentido. Fortalece, assim, a gestão comunitária já presente e, em certa medida, a autonomia da tomada de decisões a nível local.

O OSP prevê a capacitação e/ou acompanhamento dos participantes em todas as fases do projeto, desde sua concepção até a implementação e gestão contínua. Em

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.habitatbogota.gov.co/prensa/noticias/harias-15000000-transformar-tu-barrio>>. Acesso: 03/07/2023

contrapartida, o programa deixou de contemplar o acompanhamento de concepção por meio de oficinas, deixando a critério das JAC decidir quando recorrer às assessorias disponibilizadas. Ao mesmo tempo em que deixa a elaboração mais livre, pode eventualmente fragilizar JAC menos capacitadas, ainda que a municipalidade conte com formações fora do programa. Tampouco fica claro de que forma é acompanhada a gestão após conclusão da OSP. Na primeira edição do programa foram formados os comitês que desempenharam a fase de “sustentabilidade”. O acompanhamento contínuo é importante para garantir que os projetos permaneçam bem conservados e continuem a beneficiar a comunidade ao longo do tempo. No momento, não é ainda possível medir o impacto do OSP 2.0 no longo prazo.

Através de pequenas intervenções, o programa consegue alcançar melhorias tangíveis nos espaços públicos, contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos e fomentando o trabalho local remunerado. Embora o termo “comum” não seja empregado diretamente, o programa apoia indiretamente projetos que visam a constituição de bens comuns, nos quais a comunidade se envolve na criação e co-gestão de recursos visando o interesse coletivo.

A escala de intervenção pode ser local, mas a lei das JAC prevê uma estrutura em rede, horizontal e vertical, de modo que o fortalecimento da base dos movimentos da sociedade civil pode ter reflexos nas escalas mais amplas.

As JAC comunitárias (primeiro nível), se associam para formar as *Asociaciones de Juntas de Acción Comunal* (ASOJUNTAS) na escala do distrito (segundo nível). Por sua vez, se associam para constituir uma *Federación de Acción Comunal* na escala do município (terceiro nível), para enfim consolidar uma *Confederación Comunal Nacional* (quarto nível).



Figura 12 - Imagem ilustrativa da estrutura em quatro níveis da Acción Comunal. Fonte: Guia 5 - Legislación comunal do Ministério del Interior da Colômbia, 2021.

2.3.2. Lisboa - Estratégia BIP/ZIP

A Estratégia BIP/ZIP foi criada em 2010 pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), equivalente a uma Prefeitura, durante a elaboração do Programa Local de Habitação (PLH). Parte da premissa de que a habitação não se resume ao espaço da casa mas implica tudo o que está à sua volta (CML, 2010), o intuito era então de implementar ferramentas de desenvolvimento local, incentivando e capacitando a participação da sociedade civil.

O instrumento surgiu em meio a recursos limitados e desafios habitacionais, antecedendo a crise econômica que se agravou após 2011. Vem de um histórico de iniciativas institucionais fomentando a participação popular, como o Orçamento Participativo (OP), originado no Brasil e difundido através de Portugal para outros países europeus nos anos 2000 (FARIAS, 2021). A Estratégia BIP/ZIP impulsionou a resiliência da cidade e o engajamento cívico, permitindo a continuidade de

ações e movimentos comunitários em um contexto adverso, por meio da coprodução da cidade (SOBRAL, 2021).

A Estratégia BIP/ZIP tem por objetivo central a coesão socioterritorial da cidade, baseada em duas abordagens: o desenvolvimento local e a regeneração urbana (FARIAS, 2021). Parte da compreensão macro do território para agir localmente (desenvolvimento local) e ter melhorias no tecido urbano com fortalecimento das relações sociais que nele se conformam (regeneração urbana).

Se estrutura em em quatro ferramentas:

- (1) a identificação de territórios de intervenção prioritária, na Carta BIP/ZIP;
- (2) um programa anual de financiamento a projetos propostos e realizados por redes de parceiros da iniciativa local, o Programa BIP/ZIP Lisboa - Parcerias Locais (PPL);
- (3) gabinetes públicos de apoio técnico e político aos processos decorridos nesses territórios (GABIP); e
- (4) as redes de colaboração incentivadas entre os vários atores do desenvolvimento local, não só para a sustentabilidade dos projetos BIP/ZIP, como para sua articulação com outras dinâmicas urbanas e políticas setoriais e comunitárias (DMHDL, 2017, apud FARIAS, 2021).

A primeira etapa de implementação do programa partiu do mapeamento multicritério (CML, 2010, apud FARIAS, 2021) do município na escala do quarteirão. Esse levantamento identificou os Bairros de Intervenção Prioritária (BIP) e definiu as Zonas de Intervenção Prioritária (ZIP). Por meio de uma consulta pública ampliada, foram escolhidos 67 bairros como BIP/ZIP, aos quais seriam destinados verbas e assistência técnica para apoiar projetos de interesse público.

O Programa BIP/ZIP Lisboa - Parcerias Locais (PPL) visa o fortalecimento de pequenos projetos comunitários idealizados nos BIP/ZIP através de seu

financiamento. Para apresentar a proposta, são requeridas um mínimo de duas entidades, sendo ao menos uma do território em questão. É necessário haver uma pessoa jurídica para ser promotora do projeto, mas o programa prevê meios de incorporar grupos informais (ibid., p.64). Neste último caso, são firmadas parcerias entre grupos locais informais e as Juntas de Freguesia⁶¹, que poderá receber até 25% do montante solicitado na candidatura (ITDP, 2020).

As propostas podem abarcar variadas formas, mas devem buscar se enquadrar nas seguintes temáticas, optando por uma preferencial: (a) melhorar a vida no bairro; (b) promover competências e empreendedorismo; (c) reabilitar e requalificar os espaços; (d) promover a inclusão e a prevenção; e (e) promover a dinamização comunitária e a cidadania (FARIAS, 2021). Exige-se igualmente um planejamento para o projeto de implantação em um ano e sustentabilidade por mais dois anos (CML, 2019). A submissão das candidaturas é realizada por meio eletrônico, e a avaliação é feita por um júri misto, com representantes do poder público e da sociedade civil.

Ao longo dos processos, inclusive durante a elaboração dos projetos, Gabinetes de Apoio aos BIP/ZIP (GABIP) oferecem apoio e capacitação às iniciativas locais, além de intermediar eventuais conflitos com a CML. Os GAPIB são compostos por representantes dos serviços municipais e da iniciativa local: *“uma coordenação, equipa de apoio, comissão executiva, representantes de organizações locais, comissão de assembleia de freguesia e vereadores, todos com voto direto”* (FARIAS, 2021). Têm por missão a promoção do desenvolvimento local de forma cooperativa e transparente, e ainda devem elaborar um Plano de Desenvolvimento Local para o(s) território(s) alvo das suas ações (PHDL) (ibid.). Acompanham a implementação dos projetos por meio de reuniões, visitas técnicas, avaliação dos relatórios,

⁶¹ As Juntas de Freguesia são “órgãos executivos locais similares às subprefeituras ou superintendências regionais em algumas cidades brasileiras, mas contam com com eleições diretas e mais autonomia territorial.” (SOBRAL, 2021).

oficina intermediária e monitoramento dos indicadores e metas pré-estabelecidas (ITDP, 2020).

A fase de implementação é dotada de certa flexibilidade, a medida em que aceita ajustes e adaptações nos projetos em função dos desafios e resultados encontrados pela prática. A aprovação é feita localmente pelos gestores que acompanham a iniciativa (ibid.). O orçamento disponível é de até 50 mil euros, mas pode ser complementado com financiamento adicional se proposto em fase de candidatura (ibid.).

O escopo é amplo, indo além de intervenções em espaços públicos, abarcando inovação social e serviços colaborativos, inovação digital e promoção da criatividade urbana. Os espaços passíveis de serem reabilitados são espaços públicos, livres para lazer ou espaços não habitacionais, além de regularização de questões urbanísticas. Um exemplo é o Parque Intergeracional Novo Horizonte⁶², inaugurado em 2013, que contempla pista de skate “Olaias”, bancos e aparelhos de ginástica para terceira idade. Resulta da parceria entre: Associação de Skate de Lisboa, Comissão de moradores do bairro Horizonte, Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, União Clube da Curraleira e Fundação Aga Khan e apoio da Junta de Freguesia⁶³.

Por fim, a Rede de Desenvolvimento Local (DLBC) é a responsável pela gestão da Estratégia Municipal de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, e pelo financiamento e treinamento para desenvolvimento local. A rede tem apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu para constituir uma plataforma colaborativa, que compartilha as experiências passadas (SOBRAL, 2021).

⁶² Informações da candidatura disponíveis em: <<https://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2022>>. Acesso em 05/08/23.

⁶³ Disponível em: <<https://vimeo.com/64061239>> . Acesso em: 03/08/2023.



Figura 13 - Foto da pista de skate “Olaias” por Glen Jones, Alexandre Balas, Haroun Cherif. Sem data. Fonte: Trucks and Fins⁶⁴.

Em suma:

a caixa de ferramentas da estratégia BIP/ZIP visa: a identificação dos territórios prioritários de Lisboa (Carta BIP/ZIP); o fomento a projetos da iniciativa local para esses territórios (PPL); fornecer apoio técnico e político para a mediação de conflitos (GABIP); e incentivar o estabelecimento de redes colaborativas a nível local e internacional (DMHDL, 2017). Assim, a estratégia de DL da CML extrapola a dimensão habitacional para influenciar outras políticas setoriais. (FARIAS, 2021, p.67)

A Estratégia BIP/ZIP contempla em média 40 projetos PPL por ano, investindo anualmente 1,6 milhão de euros em média (SOBRAL, 2021). Um dado representativo da abrangência dos BIP/ZIP é de que ocupam 8% do território de Lisboa onde reside 20% da população da cidade (ITDP, 2020). Entre 2011 e 2020 foram realizados 394 projetos, contando com a participação de mais de 600

⁶⁴ Disponível em:<<https://trucksandfins.com/en/spots/skateparks/Olaias-skatepark/556>>
Acesso em: 04/08/2023

atores. Neste período, a CML ultrapassou os 15 milhões de euros em investimentos, aos quais foram somados 5 milhões provenientes dos próprios participantes (CML, 2021).

Completando 10 anos, lançou-se o Energia BIP/ZIP digital 20.21, organizando diversas atividades, como apresentações das plataformas e iniciativas digitais para o ecossistema de Desenvolvimento Local da Cidade. Dentre os quais o HackaBip, um hackaton cívico para co-criação de ferramentas digitais, organizado por Ana Carolina Farias, e a plataforma digital BIG (BIP) Data, com informação sobre os vários projetos, parceiros e entidades BIP/ZIP. Nesta ocasião, lançou-se igualmente um programa complementar, destinando mais orçamento e prazo para execução, buscando desenvolver projetos maiores (SOBRAL, 2021).

A Estratégia BIP/ZIP parte do fortalecimento da cidadania para agir na escala do bairro, capacitando a sociedade civil a intervir no território. Propõe, assim, um novo arranjo de governança, através descentralização em rede, a co-governança dos GABIP, e da auto-organização de comunidades, auto-gestão dos PPL. Este modelo entende a escala local como chave para a coesão territorial e potencializa os intercâmbios entre o setor público, privado, terceiro setor e sociedade civil. Reverte a tendência de priorização de grandes obras ao fomentar pequenas intervenções locais com grande retorno cívico.

Não obstante, este formato não é suficiente para enfrentar problemas estruturais ou resistir ao poder do mercado imobiliário, nem evitar processos de gentrificação. (ITDP, 2020). Para tal, requer políticas públicas paralelas mais amplas, bem como escalar a ação cívica para uma gestão territorial maior.



Figura 14 - Carta BIP/ZIP com projetos entre 2010 e 2020. Fonte: CML BIP/ZIP 2022.

A forma de propor projetos é bastante flexível, tanto pela diversidade possível de temas e objetos, arranjos entre as entidades, quanto pela possibilidade de ajustes e co-financiamento. A exigência do mínimo de duas entidades e de um júri misto vai de encontro com uma proposta de maior integração e garantia de efetividade.

É possível acessar todas as fichas de candidatura em um portal *online* aberto, mas não há, todavia, uma interface integrada com cruzamento de dados e mapeamento georreferenciado. Tampouco avalia e compartilha os impactos dos PPL de forma transparente, embora haja a preocupação de usar experiências anteriores como aprendizado para as ações futuras. A monitorização partilhada permitiria fortalecer o objetivo enunciado pela CML de buscar a co-governança (FARIAS, 2021). Na ocasião da Estratégia BIP/ZIP digital 20.21, contudo, foi informado que existe uma plataforma de dados abertos e um observatório em desenvolvimento. No mesmo sentido, o HackaBIP desenvolvido em 2021 busca

fomentar a integração de ferramentas digitais para ampliar os métodos de construção coletiva da cidade.

Enfim, o programa, por sua constância ao longo dos últimos 13 anos e inclusão no Plano Diretor de Lisboa, permite que se consolide enquanto política pública e sirva de forma segura ao desenvolvimento urbano e engajamento cidadão.

2.3.3. Londres - *Business Improvement Districts*

O *Business Improvement Districts* (BID) é um modelo de gestão que se baseia na parceria entre o setor público e privado para desenvolvimento de uma determinada área. Teve origem em Toronto no Canadá, sendo posteriormente replicado em diversos outros países, como Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia, África do Sul, Noruega e Reino Unido, países com frequência associados à reformas neoliberais (WARD, 2007, apud GRAIL; MITTON; NTOUNIS; PARKER; QUIN, STEADMAN, SMITH, 2019). A denominação para este modelo não é única e varia em função da localidade, assim como a legislação correspondente. No entanto, possuem objetivos e estruturas semelhantes.

A partir da delimitação de uma área, proprietários dos imóveis e/ou comerciantes pagam uma taxa à organização sem fins lucrativos que administra o BID. Costumam ter por objetivo aumentar a qualidade e atratividade do local - e o valor do bem imobiliário - via melhorias nos espaços livres, garantia de segurança, limpeza e comunicação.

BIDs se tornaram relevantes na estratégia administrativa das cidades do Reino Unido (GRAIL et al., 2019), desde sua regulamentação em 2004 (SI2004/2443). Sua capital, Londres, aposta na gestão por atores privados de seus espaços livres públicos, ao mesmo tempo em que incentiva a produção de espaços privados publicizados. Em reação aos diversos “Espaços Públicos de Propriedade Privada”

- *Privately Owned Public Spaces (POPS)*⁶⁵ - a organização *Greenspaces information for Greater London (GiGL)*⁶⁶ em parceria com o *Guardian Cities team*, realizou em 2017 o levantamento e mapeamento dos POPS. O intuito foi de esclarecer onde haviam espaços que, embora parecessem públicos, poderiam estar sujeitos a determinadas regras, como restrições de usos, de registros ou manifestações públicas⁶⁷. Cinco anos antes, manifestantes do *Occupy London*, inspirado no *Occupy Wall Street* em Nova Iorque, foram impedidos de se concentrar na praça da bolsa de valores, por se tratar de uma praça privada, e se reuniram ao lado da Catedral de Saint-Paul. Segundo Anna Minton (LABOREY, 2015), autora de *Who is London for*, este seria o único espaço “verdadeiramente” público da cidade. Londres, no entanto, possui diversas áreas livres públicas, embora possam ser administradas por entidades privadas.

Os BIDs de Londres⁶⁸ surgem em um contexto no qual a municipalidade, Greater London Authority (GLA), busca ampliar PPP's para a promoção de melhorias urbanas. Encorajam a proposta do BID e seu papel no “desenho do lugar” de centros urbanos locais e áreas industriais (GLA, 2023).

A criação do BID segue cinco etapas: Interesse, Viabilidade, Votação, Entrega e Renovação ou Descontinuação (Tradução nossa, GRAIL et al., 2019). A primeira consiste na formação de um grupo de contribuintes interessados em uma mesma localidade, identificando possíveis prioridades e estabelecendo uma delimitação territorial. Neste momento, os interessados podem recorrer ao aconselhamento de uma empresa consultora BID, passível igualmente de assumir a gestão.

⁶⁵ POPs são espaços livres privados publicamente acessíveis, podendo ter acesso restrito em determinados horários.

⁶⁶ GiGL é uma *community interest company* (CIC), empresa de interesse comunitário. Informações disponíveis em: <<https://www.gigl.org.uk/>> Acesso em 16/09/21.

⁶⁷ Informações de matéria publicada pelo jornal The Guardian em 2017: <<https://www.theguardian.com/cities/2017/jul/24/revealed-pseudo-public-space-pops-london-investigation-map>>. Acesso em 16/09/2021.

⁶⁸ *Business Improvement Districts London*, Disponível em: < <https://maps.london.gov.uk/BIDs/> > Acesso em 15/09/21.

A segunda etapa diz respeito à votação do plano elaborado, caso seja aprovado por mais de 50% das empresas contempladas dentro do perímetro, se institui o BID. A GLA é a responsável por organizar os votos e pode inclusive vetar o plano. A implementação, etapa de Entrega, parte da aprovação jurídica do plano de negócios e passa a ter de concretizar os objetivos estipulados dentro de um prazo de cinco anos, durante a vigência do contrato.

O valor da contribuição é obrigatório e determinado pelo plano, aplicado aos comerciantes elegíveis, podendo excetuar alguns devido a características específicas. A taxa pode ser calculada por uma porcentagem do valor de cada negócio, variando entre 1 e 2%, mas também pode ser um valor fixo ou gradativo (DE MAGALHÃES, 2014). A cobrança é geralmente direcionada ao ocupante do local, e não ao proprietário. Ao contrário de outras localidades, o BID inglês optou por estabelecer que estas taxas extras deveriam ser exclusivas das ocupações comerciais (ibid.). Contudo, desde 2014, Londres aceita BIDs em que apenas os proprietários pagam a taxa. Até 2019, a grande maioria dos BIDs no Reino Unido eram de “propriedade-ocupante”, em que é o locatário quem paga a taxa (GRAIL et al., 2019).

Ao final do período determinado pelo BID, este pode apresentar novamente uma proposição e solicitar sua renovação, o que ocorre na grande maioria dos casos, ou pode ser revogado, encerrando seu funcionamento. O número de BIDs segue crescendo anualmente.

Os serviços oferecidos são variados, não havendo limite para eles. O único requisito é de que se somem aos já fornecidos pelo poder público (*Department for Communities and Local Government (DCLG), 2015*). Segundo consta no site da GLA: “O *Business Improvement District* fornece serviços adicionais ou aprimorados, orientados pelas necessidades das empresas” (tradução nossa). Se enquadram geralmente na provisão de:

- infraestruturas físicas, como equipamentos, cuidado e manutenção de áreas livres, além de medidas ambientais;

- infraestruturas promotoras, como marketing e advocacy da localidade; e
- infraestruturas de segurança, como regras de uso do espaço público ou contratação de seguranças. (WARD, 2007, apud GRAIL et al., 2019)

Existem categorias de BIDs distintas, que frequentemente correspondem ao caráter predominante dos comércios e serviços. Via de regra, os principais são os BIDs Centrais e os BIDs Industriais, mas podem se enquadrar também em BIDs comerciais, turísticos, de lazer, de varejo, entre outros (ibid.).

Londres possui atualmente 70 BID's (GLA data 2023)⁶⁹. Abaixo (Figura 15), é possível observar que a grande maioria corresponde a BIDs Centrais (em rosa), seguidos por BIDs Industriais (em azul), um BID Propriedade (em amarelo) e o *Cross River Partnership* (verde-água). O mapa interativo indica os nomes e tipos de BIDs e disponibiliza os respectivos sites para maiores informações.

O único BID Propriedade, também o maior BID da cidade, é o *New West End Company*⁷⁰, ativo desde 2005 e com contrato vigente até pelo menos 2026. Trata-se de um BID misto, financiado por proprietários e ocupantes dos estabelecimentos, com aproximadamente 600 contribuintes distribuídos por 82 ruas.

O *Cross River Partnership*⁷¹ (CRP) é uma parceria com a municipalidade para oferecimento de projetos ambientais, econômicos e voltados para a comunidade. O organismo age inter-relacionando atores públicos, privados e voluntários para enfrentar desafios relativos à qualidade do ar, ao transporte, *placemaking* (melhorias e apropriações dos espaços livres públicos) e ao bem-estar (CRP, 2023). Propõe, portanto, uma co-governança com o poder público em políticas para espaços livres, articulando-se com o terceiro setor, além de pretender envolver a sociedade civil.

⁶⁹ Disponível em: <<https://data.london.gov.uk/dataset/london-plan-business-improvement-districts>>. Acesso em: 07/08/2023.

⁷⁰ Disponível em: <<https://www.newwestend.com/>>. Acesso em 05/07/2023.

⁷¹ Disponível em: <<https://crossriverpartnership.org/>>. Acesso em 05/07/2023.

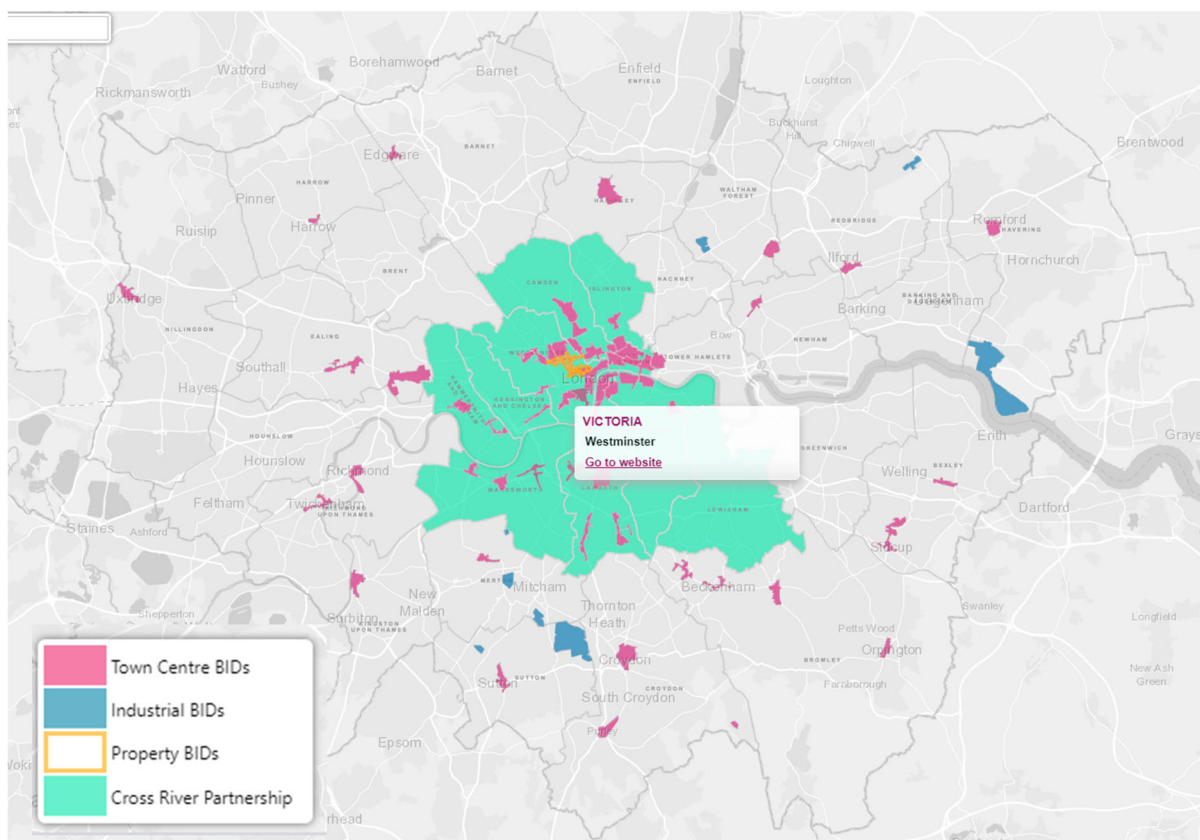


Figura 15 - Mapa interativo indicando BIDs do município de Londres e arredores em julho de 2023. Fonte: Site da GLA (Prefeitura de Londres).

O *Cross River Partnership*⁷² (CRP) é uma parceria com a municipalidade para oferecimento de projetos ambientais, econômicos e voltados para a comunidade. O organismo age inter-relacionando atores públicos, privados e voluntários para enfrentar desafios relativos à qualidade do ar, ao transporte, *placemaking* (melhorias e apropriações dos espaços livres públicos) e ao bem-estar (CRP, 2023). Propõe, portanto, uma co-governança com o poder público em políticas para espaços livres, articulando-se com o terceiro setor, além de pretender envolver a sociedade civil.

É frequente os BIDs apresentarem estreita relação com as autoridades locais, e não é incomum que divulguem em suas mídias os benefícios para quem frequenta a área e ações em conjunto com a comunidade:

⁷² Disponível em: <<https://crossriverpartnership.org/>>. Acesso em 05/07/2023.

[...] o que fazemos para nossos membros é para todos. (Tradução nossa. BID Baker Street Quarter Partnership, 2023)⁷³

Embora, por natureza, os BIDs sejam liderados e financiados por empresas, muitos BIDs reconhecem o valor inerente e a importância de trabalhar em estreita colaboração com todas as partes da comunidade local. (Tradução nossa, BID Culture Mile, 2023)

Acima estão exemplos de BIDs preocupados em mostrar que suas ações visam o bem-estar coletivo. Não obstante, não estão previstas ferramentas ou regras de obrigatoriedade à participação de cidadãos nos processos decisórios. Fica a critério de cada BID se articular ou não com os cidadãos.

A complexa gestão territorial de Londres envolve diversos atores do setor privado, parceria posta como necessária frente à escassez de recursos financeiros e humanos do governo local (DE MAGALHÃES, 2014). A aposta no BID é justificada por apresentar retornos considerados positivos para a atratividade e vitalidade dos lugares, aumento de empregos, melhorias ambientais e urbanas (GLA, 2023). Este intercâmbio de capacidades entre poder público, empresas e instituições, permite que sejam constituídas redes locais, centralizadas nos BIDs e reguladas pelo governo.

Embora o BID não possua fins lucrativos próprios, trata-se de um modelo de governança cujo objetivo final é o ganho de seus contribuintes. Assim, mesmo eventos culturais gratuitos ou melhorias no espaço livre de uso público promovidos pelos BIDs, tem como norte tornar a localidade mais interessante para se frequentar, consumir e investir. É, portanto, um exemplo de *empresariamento* ou empreendedorismo da gestão urbana.

⁷³ Como consta na apresentação do BID Baker Street Quarter Partnership. Disponível em: <<https://www.bakerstreetq.co.uk/services-and-projects/>>. Acesso em 07/08/23.



Figura 16 - Chrischurch gardens, projeto de reforma da praça em 2020, fruto de uma parceria entre o BID Victoria e o poder local Westminster City Council. Fonte: BID Victoria.



Figura 17 - George's Park, jardim e mobiliário em espaço privado acessível realizado em 2018 pelo BID Baker Street Quarter Partnership. Fonte: Wild West End.⁷⁴

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.wildwestend.london/stories-feed/georges-park-green-oasis>>. Acesso em 07/08/23.

A dinâmica dos BIDs pode fortalecer a cooperação e solidariedade entre comerciantes. Além disso, as melhorias no bairro têm benefícios tanto para os comerciantes quanto para a população residente ou frequentadora. Não obstante, sem políticas públicas atreladas, estão sujeitas a gentrificação da área. A participação da sociedade civil tampouco é formalizada ou requerida, dificultando a garantia de voz e visibilidade dos cidadãos. Efetivamente, o cerne do BID não é o envolvimento cidadão na gestão e sim o envolvimento do setor privado.

Após implementação de BIDs, suas áreas de abrangência tornam-se mais seguras para os comerciantes e frequentadores, uma vez que os crimes são reduzidos. Há um grande esforço em tornar o lugar mais seguro. Além do existente sistema de vigilância por câmeras CCTV, acrescentam-se seguranças, dentre os quais alguns disfarçados (LABOREY, 2015). Há igualmente uma preocupação com a presença de pessoas em situação de rua e pedintes. O departamento de “intervenção comunitária” do BID de Victoria, por exemplo, alega buscar e apoiar indivíduos que dormem na rua, em colaboração com os serviços públicos para sem-tetos (BID Victoria, 2023). Além disso, ambulantes e comércios informais são impedidos de comercializar na área (LABOREY, 2015).

Tal controle das ruas por privados pode suscitar a exclusão de certos públicos que, se desconfortáveis, deixam de frequentar o local, ou são de fato realocados. Se a intenção não é abertamente essa, ela se aproxima, contudo, à de estratégias urbanas higienistas.

Por fim, a fragmentação da gestão territorial em BIDs não pressupõe uma comunicação centralizada ou fornecimentos de dados comparativos facilmente acessíveis, comprometendo a transparência das ações. A ferramenta do mapa digital fornecido pelo poder público auxilia, mas é insuficiente para uma compreensão mais global. Faltam, portanto, instrumentos e indicadores relativos aos BIDs.

Não obstante, o governo da cidade, GLA, acompanha os BIDs e elabora ocasionalmente relatórios, como o “*Business Improvement Districts: The role of*

BIDs in London's regeneration" do comitê *London Assembly Regeneration Committee* em 2016. Dentre as observações elencadas no relatório, estavam: a demanda por maior transparência dos BIDs; estreitar a relação com o poder público local se somando à este sem substituir suas funções; transmissão de aprendizados aos novos BIDs provenientes dos anteriores; ou ainda, a simplificação da abordagem dos BIDs para apresentar planos de bairros.

Por estarem implicados direta e indiretamente na construção da cidade, é importante a análise de sua efetividade nos territórios e de seus impactos para o conjunto da população. Não há índices quanto aos possíveis efeitos de desequilíbrio e falta de coesão territorial, mas tal dinâmica insere os bairros em um cenário competitivo por atratividade. Os espaços livres servem, deste modo, mais como símbolos da vitalidade, do que representativos de uma vida pública de bem-estar comum. Como observa De Magalhães: "*O aparente sucesso dos BIDs como sugerido por seus números em rápida expansão, não devem ofuscar as questões complexas e controversas que estão associadas a eles*" (Tradução nossa. 2014, p.917). O autor ainda argumenta que a gestão dos BIDs não corresponde a uma privatização da gestão pública, mas que seus onus e bonus são semelhantes aos do Estado, que opera segundo as mesmas regras.

No Brasil, temos um exemplo de gestão inspirada no BID. A cidade do Rio de Janeiro estabelece em 2021 a associação sem fins lucrativos Aliança Centro-Rio⁷⁵, coordenada pela associação Rio Negócios e o Instituto Rio 21. Mediante pagamento mensal no valor de 1000 reais, contribuintes financiam ações para requalificação da área central da cidade, com: "*Operação de campo para monitoramento de ocorrências; Materiais de comunicação e Mídias; Gestão de resoluções, administração e serviços*" (Aliança Centro-Rio, 2023).

Seu objetivo central é o de se tornar um pólo atrativo de desenvolvimento e empregos. Não informam quais são as ocorrências nem discriminam com precisão suas ações. Segundo o próprio site, a Aliança Centro-Rio é constituída

⁷⁵ Disponível em: <<https://alianca-cidade.org/>>. Acesso em: 06/11/21.

pelas “Maiores empresas imobiliárias do Brasil juntas com a Prefeitura e o Governo do Estado”. A PPP confirma a tendência de governos a replicarem modelos de gestão territorial cujo objetivo visa beneficiar o desenvolvimento econômico. O Aliança Centro-Rio divulgou em redes sociais que estão em fase de implementação as Áreas de Revitalização Económica (AREs), compostas por proprietários e inquilinos de imóveis comerciais, em duas ruas do centro do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

GESTÃO COMPARTILHADA E CO-GESTÃO DE PRAÇAS

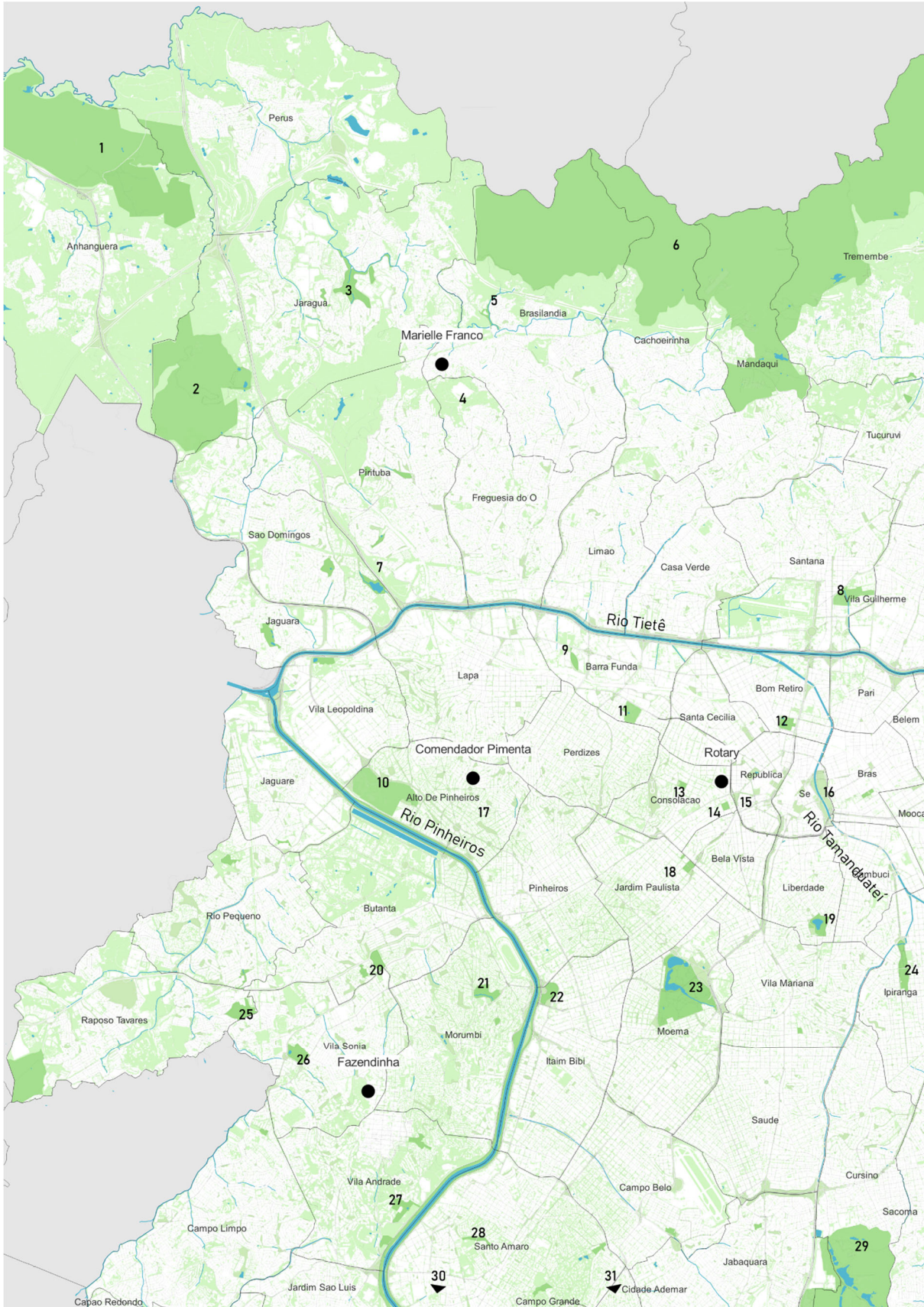


Figura 18 - Mapa de meio físico, recorte de São Paulo com praças estudadas.
Fonte: GeoSampa 2019.

Legenda - Seleção de espaços livres públicos importantes.

1. Parque Anhanguera
2. Parque Estadual Jaraguá
3. Parque Pinheirinho D'água
4. Futuro Parque Morro Grande
5. Parque Linear Bananal Canivete
6. Parque Estadual Cantareira
7. Parque Cidade Toronto
8. Parque da Juventude
9. Parque Jardim das Perdizes
10. Parque Villa-Lobos
11. Parque da Água Branca
12. Parque Jardim da Luz
13. Parque Buenos Aires
14. Parque Augusta
15. Praça Roosevelt
16. Parque Dom Pedro II
17. Praça Pôr do Sol
18. Parque Trianon
19. Parque da Aclimação
20. Parque da Previdência
21. Parque Alfredo Volpi
22. Parque do Povo
23. Parque Ibirapuera
24. Parque da Independência
25. Parque Raposo Tavares
26. Parque Chácara Jockey
27. Parque Burle Marx
28. Parque Severo Gomes
29. Jardim Botânico/ Zoológico
30. Parque Ecológico Guarapiranga
31. Represa Billings/ Parque dos Búfalos

3.1 - Praça Comendador Manuel de Melo Pimenta ou Praça Rainha da Paz

SUB PINHEIROS



O estudo parte da Praça Comendador Manuel de Melo Pimenta, também chamada pelos moradores de Praça Rainha da Paz (ou Praça do Rainha), para estudar especificamente um grupo que se formou em 2008 atuando em diversas praças e que se articula com o território há mais de 10 anos. A presente praça foi escolhida por constituir um importante referencial do bairro, além de ser um dos principais pontos de encontro do grupo. Este grupo, denominado Vila Jataí, integra um coletivo de vilas, juntamente com o da Vila Beatriz e da Vila Ida, estabelecendo um espaço de discussão, o Vilas Beija. A praça está localizada na zona Oeste da cidade sob a Subprefeitura de Pinheiros, na parte norte do distrito de Alto de Pinheiros, próximo à divisa com a Lapa. Localmente, o bairro se subdivide entre vilas, como a Vila Beatriz, Vila Ida e Vila Jataí, esta última sendo aquela onde se situa a praça aqui apresentada.

A praça se insere em uma área de topografia acidentada, com a parte mais alta beirando o espigão da rua Cerro Corá, importante via coletora que divide os bairros e possui ampla visibilidade sobre o entorno. De seus anfiteatros de morro nascem corpos d'água que deságuam ora no Rio Pinheiros, mais próximo, ora no Tietê. Dos afluentes do rio Pinheiros, dois atravessam o território das vilas, o córrego Belini, coberto, e o Corujas, que apresenta trecho descoberto. O bairro se caracteriza, portanto, por fortes declividades, com variações de até 100 m de altitude e ruas sinuosas. O coletivo estudado classificou a área da seguinte forma:

De um modo geral, podemos dividir o relevo no perímetro da Vila Jataí em 4 compartimentos principais: 1- topos, entre as cotas de 795-849m; 2 - encosta, entre as cotas de 770-795m; 3 - rampa, entre 770-745m; e 4 - várzea, entre 745-730m. (Trecho extraído do Plano regional proposto pelo coletivo em 2023)

A praça é bastante arborizada e de solo majoritariamente permeável, cumprindo um papel importante na drenagem das águas pluviais, em conjunto com outras praças do entorno, de densidade arbórea igualmente alta. O meio físico do qual a praça faz parte é de grande relevância para o entendimento da atuação do grupo que se articula no território e que será abordado neste item. A região conta com outros espaços livres importantes nas proximidades, como a Praça Amadeo Decome, Waldir Azevedo, Horta das Corujas e, um pouco mais distante, a Praça Pôr do Sol e um dos principais parques da cidade, o Parque Villa-Lobos. O transporte público se faz majoritariamente mediante ônibus, mas em um raio de menos de 2km, é possível acessar a estação da linha 2 verde do metrô Vila Madalena e a estação Cidade Universitária da CPTM. Está prevista a extensão da linha do metrô com uma nova estação ao lado da Praça Amadeo Decome.

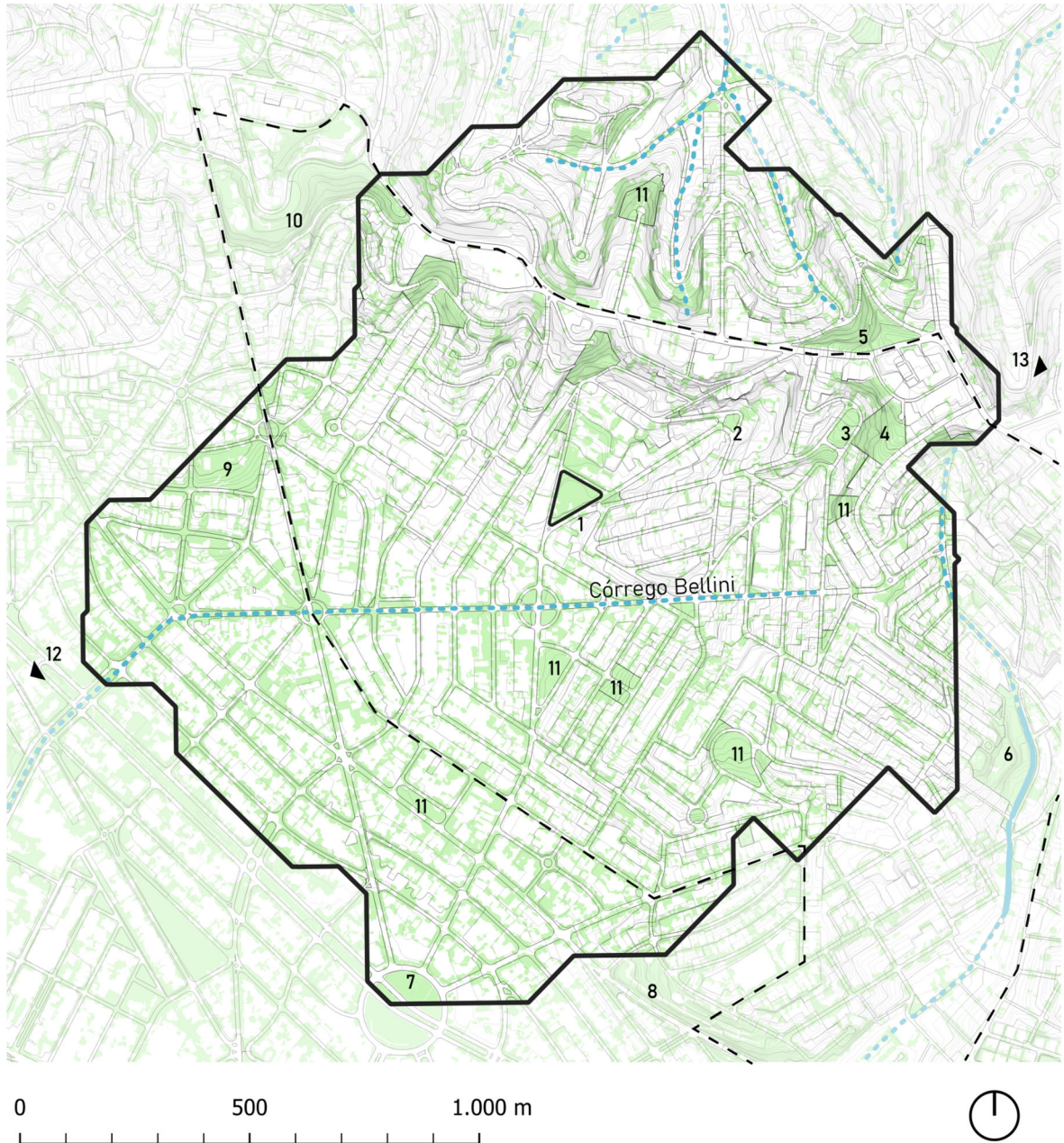


Figura 19 - Mapa do meio físico do entorno da Praça Com. M. de M. Pimenta. Fonte: GeoSampa, 2023.

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Isochrone - 15min/Pedestre Massa d'água Água canalizada Topografia 5m 1m Massa arbórea Perímetro Vila Jataí | <ul style="list-style-type: none"> 1. Praça Com. M. de Melo Pimenta 2. Praça Gastão Cruis 3. Praça C. M. Brisola 4. Praça François Belanger 5. Praça Amadeo Decome 6. Horta das Corujas 7. Praça Pan Americana 8. Praça do Pôr do Sol 9. Praça P. de Saitama 10. Praça Waldir Azevedo/ Mirante da Lapa 11. Praças públicas 12. Parque Villa-Lobos 13. Praça da Nascente |
|---|--|

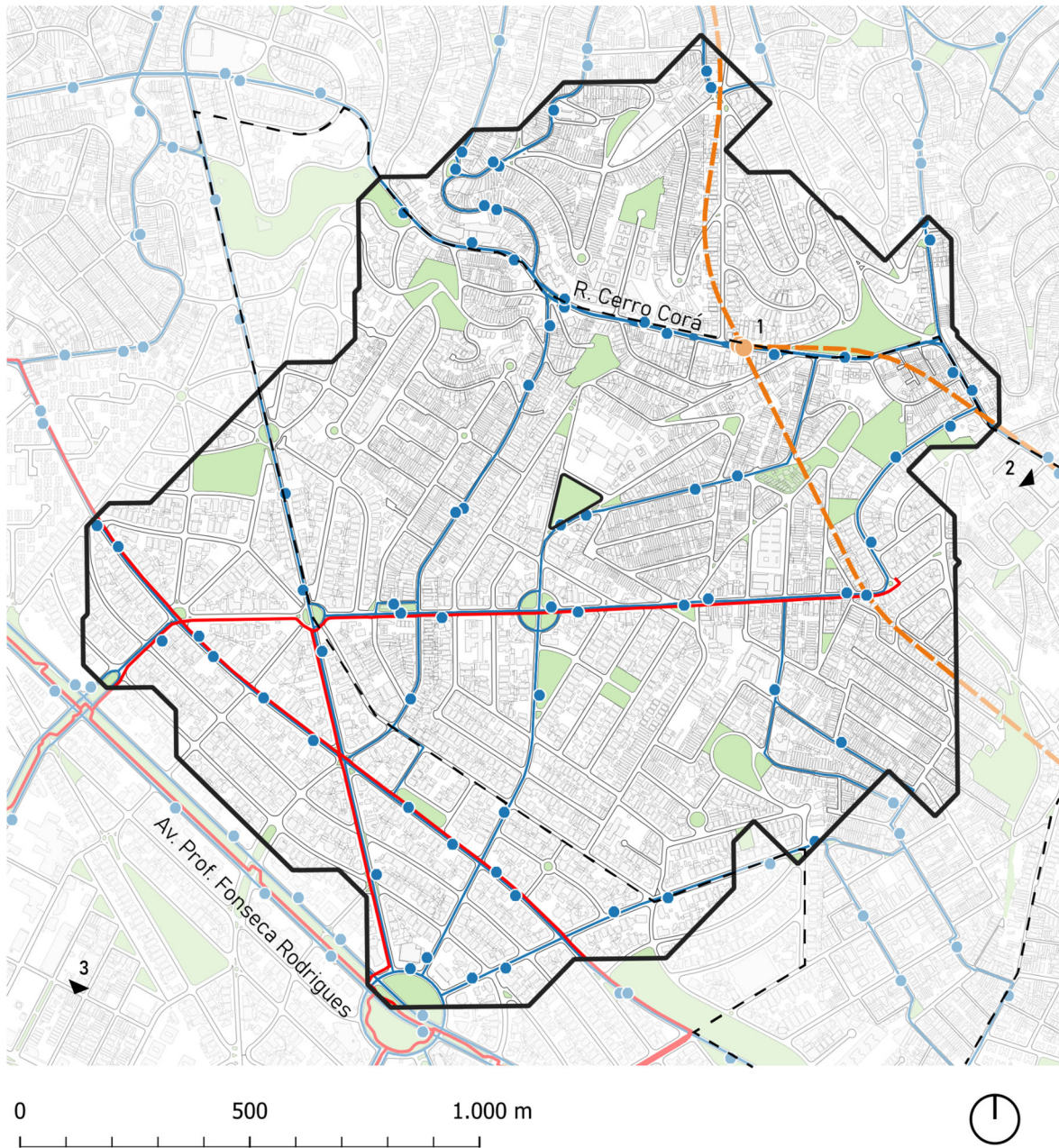
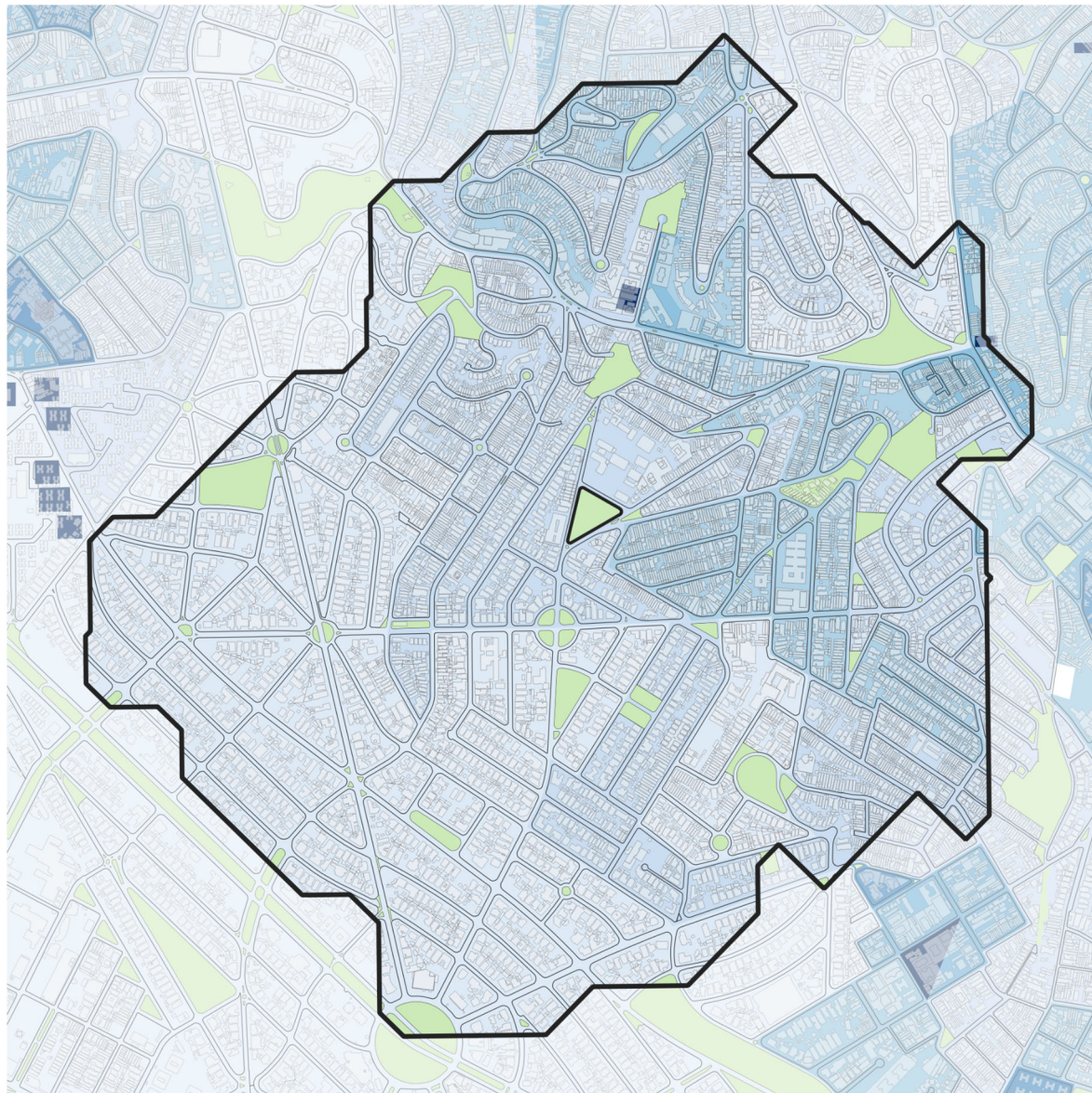


Figura 20 - Mapa de transporte público e vias de circulação do entorno da Praça Com. M. de M. Pimenta. Fonte: GeoSampa, 2019.

- Isochrone - 15min/Pedestre
 - Transporte Público**
 - Metrô/Trem - Estação projetada
 - Ônibus - Ponto
 - Metrô/Trem - Linha projetada
 - Rede cicloviária
 - Ônibus - Linha/Faixa/Corredor
 - Edificações
 - Parques/Praças
1. Estação de metrô projetada
 2. Estação de metrô Vila Madalena
 3. Marginal Pinheiros e estação Cidade Universitária da CPTM

O entorno é predominantemente ocupado por casas e alguns poucos edifícios residenciais por estar em grande parte em Zona Preferencialmente Residencial (ZPR), apresentando diversos comércios locais que se concentram nas principais vias. O bairro conta com instituições de ensino privado de grande porte, como a Escola Vera Cruz e o Colégio Santa Cruz, e mais locais como o Colégio Rainha da Paz. Possui, também, alguns equipamentos de ensino público. Embora o entorno mais próximo não conte com muitos equipamentos de saúde, há 20 min de ônibus ou 5 min de carro da praça, é possível acessar uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou em 30 min de ônibus e 10 min de carro hospitais, como o São Camilo ou o Hospital das Clínicas, público.

Trata-se de um bairro de baixa densidade demográfica, variando entre 0 e 146 hab/ha. O entorno apresenta maior adensamento em direção oeste, chegando aos bairros da Vila Madalena, que vem passando por forte verticalização nos últimos 10 anos, e Perdizes.



0 500 1.000 m



Figura 21 - Mapa de densidade demográfica do entorno da Praça Com. M. de M. Pimenta. Fonte: GeoSampa Censo 2010.

□ Isochrone - 15min/Pedestre

□ Edificações

□ Parques/Praças

Densidade demográfica (hab/hect)

□ 0 - 50

□ 50 - 100

□ 100 - 150

□ 150 - 200

□ 200 - 250

□ 250 - 300

□ 300 - 350

□ 350 - 400

□ 450 -

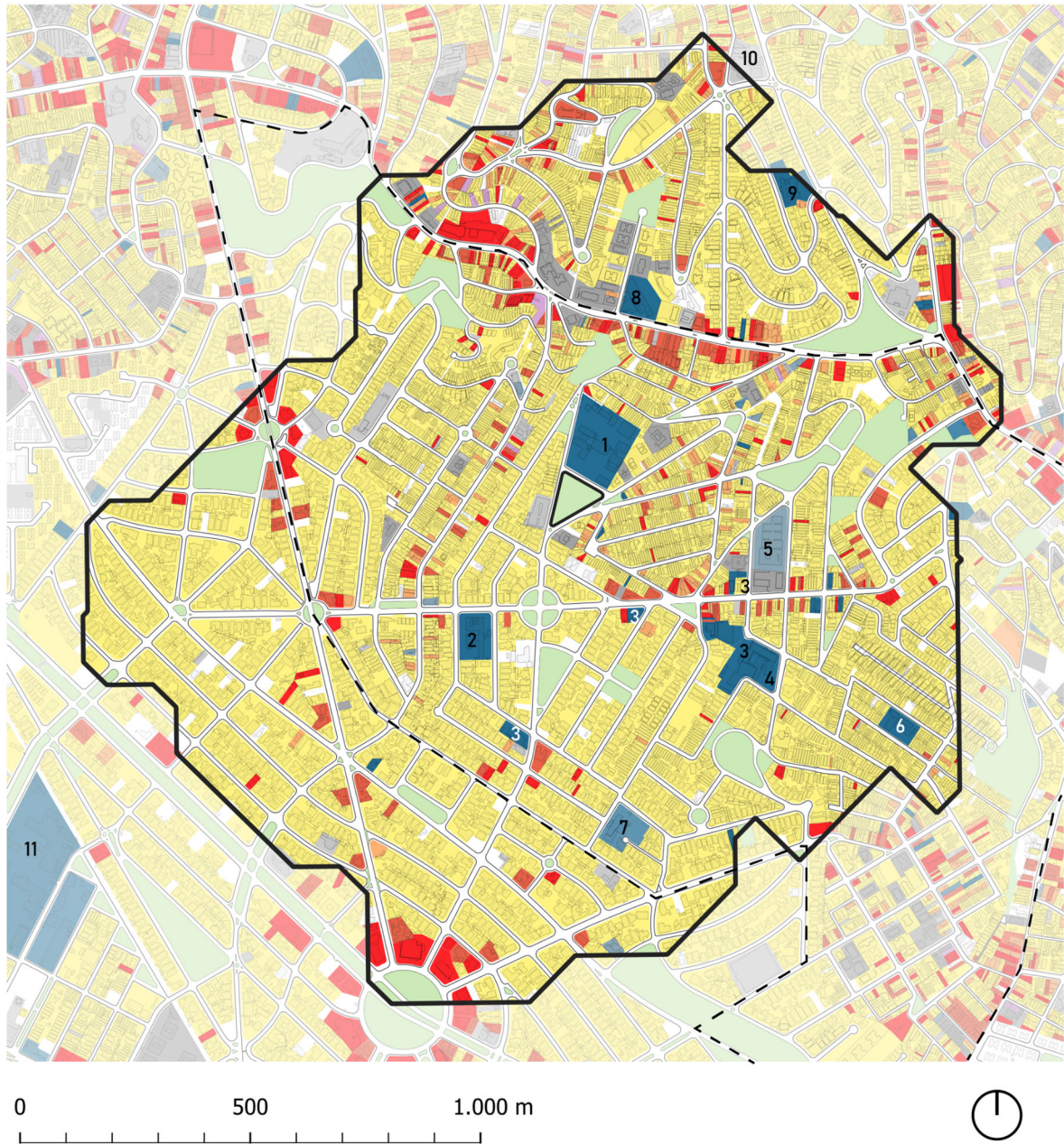
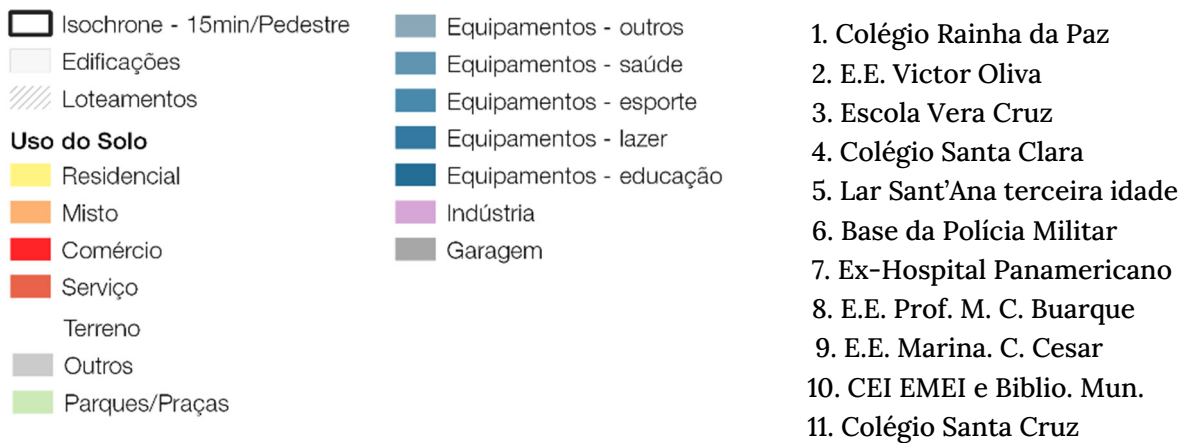


Figura 22 - Mapa de uso predominante do solo do entorno da Praça Com. M. de M. Pimenta. Fonte: GeoSampa 2023.



De forma triangular, a praça com 6 610 m², é adjacente às ruas Dona Elisa de Moraes Mendes, à rua Realengo e ao Colégio particular Rainha da Paz, na extremidade norte. A praça não possui gradeamento e apresenta declive em direção à ponta sul, sendo acessível por todos seus três lados em níveis diferentes. Em suas laterais estão uma banca de jornal, um ponto de táxi, um ponto de ônibus e aparelhos de ginástica instalados pela Subprefeitura. Adentrando a praça há um espaço central retangular com piso intertravado e sem obstrução visual que interconecta os caminhos e acessos, possui bancos em concreto em suas laterais, cesta de basquete, um parquinho infantil cercado e outro do lado de fora em solo permeável, uma mesa de xadrez e uma mesa de piquenique em madeira feita pelo grupo, bem como duas composteiras que os moradores alimentam a cada três semanas.



Figura 23 - Área da praça próxima às composteiras, à direita. Fonte: Acervo pessoal, abril de 2023.



Figura 24 - Planta da Praça Com. M. de M. Pimenta e entorno imediato. Fonte: GeoSampa 2023, base de Rafael Sampaio e levantamento da autora.

- | | |
|-------------------------------|-------------------------------|
| 1. Parquinho infantil cercado | 7. Cesta de basquete |
| 2. Parquinho infantil aberto | 8. Escadaria/ palco de festas |
| 3. Mesa em madeira | 9. Banca de jornal |
| 4. Mesa de dama em concreto | 10. Ponto de Táxi |
| 5. Área das composteiras | 11. Ponto de ônibus |
| 6. Equipamentos de ginástica | 12. Colégio Rainha da Paz |

A parte baixa do bairro corresponde à área de várzea do Rio Pinheiro. O rio passou pelo processo de retificação entre os anos 1928 e 1950, com intuito inicial de conter as enchentes e permitir a urbanização do entorno. A empresa Light ficou responsável pelas obras, que incluíam igualmente a retificação do Rio Tietê e a criação da represa Billings, alimentada pelo Rio Pinheiros graças a inversão de seu curso, e a hidrelétrica Henry Borden.



Figura 25 - Ocupação do Alto de Pinheiros com referência da Praça “Rainha da Paz” em 1930, 1954 e 2017. Fonte: GeoSampa PMSP, Mapeamentos Sara Brasil, Vasp Cruzeiro e Ortofoto.

O Rio Pinheiros foi drasticamente alterado, bem como a relação da população com ele, para quem constituía um importante espaço de convívio. Suas margens costumavam ser utilizadas para atividades lúdicas esportivas, como pesca, banho, piquenique, remo e para campeonatos entre os times de futebol de várzea. Com a implementação das marginais expressas em 1970, consolidou-se o isolamento entre o rio e a população, suprimindo a mata ciliar e possibilidade de acesso. Com o tempo, seu leito foi sendo poluído por esgoto e resíduos industriais até que em 1992, fez-se necessário interromper o fornecimento de água da Represa Billings.

A praça estudada se situa em uma área com população de classe média, com baixíssima vulnerabilidade social (IPVS, 2010). Embora tenha conservado o caráter residencial unifamiliar, os primeiros moradores da região eram de poder aquisitivo baixo, muitos imigrantes e feirantes. Para um filme documentário realizado pelo coletivo Vila Jataí⁷⁶ (CASTRO, 2017), moradores mais velhos relatam que a vila era originalmente chamada de Vila do Sapo por ter muitos brejos. Contam que no início havia apenas 20 casas rodeadas de barro e, quando chovia, não era possível sair de casa: “*se cavasse um metro já saia água*” (Depoimento de morador em: CASTRO, 2017). Eram casas humildes e auto construídas em chácaras que foram loteadas e asfaltadas. A Vila Ida, ao lado, era bem servida de comércio, mas relatam que na Vila Jataí não tinha nada, nem farmácia ou padaria. Havia, no entanto, um circo na esquina da Sebastião Rodrigues que por muito tempo foi o único lugar de divertimento. Em 1954 surgiu o time de futebol de Santa Cruz que jogava aos domingos, cujo campo era acima do colégio Santa Clara, apelidado de Morro do queijo, por não ter nenhum gramado. As crianças costumavam brincar no Parque Boa Vista, onde hoje é o colégio. O grande evento do bairro era a Festa das Nações, que durou aproximadamente 15 anos, em uma praça entre a Vila ida e a Vila Jataí. Segundo moradores, era uma comunidade só, todos vinham na Igreja da Vila Ida, que promovia a festa, com barracas de comida Portuguesa, Libanesa, Brasileira, Polonesa, entre outras. Ainda que as vilas se unissem, havia também

⁷⁶ Filme documentário Vila Jataí - Antiga Vila do Sapo. Direção e edição de Riba de Castro, pesquisa de Flávio Scavasin, produção de Mabel Monfill e finalização Douglas Terciano, 2017.

rixas entre elas, sobretudo na Vila Ida e na Pompéia. Alguns moradores dizem sentir falta do bairro como era antes, lembrando de um contexto mais recente, de quando as vilas já estavam mais consolidadas e a Vila Jataí tinha mais acesso aos serviços e comércios, como sapateiro, farmácia, padaria, que ficavam em frente ao circo. Os antigos moradores teriam vendido para construtoras de casas e ido embora e quem vinha detinha já outro poder aquisitivo. No documentário, os moradores idosos relatam dificuldade de interagir com os mais jovens que chegaram, mas alguns reconhecem que tem moradores que agregam, como por exemplo quando organizam o Arraiá em junho. O registro dessas memórias foi feito pelo coletivo com intuito de se aproximar do bairro a partir de outras perspectivas e de resgatar uma identidade conhecida por poucos. A reflexão que o vídeo suscitou, para além do território, foi a da necessidade de integrar as pessoas do bairro e de aprender a se aproximar delas.

Atualmente, a praça é frequentada por um público diverso, famílias, jovens, idosos, em grupo ou sozinhos, que usufruem dos brinquedos, equipamentos esportivos, além de buscarem refúgio e tranquilidade. A presença do colégio em frente à praça traz inúmeras crianças para o espaço. Muitos adolescentes também a frequentam, vêm para namorar nos bancos, jogar basquete ao fim do dia, e jogar o “foot table” que, segundo um morador, funciona com uma mesinha de plástico. Em alguns domingos, moradores integrantes do coletivo e participantes do Grupo de Trabalho (GT) áreas verdes, vem cuidar e alimentar as composteiras.

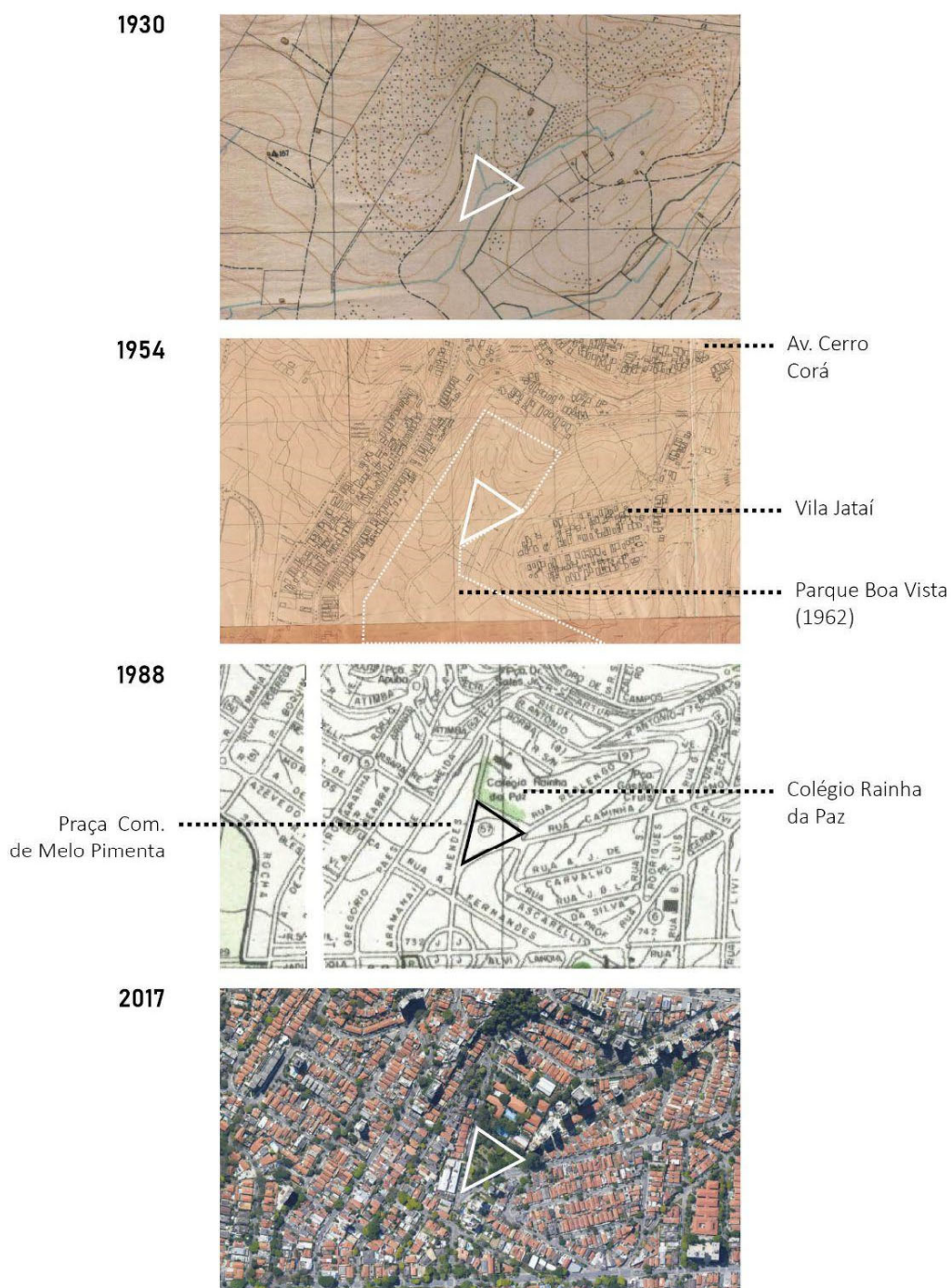


Figura 26 - Ocupação da Vila Jataí com referência da Praça “Rainha da Paz” em 1930, 1954, 1988 e 2017. Fontes: GeoSampa, Mapeamentos Sara Brasil, Vasp Cruzeiro, PMSP e Ortofoto.

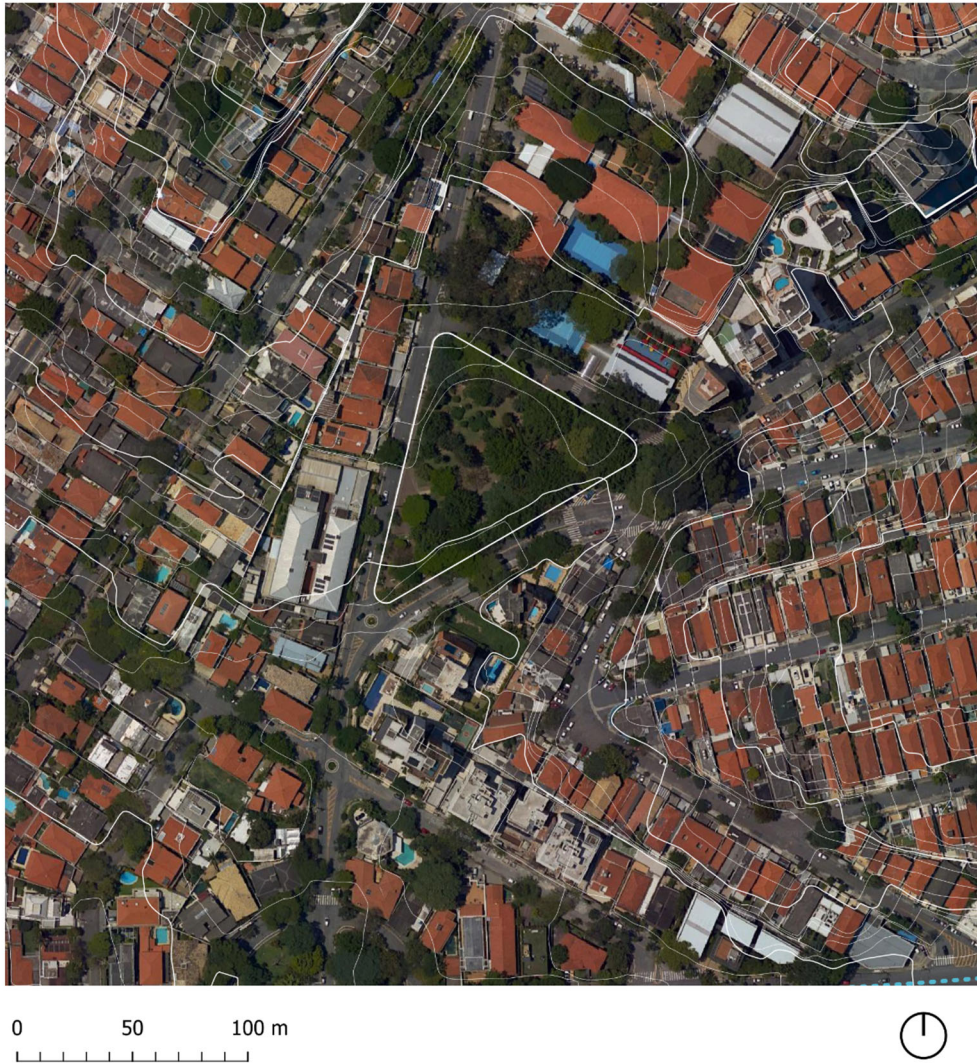


Figura 27 - Ortofoto da Praça Rainha da Paz e curvas de nível. Fontes: GeoSampa, 2023.



Figuras 28 e 29 - Fotos dos acessos à praça pela Rua Dona Elisa de Moraes Mendes.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.



Figura 30 - Acesso ao lado do ponto de táxi. Fonte: Acervo pessoal 2022.



Figura 31 - A praça e ao fundo o Colégio Rainha da Paz. Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Em 2008 a moradora Cecília Lotufo e sua filha iniciaram um movimento para recuperar o parquinho da praça François Belanger, perto de onde moravam e onde a filha desejava comemorar seu aniversário. Cecília compartilhou⁷⁷ que reconhecia a importância do acesso ao uso do espaço público e, como a praça estava degradada e os brinquedos quebrados, pensou “*preciso de uma cidade melhor para minha filha, mas a praça é do coletivo, então a gente precisa de um coletivo para consertar*”. Foi à subprefeitura e conseguiu uma reunião com o chefe de obras, pensando em organizar uma festa pública e conseguir doações para a praça. Supõe que o processo para colocar os brinquedos tenha sido facilitado por ser época de eleição. Seguiu de porta em porta convidando a vizinhança e teve um retorno muito positivo. Conta que, aos poucos, foi sendo criada uma rede de pessoas e “*uma rede de recursos e saberes*”, com profissões e habilidades diversas. Cada um que doava estimulava os outros. A efervescência rendeu jardinagem, brinquedos, música na praça e uma linda festa. Foi um momento para reativar e repensar o uso do espaço público. Depois de um mês, no entanto, tudo voltou a ser como era antes, sem cuidado. Compreenderam que seria necessário cuidar da praça de forma recorrente e passaram a organizar piqueniques mensais para manutenções e melhorias, com objetivo de que depois de cada um “*a praça teria que estar sempre melhor do que quando a encontramos*”. Para ela é importante usar o espaço para exercer o cuidado e estabelecer vínculos.

Agendaram assim o piquenique com autorização da subprefeitura. Teve aula de yoga, apresentação musical e oficina de mosaico. Chamavam as pessoas que passavam em volta da praça na tentativa de ampliar o grupo e mostrar que não se tratava de algo privado: “*uma pessoa é a diferença para o nosso sucesso*” (LOTUFO, em entrevista de 2021). Cada participante foi somando seus conhecimentos e habilidade para organizar atividades e constituir uma rede solidária. O intuito era de promover a junção da teoria com a prática.

⁷⁷ Foram realizadas duas entrevistas com Cecília Lotufo, a primeira em meados de 2021, online, a segunda no primeiro semestre de 2022, na praça “Rainha da Paz”. Se somam às informações compartilhadas, diversas outras trocas informais.



Figura 32 - Foto da maquete realizada que permitiu compreender a topografia. Fonte: Coletivo Vila Jataí, sem data.

Aos poucos, ampliaram as ações para duas outras praças próximas, a Praça Amadeo Decome e a Paulo Schiesari. O grupo formado se denominou Movimento Boa Praça e, posteriormente, se dividiu em dois, dando origem ao que viria a ser o coletivo Vila Jataí. Enquanto o primeiro se tornou uma incubadora para novos projetos, expandindo para outros territórios, o segundo optou por se aprofundar em sua territorialidade⁷⁸. Com esse intuito, descobriram o nome original do bairro, Vila Jataí (ou Vila do Sapo) em seu surgimento e buscaram reivindicar o território a partir da pesquisa histórica baseada em memórias afetivas, o que os levou a realizar o documentário mencionado acima, alguns anos depois.

⁷⁸ Território, segundo o grupo: “território - seres humanos + lugares - integrado à cidade e ao ambiente aos quais pertence.” Fonte: Cartilhas explicativas criadas para divulgação das ações do coletivo.



Figuras 33, 34, 35 e 36 - Ações passadas em praças do bairro: cinema ao ar livre, “piscina na praça”, festa junina e jantar comunitário na praça “Rainha da Paz” (da esquerda à direita, de cima para baixo). Fonte: Material de divulgação do coletivo Vila Jataí.

O que passou a ser denominado Vila Jataí tem como limites as ruas Cerro Corá, Heitor Penteado, Pereira Leite, Nazaré Paulista, Alvilândia e São Gualter, na Zona Oeste da cidade de São Paulo. (Trecho do documento elaborado para o Plano Regional de 2014 e de 2023)

Por volta de 2013, comerciantes locais realizaram um mapeamento dos atrativos do bairro, dando origem a um folheto ilustrado. Pouco tempo depois, esses comerciantes e moradores tiveram a ideia de realizar uma grande festa junina comunitária. Flávio Scavasin⁷⁹, integrante do coletivo, conta que se mobilizaram para organizar e que: *“aquilo deu um gás para o bairro. Todo ano temos essa*

⁷⁹ Informações obtidas durante entrevista com Flávio Scavasin em 2022.

expectativa da festa junina, onde nos encontramos mais e temos várias ideias.” Os eventos e ações que realizavam nas praças já eram de conhecimento de alguns, mas o grande sucesso agregador foi a festa junina, que descreveremos mais à frente.

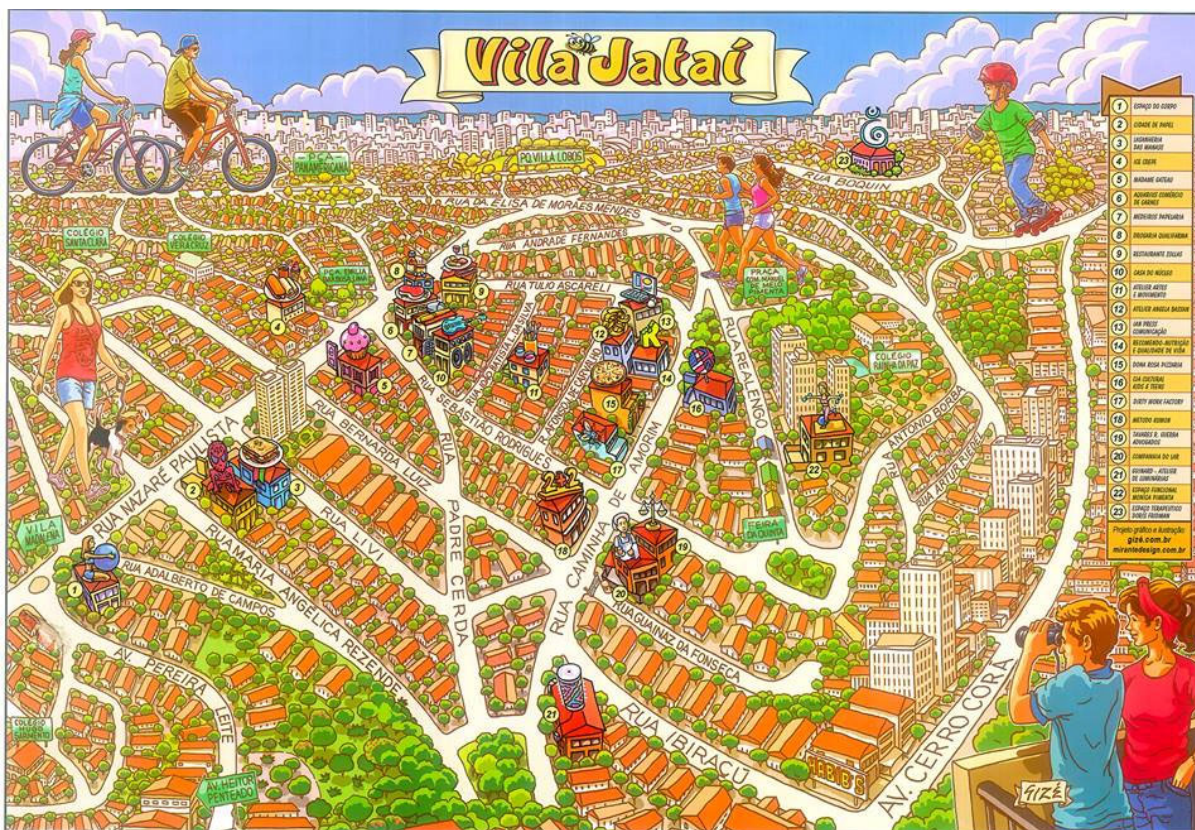


Figura 37 - Mapa ilustrado indicando os comércios locais e referências da Vila Jataí.

Fonte: Material de divulgação do coletivo Vila Jataí.

O movimento que sucedeu foi o de discutir o bairro, o que havia de positivo e o que poderia ser melhorado em documento escrito pelo grupo e enviado à SMDU. Neste processo, se envolveram na revisão do Plano Diretor em 2014 e mais especificamente com a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), que entenderam como inadequada, por não contemplar as características do bairro. Perceberam que precisavam de mais gente e juntaram-se, então, a outros grupos que já existiam em vilas próximas, a Vila Ida e Vila Beatriz, formando o Vilas Beija.

Em uma das praças, a Waldir Azevedo, encontraram uma casa pública abandonada que reformaram e passaram a usar para as reuniões e para guardar materiais, se referiam a ela como “casinha”. Nesses encontros, puderam discutir e entender quais eram seus objetivos e desejos. O espaço físico de apoio foi, para eles, de grande importância. Permitiu que tivessem um lugar comum protegido para as dinâmicas que envolviam desenho, escrita e projeções, algo pouco viável no espaço livre. Em certo momento durante a pandemia, a Subprefeitura negou a autorização de uso do espaço que ocupavam para os encontros e tiveram que desocupar a casinha.

Para as discussões, contaram com a participação de moradores de diferentes profissões, como a Raquel Rolnik, urbanista e Lara Freitas, coordenadora do Programa Ecobairro. Profissionais do poder público forneceram assessoria técnica, como Marilena Fajersztajn, da SP Urbanismo, Maria Bonafé, Supervisora de Planejamento Urbano da Subprefeitura do Butantã e o Flavio Cury, Supervisor de Planejamento Urbano da Subprefeitura de Pinheiros. Além destas contribuições, contaram também com empresas de consultoria ambiental e sócio-ambiental (Documento elaborado pelo coletivo das Vilas para o Plano Regional, 2014). O processo foi, portanto, intersetorial e colaborativo entre os moradores, poder público e setor privado com interesses sócio-ambientais.



Figuras 38 e 39 - Fotos da “casinha” na Praça Waldir Azevedo. Fonte: Material de divulgação do coletivo das Vilas.

Em dinâmica com Raquel Rolnik para elaborar uma pesquisa do território, 120 moradores responderam às perguntas do “sim”, o que queriam manter, do “não”, o que rejeitavam, e do “sonho” o que projetavam. Neste momento, fizeram um levantamento das entidades e instituições que conheciam e aquelas que sentiam falta. As respostas às três primeiras perguntas, indicaram que a grande maioria (entre 80 e 95%) dos moradores queria manter o bairro tranquilo, com predominância de casas e apenas pequenos comércios e serviços de proximidade. Rechaçaram (em 85%) a vinda de comércios de grande porte ou uma grande quantidade de comércios, que descaracterizariam o caráter residencial. Afirmaram em igual medida, não querer que o bairro fosse verticalizado. Apontaram (70%) ainda a necessária manutenção das calçadas locais. Enfim, os desejos quase consensuais dos que participaram da pesquisa (82%), se voltavam em três eixos: (1) promover eventos culturais nas praças; (2) transformar a Vila Jataí em um “Ecobairro”; e (3) implementar transporte circular pelo bairro com microônibus, conectando à outros meios de locomoção.

As dinâmicas serviram para esclarecer o que os unia e validar se aquilo teria respaldo dentro do bairro. O conceito de Ecobairro foi adotado como norte do coletivo, entendido como o de um bairro voltado para a sustentabilidade mediante apoio mútuo entre os habitantes locais:

[...] com estímulo à redução de desperdícios e gestão adequada dos resíduos, economia e reaproveitamento de água, eficiência energética, implementação de projetos paisagísticos e recuperação de áreas verdes, estímulo à criação de hortas comunitárias e composteira, maior diversidade social de pessoas morando no bairro e maior envolvimento coletivo em questões como empregos, relacionamento com entidades públicas, saúde, segurança, etc (Documento elaborado pelo coletivo das Vilas para o Plano Regional, 2014).

O grupo então se mobilizou para elaborar propostas para o Plano Regional e um mapa de parcelamento e uso do solo.



Figura 40 – Oficina participativa para elaboração do PR na subprefeitura de Pinheiros em 2014. Fonte: Material de divulgação do coletivo das Vilas.

Neste documento, foram contempladas as características geomorfológicas, de modo que o mapa proposto era uma sobreposição do zoneamento e da hipsometria. Definiram as 4 faixas já mencionadas para zonas de proteção ambiental (ZPA), elaboradas em função da topografia e às quais foram atribuídas diferentes potencialidades ambientais e recomendações.

Na Zona Estritamente Residencial (ZER), propuseram que fosse autorizado o uso multifamiliar para os imóveis, posto que residências muito grandes são de difícil comercialização e possam acabar vazias. Na área que viria a ser alterada em Zona Mista (ZM), proposta pelo PDE, solicitaram que fosse mantida enquanto Zona Predominantemente Residencial (ZPR), permitindo pequenos comércios que não

gerem incômodos aos moradores (até 30% de imóveis), gabaritos de até 10 m ou 3 pavimentos e aumento da taxa de permeabilidade do solo. Embora minoria, Flávio Scavasin, integrante do coletivo, conta que havia quem participasse e fosse a favor da ZM, por exemplo, uma senhora argumentava que o seu imóvel seria valorizado e teria um ganho econômico na venda. No entanto, a maioria do grupo estava preocupada em melhorar o bairro para continuar morando lá, sem objetivos de venda. Com o tempo, ele diz que ela mudou seu ponto de vista. Explicou que eles não se opunham a ter comércios, pelo contrário, queriam manter os pequenos que já existiam. A preocupação estava em evitar que viesse algo como um Carrefour ou grandes empreendimentos que descaracterizassem e comprometessem a dinâmica que almejavam para o bairro.

Nas Zonas Corredores, sugeriram 7 ruas que estavam em ZPR, incentivando usos não residenciais, mas priorizando comércios e serviços de interesse local e fachada ativa. No espigão da Cerro Corá, se posicionaram contra sua passagem para Zona de Centralidade, preferindo que ficasse na ZM. A justificativa se estruturou em torno de sua grande altitude, que lhe confere característica de mirante, e laterais extremamente íngremes que, além de serem importantes para drenagem e nascentes, deveriam ser tratadas com cautela por também serem áreas de risco. Dentro deste âmbito, o coletivo salientou a relevância do direito à paisagem e da necessária preservação dos atrativos naturais e mirantes nesta área. Entenderam que havia condições para que fosse qualificado enquanto Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP).

Apontaram ainda possíveis Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), para futuramente serem incorporadas, e terrenos ociosos que poderiam ser desapropriados.

Deste modo, embora o coletivo demonstre receio com o adensamento do bairro, o que poderia ser interpretado como exclusivismo, propõe algumas alternativas para que as casas possam comportar mais de uma família, sendo co-habitadas, e se mostram interessados na implementação de ZEIS e aumento da diversidade

social. Apresentam igualmente uma leitura do território fortemente embasada em sua topografia e no manejo das águas, preocupados em proteger os recursos naturais, bem como considerá-los para o planejamento urbano.

O protecionismo da paisagem pelo grupo se mescla a uma certa nostalgia e cristalização das construções do bairro. Não obstante, tal posição pode ser compreendida como receio de gentrificação e de ver replicados ali os projetos desenvolvidos pelo mercado imobiliário atual. O acelerado adensamento em certos eixos de transporte público (estabelecidos pelo PDE 2015) e miolos de bairro, frequentemente descaracterizam os lugares sem necessariamente trazer qualidades urbanas ou moradias que atendam à demanda de populações de baixa renda. Os eixos tampouco incorporam uma leitura da topografia e valorização da paisagem.

Assim, o zoneamento proposto pelo coletivo é mais complexo e preciso na leitura do território, abarcando questões não contempladas pelo PDE, ao mesmo tempo que se mostra reticente às drásticas mudanças impostas. Os poderes públicos Executivo e Legislativo poderiam desempenhar um papel de intermediação que possibilitasse um tipo de adensamento mais interessante de um ponto de vista local, social e ecológico, priorizando o bem-estar coletivo e não a especulação imobiliária.

Para a proposta do PR, foram igualmente feitas sugestões para o cuidado com as praças, tão importantes para os moradores e para o movimento do bairro:

[...] entendemos que as praças mereçam cuidados específicos e possam ser dotadas de serviço de segurança, além de bebedouros ou mesmo banheiros públicos, algo que historicamente São Paulo já teve no passado;

Algumas praças possivelmente ocultem nascentes, que precisariam ser mapeadas e protegidas, bem como devem ter

maior permeabilidade do solo e aprimorada a sua cobertura vegetal;

O estímulo da relação entre elas, os pequenos comércios e as moradias, de forma a dinamizar a sua função social, que é ser local de encontro e inclusão comunitária, bem como o acesso à praça deve ser facilitado de forma que os moradores do entorno circulem mais nestes locais;

As praças devem ser conectadas através de vegetação, de transporte coletivo, de ciclovias, calçadas maiores e mais permeáveis com guia no mesmo nível da rua e separação bem definida de carros, bicicletas e pedestres;

Sugerimos que recebam verbas de outorga e compensações ambientais para que haja maior manutenção e, finalmente, apoiamos a gestão participativa das praças do município de São Paulo nos termos do Projeto de Lei 289/2013. (Documento elaborado pelo coletivo das Vilas para o Plano Regional, 2014).

O grupo defende, portanto, as praças como centralidades no bairro, de um ponto de vista social, mas, também, ambiental, devendo ser devidamente acessíveis e conectadas, contando com certas infraestruturas de apoio. Entendem ainda que há de se prever verbas para sua manutenção e uma gestão que envolva diretamente os frequentadores.

O coletivo logrou, após muita discussão e idas à câmara dos vereadores, manter a ZPR no lugar da ZM. As outras demandas e propostas foram reincorporadas no Plano Regional atual do coletivo (2023). O grupo sustenta a defesa pela consolidação do perímetro de Ecobairro no Plano Regional de Alto de Pinheiros, que engloba tanto a Vila Jataí quanto a Vila Beatriz. Para constituição desse Ecobairro, uma articulação é feita sob três interfaces: Comunitária/Local, Institucional e Técnica.

Abaixo, organograma elaborado pelo grupo:

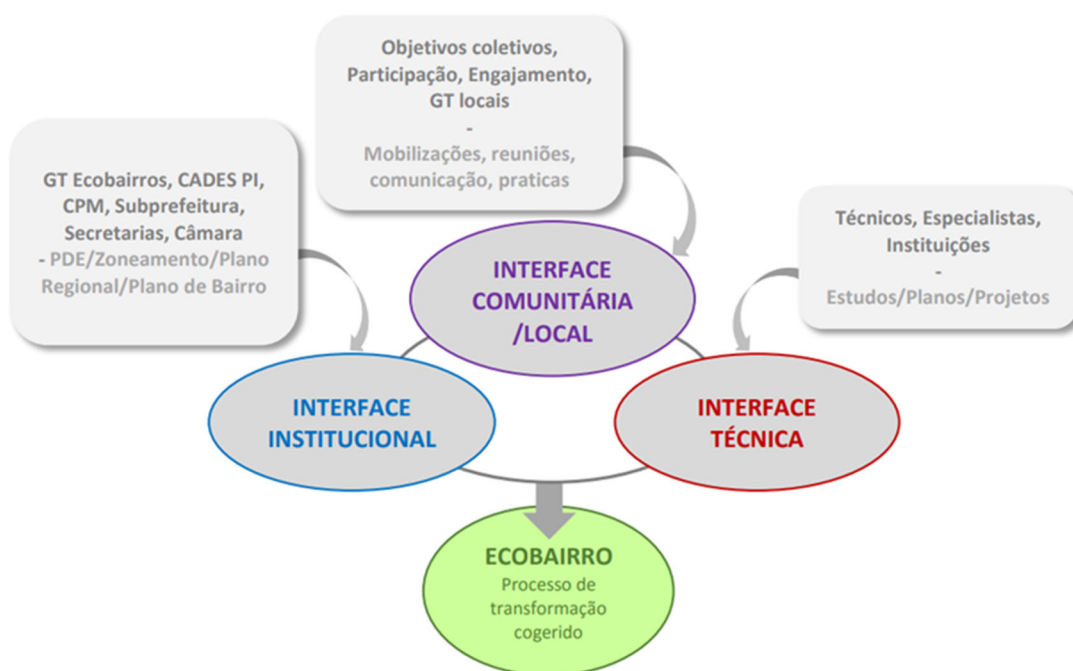


Figura 41 – Organograma representativo da estrutura de co-gestão proposta para o Ecobairro. Fonte: Proposta do coletivo das Vilas para o Plano Regional, 2023.

Essa articulação reflete o modus operandi que o coletivo vem construindo desde o início, consolidando uma forte atuação local com respaldo de estudos técnicos e constante diálogo com o Poder Público.

As interações entre as interfaces ocorrem ao mesmo tempo ou de forma direcionada dependendo da etapa ou objetivo em desenvolvimento no processo de Ecobairro. A ideia é que este seja um modelo piloto a ser implementado em outras áreas da cidade. (Documento elaborado para o Plano Regional, 2023)

Em certo momento, o coletivo precisou se informar sobre os processos administrativos e legais do poder público. Um dos integrantes trouxe o “Jogo da política” para explicar o funcionamento e estrutura do Poder público. O jogo, desenvolvido por instituições sociais⁸⁰, simula os poderes Executivo, Legislativo e

⁸⁰ O “Jogo da Política” surgiu como resposta a uma pesquisa chamada “Sonho Brasileiro da Política”, que revelou que 64% dos entrevistados entre 18 e 32 anos acreditavam que a política deveria ser discutida nas escolas. Com a colaboração das pesquisadoras Carla Mayumi e Beatriz Pedreira, da agência de jornalismo Enóis Inteligência Jovem e do laboratório de cultura digital LabHacker,

Judiciário e tem por objetivo introduzir os jovens à política. Ele aborda temas como a distribuição de orçamentos municipais, criação de leis e justiça criminal, proporcionando uma compreensão prática e acessível da política.

O plano proposto foi estruturado a partir do modelo elaborado em 2014 e segue 8 princípios norteadores: ecologia (conexão com o bairro e restauração dos recursos naturais), saúde, economia cooperativa, cultura local, política (gestão local circular e participativa em prol do bem comum), comunicação, educação e espiritualidade. Dentre as ações defendidas no documento, salientaremos aqui àquelas que são pertinentes ao tema desta dissertação.

Através do fomento da cultura local e da observação da natureza, propõe estimular o enraizamento e senso de pertencimento. Aborda a necessidade de se ter um “*diálogo permanente sobre “domínio público”*” (Proposta PR, 2023), bem como definir soluções para qualificação dos espaços públicos. As propostas partem do monitoramento e mapeamento do território, de modo a identificar pontos críticos e potenciais para melhorias. Preveem localizar áreas contaminadas e buscar recursos para reversão do quadro; monitorar e controlar perdas físicas de água (vazamentos) em equipamentos públicos; adotar sistema de monitoramento comunitário, em parceria com SOS Mata Atlântica (Kit Observatório dos Rios); treinamento dos voluntários/moradores que farão a coleta de dados em associação com escolas locais; ou ainda monitorar o volume de resíduos gerados e sua destinação (Proposta para o PR, 2023). A presença permanente permite que o conhecimento seja coletivamente construído de forma contínua, de modo que as ações possam ser definidas, mas, também, adaptadas quando houver necessidade. A constância de cuidado e observação se reflete na

representado por Pedro Markun, ativista social, foi desenvolvido um protótipo de metodologia para ensinar política nas escolas, com a participação de jovens de diferentes idades e classes sociais. O jogo foi oficialmente lançado na Câmara Municipal de São Paulo em 2016 e já envolveu cerca de 800 estudantes e cem educadores. Esteve durante um período disponível para ser baixado gratuitamente ou adquirido em formato físico. Foram igualmente oferecidas capacitações para facilitadores interessados em aplicar a metodologia. Disponível em: <<https://porvir.org/jogo-simula-atuacao-executivo-legislativo-judiciario-para-ensinar-politica/>> Acesso em: 24/04/23.

elaboração da proposta para o PR, que é construída ao longo dos anos e não de forma pontual.

As melhorias urbanas decorrentes seguem premissas ecológicas, com enfoque no pedestre, na preservação da biodiversidade, proteção dos corpos d'água e vegetação, manejo sustentável das águas e resíduos, e fomento ao uso de energias renováveis. São exemplos de estratégias melhorias nas ruas e praças por meio de: aumento da arborização; implantação de 3 corredores verdes, pavimentação permeável, biovaletas e jardins de chuva; criação de novas praças em terrenos baldios mapeados; melhora na iluminação pública; cogeração de energia renovável local com painéis solares; e compostagem de resíduos orgânicos. Algumas dessas ações já são postas em prática pelo coletivo, passando pela criação de jardins de chuva e construção de contenções vegetais, até a aquisição de painéis solares para as moradias. Contam igualmente com um Projeto piloto do CADES Pinheiros, a campanha "Abre a Caixa", que prevê parceria entre o grupo de moradores do Bairro e a Subprefeitura para a reforma das caixas de árvores que estão sendo estranguladas identificadas pelo grupo (Proposta de PR, 2023). Outro exemplo são as composteiras coletivas criadas em praças públicas e com algumas tratativas em curso com a subprefeitura de Pinheiros.

O ativismo os levou a contribuir na redação da Lei de Gestão Participativa de praças com o então vereador Nabil Bonduki (2015). Ao colaborar na redação, pensaram na necessidade de se criar um conselho (comitê de usuários) das praças e que elas fossem mapeadas e suas informações tornadas acessíveis através de uma plataforma digital. Compilaram-se dados como vocação e publicações no diário oficial. O processo todo foi bastante facilitado pela experiência adquirida nestes anos que antecederam, atuando nas praças e se articulando com a Subprefeitura. Este momento suscitou muitas discussões sobre o modelo de gestão ideal para praças. A lei foi um marco importante, embora não seja, todavia, regulamentada. A regulamentação está em curso e será abordada mais à frente. O coletivo Vila Jataí soube se articular em rede para transitar entre as intervenções

nas praças de caráter lúdico, de trabalho e cuidado, e o engajamento político na gestão do território como um todo. Tanto a ação direta quanto indireta foi realizada em paralelo e se influenciando mutuamente. Para Cecília, o movimento partiu das praças, que progressivamente foram sendo mais ocupadas, mas serviu para ampliar o ativismo local. As vê como importantes indicadores sociais.

Após o estudo para o plano de bairro de 2015, descobriram que havia dezesseis nascentes e fizeram um mapeamento das árvores frutíferas. Foi então que pensaram em organizar caminhadas coletivas que permitissem tomar conhecimento desses elementos que compunham o bairro e que, muitas vezes, estavam invisíveis. As “caminhadas das águas”, como denominaram, se iniciaram em 2016, cada ano propondo um trajeto diferente e reunindo mais de uma centena de vizinhos (Site do coletivo das vilas Beatriz, Ida e Jataí 2023⁸¹).



Figura 42 - Mapa com o percurso de uma das caminhadas das águas, indicando as nascentes que seriam encontradas. Fonte: Material do coletivo Vila Jataí, 2016.

⁸¹ Disponível em: <<https://www.coletivodasvilas.com.br/>>. Acesso em: 21/05/23.

Foi a partir desse momento que o coletivo buscou reconstituir seus limites a partir desse mapeamento do território, com suas nascentes e árvores. Passou a se envolver ativamente em frentes de cunho ambiental e construiu, por exemplo, o primeiro jardim de chuva em São Paulo. O Vila Jataí seguiu com seus encontros e atuações pelo território e nas praças, que passaram a ser: a Praça Comendador Manuel de Melo Pimenta; a Praça das Corujas; e a Praça Waldir Azevedo.

A festa Junina anual e colaborativa, que remete um pouco às festas das Nações que ocorriam antigamente, é o grande evento do coletivo. Reúne pessoas do bairro todo, de todas as idades, e permite que o grupo ganhe visibilidade e tente atrair mais gente para participar. Espelha de certa forma tudo o que defendem para o bairro: mobilização comunitária em ambiente solidário, criação de vínculos e memória afetiva por meio de tradição local, cuidado com e pelo espaço público, conscientização ambiental visando a minimização de resíduos e conscientização do território por meio de atividades diversas.

Para a organização da 7ª festa junina em 2022, o grupo se reuniu na praça após horário comercial. Foi o primeiro evento presencial desde a pandemia (fora as compostagens aos domingos). O grupo era composto majoritariamente por moradores do entorno, alguns já integrantes do grupo há mais de 10 anos, outros recém-chegados, mas também um comerciante do entorno, todos possuindo algum vínculo com o território. O momento foi importante para o grupo, que buscou agregar novas pessoas, tendo em vista a desarticulação em razão da pandemia. O encontro foi informal, semelhante à uma confraternização entre amigos, mas deu abertura para àqueles que eram novos. Cada um se apresentou e, após isso, Cecília tomou a palavra para descrever brevemente o coletivo e os grupos de trabalho (GTs) da festa, bem como a intenção do encontro. Durante toda a reunião foi ela quem mediou as falas, por ser uma figura importante e presente desde o princípio. No entanto, o coletivo não é centralizado, possui diversas frentes de trabalho e cada uma conta com mais de uma liderança, assumindo uma estrutura principalmente horizontalizada.



Figura 43 - Encontro na Praça “Rainha da Paz” para organização da festa junina em 2022. Fonte: Perfil no Instagram do Coletivo das Vilas.

Até 2022, o grupo se organizava em aproximadamente 15 GTs, com frentes de atuação específicas:

- GT articulação (29 pessoas, mínimo de 1 responsável por cada GT);
- GT áreas verdes (50 pessoas);
- GT negócios locais;
- Calçadas das vilas;
- Organização arraial;
- Saúde das vilas;
- Água - Alesp;
- Comunicação;
- Escolas;
- Alimentação;
- Arte e cultura;
- Segurança Ecobairros;
- Buy nothing doações (218 pessoas);
- Compras coletivas (194 pessoas);
- Compra de energia solar coletiva (77 pessoas).

Para a organização e execução da festa junina, GT's específicos e temporários são criados, como o GT Decoração e diversão, GT resíduos, GT barraca do bairro, entre outros.

A festa de 2022, teve uma mudança no formato usual, eliminando produtos e brincadeiras pagas, com exceção de uma barraca de bebidas, embora incentivaram trazer bebidas e copos reutilizáveis. A ênfase foi na contribuição da comunidade, promovendo um ambiente colaborativo, construído exclusivamente

por doações. A água foi fornecida por um ponto de táxi, os banheiros da escola estavam abertos e energia para os músicos foi disponibilizada. Uma mesa comunitária foi então montada, disposta no meio da praça com comes e bebes trazidos e compartilhados por todos. A intenção foi de que as comidas fossem feitas pelas pessoas e não compradas, procurando produtos mais saudáveis e utilizando embalagens reutilizáveis. Novas barracas foram propostas, como a de pizza, graças a doações e voluntários.

Para os jogos e enfeites, reaproveitam as decorações anteriores ou reciclam para as coisas novas. Todo ano constroem a barraca do bairro, uma geodésica em bambu que montam na praça e ocupam segundo uma temática específica. Um ano fizeram uma maquete 3D do entorno para cada um se localizar e ver as águas e relevo, outro foi uma composteira gigante na qual podia-se adentrar. O tema de 2022 foi das águas, com intuito educativo por meio de uma experiência de imersão. A barraca do bairro tem ainda por objetivo informar sobre as ações do coletivo, estabelecendo um contato direto com vizinhos e, por vezes, realizando pesquisas.



Figuras 44, 45 e 46 - Fotos dos jogos educativos e da geodésica durante a festa junina de 2022. Fonte: Acervo pessoal.

A divulgação da festa não é feita por redes sociais mas no boca a boca, como disse Cecília, “*de forma amorosa e cuidadosa*”. O grupo se preocupa com a superlotação e tenta manter a festa junina para os moradores ou frequentadores do bairro. Para que uma maioria possa apoiar a realização da festa, determinam o horário máximo de término às 21h de modo a não gerar incômodos.



Figuras 47 e 48 - Festa junina em julho de 2022, área do palco (à esquerda) e da mesa comunitária sendo montada (à direita). Fonte: Acervo pessoal.



Figura 49 - Festa junina em julho de 2022, área do palco com os músicos. Fonte: Acervo pessoal.

O evento em 2022 teve um público diversificado, com adultos, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência física, porém majoritariamente brancos, possivelmente reflexo da população residente no bairro. Tanto durante a concepção e montagem, quanto durante o evento, houve um forte engajamento e participação de todos os presentes.

Os resíduos orgânicos foram compostados ao final da festa e os recicláveis levados para um ecoponto. A festa junina gerou, sendo boa metade de caixas de pizza, apenas 13 quilos de resíduos, os orgânicos foram compostados.

De forma rotativa em algumas praças, o GT áreas verdes constrói e cuida de composteiras termofílicas. São alimentadas com lixos orgânicos domésticos trazidos pelos moradores locais, bem como as folhas e galhos secos. Até o momento, já foram compostadas aproximadamente 25 toneladas, sem contar as folhas. O GT elabora relatórios detalhados sobre cada compostagem, possibilitando um acompanhamento preciso e minucioso. As ações do GT se inserem no quadro de pesquisa do Saúde Planetária da USP⁸², da qual dois dos integrantes participam, além de lecionarem igualmente na instituição universitária.

⁸² Segundo o site “Em 2015, a Rockefeller Foundation e a renomada revista científica The Lancet, patrocinaram a escrita e publicação do relatório denominado “*Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health*” (Whitmee et al. 2015). No mesmo ano, em esforço conjunto inédito a Organização Mundial de Saúde e o Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica, publicam, com mais de uma centena de colaboradores “*Connecting global priorities: biodiversity and human health: a state of knowledge review*”, que passa a nortear ações conjuntas futuras. [...] Estes estudos contribuíram para a estruturação de um campo emergente de pesquisa: a saúde planetária. Estimulado pela visão sistêmica desses relatórios seminais, este novo campo aborda problema contemporâneo muito concreto e urgente: compreender, quantificar e agir para reverter os efeitos do crescimento da população humana e da aceleração das atividades socioeconômicas sobre o ambiente que ao gerar perturbações dos ecossistemas naturais da Terra, por sua vez, impactam, retroativamente, a saúde e o bem-estar humanos. [...]

A Saúde Planetária é, portanto, um novo esforço para tratar a questão da sustentabilidade e da vida humana no planeta sob ótica cada vez mais integrativa, transdisciplinar e global, já que os problemas desta crise planetária transpassam fronteiras geopolíticas, delimitações acadêmicas e afetam a humanidade como um todo.” Disponível em: <<http://saudeplanetaria.iea.usp.br/pt/>>. Acesso em 05/07/23.



Figuras 50 e 51 - Composteiras cuidadas pelo GT Áreas Verdes em abril de 2023. Fonte: Acervo pessoal.

Essas ações realizadas na praça são visíveis para todos, permitindo que outros moradores possam tomar conhecimento e se instruir. Ainda que não participem necessariamente do coletivo, podem replicar o modelo em suas residências, como o fez uma moradora de um edifício residencial vizinho. Viu que havia espaço no jardim comum e montou uma composteira onde quase todos do prédio passaram a alimentar com seu lixo orgânico.

Atualmente o grupo extrapola os limites físicos das praças e conforma uma rede de vizinhos que se reconhece através de um território, fortalecendo o ativismo, participação cidadã, cooperação e intercâmbios entre si. No entanto, ao longo do percurso, o grupo enfrentou desafios internos e externos, equilibrando interesses individuais e coletivos. Como conta Cecília, o movimento é crescente, do micro ao macro, desde o individual até chegar no coletivo, mas a coletividade apresenta dificuldades. Já tiveram muitos problemas com a vizinhança e ocorre às vezes de interesses individuais buscarem se sobressair, ou de alguns desenvolverem um sentimento de prioridade por conta do envolvimento pessoal: “A construção coletiva é um desafio constante” (LOTUFO, 2022).

A percepção das diferenças socioeconômicas entre os frequentadores das praças também se mostrou um ponto sensível. Cecília compartilha que a população de baixa renda, moradora próxima à Praça Paulo Schiesari (Lapa), frequentava a área

de Pinheiros, mas o contrário não era comum. Parte dos moradores de classe média alta demonstrava (por vezes ainda demonstra) preocupação com o uso da praça por frequentadores mais pobres. Na época, chegaram a fazer uma pesquisa sobre o que era desejado nas praças e, para a surpresa de alguns, os grandes pedidos feitos pela população eram de quadras e mesa de leitura, por carecerem de espaços de lazer e estudo. Segundo ela, foi um momento de conscientização e conciliação social.

Outro integrante compartilhou sobre um conflito com uma vizinha com quem possuía diferenças políticas, que reclamou dos entulhos presentes nas praças (eram pedaços de madeira e folhagem que estavam juntando para cuidar do solo de uma outra praça). Quando o grupo então se mobilizou para resolver a questão e mexer nos montes que a estavam incomodando, ela foi conversar com eles e acabou se envolvendo depois para ajudar.

O coletivo demonstrou também o desejo de se envolver mais com o colégio em frente à praça, com quem não possuem tanto diálogo quanto gostariam. Dizem ter interesse em trazer as crianças para a praça de forma educativa e fazer um trabalho multidisciplinar de conscientização com elas. Ao mesmo tempo, reconhecem uma necessidade de integrar mais os jovens ao coletivo, formado principalmente por adultos e pessoas da terceira idade. Alguns manifestaram sentir, por vezes, que o grupo tenha se cristalizado e gostariam que houvesse maior participação de moradores do entorno imediato. Não obstante, não está claro o motivo deste não envolvimento.

Ao longo de sua trajetória no bairro, o grupo evoluiu, se dividiu, se reagrupou e soube identificar os objetivos comuns até então. Mesmo quando pode haver algum sentimento de cristalização, a integração de novas pessoas segue sendo uma questão importante para eles. Suas ações vão de encontro com o bem-estar da comunidade local e permitem fricções produtivas com vizinhos. A presença no espaço livre é essencial para essa visibilidade e fortalecimento da rede. Aqui o

que começou com ações pontuais, ganhou recorrência e estrutura capilarizada, embora haja figuras de liderança, com forte engajamento político.

Para além dos desafios internos ao grupo, sua mobilização também enfrenta questões externas. Cecília, que já integrou o Conselho Participativo Municipal (CPM) da Subprefeitura, conta que era muito eficaz porque havia uma subprefeita interessada e responsável. No entanto, quando ocorreu uma mudança de gestão, o novo subprefeito não quis dar continuidade às reuniões com o CPM estabelecido. Embora não fosse conforme às regulamentações, as pressões por parte dos conselheiros não foram suficientes para o reconhecimento de sua importância e relevância na gestão municipal.

No que tange a “adoção” de praças, possui um olhar desfavorável, pois acredita que a subprefeitura não pode ser isenta de responsabilidade e cidadãos assumirem totalmente esse papel de zeladoria. Aponta que um dos principais problemas é a ausência de um responsável designado para a limpeza de praças. Cecília entende ser fundamental uma visão sistêmica para a gestão do território, de modo a compreender as praças enquanto parte integrante dele.

Outro ponto que necessita atenção, é a comunicação entre Poder Público e frequentadores das praças, hoje ainda muito deficitária. No início de 2022, a praça estava com parte interditada para reforma. As obras começaram sem aviso prévio ou consulta ao grupo articulado que, ao perceber que iam iniciar, se mobilizou para impedir. Foram então buscar maiores informações e dialogar com a subprefeitura. Conseguiram marcar uma reunião com o subprefeito, o chefe de obra, o responsável financeiro e a arquiteta. Para se prepararem para a reunião, lançaram uma pesquisa online expressa, por possuírem apenas um dia, para compreenderem o que a maioria desejaria. Embora o tempo fosse demasiadamente curto, receberam 218 respostas. A maioria achava que a praça já estava boa e que seria melhor devolver o dinheiro, algo que já não seria possível.

Como a empresa já havia sido contratada, não era mais viável personalizar os equipamentos tais como bancos e mesas. Moradores então solicitaram que

fossem feitos apenas reparos, acréscimo de bancos e reforma do piso, que de fato necessitava melhorias. A proposta de um parcão para cachorros⁸³ foi suspensa, devido a preocupação com cercamentos na praça, bem como a existência de um espaço semelhante em praça vizinha.

O ocorrido na praça não se trata de um evento isolado. Em Ata de reunião em 2022 do CADES Lapa, ao lado da subprefeitura de Pinheiros, reportou-se que representantes de Comitês de Usuários e coletivos apontam que não são informados previamente sobre a contratação de obras ou intervenções em praças, e de que não há um procedimento padrão no atendimento de demandas (CADES Lapa, Ata da reunião de junho 2022). A subprefeitura da Lapa tampouco reconhece, todavia os Comitês de Usuários de Praças como instrumentos de diálogo e participação da sociedade civil. Complementou-se ainda sobre a demora no atendimento às demandas de manutenção e zeladoria urbana (limpeza, varrição, coleta de lixo das praças) protocoladas no SP 156 e informadas às áreas competentes da Subprefeitura Lapa. Apontou-se igualmente para o problema de a Subprefeitura dispor apenas de recursos para “requalificações” e não para a manutenção de praças.

Cecilia expõe a dificuldade em comunicar-se de forma eficaz e optar pelo melhor direcionamento das verbas. Por exemplo, a subprefeitura tinha 200 mil para gastar na reforma, mas poderia muito bem ter essa verba redirecionada para outro bairro que carecesse de infraestrutura. Argumenta que a praça já é bastante consolidada e de qualidade, mas que as subprefeituras se preocupam em garantir verbas para os anos subsequentes, as quais são pautadas nos gastos anteriores⁸⁴.

⁸³ Em 2021 foi iniciada uma petição desvinculada ao coletivo, solicitando que um parcão fosse criado na praça, a qual até o momento acumulou 86 assinaturas. É possível que haja divergências nesse ponto. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/subprefeitura_de_sao_paulo_criacao_de_cercado_para_os_cachorros_na_praça_com_manuel_de_melo_pimenta/?fpla>. Acesso em: 12/05/23.

⁸⁴ A LOA (Lei Orçamentária Anual) determina o Orçamento Municipal no ano que antecede a sua execução. As despesas públicas são parcialmente regionalizadas, de modo a distribuir verbas entre as Subprefeituras, promovendo “a equidade no território” (Caderno Orçamento Cidadão LOA

Cecilia defende que o Orçamento Municipal é desequilibrado e que quem detém maior verba são os vereadores, não sendo a subprefeitura a melhor fonte de financiamento local. As emendas parlamentares, cujo orçamento é bastante significativo, são um meio interessante para conseguirem verbas. Outro caminho possível, segundo ela, são os comércios que passaram a ser permitidos após o Decreto 59.780/20 que regulamenta “a manutenção, a ocupação e a permissão de uso de comércio e serviços em praças do Município de São Paulo”⁸⁵.

A forte articulação do coletivo não é suficiente para solidificar uma relação de cooperação com a subprefeitura e seu reconhecimento. Contudo, outros canais, tais como o CADES e as dinâmicas participativas para elaboração dos planos de bairro, se demonstraram eficazes meios para a estabelecer uma construção conjunta do território.

Dois integrantes do grupo atual participam também enquanto conselheiros eleitos do CADES regional: Lara Freitas, do CADES Lapa e Flávio Scavasin, do CADES Pinheiros.

Flávio entrou para o grupo em sua transição do Movimento Boa Praça para o Vila Jataí. Teve contato através de uma vizinha e acabou por se envolver com a discussão sobre o bairro e o resgate da memória afetiva. Costumava participar já em outras frentes, através de conselhos militando pela acessibilidade e questões ligadas à deficiência. Integra, também, a Rede Nossos Parques, que se posiciona contra a onda de concessões dos parques à gestão privada no Estado e no município de São Paulo. Sua mobilização está muito atrelada ao seu percurso profissional, quando conheceu o grupo, já era diretor do Parque Villa Lobos⁸⁶, na

2022). O processo do Orçamento Cidadão, por sua vez, permite que certas propostas recebidas dos municípios sejam incorporadas a LOA.

⁸⁵ Essa medida, no entanto, deve ser abordada com cautela, pois a presença de comércios em certas praças sem essa vocação, pode comprometer usos habituais. Seria igualmente necessário esclarecer o tipo de comércio, se fixo ou móvel, o tempo de permanência e a determinação do local, para não comprometer áreas permeáveis.

⁸⁶ Durante sua primeira gestão, criaram o Conselho de Orientação, hoje denominado Conselho Gestor. Flávio disse que foi idealizado lá no Villa Lobos e replicado como modelo pela Prefeitura,

gestão entre 2004 e 2008. Lembra que foi uma experiência muito rica e dotada de grande autonomia, experiência que traz consigo para o coletivo. Contou que mesmo o Parque estando sem orçamento, por conta da transferência da Secretaria de Esportes para a Secretaria do Meio Ambiente, conseguiram viabilizar as obras através de fundos de compensação ambiental e remanejamentos. Por este motivo, é absolutamente contra concessões e defende a gestão pública: “É um absurdo administrar uma área pública pensando no lucro que se vai tirar.”⁸⁷

Atualmente integra, então, o CADES Pinheiros, que estava inativo até 2020 quando o reativaram. Em ata publicada da reunião de janeiro de 2023, a Subprefeitura de Pinheiros estava representada pela engenheira agrônoma e supervisora técnica de limpeza urbana, responsável pelas áreas verdes de Pinheiros, Rosa Maria Castro Menegali e a SMUL por Tadeu Lara Baltar da Rocha. Rosa informou que a mão de obra disponível para corte de grama e poda era limitada e executada por uma empresa. Esclareceu que o contrato de limpeza de praças é realizado apenas na calçada da área externa, motivo pelo qual não existem lixeiras instaladas pela subprefeitura em seu interior (CADES Pinheiros, ata de janeiro 2023). Explicou que a solicitação de mais lixeiras deve ser feita ao coordenador de governo local e eventos que encaminha a solicitação à Secretaria Executiva de Limpeza Urbana (SELIMP) da SMSP. O caminho para este procedimento não estava claro para os conselheiros, tampouco à quem deveriam solicitar a relação detalhada de áreas verdes da subprefeitura. A informação, neste caso, provém do Supervisor Técnico de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (STPDU).

A subprefeitura, segundo Rosa, exerce somente a função de zeladoria e não mais de controle ou autorização. Além disso, a verba disponível é reduzida, não havendo muita margem para serviços extras ou para a implementação de novas

que alterou o nome. O intuito era facilitar a comunicação sobre as questões do dia a dia do parque e conta que ajudou imensamente.

⁸⁷ Em entrevista com Flávio Scavasin em 2022.

praças. Contudo, atentou para o fato de que o fundo FEMA pode ser um recurso para a criação de praças e parques, além de plantio de árvores.

O CADES representa um espaço importante de diálogo com o Poder Público, e permite que se compreenda melhor os limites e as abrangências de sua atuação em praças. Flávio sempre compartilha as questões com o coletivo das Vilas para conhecimento. Não participa do CPM, mas outros integrantes do CADES sim, o que mostra que o coletivo não permeia necessariamente todos os espaços participativos. Não constituem, assim, a única voz representativa do bairro.

Flávio se questiona se o CADES e a CPM não deveriam ser unificados, ou ao menos dialogarem frequentemente. Entende que são muito interrelacionados: *“O meio ambiente (CADES) precisa de recursos (CPM) para as ações ambientais. E os assuntos ambientais também acabam sendo discutidos pelos CPM.”* Contou ainda que durante uma audiência pública em 2023 para tratar sobre o OP, estima que mais da metade dos presentes abordaram assuntos relativos ao meio ambiente e uso de praças.

Lembro que as subprefeituras foram muito esvaziadas e se tornaram meras zeladorias sem funcionários ou possibilidade de atuação efetiva sobre o distrito, podendo, quase tão somente, denunciar ou encaminhar aos demais “órgãos municipais competentes”. É quase o que qualquer cidadão também poderia fazer e alguns até já fazem. (SCAVASIN em depoimento no grupo Interpraças, 2023)

A complementariedade dos conselhos participativos requer que haja uma troca de informações e cooperação entre ambos. Falta igualmente maior poder deliberativo às subprefeituras e aos conselhos para que possam agir no território.

O CADES Lapa tem como conselheira a integrante do coletivo Lara Freitas, também coordenadora do Ecobairro⁸⁸. Este CADES, embora não cuide

⁸⁸ Lara atua igualmente na Vila Mariana, onde o movimento de Ecobairro se iniciou, na Praça da Cinemateca, que possui um Comitê de Usuários reconhecido pela Subprefeitura.

diretamente do perímetro da Vila Jataí, desempenha um papel especialmente relevante para a gestão de espaços livres. O CADES Lapa é bastante consolidado e bem estruturado, possui regimento interno. São atualmente 8 conselheiros representantes da sociedade civil e 8 suplentes eleitos no ano de 2022. Em grupo no whatsapp criado pela comissão eleitoral de 2018, constam aproximadamente 50 integrantes que colaboram com trocas e informações.

Integrantes do CADES Lapa constituíram um GT específico para elaborar uma proposta de minuta de regulamentação da Lei de Gestão Participativa de Praças 16.212/2015. A demanda da necessidade de regulamentação da lei foi feita pelos participantes da reunião dos Comitês de Usuários, realizada em janeiro de 2021. Foram recebidas *“contribuições de coletivos e pessoas que atuam em praças e que participaram da elaboração da Lei 16.212/15 e na proposição da sua regulamentação”*, segundo consta em Ata do CADES.

O texto, após diversos encontros e discussões ao longo do período de 2021-2022, foi apresentado em reunião ordinária do CADES da Lapa, realizada em junho de 2022, na qual estavam presentes membros de demais CADES regionais e membros de comitês de usuários de praças. Durante a reunião e confirmado em Ata oficial, membros do GT compartilharam a metodologia de trabalho, bem como a estrutura adotada para a minuta. A minuta parte do Artigo 7º que trata da Consulta Pública, e introduz novos artigos, parágrafos e incisos, mantendo a coerência do texto. Foram regulamentados os três instrumentos da gestão participativa: a formação e organização dos Comitês de Usuários, os procedimentos para a Consulta Pública de projetos e a criação e manutenção do Cadastro de Praças.

O documento da minuta de regulamentação foi então compartilhado com os demais CADES regionais por meio da DPAC da SVMA e atores engajados na gestão de praças, para colher contribuições. Posteriormente, Flávio informou que havia sido descoberto que o poder público estava elaborando em paralelo uma minuta de regulamentação. Ficou supostamente acordado que ambas seriam consideradas para a regulamentação da lei.

3.2 - Praça Rotary/ Praça da Vila Buarque

SUB SÉ



A Praça Rotary, também conhecida como Praça da Vila Buarque, está localizada no distrito da Consolação, pertencente à Subprefeitura da Sé, na região central da cidade de São Paulo. Embora as praças costumem ser administradas pelas subprefeituras, neste caso, a praça é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, por abrigar a Biblioteca pública e infanto-juvenil Monteiro Lobato. A praça apresenta um caso de co-gestão entre moradores e a subprefeitura, mediante acordo de cooperação. Em 2019 foi firmado um Acordo de Cooperação do programa Adote uma Praça por um grupo de moradores (nº02/2019). Passaram por intermédio de uma empresa⁸⁹ facilitadora de “adoções”, através de uma plataforma online. O grupo, Amigos da Vila Buarque, não está mais ativo e até o início de 2023 o acordo não havia sido renovado. No entanto, outros grupos se articulam ou já se articularam para intervir na praça, engajados em melhorias e zeladoria na praça, bem como atividades culturais e ativismo político. A praça foi e é objeto de grande interesse por parte de moradores e frequentadores, sua gestão, no entanto, é complexa, dispersa e envolve diferentes agentes.

⁸⁹ Crowdplaces Consultoria em Projeto e Gestão de Espaços Públicos Ltda.

O bairro da Vila Buarque, que abriga a praça, faz fronteira com os bairros da Santa Cecília, Consolação, República e Higienópolis. A região da Vila Buarque é considerada uma das mais densas da cidade de São Paulo, com densidade populacional no distrito da Consolação de 15.504 hab/km², ao lado da República de 24.774 hab/km² e da Santa Cecília de 21.466 hab/km²⁹⁰. Apresenta uma grande variedade de construções, desde prédios residenciais e comerciais até casas antigas e sobrados, com fluxo intenso de pessoas circulando para além dos moradores locais. A região também é reconhecida por seu patrimônio arquitetônico, com diversas edificações de valor histórico e cultural.

A área é relativamente plana, mas possui leve declive em direção à República e ascensão em direção ao bairro de Higienópolis. A praça se encontra rodeada por três pontos de altimetria elevada, o espigão da Avenida Paulista 65 m mais alto, o bairro do Pacaembu, 50 m acima e a colina histórica na mesma cota de 750. Nasce próximo à Av. Consolação o córrego Anhanguera, que passa canalizado pela rua Dr. Cesário Mota Júnior e deságua no Rio Tietê. A Rua Dr. Cesário Mota Júnior, juntamente com as ruas Major Sertório, General Jardim e Dr. Vila Nova, compõem as quatro frentes da praça estudada. A presença do córrego foi por muito tempo notável, devido ao seu afloramento recorrente em pontos em que o asfalto cedeu e aos pontos de alagamentos. Recentemente, o canal passou por uma grande obra para tentar reverter esse quadro.

⁹⁰ Dados baseados no censo demográfico de 2010.

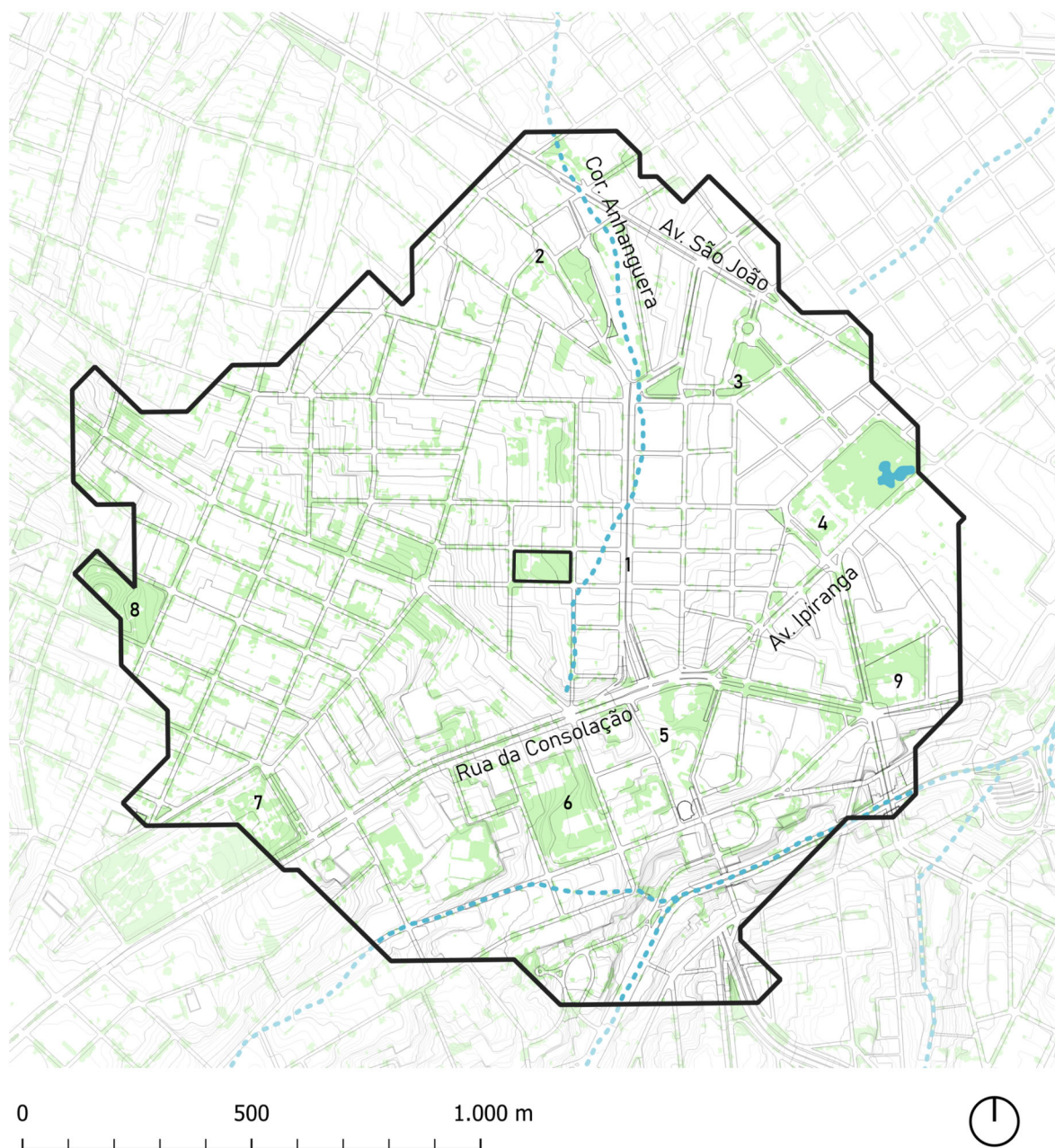








Figura 52 - Mapa do meio físico do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa, 2023.

- | | |
|--|--------------------------------|
|  Isochrone - 15min/Pedestre | 1. Parque Minhocão |
|  Massa d'água | 2. Largo e Praça Santa Cecília |
|  Água canalizada | 3. Largo do Arouche |
| Topografia | 4. Praça da República |
|  5m | 5. Praça Roosevelt |
|  1m | 6. Parque Augusta |
|  Massa arbórea | 7. Cemitério da Consolação |
| | 8. Parque Buenos Aires |
| | 9. Praça Dom José Gaspar |

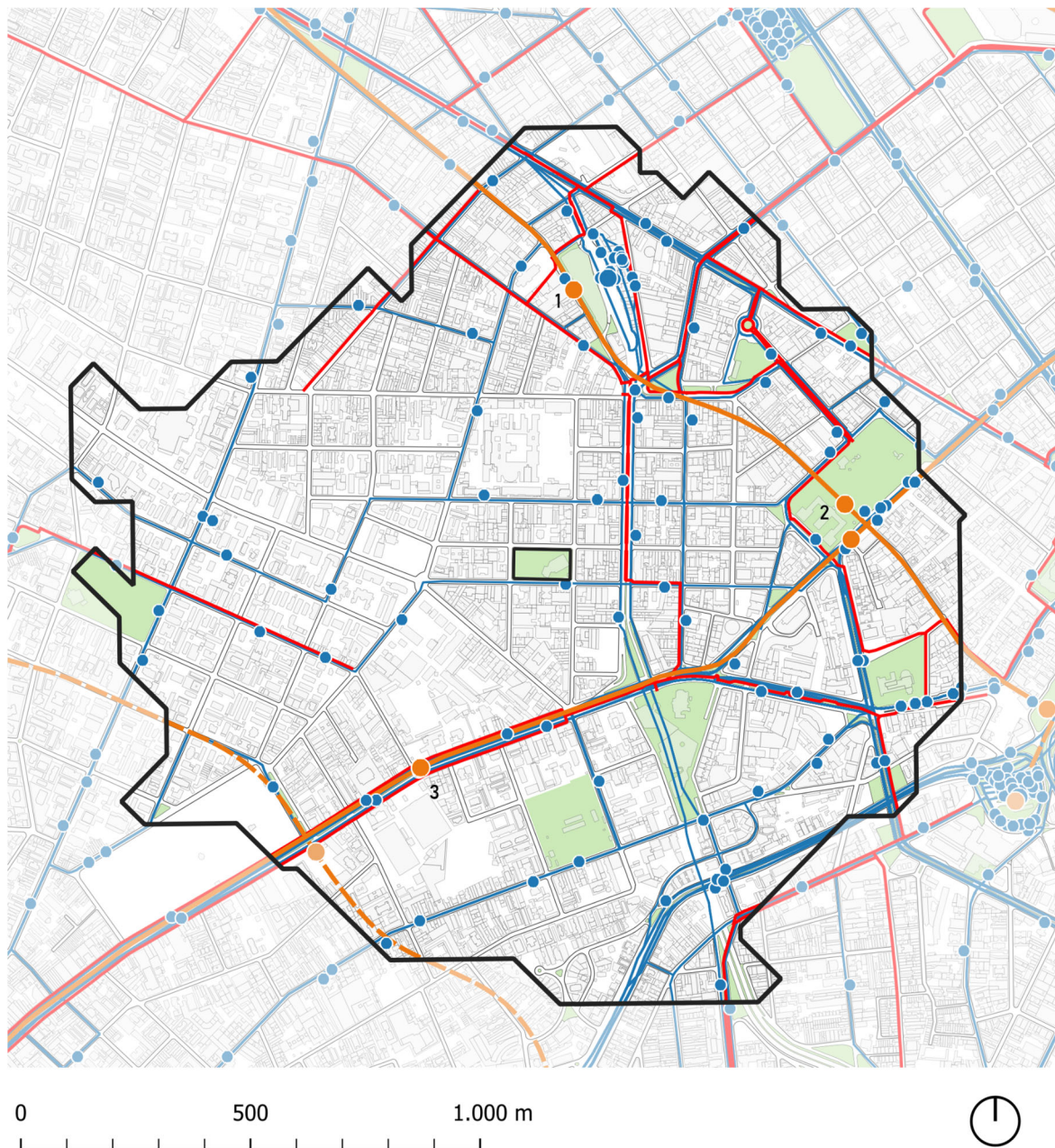


Figura 53 - Mapa de transporte público e vias de circulação do entorno da Praça Rotary.
Fonte: GeoSampa, 2023.

□ Isochrone - 15min/Pedestre

Transporte Público

- Metrô/Trem - Estação
- Metrô/Trem - Estação projetada
- Ônibus - Terminal
- Ônibus - Ponto
- Metrô/Trem - Linha
- Metrô/Trem - Linha projetada
- Rede cicloviária
- Ônibus - Linha/Faixa/Corredor
- Edificações
- Parques/Praças

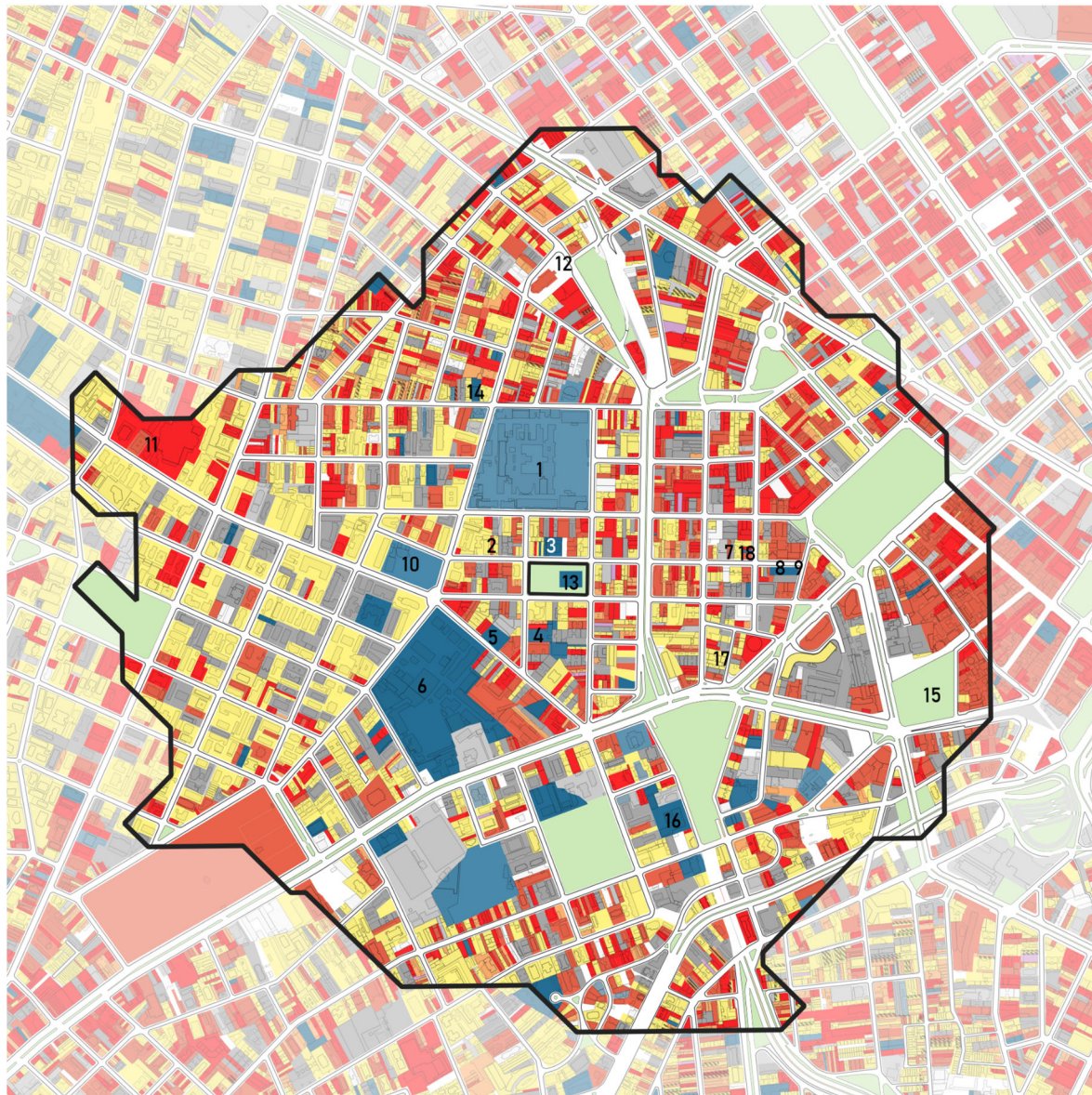
1. Estação de metrô Santa Cecília

2. Estação de metrô República

3. Estação de metrô Higienópolis-Mackenzie

Embora a região de Higienópolis seja densamente arborizada e próxima à praça, o entorno imediato possui menos arborização nas ruas conforme avança para a República. Algumas áreas concentram uma grande cobertura vegetal, ainda que não sejam públicas, como o Iate Clube de Santos e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, ou necessariamente destinadas ao lazer, como o Hospital Santa Casa de Misericórdia e o Cemitério da Consolação. Se somam ao SEL, o Parque Buenos Aires e o recém-inaugurado Parque Augusta, importantes para a região que carece de espaços de lazer vegetados acessíveis. A praça da República e a praça Roosevelt, por sua vez, são grandes espaços livres de encontro para a cidade, a primeira devido à sua centralidade, presença da estação de metrô e jardim, a segunda com público mais jovem, por seu caráter multicultural e proximidade com inúmeros teatros e bares. A Praça Dom José Gaspar abriga a Biblioteca Pública Mário de Andrade, possui entorno animado pelos diversos comércios e restaurantes. O Largo do Arouche, bastante frequentado pela comunidade LGBTQIA+ e grupos de teatro, é igualmente um relevante espaço livre na região. Há ainda o parque Minhocão, viaduto elevado de aproximadamente 3,4 km de extensão, que fecha para veículos motorizados de noite e aos finais de semana, se transformando em espaço livre para o lazer, de uso exclusivo de pedestres e ciclistas.

A região é bem servida em transportes públicos, além do corredor de ônibus na Av. Consolação, conta com três estações de metrô: a estação da República, que atende as linhas vermelha e amarela, a estação Higienópolis-Mackenzie e a estação do Largo da Santa Cecília, que atende a linha vermelha.















0 500 1.000 m 

Figura 54 - Mapa de uso do solo do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa, 2023.

- | | | |
|--|------------------------|--|
|  Isochrone - 15min/Pedestre | 1. Hosp. Sta. Casa | 12. Paróquia Sta. Ceci. |
|  Praças Marie_Contorno | 2. Ação Educativa | 13. Biblio. Monteiro L. |
|  Edificações | 3. FESPSP | 14. E.E. Arthur Gui. |
|  Cortiços | 4. SESC Consolação | 15. Biblio. Mário de A. |
| Uso do Solo | 5. C. Uni. Maria Ant. | 16. E.E. Caetano de C. |
|  Residencial | 6. Uni. P. Mackenzie | 17. Teatro de Arena E.
+ Matilha Cultural |
|  Misto | 7. Aliança Francesa | 18. Clube do Minhoca |
|  Comércio | 8. Escola da Cidade | 19. Teatro Paiol Cult. |
|  Serviço | 9. Instituto Pólis | |
|  Terreno | 10. Iate Clube de S. | |
|  Outros | 11. Shop. Higienópolis | |
|  Parques/Praças | | |



0 500 1.000 m



Figura 55 - Mapa de densidade demográfica do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa Censo 2010.

□ Isochrone - 15min/Pedestre

□ Edificações

□ Parques/Praças

Densidade demográfica (hab/hect)

0 - 50

50 - 100

100 - 150

150 - 200

200 - 250

250 - 300

300 - 350

350 - 400

450 -

A praça Rotary, de 7 940 m², se insere, portanto, em um contexto que já apresenta opções de espaços livres públicos. Não obstante, possui características distintas, com presença de árvores de grande porte, pequena escala e forte integração com o tecido urbano denso e vivo, sendo um importante espaço de permanência e refúgio. Metade da praça é ocupada pela Biblioteca Pública Infanto-Juvenil Monteiro Lobato, motivo pelo qual recebe visitas de diversas escolas. É gradeada, com horário restrito de acesso, abrindo todos os dias às 7h da manhã e fechando às 22h da noite. Possui quadra poliesportiva no local onde já houve um teatro, área para piquenique, parquinhos, mesa de pingue-pongue, bancos, cachorródromo, um espaço circular “o redondo” e uma marquise, que costumava ligar a Biblioteca ao antigo teatro. Conta com dois portões para frequentadores, dois na Rua General Jardim e um na Rua Major Sertório, há também um portão exclusivo para acesso ao estacionamento da Biblioteca e uma porta ao lado da quadra que por vezes está aberta. Em suas esquinas, fora de seus limites, estão duas bancas, um posto da Guarda Civil Metropolitana (GCM), um ponto de táxi e um ponto de bicicletas do Itaú, recentemente instalado.



Figura 56 - Novos brinquedos do parquinho em agosto 2021. Fonte: Acervo Pessoal.



Figura 57 - Planta da Praça Rotary e entorno imediato. Fonte: GeoSampa 2023, base no levantamento de Lua Nitsche e levantamento da autora.

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 01. Biblioteca I-J. Monteiro Lobato | 10. Ponto de Táxi |
| 02. Parquinho infantil cercado | 11. Banca de jornal |
| 03. "Redondo" | 12. Banca curva de jornal |
| 04. Parquinho primeira infância | 13. FESPSP |
| 05. Quadra poliesportiva cercada | 14. Banco |
| 06. Parcão | 15. Restaurantes/ bares nos térreos |
| 07. Mesas de jogos e piquenique | B - Bicicletário |
| 08. Escultura | E - Estacionamento de uso exclusivo |
| 09. GCM | |



Figura 58 - Vista da praça desde o parquinho em agosto 2021. Fonte: Acervo pessoal.

A Vila Buarque é um bairro misto, entre Zona de Estruturação da Transformação Metropolitana (ZEM), Zona Mista (ZM) e Zona de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU), em área bastante verticalizada com edifícios de uso residencial e de escritórios, possuindo diversas vezes comércio no térreo. Concentra importantes instituições que lhe atribuem forte caráter educacional e cultural: o Hospital Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e a Faculdade de Ciências Médicas; a Universidade Presbiteriana Mackenzie; o Centro Universitário Maria Antonia da USP, no antigo prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) e o Instituto de Arte Contemporânea (IAC); a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP); a sede do IAB; o SESC Consolação; o SENAC; a Escola e Teatro Aliança Francesa; a Escola da Cidade; a Ação Educativa; entre outros. Essa diversidade que existe no bairro reflete uma vocação que esteve presente desde meados do século XX.

Sua ocupação teve início no final do século XIX, após a aquisição da chácara pertencente a Rego Freitas pela empresa de obras Brasil.⁹¹ Os sócios, o Senador Randolpho Miranda e o engenheiro Manuel Buarque de Macedo, executaram seu arruamento e a batizaram de Vila Buarque. Por volta de 1940, as casas passaram a dar lugar a edifícios e a vila começou a se adensar. Com o passar dos anos foram chegando instituições e diversos teatros, bares e restaurantes. O famoso João Sebastião Bar, berço da bossa nova paulista, que já foi casa de Chico Buarque, Elis Regina e muitos outros grandes nomes, ficava no casarão onde hoje é a Pizzaria Veridiana. No período que antecedeu a Ditadura militar (1964-1985), o bairro já possuía forte efervescência cultural e relevância na cena intelectual e artística da cidade, motivo que o levou a se tornar um polo de resistência política. Ao mesmo tempo, era uma área com pontos de prostituição. A Rua Maria Antônia foi palco em 1968 de uma batalha entre estudantes de esquerda da FFCL-USP e de direita da Universidade Presbiteriana Mackenzie, resultando em dois mortos e diversos feridos. Este momento histórico marcou o bairro que foi posteriormente submetido à censura e opressão. A construção em 1971 do Elevado Costa e Silva, conhecido como atualmente Minhocão, condiz com a visão utilitarista e rodoviarista que prevalecia na época. Essa cisão do território é vista por muitos (AB'SABER, 2016; ROLNIK, 2015) como um gesto autoritário que desalojou inúmeras famílias e esmiuçou a força de resistência ali presente. A obra destruiu a continuidade, não somente física, mas espiritual deste centro (AB'SABER 2016) e o descaracterizou de forma significativa. A simbologia atrelada à cicatriz que se tornou o elevado e o impacto que teve a ditadura, culminando com o AI-5, é bastante relevante para o entendimento do território atualmente.

A Biblioteca Infantil Municipal foi criada no ano de 1936, momento no qual o Departamento Municipal de Cultura, cujo diretor era Mário de Andrade, promulgava um grande projeto de incentivo à cultura. Segundo o site da

⁹¹ Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/monteiro_lobato/index.php?p=3823> Acesso em 01/05/2023.

Prefeitura, trata-se da mais antiga biblioteca infanto-juvenil no Brasil⁹². Foi dirigida até 1960 por Lenyra Camargo Fraccaroli, responsável por auxiliar a construção de muitas outras bibliotecas infantis na cidade. Sua primeira localização foi em uma casa na Rua Major Sertório, para posteriormente ser transferida em 1945 ao Palacete adquirido pela Prefeitura, antiga residência de Rodolfo Miranda. Concomitantemente as casas ao lado foram demolidas e iniciaram-se as obras do novo edifício da Biblioteca, que seria inaugurado cinco anos depois, com autoria do arquiteto Hentz Gorham. No lugar onde havia o Palacete, foi construído o primeiro teatro infantil, chamado Teatro Leopoldo Fróes. Este foi demolido durante a ditadura, no ano de 1970. O espaço que resultou, deu lugar à área livre da praça. A Biblioteca passou a ser denominada Monteiro Lobato em 1955, em homenagem ao autor de livros infantis que a frequentou em diversas ocasiões. A praça teve seu nome alterado em 1974, pelo então Prefeito indicado Miguel Colassuonno (1973-1975), em homenagem ao 50º Aniversário da Fundação do Rotary Clube de São Paulo⁹³, e passou a se chamar Praça Rotary.

⁹²Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/monteiro_lobato/index.php?p=3821>. Acesso em: 01/05/2023.

⁹³ DECRETO Nº 10.921, DE 6 DE MARÇO DE 1974.

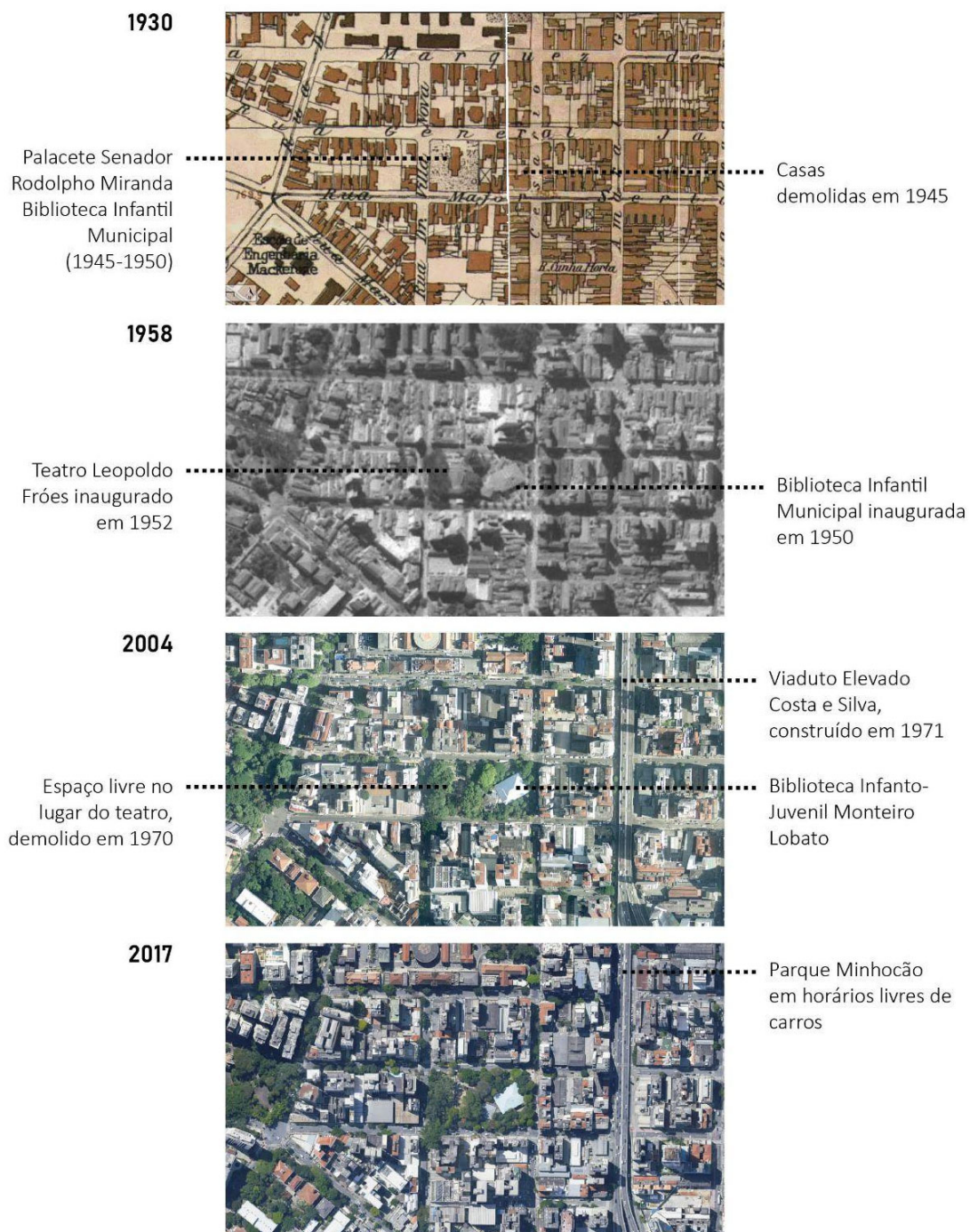


Figura 59 - Área da Praça Rotary e entorno em 1930, 1958, 2004 e 2017. Fontes: Mapeamentos Sara Brasil, Google Earth, Ortofotos MDC e PMSP.

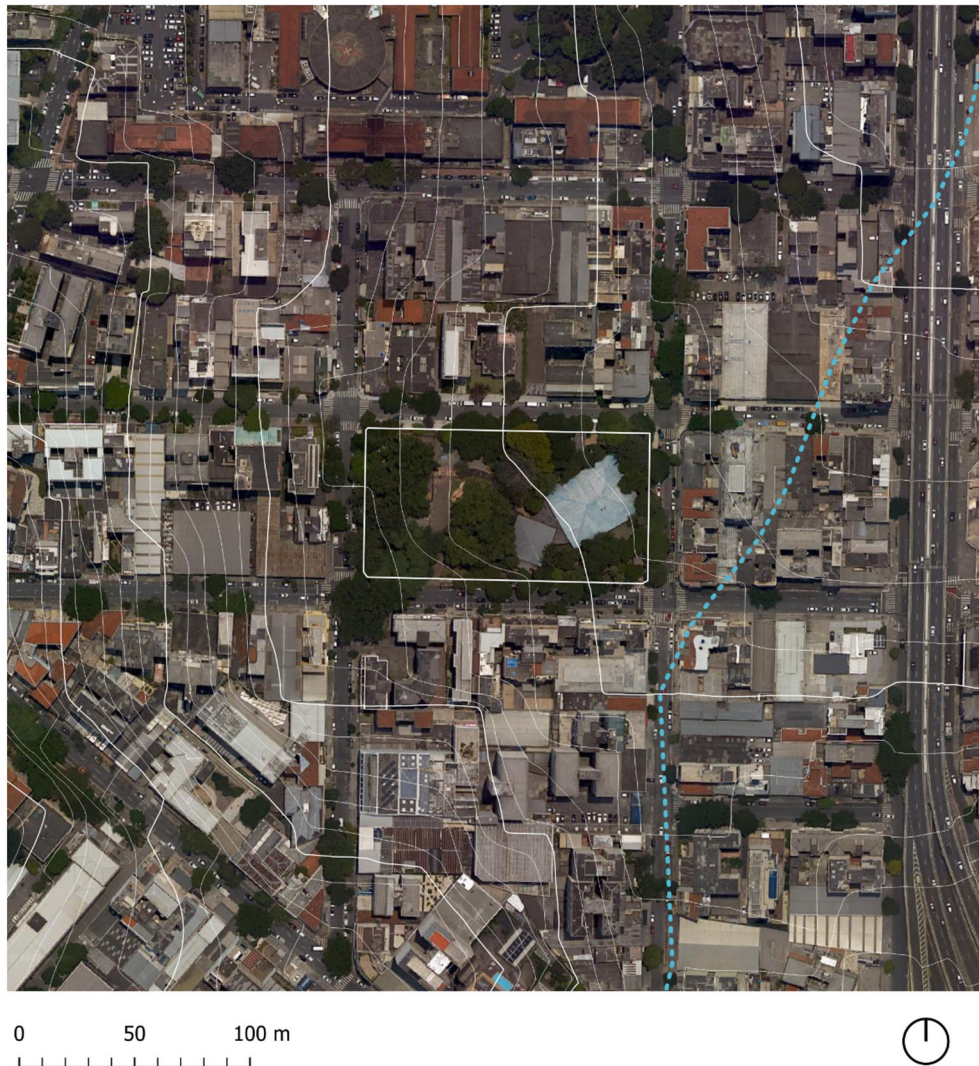


Figura 60 - Ortofoto da Praça Rotary e curvas de nível. Fontes: GeoSampa, 2023.

O entorno imediato da praça é constituído por prédios residenciais de médio e alto padrão. Há igualmente a presença de edifícios mistos, de escritórios ou residenciais, cujo térreo é destinado a usos comerciais e de serviço. Restaurantes, cafés e bares, movimentam a rua com a permanência de pedestres na calçada, e animam a vida noturna. A FESPSP faz frente à praça, na rua General Jardim. Mais distante, em direção à Santa Cecília, ao bairro do Bixiga, e à República, existe uma maior variação de renda entre os moradores, havendo alguns cortiços e edifícios com ocupação por movimentos de moradia. A região é, também, uma das que mais concentra população em situação de rua da cidade. Pessoas ocupam regularmente a calçada ao lado do gradil da praça, na rua Doutor Vila Nova, e usam o Minhocão como abrigo.

A Vila Buarque é, portanto, bastante diversificada em sua ocupação, o que reflete um público igualmente heterogêneo. Os frequentadores da praça são, assim, múltiplos, não se restringindo somente a moradores da região. Muitos trabalhadores e estudantes vêm buscando refúgio, mas pode-se dizer que as crianças são o principal público, provenientes do bairro ou das escolas que visitam a biblioteca, aproveitando os espaços para brincar. A praça dificilmente está vazia, sendo ocupada tanto de dia quanto de noite todos os dias. Durante a semana, pela manhã, um grupo vem às 7h praticar Tai-Chi às quartas-feiras. Até o período do meio-dia a praça está mais calma, com alguns frequentadores sozinhos ou em dupla e pessoas passeando cães e no cachorródromo, ou apenas usando a praça para encurtar o caminho. Por vezes há alguém varrendo a quadra ou usando-a para soltar cachorros, embora não seja permitido. Nesse horário, o parquinho só fica cheio no período de férias escolares ou com a visita de alguma escola à Biblioteca. À partir do horário de almoço, a frequência se intensifica, havendo trabalhadores do entorno que vêm para comer ou espairecer, moradores com seus filhos e jovens meninos jogando bola na quadra. O período da tarde costuma ter mais crianças nos parquinhos e a quadra mais ocupada. De noite, a praça segue movimentada, sobretudo com moradores e seus cachorros ou atividades nas quadras.



Figura 61 - Quadra em uma segunda feira, julho 2022. Fonte: Acervo pessoal.

De forma rotativa, estudantes em psicologia da Universidade Mackenzie vem para a praça disponibilizar atendimento psicológico gratuito. O projeto de extensão se chama “Praça do acolhimento”, e é realizado entre a Praça Rotary, Parque Buenos Aires e Parque Augusta. De segunda-feira a partir das 20h, tem o basquete das Magic Minas, que jogam em praças em São Paulo. Em 2017 se mobilizaram para conquistar o direito de usar a quadra. De início os meninos não deixavam que elas jogassem, então fizeram uma convocação pela internet para ocupar e fazer os meninos saírem. Vieram cerca de 100 mulheres, dentre as quais a Magic Paula, grande ex-jogadora de basquetebol brasileira, dando muita visibilidade para elas. A ocupação chamou a atenção da marca Nike, que as convidou para uma ação e o dinheiro que receberam foi usado para reformar a quadra em 2018.

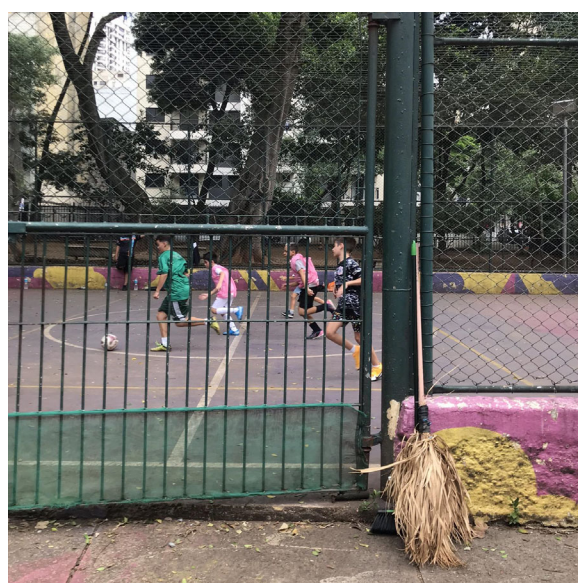
De terças e quintas a quadra costumava ser usada para dar aulas de futebol. Em 2006 um antigo funcionário da Biblioteca, Renato Cesar, se voluntariou no projeto e, mais recentemente, se juntou à iniciativa uma funcionária do SESC Consolação. Agora dão aulas aos sábados pela manhã, treinando dois times, um feminino, Meninas da Vila Buarque, e um masculino, Humildade União Raça e Respeito (HURR). A faixa etária dos alunos vai aproximadamente de 7 a 15 anos, com foco em crianças e adolescentes com famílias cujo nível salarial é inferior a três salários mínimos⁹⁴. O professor, agora aposentado, segue vindo treinar os alunos, se deslocando da zona Norte até o centro. Sempre limpam a quadra antes de usá-la, inclusive os pais dos alunos, que ajudam muito. A iniciativa surgiu com a chegada da base de polícia (GCM), quando o Sargento Jorge queria organizar jogos educativos com as crianças. Receberam muito apoio do Rotary Club, que doava material, da base e da Biblioteca. O projeto, “Futebol na Praça”, oriundo do programa Juventude Comunitária da Base de Segurança Praça Rotary, ganhou em 2009 o IV Prêmio Polícia Cidadã promovido pelo Instituto Sou da Paz⁹⁵.

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/programa-juventude-comunitaria-recebe-premio-do-instituto-sou-da-paz/>>. Acesso em: 07/05/2023

⁹⁵ O Instituto Sou da Paz, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atua para melhorar condições de segurança em áreas sujeitas a violência e criminalidade cotidiana.



Figura 62 - Magic Minas durante mobilização na praça em 2017. Fonte: Foto do perfil Instagram do time.



Figuras 63 e 64 - Quadra poliesportiva com adolescentes e crianças, sábados de junho (à esquerda) e março (à direita) de 2022. Fonte: Acervo pessoal.



65



66



67



68

Figuras 65, 66, 67 e 68 - (65) Prática gratuita de tai-chi da rádio taissô, (66) escolas de ensino infantil em cortejo de paz e (67) Viradinha de 2019; (68) instalação “fogueira” de

aluno do curso de Arquitetura do Mackenzie e Goma Oficina em 2017⁹⁶ (de cima para baixo). Fontes: (65) Matéria da “Vida no centro” de 2019⁹⁷; (66) Foto de Pagu e (67) no instagram do grupo Amigos da Praça da Vila Buarque; (68) foto de Lauro Rocha.

Marta Nosé Ferreira, Diretora da Biblioteca Monteiro Lobato, diz que a praça é o quintal de muitos prédios que, por serem antigos, não têm área de lazer⁹⁸. É “dominada” por crianças, e durante as viradinhas a cada ano, estima que venham mais de 1000. Marta disse que a frequência das escolas era bastante significativa antes da pandemia⁹⁹, mas em 2022, notou que a maioria das crianças são filhos de moradores do entorno. No entanto, sente que o movimento aumentou de um modo geral, sobretudo aos sábados.



Figura 69 - Parquinho da primeira infância e Biblioteca em 2021. Fonte: Acervo pessoal.

⁹⁶ Disponível em: <<https://gomaoficina.com/projetos/fogueira-oficina-de-estruturas-nomades/>>. Acesso em: 03/09/22.

⁹⁷ Revista online disponível em: <<https://avidanocentro.com.br/cidades/atividades-fisicas-ar-livre-centro-de-sp/>>. Acesso em: 18/04/23.

⁹⁸ Depoimento concedido durante entrevista em 2022 realizada na biblioteca.

⁹⁹ Segundo levantamento da biblioteca em 2019, eram quase 100 escolas que frequentavam o equipamento, sendo a maioria situada a menos de 3km.

Grupo das mães

A Praça Rotary deu origem a inúmeros grupos engajados com o espaço público ao longo das últimas décadas. A moradora Denise Boschetti, que reside em frente à praça desde 1995, integrou um grupo de mulheres e mães no início dos anos 2000¹⁰⁰. Desde então, viu passarem muitos moradores e frequentadores que se articulavam e engajavam na gestão e cuidado da praça. Conta que depois da ditadura houve uma grande desarticulação de grupos sociais, mas acredita que lá manteve-se o espírito do lugar. Denise passou a se envolver quando começou a levar seu filho de 2 anos para a praça, e notou que carecia de cuidados, como limpeza e organização. Relata que na época não havia cercadinhos que, segundo ela, fazem muita diferença e são necessários. Quando ela e esse grupo começaram a se articular, levaram uma proposta para a SVMA, propondo um curso de jardinagem. Tiveram muita resistência e as mudas que plantavam eram sistematicamente retiradas. Tinham conhecimento de que havia uma associação de moradores do bairro, mas disse ser muito fechada e pouco convidativa ou interessada em novos integrantes. Sabia apenas que foram eles quem trouxeram a base da polícia. Com o tempo, a base policial foi ocupando mais espaço, assim como a biblioteca, pela implantação do estacionamento. Perderam um espaço que era importante para elas, por ser agradável e no qual costumavam permanecer. O grupo do qual fazia parte percebeu que era necessário ocupar a praça. Promoveram uma festa junina improvisada e colaborativa que lotou a praça. Blocos de carnaval passaram a usar também a praça para ensaios a partir de 2010, segundo Denise, era uma geração muito engajada.

A atuação do grupo do qual Denise fazia parte chegou a se envolver com outras frentes. As escolas do entorno já usavam muito a praça para práticas de esportes, como a Arthur Guimarães na Rua Jaguaribe. Na época, a EMEI Gabriel Prestes havia sido fechada. O grupo de mães então se mobilizou para a sua

¹⁰⁰ Informações relatadas durante entrevista em 2021 realizada virtualmente.



Figura 70 - Biblioteca e estacionamento restrito ao fundo.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.

reabertura e obtiveram sucesso, muito pela participação no Orçamento Participativo. Tratava-se, portanto, de um grupo que compreendeu a praça como um espaço importante para a infância de suas crianças, que as motivou a participar politicamente pelo bairro. Foram inclusive chamadas a colaborar com um mapeamento da região, organizado pelo Instituto Pólis a pedido da subprefeitura, levantando as faixas de pedestres, casas a serem preservadas, além da identificação da área do atual Parque Augusta como potencial área de lazer.

Neste momento já havia grupos atuando em paralelo na praça e seu entorno sem necessariamente estabelecer comunicação entre eles. A colaboração entre organizações, contudo, também ocorria. No início dos anos 2000 foi criado o “Circuito Vila Buarque de Educação e Cultura”, uma iniciativa liderada pela Ação Educativa e o Centro Universitário Maria Antonia, se unindo ao movimento pela

fundação da primeira rádio comunitária da região, que envolvia grande número de instituições e organizações¹⁰¹.

Houve algumas edições, a primeira tratava sobre o *Genius Loci*, buscando um resgate da memória do lugar. A proposta foi de juntar artistas e instituições para promover um circuito cultural pelos bairros Higienópolis, Santa Cecília e Vila Buarque.

É uma região de fronteira, que reúne uma área de classe média culta, como Higienópolis, e uma região muito degradada, como a Boca do Lixo. A ideia era a de criar um circuito cultural que englobasse, que não dividisse, que estabelecesse um trânsito de uma parte para outra. (MAMMÌ, Lorenzo, Diretor do Centro Universitário Maria Antonia, apud. MORAES, Alexandra, Folha de São Paulo, 2002¹⁰²).

Além das instituições, o evento contou com o apoio de comércios para as instalações, ocupando espaços como uma oficina mecânica, um bar, e a Biblioteca Monteiro Lobato, onde houve o lançamento. A curadoria foi espontânea e expôs projetos de alunos da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) ao lado de artistas renomados, como Laura Vinci e Carmela Gross. O evento possuía como intenção unir e valorizar internamente o território por meio da promoção da cultura local e da ocupação dos espaços de uso público.

¹⁰¹ “A proposta de uma rádio comunitária na Vila Buarque partiu, há quatro anos, do Padre Romano, pároco da Igreja da Consolação (atual Catedral de São Paulo), que vê na iniciativa uma forma de melhorar a convivência na região central da cidade através da promoção da cidadania. O projeto, que nasceu com o apoio do Copan, Sindicato dos Jornalistas, Biblioteca Monteiro Lobato, Faculdade de Saúde Pública da USP, Rádio Heliópolis, Datagraph Engenharia e OBORÉ, incorpora-se agora ao movimento “Circuito Vila Buarque de Educação e Cultura”, do qual participam ainda TUSP, CESCLA (Centro Cultural Santa Casa), Fórum de Cortiços, Centro Comunitário da Criança e do Adolescente, Site Tudo Higienópolis [...], SESC/Consolação, Associação Bairro Vivo, FUNAP (Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel de Amparo ao Trabalhador Preso), IAB/SP, Associação Viva o Centro, e ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais).” OBORÉ, 2001, disponível em: <<https://www.obore.com/noticia/educacao-e-cultura-unem-instituicoes-da-vila-buarque>>. Acesso em: 05/05/23.

¹⁰² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac2704200201.htm>>. Acesso em 05/05/23.

Embora o grupo de mães tenha se desfeito aos poucos, entende que a sociedade quer participar, mas os processos de diálogo com o poder público são desgastantes e desanimam, reduzindo o número de pessoas que participam de fato.

Dentre os desafios, esteve também o de se relacionar com grupos com os quais não compartilhavam dos mesmos valores. Denise comentou de acontecer de algumas associações se sentirem um pouco “donas do território” e de não abrirem espaço para diálogo. A título de exemplo, contou que muitos solicitaram que o bebedouro fosse reativado, em razão das atividades esportivas praticadas na praça, mas que a Associação de moradores da Vila Buarque teria se posicionado contra o bebedouro pelo “receio de que pessoas iam querer tomar banho”. Bebedouro este que foi instalado a pedido da população em processo participativo em 2015 e, até início de 2023, segue sem água e passível de ser foco de procriação de mosquitos. A vigilância sanitária chegou a notificar que o bebedouro da praça estava sem uso e acumulando água parada¹⁰³. O grupo Amigos da Vila Buarque, que será abordado mais adiante neste item, tentou igualmente ligá-lo ao fornecimento de água durante sua gestão, mas sem sucesso.

A água (e a praça) sendo um bem e direito de todos, faz a discussão em torno do bebedouro ser bastante representativa das preocupações que motivam os respectivos atores no território. Mais do que serem reflexos de um grupo, podem ser reflexos de indivíduos particulares, que impõem seus posicionamentos ao grupo. A coletividade está efetivamente sujeita a atribuir poder à líderes que defendem interesses próprios. No entanto, seja por um interesse de uma associação de moradores, seja por uma vontade pessoal, o posicionamento contra a ativação do bebedouro, neste caso, parece se orientar pela exclusão de uma população em situação de rua. Este tipo de estratégia, na qual todos são privados de um equipamento de interesse público pelo medo do “outro”, é semelhante ao

¹⁰³ Segundo informação compartilhada por Marta Nosé Ferreira, diretora da Biblioteca Monteiro Lobato, em entrevista em 2022.

porquê dos desconfortáveis bancos “canelados” ou da ausência quase total de bancos na Avenida Paulista. Este paisagismo hostil e higienista, contudo, não resolve os problemas sociais que os motivam e são de responsabilidade do Estado.

Projeto Vila Buarque Exemplar

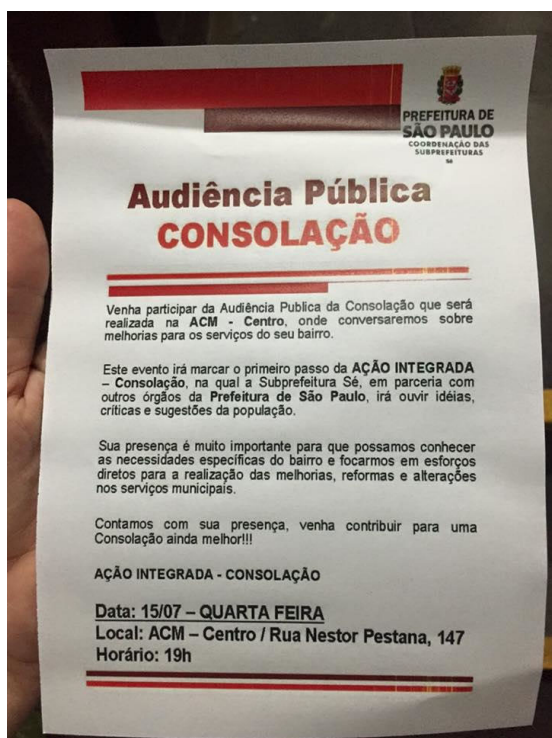
O Projeto Vila Buarque Exemplar surgiu durante a gestão Haddad (2013-2016). Tratou-se de uma iniciativa que visava promover ações de zeladoria e mobilização comunitária na região. Diversas atividades foram organizadas, como o mutirão de limpeza em agosto de 2013, ou o evento Praça Viva Monteiro Lobato em dezembro, realizado pela rede social Vila Buarque, com apoio da Subprefeitura Sé, SENAC e Viva o Centro.¹⁰⁴ O evento, voltado para as crianças, expôs a seguinte pergunta para que fosse respondida em forma de ilustrações: “*Se criança governasse o mundo, como seria esta praça?*”.

Bebedouros, espaço para jogos, quadra reformada, brinquedos e mais lixeiras foram algumas das sugestões feitas pelas crianças e registradas pela Subprefeitura Sé para serem integradas ao projeto de requalificação dos espaços públicos da região. As mães presentes também deram as suas sugestões para valorizar ainda mais o lugar. (SUB. SÉ, PMSP, 2013).

Ainda como parte do projeto Vila Buarque Exemplar, por iniciativa da Subprefeitura da Sé, foram realizadas algumas reuniões em 2015 com a sociedade civil do bairro. Dentre as ações previstas estava uma reforma da Praça Rotary, motivo pelo qual foi elaborada uma lista de melhorias pela comunidade que participou das audiências. Abaixo, convites para audiências realizadas em meados de 2015, dentro da Ação Integrada - Consolação e início de 2016 para a Vila Buarque Exemplar.

¹⁰⁴Disponível

em:<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=44147>>. Acesso em 13/10/22]



Figuras 71 e 72 - Convites para as audiências públicas de 2016. Fonte: Grupo Vila Buarque (Facebook).

As demandas da população deram origem a um mapa, compartilhado pelo grupo Amigos da Vila Buarque (figura 73). As intenções abordaram tópicos relativos aos jardins, pisos, mobiliário, foram propostas lixeiras e o retorno da coleta seletiva, bebedouro, desratização, adaptação a acessibilidade, alterações nos acessos, instalação de banheiros públicos, extinção do estacionamento, lombada eletrônica na Rua Major Sertório, maior integração com a Biblioteca e alguns assuntos não consensuais, como retiradas das grades e local do cachorródromo. Neste momento, além das sugestões para as transformações físicas, foram evidenciados interesses próprios à gestão e zeladoria dela. Os participantes disseram querer que fosse criado um conselho popular “30 dias, após isso, dois anos de mandato, por eleição dos moradores da vila buarque”, que houvesse uma limpeza recorrente da praça, que as viaturas da Polícia Militar (PM) parassem de invadir a praça, por vezes com o giroscópio ligado, e propuseram mudança de nome, com as seguintes sugestões: Monteiro Lobato, Leopoldo Fróes, e Tatiana Belinky (Material do histórico dos Amigos da Praça Vila Buarque, 2019).

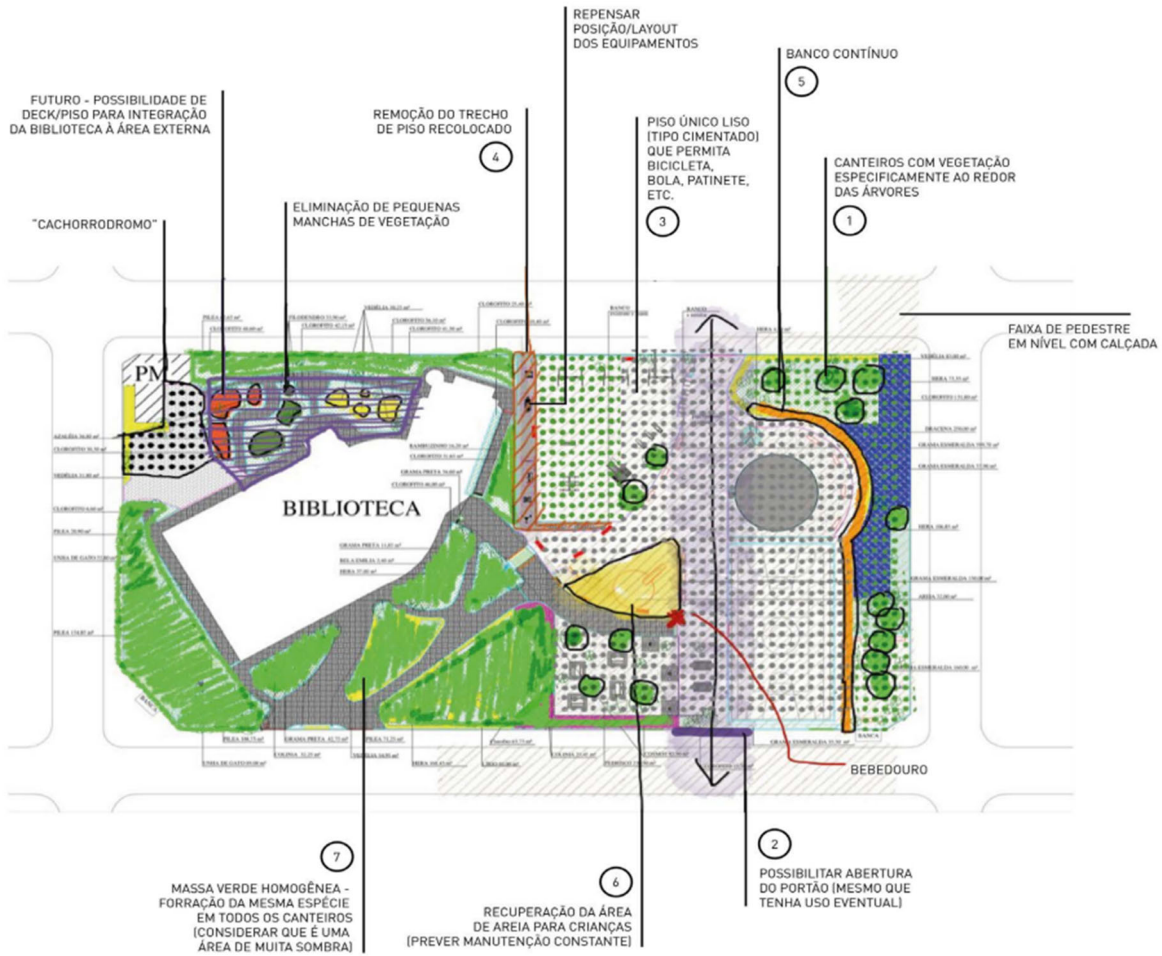


Figura 73 - Mapa produzido durante o processo participativo em março de 2016. Fonte: Material do grupo Amigos da Praça Vila Buarque.



Figuras 74 e 75 - Área do parquinho após melhorias em 2016 (à esquerda) e em 2017 (à direita). Fontes: Foto de Priscilla Torelli no grupo do Facebook Vila Buarque Exemplar e foto do grupo Amigos da Praça Vila Buarque.

A reforma da praça ocorreu no segundo semestre de 2016, abrangendo algumas das melhorias sugeridas:

- Instalação de novos brinquedos infantis;
- Instalação de equipamentos para exercício de adultos;
- Criação de área exclusiva para cães;
- Instalação de bebedouro;
- Recuperação dos canteiros com o plantio de novas mudas;
- Reforma da quadra.

Segundo relatos dos moradores que posteriormente formaram o grupo que adotou a praça, ela voltou a apresentar um estado de degradação, devido à falta de limpeza e manutenções básicas. A forração de grama que havia sido plantada foi em grande parte perdida, o bebedouro deixou de funcionar e vários mobiliários e brinquedos quebraram. O processo participativo e a realização das obras não são suficientes para atender as demandas, são necessárias as manutenções e o cuidado contínuo da praça.

O grupo Amigos da Praça Vila Buarque

Em 2018 um grupo de moradores do entorno da praça passou a se reunir com o intuito de mobilizar um movimento para melhorias e manutenção permanente da praça. Realizaram assim 16 reuniões chamando amigos, conhecidos e vizinhos a se juntarem em uma arrecadação cuja meta era de R\$ 3.000 para viabilizar o projeto. Formalizaram então o pedido à subprefeitura da Sé para assinar um Termo de Cooperação, o qual foi efetivado em 2019 (nº02/2019).

Uma das voluntárias do grupo é a arquiteta Lua Nitsche, moradora na Vila Buarque há quase 20 anos. Começou a se envolver com o cuidado da praça de forma mais assídua através do grupo que surgiu com a Vila Buarque exemplar. Conheceu outras pessoas interessadas, como Peter e Indira.



Figura 76 - Reunião do grupo Amigos da Praça Vila Buarque em 2018. Fonte: Material do grupo Amigos da Praça Vila Buarque.

Praça da Vila Buarque

Fase do projeto: [Transformação](#)



PRAÇA
da Vila Buarque

OS REALIZADORES:



Um grupo de vizinhos iniciou uma **Transformação** para revitalizar a **Praça da Vila Buarque** e está em busca de mais vizinhos que queiram contribuir para viabilizar esse projeto de revitalização de forma colaborativa.

Compartilhe esse projeto:
[facebook](#), [whatsapp](#), [twitter](#), [email](#)

Figura 77 - Perfil dos Amigos da Praça Vila Buarque em 2018. Fonte: Praças.co, novembro de 2020.

Segundo Lua¹⁰⁵, de início queriam fazer uma associação de bairro, mas, por exigir muita burocracia, tesoureiro, presidente etc., desistiram. Acabaram descobrindo e conhecendo o Marcelo Rebelo, fundador e CEO do grupo Cidades, que presta consultorias em urbanismo e disponibiliza uma “rede social de vizinhança”. O grupo passou por intermédio de sua empresa¹⁰⁶, que funciona como plataforma online Cidades.co (originalmente Praças.co), e tem por intuito facilitar a “adoção” e gestão de praças em São Paulo.

É montado um perfil do grupo no site, permitindo apresentar suas propostas e expor as despesas, para organizar as arrecadações de doações de forma transparente. A empresa retém entre 10 a 20% do valor arrecadado. A proposta pareceu interessante ao grupo por passar mais segurança aos contribuintes e evitar a burocracia, como de ter de abrir uma conta no banco. Lua esperava muito mais assessoria por parte da empresa, contudo, diz que a plataforma é conveniente e funciona.

No site, consta o descritivo do grupo, o porquê de se juntarem e objetivos, onde explicam que tiveram inúmeras tentativas frustradas junto a subprefeitura e órgãos públicos e privados (Praças.co, 2020). Ao mesmo tempo em que a formação do grupo foi motivada pela insatisfação da atuação do poder público, o espaço participativo criado durante o Vila Buarque Exemplar permitiu reunir moradores e frequentadores com um interesse comum: discutir a praça. O Poder Público logrou engajar a população e, embora a frustração subsequente, os moradores deram continuidade a mobilização e buscaram ferramentas existentes para viabilizar sua cooperação. As premissas do grupo, que passou a se chamar “Amigos da Praça Vila Buarque”, eram de estabelecer práticas cooperativas e mobilização micropolítica, permitindo a

¹⁰⁵ Informações de entrevista em 2022, complementadas por mensagens e documentos compartilhados.

¹⁰⁶ Crowdplaces Consultoria em Projeto e Gestão de Espaços Públicos Ltda.

[...] mediação entre interesses coletivos e singulares. O consenso entre diversos membros é alcançado através de um processo contínuo de negociação que identifica o denominador comum de várias subjetividades. (Amigos da Praça Vila Buarque, 2022)¹⁰⁷

O grupo também se descreve e chama outros voluntários e doadores:

Todo o movimento foi feito de forma voluntária, participativa e aberto à todos que se mostraram interessados em participar. O movimento continua aberto e será contínuo! Quanto mais a comunidade se mobilizar para cuidar da praça melhor! [...] O principal objetivo da adoção da praça é cuidar do seu espaço físico, da sua limpeza e manutenção. Garantir que possa acolher a todos, que seja um espaço público, aberto e democrático, que preserve sua vida cotidiana, que é muito plural e rica. E, principalmente, garantir que ofereça para crianças e adolescentes uma oportunidade de brincar, ler e praticar esportes, que todos divirtam-se com espontaneidade e liberdade. (Amigos da Praça Vila Buarque, 2022)

Desde a formalização da adoção, promoveram e divulgaram diversas ações colaborativas na praça, desde plantio, pintura, até feiras, além de comprarem materiais e equipamentos como mangueira e cadeiras. Os objetivos iniciais consistiam em manter a praça limpa, principalmente as áreas mais utilizadas e trabalhos nas áreas ajardinadas.

Lua defende que a praça Rotary precisa de um piso mais liso, mais bancos e, sobretudo, de limpeza frequente. O ponto central reside no cuidado cotidiano da praça, muito mais do que eventos. Os diversos mutirões de limpeza, oficinas de jardinagem, manutenção de bancos e do parquinho, como o escorregador, reuniu adultos e crianças na praça, passando o sentimento de concretização e motivação.

¹⁰⁷ Textos extraídos de documento de apresentação do grupo, que cita textos da International Cooperativo Alliance (ICA) 2019: <https://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>

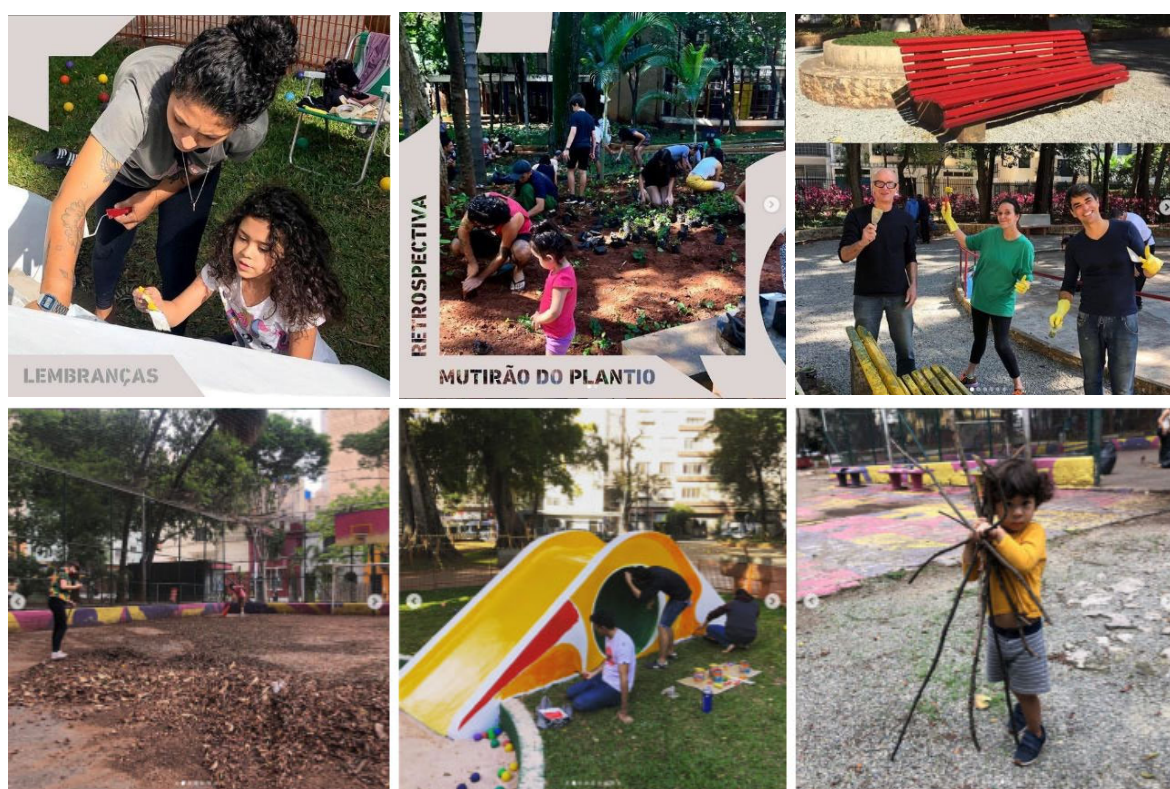


Figura 78 - Montagem de fotos dos mutirões realizados em 2019. Fonte: Instagram do Amigos da Praça Vila Buarque em 2019.

Trocaram também a areia da área infantil, por estar muito suja, depois de fazerem uma breve pesquisa para saber se era preferível manter ou trocar por outro tipo de piso. Conta que o que teve mais sucesso foi o plantio: em 2019 começaram com as mudas e trocas de forração e foi em 2020 que vingou de fato, porque não tinha ninguém pisando. Para plantar tiveram que recuperar a fertilidade do solo que estava solapado. Duas pessoas foram contratadas e ajudaram a quebrar o piso, além de contarem com apoio para a jardinagem. Através do programa POT conseguiram um funcionário que ficava responsável pela zeladoria e manutenção. Segundo Lua, é um bom programa e funciona, mas acabou sendo descontinuado para essa praça. Em uma certa época eram dois funcionários do POT, no entanto, um deles enfrentava problemas com alcoolismo e parou de vir. De modo geral, o grupo soube utilizar as ferramentas existentes disponíveis e coordenar as assistências diversas.

Na rua Doutor Cesário Mota, ocorriam inúmeras vezes pontos de alagamento, além de afundamentos na calçada. Juntamente com a subprefeitura da Sé, Sabesp, SPUrbanismo e 2030 Water Ressource Group, o grupo se articulou para encontrar uma solução para o problema do córrego oculto Anhanguera. No decorrer dos últimos anos houve diversos reparos pontuais, insuficientes para sanar o problema e, em 2021, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) iniciou as obras de novas galerias para o córrego. O diálogo com o poder público se estendeu para além do perímetro da praça, havendo uma preocupação com seu meio envoltório.

Dentre os colaboradores havia alguns arquitetos, possibilitando que o próprio grupo desenvolvesse projetos, plantas e desenhos para bancos e parquinho. Como não tinham porte para executar a reforma total, o projeto ficou como um objetivo mais distante, um norte para as ações almeçadas e possíveis, de manutenção e cuidado.

Para a concepção do projeto, contaram com algum apoio do Cidades, como para mapear os usos da praça. O grupo detinha o histórico de projetos para a praça elaborados pelo poder público, permitindo guiar as premissas. Não foi refeita, contudo, uma dinâmica como aquela de 2015 no contexto do projeto Vila Buarque Exemplar.

O grupo elaborou também um relatório para realizar uma pesquisa com as pessoas sobre a praça, mas queriam aprovação da secretaria da cultura para que a mesma pudesse reconhecê-lo e usá-lo para políticas públicas futuras¹⁰⁸. Havia uma clara vontade de colaboração com o poder público, além da busca por formalizar os processos de participação de outros frequentadores.

¹⁰⁸ Informações obtidas durante reuniões abertas do grupo em outubro e novembro de 2021 que ocorreram em sala cedida pela biblioteca. Os encontros foram promovidos para retomar as discussões acerca da praça após o período de fechamento em razão da pandemia entre 2020 e 2021 e contaram com a participação dos integrantes, moradores interessados em participar e em uma delas representantes de uma vereadora.



Figura 81: Montagem de fotos das placas informativas e material comprado para uso e zelo da praça. Fonte: Instagram do Amigos da Praça Vila Buarque em 2019.

A organização era bem orgânica e mista, com equivalência de homens e mulheres, cada um contribuindo com aquilo que tinha mais interesse e competência. Um fazia sinalização, plaquinhas e cuidava da comunicação, outro fazia as atas, quem detinha mais afinidade com as áreas verdes ia atrás das mudas para os mutirões, outro tratava dos problemas relacionados à limpeza.

Lua conta que os Amigos da Praça se reuniam toda quinta-feira às 9h no Café Jardim (que fechou durante a pandemia e ficava em frente à praça). Era aberto, mas os que vinham eram os mesmos 6 participantes do início. Às vezes alguém de fora aparecia, mas não voltava. Realizavam periodicamente reuniões extraordinárias, nas quais um maior número de moradores e frequentadores eram chamados de forma mais enfática a participar. Alguns desses encontros ocorriam ali na praça ou dentro da Biblioteca que cedia uma sala. Tanto as ações quanto os encontros eram divulgados através das plataformas virtuais, do Cidades.co, do perfil Instagram e do grupo aberto de Whatsapp, além de usarem

a forma “analógica”, segundo eles a mais eficaz, por meio de banners nas entradas da praça. Efetivamente, disseram ao longo de uma das reuniões, que as mídias sociais não atingem frequentadores como crianças e idosos (Reunião em outubro de 2021).

As interações internas ao grupo, com o Marcelo da plataforma Cidades, com demais frequentadores e com o poder público, apresentavam suas dificuldades e limitações. Durante o ano de 2020, a praça se manteve fechada em razão da pandemia. O momento foi utilizado para pequenas reformas e melhorias. Marcelo conseguiu o patrocínio de um novo parquinho pela Sabará, com o valor de 100 mil reais doados, e executou o projeto. Lua compartilhou que o projeto para o parquinho não correspondia ao que haviam pensado coletivamente, mas que foi o único meio de viabilizar e ficou bom. Segundo ela, Marcelo tem um jeito próprio de operar, centralizado. Embora desejasse que houvesse alternativas, não vê outra forma de fazer.



Figura 82: Reunião aberta na praça em junho de 2019.. Fonte: Instagram do Amigos da Praça Vila Buarque em 2019.

Neste período de pandemia, o grupo se desarticulou bastante, só sobraram umas 4 pessoas, um saiu, outro mudou de país, ou ficaram sem tempo disponível. Lua explica que está trabalhando muito e é difícil dar conta de fazer os dois ao mesmo tempo. A retomada já se apresentava como um grande desafio, um exercício de recomeço, que não se consolidou apesar das tentativas, muito pela falta de um núcleo rígido com fôlego para dar sequência e objetivos claros.

Houve também um desânimo por excesso de crítica, “quando entrava a iniciativa privada, o pessoal ficava falando que era privatização da praça”, conta Lua. O grupo aberto do Whatsapp, “Praça Vila Buarque ABERTO”, efetivamente recebia críticas frequentes¹⁰⁹, e a impressão de Lua era que não via nada muito construtivo. O outro grupo que eles haviam criado era o núcleo, onde estavam aqueles que trabalhavam continuamente na praça.

As críticas no grupo podem partir de boas intenções, mas a ferramenta digital está sujeita a problemas de comunicação. Membros do grupo do whatsapp já integraram o CPM-Sé ou o acompanham, ponte que haveria sido positiva para a colaboração. A comunicação ineficiente entre participantes pode induzir impressões ou interpretações erradas, mesmo quando os objetivos são comuns. Por este motivo, tê-los explícitos e acordados auxilia a ter debates mais produtivos. Durante as reuniões de retomadas, um dos integrantes do grupo disse ter desanimado com a falta de envolvimento de outras pessoas. Observou que havia uma impressão generalizada de que a responsabilidade havia sido delegada da subprefeitura ao grupo e, por isso, se tornaram um centro de cobrança. Um outro integrante já havia se afastado por este motivo.

Alguns frequentadores da praça¹¹⁰ relataram ter receios de que fosse uma gestão particular de um espaço público, não estava claro, por exemplo, se todos poderiam usar as cadeiras de praia. Dentre eles, alguns já colaboram com a

¹⁰⁹ Para o acompanhamento do grupo, desde final de 2021 foi observada a dinâmica do grupo aberto no whatsapp.

¹¹⁰ Seis frequentadores da praça foram entrevistados em 2022, parte de forma aleatória no local, parte escolhidos por serem membros ativos do grupo aberto

varrição da praça de forma espontânea, como na área da quadra, do parquinho ou do redondo, mas não estariam dispostos a contribuir financeiramente.



Figura 83 - Moradora do bairro e mãe que varre a área do parquinho. Fonte: Foto da autora, março 2022.

O modelo de “adoção” de praças com o recolhimento de doações mensais pode ter contribuído para o sentimento de que se tratava de um grupo “contratado”, prestador de serviço, quando na realidade era um voluntariado de gestão com intuito colaborativo. O modelo ainda não determina exigências sobre os adotantes, podendo ser uma única pessoa residente no bairro ou não, preocupada com a participação de outros frequentadores ou não. Como visto no capítulo 2, trata-se de um programa voltado inicialmente para empresas, diferente do comitê de usuários. Por este motivo, é possível que algumas pessoas o associem automaticamente à uma gestão privada. Certos frequentadores achariam interessante a formação de um Comitê de Usuários que não fosse constituído unicamente por moradores, haja visto a relevância da praça para além do bairro.

Outro ponto sensível foi a acessibilidade às reuniões, que a princípio coincidiam com o horário comercial ou não deixavam os novos participantes à vontade. Ao longo das reuniões de “retomada” em 2021, participantes externos ao grupo demonstraram interesse em participar de alguma forma. Um grupo de jogadores de futebol, que usam a quadra, disseram estar dispostos a colaborar com o cuidado desta e pagar pela manutenção da cesta. Na praça é comum ver esse cuidado com a área que é usada, existe uma boa vontade pela preservação por um

interesse particular, mas, também, em consideração aos demais que vão usar o espaço na sequência. O que poderia ter, portanto, seria a articulação destas pessoas, compreendendo sua disponibilidade em colaborar e uma sistematização para garantir constância, em suma, a gestão do voluntariado.

No período mais ativo do grupo em que havia um núcleo fixo, as reuniões mais fechadas eram interessantes para resoluções ágeis e pontuais. As reuniões abertas, sobretudo no espaço livre da praça, que foram bem divulgadas, conseguiram reunir pessoas interessadas em contribuir, mas o engajamento não se consolidou. Os objetivos, tanto das reuniões abertas quanto do tipo de colaboração possível, não foram suficientemente claros e direcionados. Entrar em um grupo já formado pode causar certa intimidação, exigindo que sejam esclarecidas as “regras” e formas de entrar, de modo a compreender a organização pré-estabelecida e o quanto é rígida ou fluida. O grupo chegou a elaborar atas, seria interessante que houvesse compartilhado nas redes sociais as pautas e atas das reuniões.

Após os últimos encontros no final de 2021, participantes relataram no grupo de whatsapp não entender se de fato havia frentes de atuação bem definidas ou se o grupo agia mais "sob demanda". Tampouco compreendeu-se qual era o objetivo das reuniões, se de agrupar mais pessoas, distribuir tarefas já definidas ou apenas para captação financeira. Suas dúvidas provinham do sentimento de estar assistindo à reunião como espectadores, quando pretendiam contribuir ativamente. A parte de apresentações no início de encontros é, de fato, importante para o reconhecimento de cada um e a conformação de um espaço de confiança e troca.

Uma integrante do grupo Amigos da Praça procurou explicar e propor uma divisão de tarefas, mas a dinâmica virtual obteve menos sucesso e as reuniões não continuaram acontecendo. A movimentação no whatsapp era até início de 2023, majoritariamente para compartilhamento de questões relativas à praça, com pessoas informando aberturas de chamados no canal 156 da Prefeitura.

A descontinuidade do grupo esteve relacionada em parte aos desestímulos que, para além da pandemia, se devem pelas mudanças dos subprefeitos. A cada novo mandato, o grupo sentia que devia recomeçar, restabelecendo o diálogo do zero. A relação do grupo com o poder público, como visto, era de colaboração. Lua, no entanto, diz ter conhecido 5 subprefeitos¹¹¹ e ter notado forte desinteresse por parte de todos eles. Supõe que pode ser por não terem conexão nem vínculo afetivo com o bairro, não são eleitos, são “moeda política”. Receberam diversas promessas por parte de vereadores, mas não foram cumpridas. Conta que o Vereador Police Neto se comprometeu em destinar uma verba, mas nunca a receberam. Com relação à falta de zelo por parte da Subprefeitura, compreende que o orçamento é enxuto e não há como destinar à praça. Por este motivo, entende que as parcerias com iniciativa privada, como a Universidade Mackenzie, Bancos, entre outros, poderiam ser positivas.

Em outubro de 2021, a Vereadora Janaína Lima e representantes da Fundação Lego organizaram um evento voltado para crianças na praça, parte do edital da emenda parlamentar “SP Cidades de Brincar”. Alguns membros do grupo se mostraram céticos, mas disseram não se opor às realizações dos eventos, até porque não cabia a eles aprovar ou não. Foi um evento de lançamento, com oficinas para elaboração do projeto de intervenção, foram realizadas algumas pinturas na praça e atividade para crianças. Após esse dia, no entanto, não houve mais notícias referente à outras intervenções.

A relação com a gestão pública desincentiva, pela ausência de clareza dos papéis respectivos, falta de continuidade e comprometimento, além da dificuldade em garantir cuidados mínimos com o espaço. A presença do Poder Público na gestão da praça, desordenada e intermitente, contribui para a falta de coesão e eficácia dos processos participativos.

¹¹¹ Desde sua criação, a Subprefeitura da Sé teve 11 subprefeitos homens, alguns ocupando o cargo por apenas um ano. Entre 2015 e 2022, foram 5 subprefeitos.



Figuras 84, 85, 86 e 87 - Fotos da Rua General Jardim e da praça no dia do evento “SP Cidades de Brincar”. Fonte: Acervo pessoal, outubro 2021.

Durante esse período de gestão por parte do grupo, foi descoberto que ela era de responsabilidade da Biblioteca Monteiro Lobato, a quem a praça pertencia. A Secretaria Municipal de Cultura era, portanto, a real instância do poder público a quem o grupo deveria se voltar. A própria diretora da biblioteca ignorava o fato até tomarem conhecimento de um documento de 1953, oficializando como pertencente à Biblioteca a gestão de todo o quarteirão. Desde então, a Subprefeitura deixou de cuidar da praça. O termo de cooperação, portanto, não possuía em teoria validade jurídica. Ele venceu em fevereiro de 2022 e sua

renovação, caso feita, deve contemplar um acordo com a Secretaria Municipal de Cultura.

A relação do grupo com a biblioteca foi, desde o princípio, um ponto importante. Tanto eles quanto a diretora, Marta, demonstraram interesse em fortalecer a relação entre a praça e o prédio, no entanto, não houve concretização das intenções. Marta conta que muitos frequentadores da praça vêm para as facilidades do banheiro, porém acredita que, fora as escolas, a maioria que vem à praça desconhece a biblioteca. Diz querer, por exemplo, abrir a apresentação dos regentes que dão aula na biblioteca para a praça. Lua, no entanto, diz já ter feito “mil reuniões” com a Marta que, apesar de se mostrar muito motivada, acabou não dando sequência às iniciativas. Chegaram inclusive a desenhar um carrinho para os livros ou redes para ler do lado de fora e solicitaram se haveria cadeiras para disponibilizar, mas nada foi para frente.

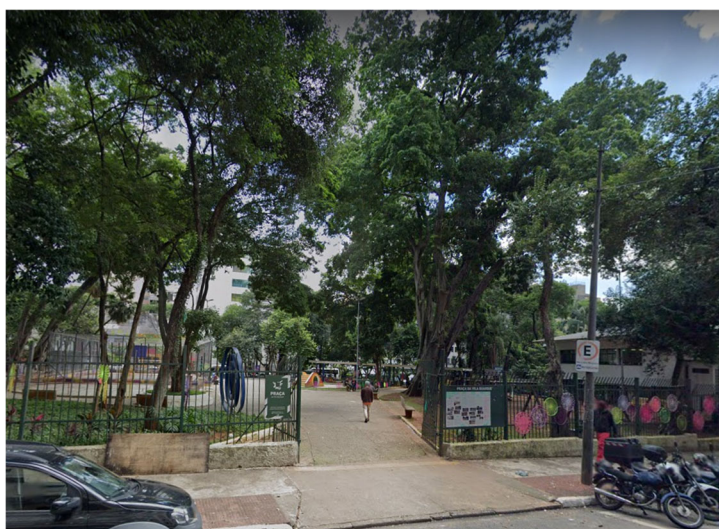
Muito embora Marta acredite que a relação da praça com a biblioteca seja algo de suma importância, sua gestão é complicada por não terem expertise para esse tipo de cuidado e serviço, bem como não terem orçamento que seja dedicado para a praça. A contratação da segurança, por exemplo, é só do prédio. Tudo é centralizado na Secretaria, ao mesmo tempo em que a Prefeitura é muito segmentada. A diretora acredita que o modelo ideal seria de buscar uma gestão mais horizontal, articulando os diversos atores e formando um termo de parceria tríplice: Sub Sé/ Secretaria Mun. de Cultura/ Sociedade Civil: *“A Subprefeitura tem a experiência para manutenções, a Biblioteca para organizar eventos e a Sociedade Civil para a gestão menor”*. Diz ser preciso atribuir de forma clara as funções e determinar a frequência das ações. Muito embora queira que a gestão seja compartilhada entre todos, a iniciativa de organizar isso deve partir da Biblioteca, que é oficialmente responsável. Em 2022 iniciou algumas conversas com o Subprefeito Coronel Bixiga e o Marcelo Rebelo.

Segundo Marta, há uma outra dificuldade além daquela que compete à estrutura da gestão pública, que é a presença de atores diversos e nem sempre coesos no

território. Além dos Amigos da Praça Vila Buarque, do grupo do “seu Zé”, presidente da associação do bairro, e Priscila Torelli, que possui grande visibilidade no instagram (27k seguidores), ainda tem o Clube Rotary, que costumava fazer a manutenção da praça entre 74 e início dos anos 90, e que teria interesse em voltar a colaborar. Os grupos têm rivalidades entre si e, segundo Marta, muitos têm uma postura de “*como nós mantemos nós determinamos como fazer*”. Seu Zé, por exemplo, que tem forte poder de articulação no bairro, foi quem conseguiu mobilizar 80 síndicos a se posicionarem contra a retirada do gradil da praça (mesma associação que supostamente haveria se colocado contra a reativação do bebedouro). A grade por si só é um assunto polêmico, tanto Marta quanto o grupo de Amigos da Praça pensam que seria ótimo retirá-la, contudo, entendem que poderia suscitar um problema de segurança. Mas, para outras questões, a diretora percebe uma priorização do interesse particular em detrimento do coletivo e tem uma postura de “o poder público me favorecendo”.

Embora ninguém do grupo fizesse parte igualmente do CPM-Sé, este abordou em diversas reuniões a Praça Rotary. Ainda no ano de 2021, um dos conselheiros em exercício na época fez o convite pela rede social Facebook, no grupo Vila Buarque Exemplar. A Praça Rotary esteve em diversas pautas, segue abaixo trecho do convite:

[...] será dada a devolutiva e os esclarecimentos por parte da Secretaria Municipal de Cultura sobre as demandas trazidas pelos munícipes na Reunião Ordinária do CPM-Sé de 04/08/2021, bem como informações quanto às políticas públicas, ações de zeladoria e demais assuntos pertinentes ao funcionamento da Praça Rotary e a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato. Haverá também espaço para manifestação dos munícipes presentes. (Convite para 6ª Reunião Plenária Remota Extraordinária do CPM/Sé, Grupo Vila Buarque no Facebook, 2021)



Figuras 88 e 89 - Acessos à praça pela Rua General Jardim e pela Rua Major Sertório.

Fonte: Imagens do Google Street View, 2020.

A partir do ano de 2021 não há mais atas publicadas no site da PMSP, dificultando o acompanhamento dos registros desde então. O CPM-Sé segue, contudo, existindo e compartilhando em redes sociais as convocações para as reuniões. Os conselhos participativos não parecem ter sido instrumentos relevantes para o grupo de Amigos da Praça.

O grupo, por fim, se relacionou em menor medida com o terceiro setor. Embora durante os últimos anos a praça tenha recebido eventos organizados por instituições diversas, buscaram mais apoio dos comerciantes do entorno. Lua contou que o SESC fez eventos legais, mas não houve nenhum aporte financeiro

ou desdobramento em melhorias físicas para a praça. Não acredita que ela precise de mais eventos e sim de desratização, cuidado com o piso, lixo, mobiliário, entre outros. Diz que a praça já é uma praça viva, movimentada, mas o que precisaria de fato é investir nela, algo que ninguém, segundo ela, está disposto a fazer.

É necessário para tal compreender quais são os papéis respectivos de cada ator no território. Lua acredita que poderia haver uma estrutura de apoio para esses assuntos do cotidiano. Como uma plataforma que intermediasse o poder público e a sociedade civil. Defendeu as gestões compartilhadas, mas, por vezes, desejava que houvesse um Subprefeito bom e competente que tomasse as iniciativas. A adoção da praça causou uma sobrecarga no grupo com funções que não deveriam recair totalmente sobre eles. Ao mesmo tempo, o fato de terem competências técnicas, pelos membros arquitetos, por exemplo, permitiu que assumissem não somente a gestão, mas também um projeto de praça. Inclusive, ter o projeto como base para discussão seria, segundo Lua, mais acessível à maioria das pessoas, que não tem tanta facilidade em compreender espacialidades de forma abstrata. Acha igualmente mais efetivo reuniões com assuntos específicos e pautas objetivas.

Para Marta, o espaço deve ser gerido em muitas mãos, sobretudo para evitar discontinuidades, como ocorre com o poder público. Chama a atenção para a expressiva presença das crianças e adolescentes na praça. *“São eles quem fazem acontecer, elas precisam poder fazer escolhas e serem vistas como pólos.”* Se as crianças são um vetor para a presença de adultos na praça, devem ser incluídas ao considerar a gestão compartilhada. Para além de projetos participativos com elas, há de se propiciar espaços de conversa também para os adolescentes e facilitar a participação de mães e pais. As reuniões presenciadas do grupo foram receptivas com a presença de crianças pequenas. Poderia ainda ser interessante que os eventos, tão frequentes, conformassem momentos para o debate e embate entre frequentadores.

O grupo Vila Buarque Solidária

Durante a pandemia do Covid-19 e em reação à crise social e política, se formou a Vila Buarque Solidária (VBS), uma rede cidadã composta por múltiplas instituições, movimentos da sociedade civil e outros atores locais presentes no território da Vila Buarque. De início, era constituída por: Ação Educativa¹¹²; Biblioteca Infanto-juvenil Monteiro Lobato; Central dos Movimentos Populares (CMP); Escola da Cidade (arquitetura e urbanismo); FESPSP; Instituto dos Arquitetos do Brasil-SP (IAB-SP); Instituto Pólis; Instituto Walter Leser; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e Sesc-sp (unidade Consolação). Posteriormente, outras instituições se somaram ao grupo, como a Aliança Francesa, o Bairro Com Vida¹¹³ e a Fábrica Escola de Humanidades (ensino fundamental). Segue abaixo trecho da carta-manifesto, publicada em novembro de 2021:

Convivem em nosso território importantes instituições educativas e culturais e de pesquisa, entidades de representação profissional e representação política, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, movimentos sociais, comunitários e populares, e uma diversificada rede de prestação de serviços: hospitais, centros

¹¹² “Fundada em 1994, a Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos. [...] Ação Educativa dedica-se à formação de educadores, de jovens e agentes culturais; à produção de materiais didáticos e metodologias participativas; à difusão cultural; à pesquisa, informação e mobilização social. Atua em redes de ensino e escolas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil (OSCs), coletivos e comunidades, bem como em articulações no Brasil e no mundo.” Disponível em:<<https://acaoeducativa.org.br/>> Acesso em 13/05/23.

¹¹³ “O Grupo “TRABALHO 60+” surgiu em fevereiro de 2017, reunindo idosos em encontros semanais presenciais, sendo desde o início um grupo aberto, inclusivo, em busca de trabalho colaborativo, prazeroso e com justa remuneração. [...] Juntos, buscamos praticar, incentivar e propagar ações cidadãs para a valorização do idoso. Proporcionamos uma nova perspectiva de vida por meio do trabalho. Oferecemos nossa experiência profissional para criação e execução de projetos de desenvolvimento social e pessoal. Dentre as Iniciativas do Trabalho 60+, surgiu a 60+Cidadania com o projeto BAIRRO COM VIDA. Queremos deixar um legado importante para as próximas gerações.”

Disponível em:< <http://bairrocomvida.com.br/>> Acesso em:13/05/23.

de acolhimento, farmácias, bares, restaurantes, escritórios, oficinas, lojas, supermercados.

A população local - moradores, trabalhadores, estudantes, professores, empresários, profissionais, frequentadores -, em sua diversidade de renda, instrução, faixa etária, gênero e raça, é um pequeno pedaço da cidade representativo tanto da diversidade quanto das desigualdades sociais de uma das maiores metrópoles do mundo.

No entanto, vivemos isolados, fragmentados, indiferentes, sem saber com exatidão quem é e o que se faz em nossa vizinhança. Sabemos alguma coisa, mas de forma superficial, deixando de perceber a potencialidade de cada um e de todos.

Saber mais das possibilidades de cada um e de todos, conhecer melhor nosso território, nossa cidade e, sobretudo, poder enfrentar, de forma coletiva, solidária e comunitária os problemas comuns, dará um novo sentido à nossa convivência e resultará certamente em uma melhor qualidade de vida para todos os cidadãos e cidadãs e para toda a cidade.

É assim que as instituições abaixo assinadas se associaram para dar um primeiro passo nesta direção, firmando um pacto institucional com o objetivo de efetivar ações conjuntas, oferecendo seus serviços, realizando projetos e atividades no nosso comum território, a Vila Buarque. (CARTA MANIFESTO VBS, 2021)

O grupo que se formou passou a organizar arrecadações e foram se voltando para a rua, realizando eventos na Praça Rotary e na rua General Jardim. Até o momento, foram quatro edições, cada uma com uma agenda construída coletivamente para ocupar o espaço com atividades sócio-educativas. Para planejar as atividades nos eventos, que passaram a acontecer aproximadamente uma vez por bimestre, os envolvidos se encontram semanalmente e discutem, organizam e repartem as frentes de trabalho.

A penúltima e terceira edição, realizada em setembro de 2022, se estruturou em torno de três eixos principais: vivências, oficinas e intervenções/apresentações. O primeiro contou com atividades como futebol, yoga, danças e jogos voltados para jovens. As oficinas tiveram, por exemplo, a participação dos coletivos Linhas de Sampa e Arpilleiras “Bordando um projeto de bairro acolhedor para todos”, e de alunos da FESPSP para “Montagem de composteiras para pequenos espaços”. Dentre as intervenções e apresentações, o tradicional Carnaval na Praça com o Bloco Cecílias e Buarques e ainda roda de samba e sarau. Houve, também, recebimento de doações e distribuição de livros, consultório para atendimento na Rua com equipe BomPar, e “Identificação de Árvores da Praça” com UNA Transforma e Desacelera SP.

As atividades organizadas foram amplas em suas temáticas, permitindo atingir um grupo de pessoas para além das crianças, embora fossem o público principal dos eventos, tendo em vista a situação socioeconômica frágil de muitos moradores na área central da cidade.

Além das atividades voltadas ao público infantil, como ocorreu na quarta ação do VBS em março de 2023, o grupo Bairro com Vida, com foco na terceira idade, esteve presente realizando uma enquete e conversando com as pessoas. As atividades lúdicas para crianças se desenvolveram com brincadeiras de ruas, caminhada sensível à infância, oficinas, cortejo, experimentações da natureza, mas também, teve roda de samba, feira de orgânicos do MST, lançamento de livro infantil e rodas de conversa na FESPSP, entre outras.

Após o evento, o VBS se reuniu na Ação Educativa com doze participantes, da Ação Educativa, da Escola da Cidade, da Fábrica da Cidade, do Bairro Com Vida, do Sesc

Consolação, da FESPSP e a comunicadora Priscilla Torelli¹¹⁴, que contribui com seu conhecimento sobre o bairro e perfil na rede Instagram.

As reuniões após eventos têm por objetivo a análise dos saldos positivos e negativos de como este se desenrolou. Constataram que poderiam melhor repartir as funções de cada um, além de integrar mais os envolvidos na organização. Outro ponto importante foi notarem ser necessária a retomada das falas para explicar as intenções da VBS, de modo que o evento servisse para dar visibilidade às intenções do grupo para o território. Tendo em vista que o bairro já oferece grande número de atividades e eventos, questionam qual seria o diferencial proposto pelo VBS. O grupo, após quase dois anos de existência, vê ser importante retornar ao manifesto original e suas pautas iniciais, para resgatar os objetivos maiores por trás das ocupações na praça. Os eventos representam uma oportunidade para discutir com a população.

Há um consenso de que a rede deve ampliar suas ações para além dos eventos na praça e na rua, seguindo o ímpeto inicial de impactar o território e se envolver em políticas públicas. Entendem ser necessário uma maior articulação com a Biblioteca, com quem falta diálogo. Relataram que durante os eventos, pessoas vêm reclamar e fazer perguntas a eles, mas a Subprefeitura se encontra em um limbo administrativo e a Biblioteca fecha às 14h aos sábados, dificultando essa ponte durante os eventos. Aqui, como ocorreu com os Amigos da Praça, há uma confusão por parte dos frequentadores dos papéis e à quem recai a responsabilidade do cuidado da praça.

¹¹⁴ Priscilla Torelli é moradora da região há 20 anos, hoje trabalha no Senac- Consolação, mas frequenta a praça desde seus 3 anos de idade. Criou um perfil anônimo no Instagram em 2016, que contava em 2022 com 28,8 mil seguidores, chamado Vila Buarque. Ela compartilha informações sobre o bairro, desde fatos históricos a acontecimentos do dia a dia. O foco do perfil é retratar e relatar o cotidiano. Durante a pandemia, sente que pode ajudar muita gente, dando visibilidade a muitos comerciantes e promovendo, de certa forma, uma rede de solidariedade. Recebe também todo tipo de informação por parte dos que seguem a página (Informações compartilhadas durante entrevista feita com Priscilla Torelli em 2022).

No primeiro semestre de 2023, passaram a estudar os possíveis caminhos para a consolidação formal da rede e chamaram para auxiliá-los os integrantes à frente do TICP Jaraguá-Perus. Parte da Vila Buarque já está incluída no perímetro do segundo TICP existente em São Paulo, da Paulista/Luz. Ficou em aberto se deveriam tentar ampliar esse limite, de modo a abranger todo o território de atuação deles, ou se por hora mantêm e tentam fazer uso do instrumento. O

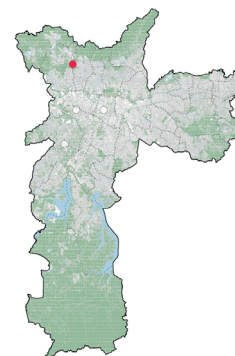
O grupo do VBS possui um núcleo rígido, atuante desde o princípio, mas segue expandindo a rede de instituições participantes. Até meados de 2023, foi iniciado esse processo de revisão dos objetivos e motivações, além da busca por consolidar e formalizar a VBS. Definiram uma repartição interna de frentes de atuação de modo a se estruturarem melhor. Embora a VBS tenha forte articulação no território e interesse pela praça Rotary, até o momento houve pouca interlocução ou colaboração com outros grupos da sociedade civil da Vila Buarque. O grupo Amigos da Vila Buarque, efetivamente, se desarticulou, Marcelo Rebelo é pouco comunicativo e a colaboração com a Biblioteca se deu até então de forma mais pontual, especialmente para a realização dos eventos. O interesse do VBS perpassa a praça e busca impactar o território como um todo, sendo uma abordagem já presente em alguns momentos anteriores, mas que não teve sequência.

A Praça Rotary é a praça da Vila Buarque, indissociável do cotidiano do bairro e palco de importantes articulações sociais. Este epicentro do território foi motivo para reunião de moradores e frequentadores ao longo das últimas décadas, costurando vínculos e impulsionando ações atreladas ao direito ao espaço público, à infância, à cultura e à democracia. Houve uma quase constante presença de grupos engajados, constituindo e se reconhecendo através de um território comum. A continuidade entre as ações no território não é planejada e coordenada dentro de uma agenda específica, mas segue-se um fio condutor não explícito. De certa forma, o engajamento dos grupos que se sucederam motiva os seguintes. No entanto, a falta de articulação entre os diversos atores, cidadãos, setor privado, terceiro setor e poder público fragmenta, sobrepõe e compromete

a evolução da gestão e do espaço. Embora haja interesses dissonantes, parecem mais presentes aqueles consensuais. Uma comunicação mais clara e a reestruturação do processo de gestão, justapondo os atores e instâncias participativa permitiria uma coordenação mais coesa, duradoura e de fato, compartilhada.

3.3 – Praça Marielle Franco/ Praça da 40

SUB FREGUESIA BRASILÂNDIA



A praça estudada é a Praça Marielle Franco, a qual detém significativa relevância dentro do território, onde a disponibilidade de espaços públicos para lazer ainda é limitada. A comunidade residente na localidade possui um histórico de participação ativa em prol de políticas públicas e reivindicações por infraestrutura urbana básica. No início do ano 2022, foi objeto de uma Assessoria Técnica, oriunda de um termo de fomento¹¹⁵(nºTFM/082/2021/SMDHC/DEDH), firmado com o Instituto A Cidade Precisa de Você, e verba de emenda parlamentar (valor 90.000 R\$). O objetivo do termo era: “Assessoria Técnica para aprimoramento e gestão na implementação de um projeto de natureza socioambiental na Praça Marielle Franco”. O intuito da assessoria era mapear as lideranças locais, instituições e pessoas interessadas em se envolver no aprimoramento e gestão da praça, oficinas de ideação coletiva e elaboração de um plano de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo. Foi feito o acompanhamento desse processo entre o instituto e a sociedade civil, bem como um levantamento para compreender o contexto e histórico do território.

¹¹⁵ Termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

A Praça Marielle Franco está localizada no Jardim Paulistano, zona noroeste de São Paulo, no distrito da Brasilândia, sob a Subprefeitura Freguesia-Brasilândia. A região possui relevo acidentado, com desníveis de aproximadamente 50 metros nas proximidades da praça, chegando a atingir 100 metros em outras áreas urbanizadas. Tal topografia restringe o acesso aos terrenos com declives mais críticos, não obstante, áreas de encosta e fundo de vale são densamente ocupadas por moradias precárias. A Brasilândia é predominantemente horizontalizada, sendo composta majoritariamente por casas, das quais muitas são moradias regularizadas ou loteamentos irregulares, e por novos empreendimentos habitacionais construídos pelo poder público. Apenas 4% da área construída é de uso não residencial¹¹⁶, resultando em um déficit de oportunidades de emprego. A região também é caracterizada por loteamentos industriais, muito atrelados às importantes rodovias presentes, a Bandeirantes e a Anhanguera, além do trecho norte do Rodoanel, que segue em obras.

O distrito da Brasilândia é rodeado por grandes extensões de áreas verdes remanescentes do bioma Mata-Atlântica, como o Parque Estadual Jaraguá, com o pico mais alto da cidade, o Parque Estadual Cantareira e o Parque Anhanguera. Menos distantes da praça, se encontram o Parque Linear Bananal Canivete, como parte do projeto de reurbanização ao longo do córrego, e o Parque Pinheirinho d'Água. Este último é fruto da luta de moradores pela implementação do parque, através de um processo participativo efetivo, envolvendo movimentos sociais, escolas e universidades públicas (BOUCINHAS, LIMA; 2013). Outras áreas verdes livres existentes na região estão ou estiveram em vias de implementação enquanto parque, como é o caso do Parque Morro Grande, antiga pedreira que atualmente abriga o pátio de manobras da Linha 6-Laranja do metrô, ou como era o caso do Parque Brasilândia, mas que acabou tendo uma ocupação avançada de aglomerados subnormais. Nas proximidades da praça não existem espaços livres públicos similares a ela, com tamanha relevância para a população local. A mais

¹¹⁶ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras (2016)

próxima é a Praça Dos Milagres, adjacente ao linhão e de tamanho menor e, bem mais distante, a Praça dos Sete Jovens no Jardim Elisa Maria, com ocupação e engajamento igualmente significativos. É comum jovens do bairro frequentarem a área central em busca de espaços de lazer, como a Praça Roosevelt.

Na área de abrangência da praça está o Centro Educacional Unificado (CEU) Jardim Paulistano, inaugurado em 2008, importante equipamento público e espaço educativo, cultural e de lazer para as crianças e famílias. Ao seu lado se encontra uma ETEC, de ensino médio integrado ao técnico, além de algumas escolas de ensino infantil e fundamental nas proximidades. O distrito tem poucos espaços culturais públicos, há uma Casa de Cultura do outro lado do futuro Parque Morro Grande e, bem mais afastado, uma Fábrica de Cultura. O território da Brasilândia conta, no entanto, com inúmeros coletivos artísticos e centros culturais independentes, como o Espaço Cultural Jardim Damasceno, que atua há mais de 10 anos na região. O acesso aos serviços de saúde se faz através de duas UBS próximas e três hospitais num raio de 20-30 minutos de distância por transporte público.

A expansão do metrô está prevista para ser entregue no final de 2025. Por hora, a estação mais próxima é a de Pirituba da CPTM, que fica a 30 minutos de ônibus. Saindo da praça, os pontos mais próximos estão situados em algumas ruas acima que, por serem sinuosas, estreitas e acidentadas, dificultam o acesso de veículos muito longos.

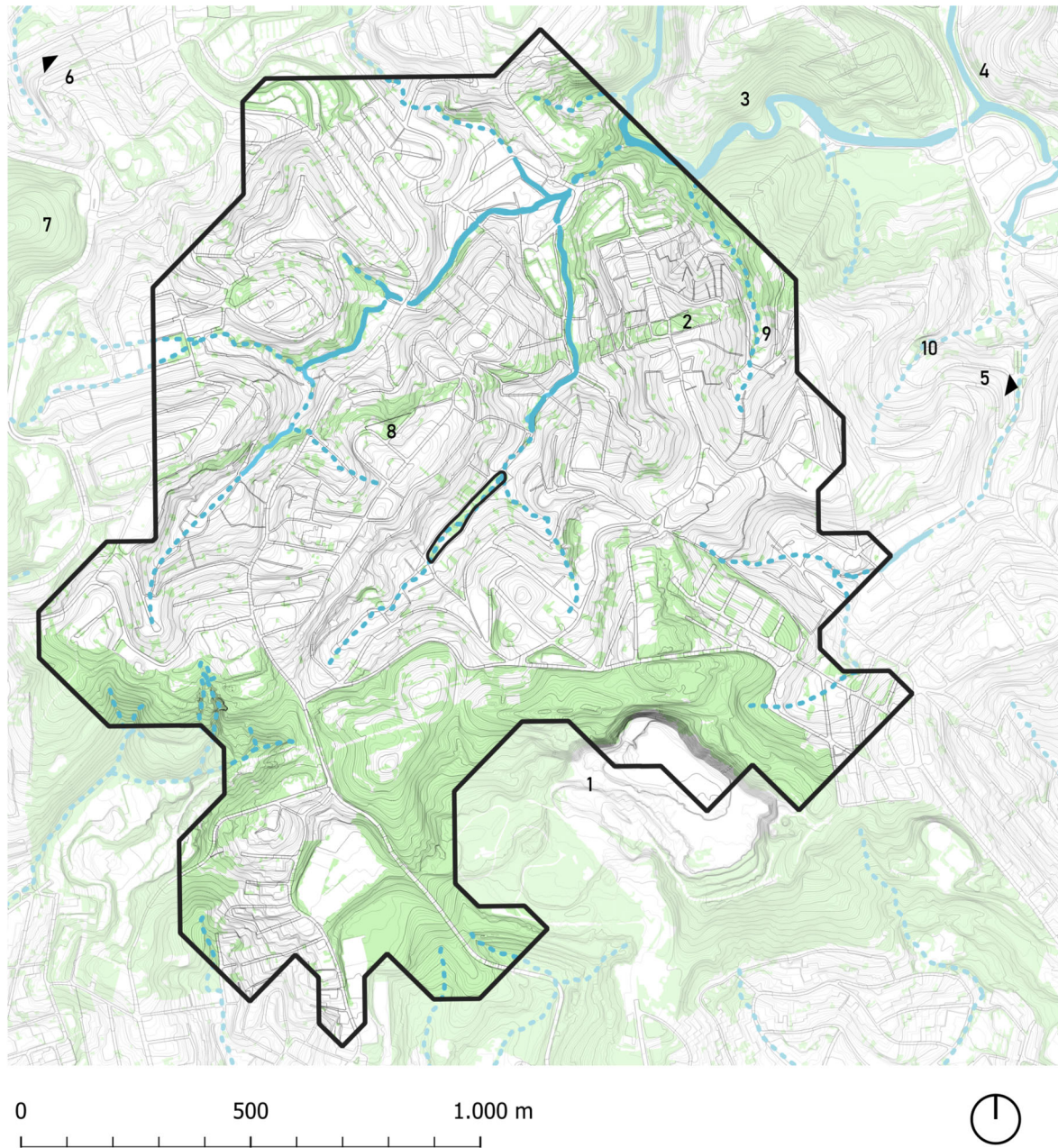


Figura 90 - Mapa do meio físico do entorno da Praça Marielle. Fonte: GeoSampa, 2023.

-  Isochrone - 15min/Pedestre
-  Massa d'água
-  Água canalizada
- Topografia**
-  5m
-  1m
-  Massa arbórea

1. Futuro Parque Morro Grande
2. Linhão de transmissão elétrica
3. Projeto abandonado do Parque Brasilândia
4. Parque Linear Bananal Canivete
5. Praça dos 7 jovens (fora do mapa)
6. Parque Pinheirinho d'Água (fora do mapa)
7. Trilha Pedra da Baleia
8. Praça dos Milagres
9. Praça sem nome
10. Praça sem nome

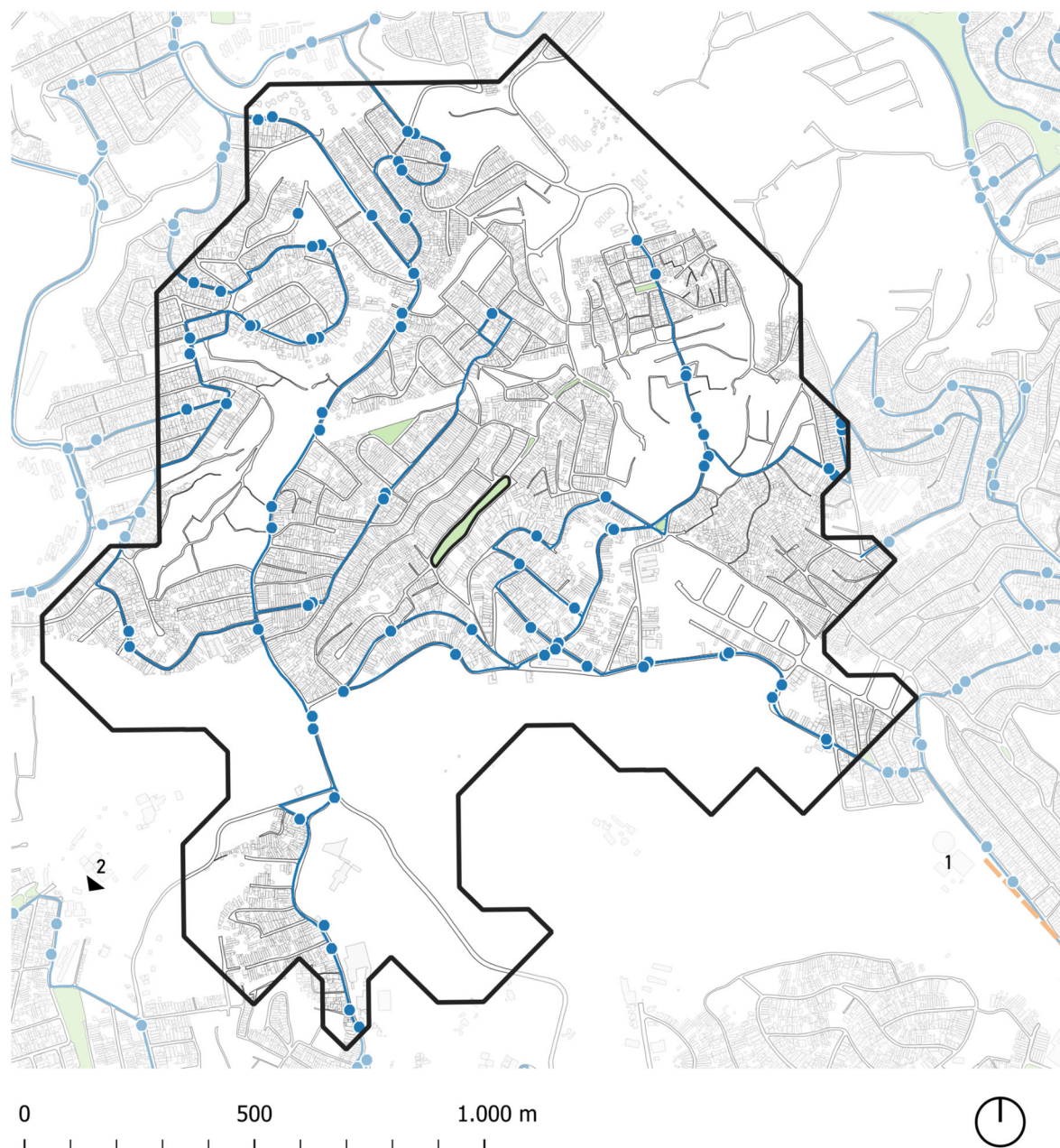


Figura 91 - Mapa de transporte público e vias de circulação do entorno da Praça Marielle. Fonte: GeoSampa, 2023.



1. Estação e pátio de manobras em obra do metrô
2. Estação Pirituba da CPTM

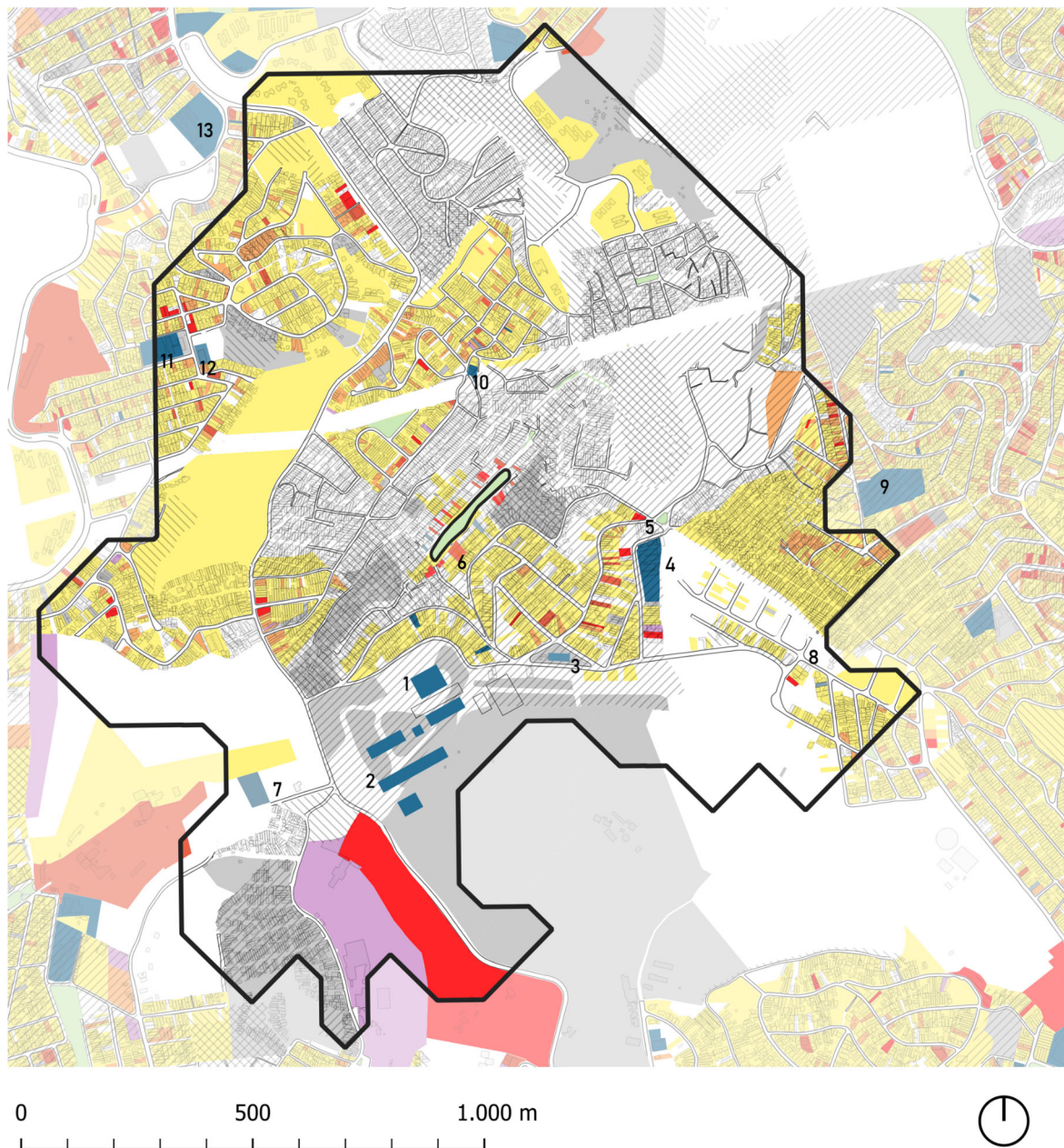
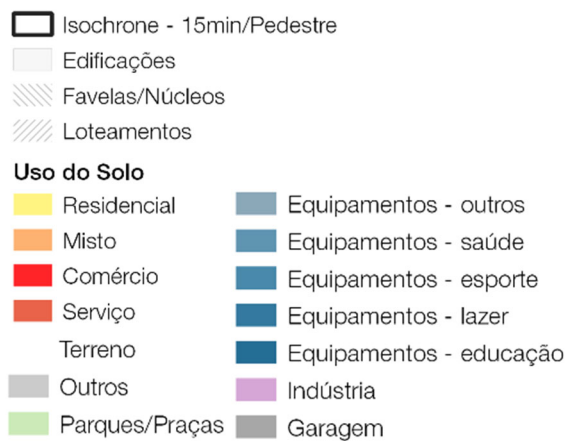
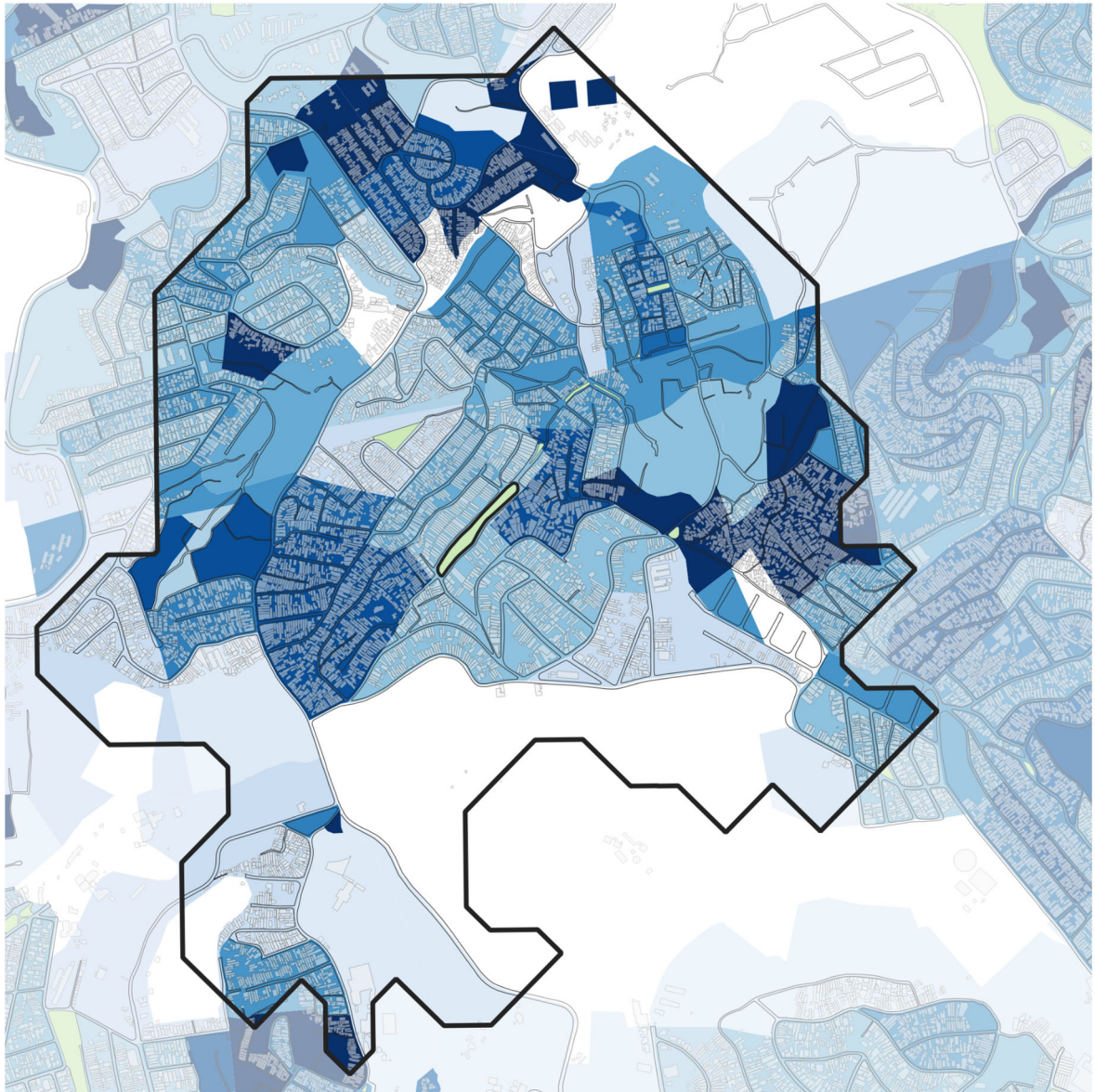


Figura 92 - Mapa de uso do solo do entorno da Praça Rotary. Fonte: GeoSampa, 2023.















0 500 1.000 m



Figura 93 - Mapa de densidade demográfica do entorno da Praça Marielle. Fonte: GeoSampa Censo 2010.

-  Isochrone - 15min/Pedestre
 -  Edificações
 -  Parques/Praças
- Densidade demográfica (hab/hect)**
-  0 - 50
 -  50 - 100
 -  100 - 150
 -  150 - 200
 -  200 - 250
 -  250 - 300
 -  300 - 350
 -  350 - 400
 -  450 -

A praça está em uma cota mais baixa, de fundo de vale. Sob forma alongada, sucedeu à canalização de um córrego que foi parcialmente mantido coberto a pedido da população. Possui 5193 m² e 200m de extensão, acompanhando a Rua Padre Achilles Silvestre. Seu entorno é misto, com diversos comércios, serviços e bares, além de dois centros religiosos e uma cooperativa de reciclagem. É comum haver o uso comercial no térreo e habitação nos andares superiores. As frentes da praça são, portanto, bastante ativas, reflexo do intenso uso dela.

Na praça se encontram atualmente duas quadras, uma em cada ponta, em concreto e em terra batida. Encontram-se mesas e bancos pré-moldados em concreto, aparelhos de ginástica, pequeno palco em madeira em seu centro, e parquinho infantil com brinquedos em madeira. A praça ganhou a infraestrutura para iluminação pública tardiamente, além de lixeiras somente após intervenção em 2022.



Figura 94 - Vista da praça desde habitação. Fonte: Foto da autora, 2022.

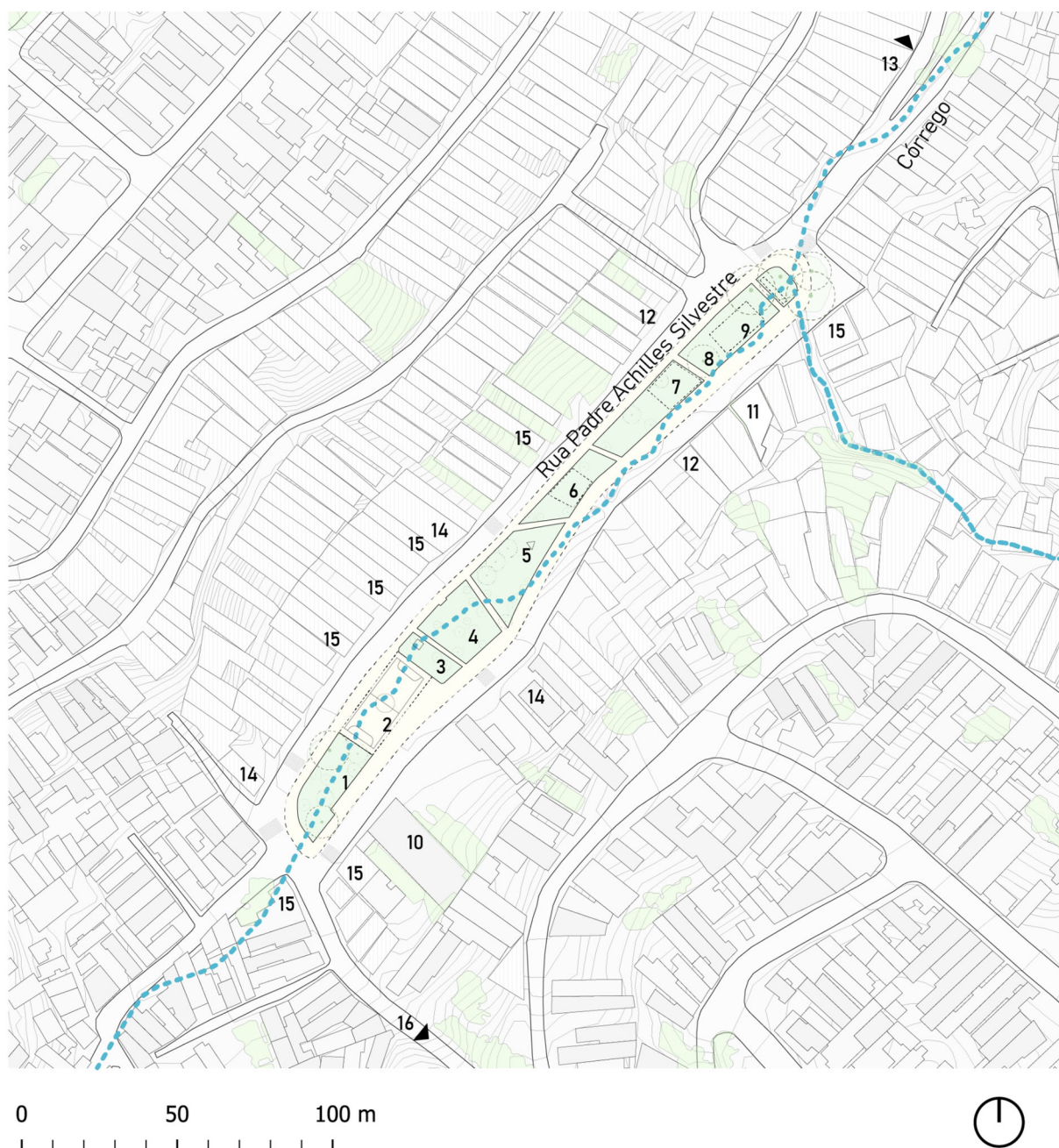


Figura 95 - Planta da Praça Marielle e entorno imediato. Fonte: GeoSampa 2023 e Google Earth 2023.

- | | |
|------------------------------|--------------------------------|
| 1. Área arborizada com mesas | 9. Quadra em terra batida |
| 2. Quadra cimentada | 10. Cooperativa de reciclagem |
| 3. Área com mesas de dama | 11. Bar com música |
| 4. Árvores frutíferas | 12. Bares |
| 5. Palco triangular | 13. Quadra e parquinho menores |
| 6. Equipamentos de ginástica | 14. Igrejas |
| 7. Parquinho infantil | 15. Comércio e serviços |
| 8. Mesas do bar | 16. CEU Jardim Paulistano |



Figura 96 - Parquinho da Praça Marielle. Fonte: Foto da autora, 2022.

A Brasilândia era originalmente uma zona rural, com sítios e chácaras de cana de açúcar. Seu nome é uma homenagem ao comerciante Brasília Simões, que possuía uma gleba onde plantava a “caninha do ó” e que liderou a construção da Igreja de Santo Antônio. Em 1946 a família Bonilha, proprietária de uma olaria, loteou o terreno, criando a Vila Brasilândia. Incentivados pelas indústrias presentes que facilitavam a aquisição de terrenos e fornecimento de tijolos, o bairro passou a ser mais densamente habitado¹¹⁷ por populações mais carentes. Com o crescimento da cidade e a migração de pessoas em busca de trabalho nas indústrias, a região passou, entre as décadas de 50 e 60, por um processo acelerado de ocupação não planejada. O acesso à infraestrutura básica ainda era precário e muitas das casas autoconstruídas se situavam em área de encosta ou

¹¹⁷ Informação disponível em; <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/historico/index.php?p=142>. Acesso em: 13/04/23.

adjacentes a corpos d'água, acrescentando a vulnerabilidade da população a situações de risco.

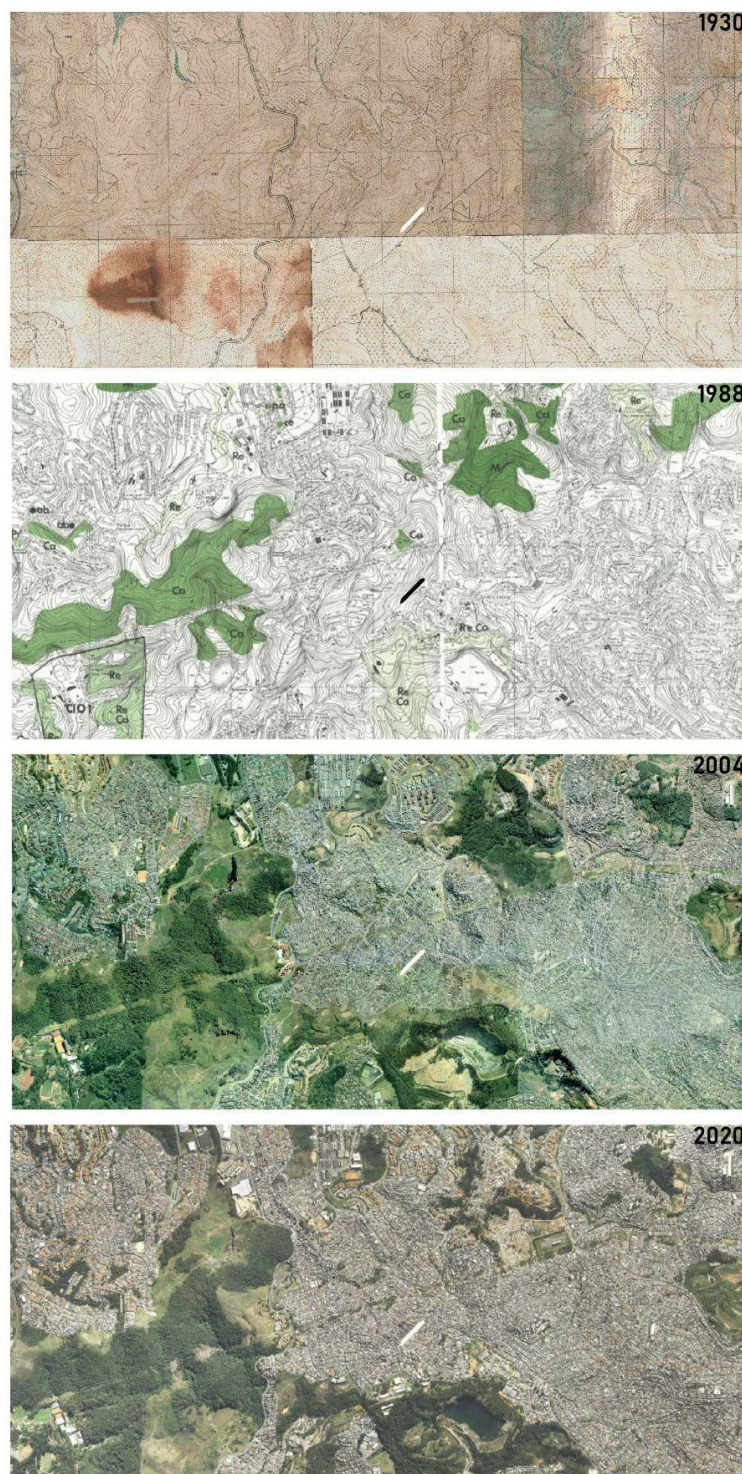


Figura 97 - Ocupação do Jardim Paulistano com referência da Praça Marielle em 1930, 1988, 2004 e 2017. Fonte: GeoSampa PMSP, Mapeamentos Sara Brasil, Vegetação 1988, MDC e Ortofoto 2020.

Fábio Ivo Aureliano é líder comunitário no Jardim Paulistano e morador na região há mais de 30 anos. Iniciou alguns trabalhos sociais em meados dos anos 2000, quando era encarregado da garantia dos direitos dos adolescentes/crianças, e acabou disputando a eleição para conselheiro tutelar, cargo pelo qual foi eleito por dois mandatos consecutivos. Neste momento conheceu Paulo Teixeira (PT), na época Secretário da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB), durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004)¹¹⁸. Contou que o secretário estava tentando implementar o Programa Bairro Legal, com assistência técnica da *Cities Alliance*¹¹⁹ (Aliança de Cidades). O objetivo era o de intervir em áreas ocupadas por assentamentos subnormais, de infraestrutura precária e socialmente excluídas, por meio de ações integradas entre diversas secretarias e programas sociais (Cities Alliance, 2019).

O programa se deu em continuidade da abordagem iniciada com a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), que visava a permanência dos moradores e a regularização fundiária, em contraponto às usuais remoções e desapropriações. Este período, marcado pelos programas de autogestão e mutirões de construção de moradia, urbanizou mais de 100 favelas, mas não chegou a viabilizar a Concessão de Direito Real de Uso da Terra pública (ZUQUIM, 2015). A gestão de Marta Suplicy retoma essa orientação de duas gestões anteriores e promulga a Lei nº 13.514 com a finalidade de promover o Programa de Regularização Urbanística e Fundiária. Seguindo a presente estratégia, o Plano Diretor Estratégico Municipal de 2002 estabeleceu a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), constituindo um importante marco de instrumentalização legal ao direito à moradia¹²⁰. Foi também realizada a 1ª Conferência Municipal de Habitação, que definiu áreas prioritárias para intervenção na regularização urbanística e fundiária e

¹¹⁸ Informações compartilhadas durante entrevista em outubro de 2022.

¹¹⁹ Disponível em: <<https://www.citiesalliance.org/resources/publications/project-case-studies/promoting-innovation-urban-upgrading-s%C3%A3o-paulo>>. Acesso em: 14/04/2023.

¹²⁰ Disponível

em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/index.php?p=276490>. Acesso em: 14/04/2023.

estabeleceu a representação conjunta de movimentos populares, sociedade civil e poder público municipal no Conselho Municipal de Habitação (ZUQUIM, 2015). O programa “Bairro Legal” surge neste contexto de implementação de políticas urbanas e de habitação social, bem como de criação de espaços para participação da sociedade civil. Acompanha os programas “Lote Legal” e “Bem Legal” que recuperam as iniciativas de mutirões e regularização de loteamentos. Bairro Legal, no entanto, amplia as ações, articulando a política habitacional às de desenvolvimento urbano e social, com forte participação popular. Contemplou três áreas do município, o Jardim Ângela, a Brasilândia e Cidades Tiradentes, seguindo planos de Ação previamente estabelecidos.

O Jardim Paulistano estava dentro do perímetro de intervenção do Bairro Legal da Brasilândia e foi subdividido em 5 lotes. Segundo Fábio, foi ali que surgiu o berço do Jardim Paulistano, que era o mais deficiente em infraestrutura pública da região. Só tinham uma escola, um posto de saúde e 20% de rede de esgoto. Hoje são 8 escolas, 3 postos e todas as ruas são urbanizadas. Foram 6 anos com obras todos os dias (2007-2013). O projeto logrou aumentar a rede de saneamento, asfaltar mais de 50 ruas, trazer iluminação pública e conceder escrituras a um grande número de casas, independentemente de seu estado construtivo. Segundo o Caderno da Subprefeitura de 2016, em 2010 os domicílios em favela na Brasilândia eram 23,7 % do total de domicílios, com 6554 moradores em situação de risco (R1 a R4)¹²¹.

¹²¹ O censo de 2020 aponta para uma proporção de 12,9% de domicílios em aglomerados subnormais no total do município de São Paulo (IBGE, 2023).

Rede das associações

Se hoje o bairro conta com equipamentos públicos, foi em decorrência das ações colaborativas entre o Poder Público e as solicitações organizadas pela sociedade civil. O grupo encarregado das demandas era grande e organizado, constituído por 6 associações muito diferentes entre si, mas que encontraram um objetivo comum: a garantia de infraestrutura pública.

Fábio conta que tinham uma metodologia baseada em três eixos: balanço, pauta e demandas. Se reuniam a cada três meses em uma plenária aberta onde eram expostas as devolutivas da reunião anterior. Relata que os principais assuntos discutidos foram educação, saúde, praças e urbanização. Contavam com a participação do Poder Público, secretários e Subprefeitos compareciam. Tiveram também o auxílio do Instituto Sou da Paz que atuava na região e que cuidava da parte gráfica para divulgação, como cartazes. Explica que o mais importante foi a transformação das demandas e números em projetos de fato, de modo a tê-los elaborados ainda que não houvesse recursos. A secretaria era quem desenvolvia o projeto em resposta às demandas, apresentavam nas plenárias e, quando aprovado, era incluído no planejamento da secretaria. Tal estratégia foi muito eficiente pois, ao aparecer verba, acelerava-se o processo.

A praça Marielle surgiu deste projeto de urbanização. Originalmente não previa praça, o córrego seguiria aberto, embora canalizado. “Fizemos uma negociação para fechar e fazer uma praça”, conta Fábio Ivo. Foram auxiliados por integrantes da SEHAB que ajudaram a mudar a opinião dos técnicos envolvidos no projeto. Na época em que era o córrego aberto havia somente uma pequena ponte em madeira, o espaço livre afunilava em sua ponta norte, permitindo a passagem lateral por apenas um lado. A população desejava ter um espaço que conectasse melhor ambas as margens e criasse áreas de lazer. Ficou definido então que 93 % seria coberto enquanto 7% continuaria aberto. Embora o histórico de forte articulação no território por agentes diversos, o grupo acabou se dissolvendo, segundo Fábio, eram muitas disputas políticas e de ego.



Figura 98 - Córrego antes das obras de canalização.
Fonte: Fábio Ivo, sem data.



Figuras 99 e 100 - Praça em janeiro de 2010 e após instalação de mobiliário e brinquedos, 2011. Fonte: Google street view, 2010 e 2011.

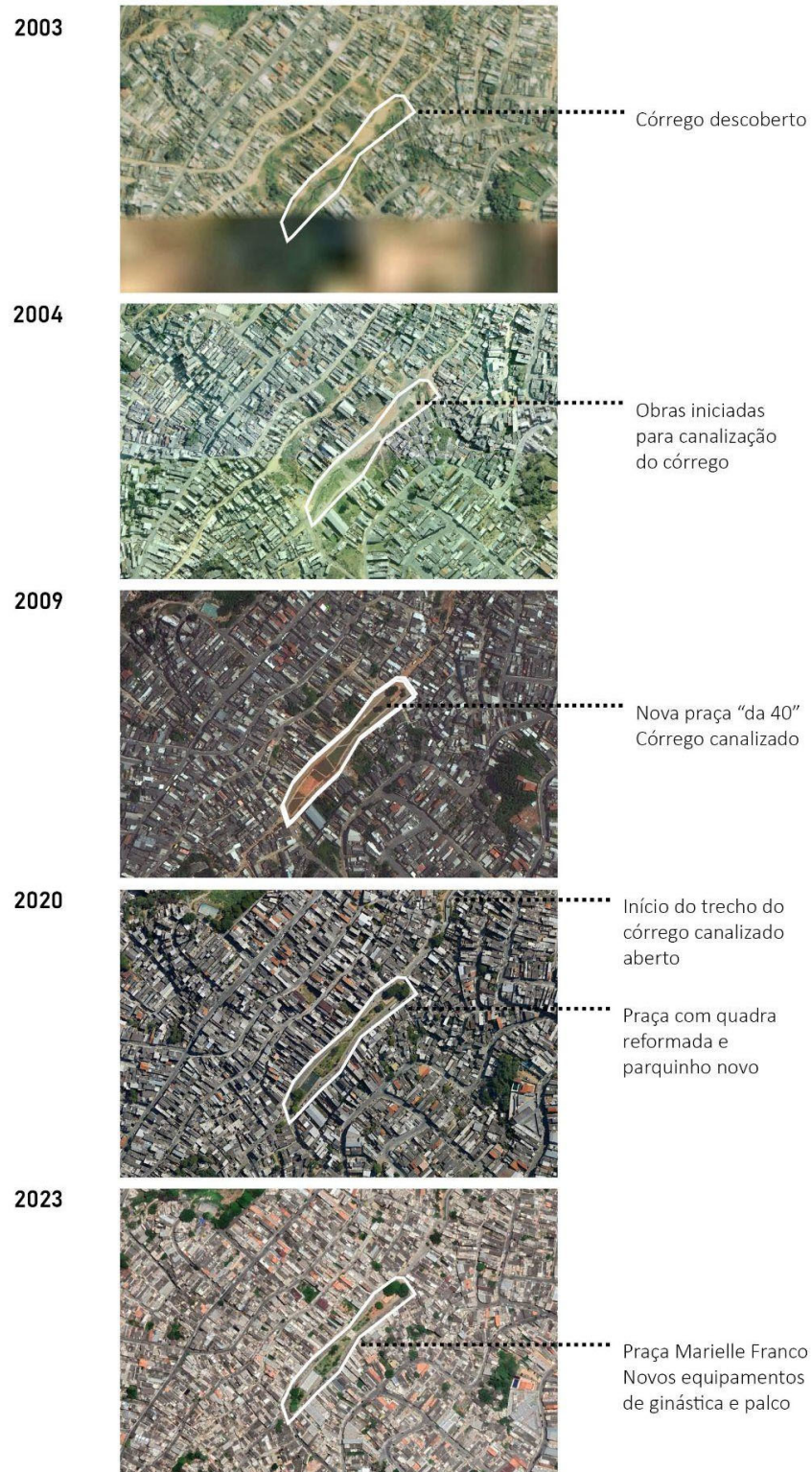


Figura 101 - Área da praça e suas transformações em 2003, 2004, 2009, 2020 e 2023.
Fontes: Google Earth.

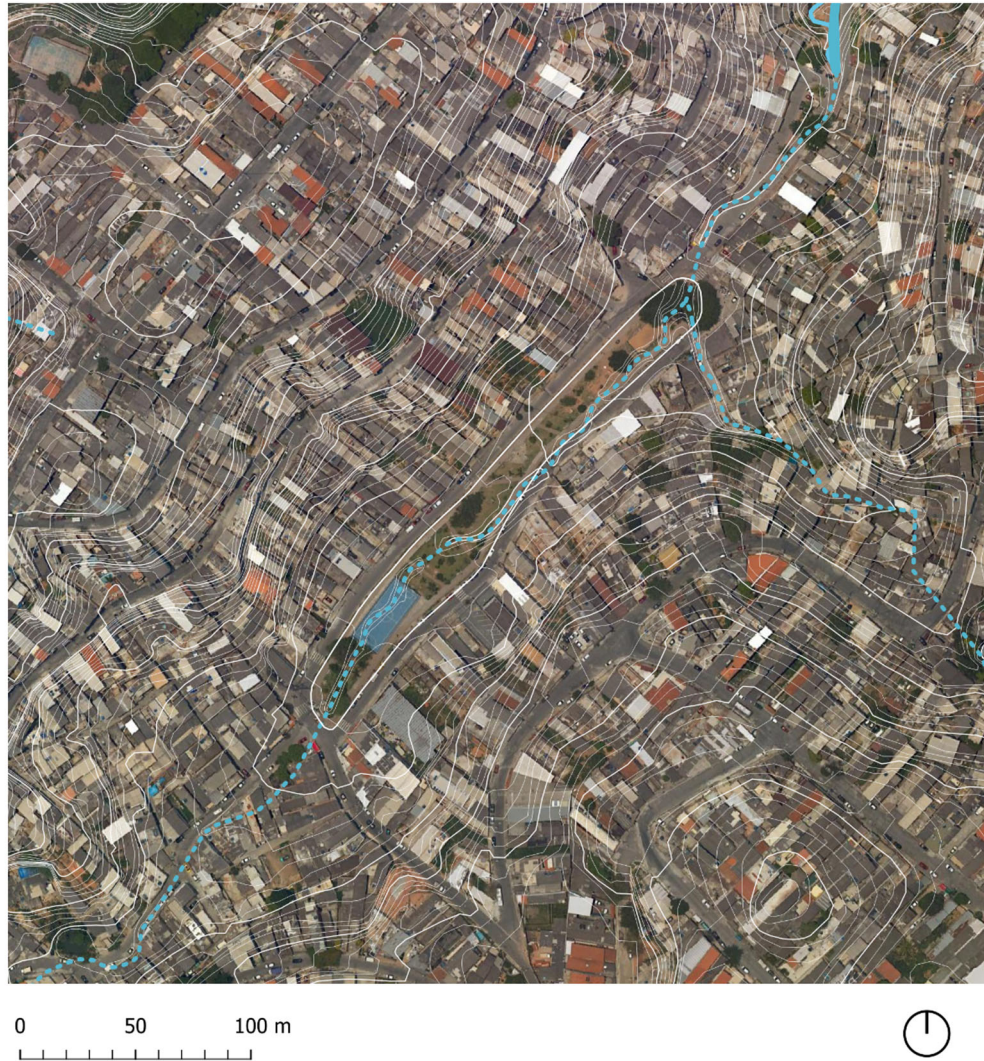


Figura 102 - Ortofoto da praça Marielle e curvas de nível. Fontes: GeoSampa, 2023.

Os usos da praça

Antigamente a praça era chamada de Praça da 40, pela proximidade com a rua 40, local onde hoje se encontra o trecho descoberto do córrego. As obras contemplaram não somente a praça Marielle mas, também, outros espaços livres adjacentes a este trecho descoberto. Esta parte é frequentada por algumas crianças por ter brinquedos e quadra, além de ser ponto de encontro de uma tribo *emo*. Já a praça costumava sediar os chamados “fluxos” bailes funk de rua, onde havia grande circulação de dinheiro, dificultando a mudança de uso, desejada por diversos moradores.



Figura 103 - Área livre de lazer adjacente ao córrego aberto. Fontes: Acervo pessoal, 2022.

Atualmente, em parte devido ao intenso uso da praça por crianças, o fluxo mudou de localização. Em toda a sua extensão é densamente ocupada aos finais de semana, quando as crianças estão sem aulas e os pais livres para acompanhá-las. Não obstante, muitas vêm sozinhas ou com irmãos mais velhos para brincar. Além do parquinho e das quadras, dominam os equipamentos de ginástica, em parte pelos brinquedos não comportarem todas elas e também por verem-nos como lúdico. Ao lado da quadra cimentada estão algumas mesas em concreto, muito usadas por jovens e pela terceira idade que vem para conversar. Ali foram plantadas algumas árvores frutíferas, que são cuidadas pelos moradores. Do outro lado da quadra, na ponta sul, se encontra um trecho bastante arborizado e, portanto, sombreado, no qual frequentadores encontram tranquilidade para contemplação. Parte da calçada e guia acumulam-se descartes diversos, sendo um ponto viciado de lixo, embora haja uma cooperativa de reciclagem ao lado. Na outra ponta da praça, onde está a quadra de terra batida, há igualmente uma maior cobertura vegetal, com mudas plantadas há muito tempo por um antigo

morador, e ponto de descarte. É a área onde se concentram mais adultos, pela proximidade com o parquinho e sobretudo pela presença de bares. Em um deles é costume tocar um samba aos finais de semana, com o som na porta e as mesas distribuídas na praça, sendo ponto de encontro e confraternização.

Não é raro o uso da praça para fins de comércio ambulantes. Uma senhora, que ainda não conseguiu se aposentar, complementa sua renda com a venda de açaí. Se instala na praça com seu carrinho móvel e faz bastante sucesso. Ela sempre limpa a área que ocupa e deseja comprar algumas cadeiras para colocar ao lado. Há também uma estrutura improvisada que serve de cobertura para alguns usos, como uma churrasqueira ou peixaria temporária. O cheiro proveniente incomoda alguns frequentadores, que alegam ser um uso parcialmente privativo, mas outros consomem os produtos vendidos e não veem problema¹²². Um caminho pavimentado dá a volta na praça e, embora estreito, é muito usado para exercícios físicos, como corridas, caminhadas e circulação de bicicletas. Durante a semana, a praça segue sendo usada, pela manhã, por pessoas sozinhas que caminham ou correm, passeadores de cães ou pais levando seus filhos à escola. A partir do horário de almoço mais crianças chegam, usando o tempo livre para brincar e jogar bola. Ao final do dia, adolescentes e jovens adultos frequentam a praça mais intensamente, alguns consumindo álcool ou entorpecentes.

¹²² Informações recolhidas através de conversas com frequentadores da praça em diversas visitas durante o primeiro semestre de 2022.



Figura 104 - Centro da praça e vendedora de açaí. Fontes: Foto da autora, 2022.

Antes da praça existir já havia um pequeno campo improvisado de futebol, onde os homens jogavam vestidos de mulher. Seguiram a tradição dos campeonatos após a construção das quadras. Durante a pandemia a quadra em concreto esteve aberta, com controle de horário para uso. Programaram para poder garantir que os times de futebol feminino pudessem jogar também. Organizaram campeonatos, e contaram com muitas meninas jogando, com destaque de uma líder que teve muita força para juntar os times. Segundo relatos, na época, alguns maridos se incomodaram que as esposas fossem jogar com mulheres lésbicas, com medo que elas os deixassem. Por isso, pediram que parassem os campeonatos. Segundo Fábio, a líder, que também era lésbica, apenas parou de jogar porque passou na faculdade e foi morar em outro bairro, mas os campeonatos femininos de fato se interromperam. A quadra é atualmente muito usada para diversos esportes e atividades, além do futebol, também vôlei, basquete, rodas de capoeira e dança do ventre. Quase sempre está ocupada por crianças e seis times de futebol a usam regularmente, com tanto futebol feminino quanto masculino.



Figura 105 - Roda de capoeira durante evento em abril de 2022. Fonte: Acervo pessoal.

O comitê de usuários

A conservação da praça pela Subprefeitura é rara e, por isso, muitos moradores contribuem ao seu cuidado. Desde 2018 vem se organizando, mas sem querer substituir os deveres do poder público. A vegetação presente entre o circuito de caminhada e o leito carroçável, por exemplo, foi plantada pelos próprios moradores em uma ação em 2019, onde pintaram a guia, cortaram o mato e adquiriram mudas de roseiras e outras flores. Queriam trazer mais cores para a praça e protegê-la de veículos motorizados. Desde então, muitos contribuíram com sua limpeza e cuidado, mas a praça seguia sem lixeiras e faltava educação ambiental entre os que a frequentam. A Subprefeitura, contudo, esteve presente para auxiliar no conflito com os bailes funk, o que foi importante, segundo moradores, para garantir às pessoas descanso nos horários adequados.



Figura 106 - Situação da praça por falta de zeladoria em 2020. Fonte: Foto de Fábio Ivo em vídeo no Facebook do vereador Eduardo Suplicy em 2021¹²³.

Em 2020 solicitaram o apoio do vereador Eduardo Suplicy, que designou uma emenda parlamentar para reformar a quadra e melhorias gerais. Foi neste momento que ela foi revestida com solo cimento. Efetuaram igualmente um pedido ao vereador por uma nomeação oficial da praça. A recente mudança de nome não foi ainda assimilada por todos, que seguem chamando-a de praça da 40. Fábio considera positivo que o nome Marielle Franco¹²⁴ cause certa polêmica entre os moradores, essa reação de estranhamento foi intencionalmente escolhida para provocar reflexões. Muitos não vêem relação entre a Marielle e o Jardim Paulistano, mas Fábio entende que a relação é sim muito próxima, tanto pela situação periférica quanto pela presença da população negra e de jovens lésbicas, além da violência doméstica que persiste entre as mulheres do bairro.

Fábio explica que desejam que quem frequente a praça possa ter onde jogar o seu lixo, que muitas vezes é reciclável. Reforça: “*Não queremos nada demais, queremos ser tratados com dignidade*”. Segundo ele, há de se reconhecer quando o poder público faz sua parte, mas é necessário cobrar quando não ocorre. O corte da

¹²³ Disponível em: <https://web.facebook.com/eduardosuplicy/videos/pra%C3%A7a-marielle-franco/494726644865032/?_rdc=3&_rdr>. Acesso em 15/03/23.

¹²⁴ Marielle Franco foi socióloga e vereadora eleita pelo partido PSOL no Rio de Janeiro. Militante feminista, negra, mãe, lésbica, criada na favela do Complexo da Maré, defendia os direitos humanos e se posicionava contra as intervenções militares. Foi assassinada em março de 2018, juntamente com Anderson Pedro Gomes que dirigia o veículo no qual receberam os tiros. A investigação segue inconclusa, não havendo sido elucidado o mandante do crime.

grama passou a ser feito de forma regular, no entanto, a manutenção e troca dos brinquedos não é.

No início de 2022 a parceria firmada entre o Instituto A Cidade Precisa de Você¹²⁵ e a SMDHC/DEDH deu origem a “Intervenção na Praça Marielle com Assessoria Técnica para aprimoramento e gestão na implementação de um projeto de natureza socioambiental”. Seus objetivos específicos sendo:

- Proteção à população em situação de vulnerabilidade social.
- Gestão dos riscos e promoção da resiliência a desastres e eventos críticos.
- Promoção dos direitos da população idosa.
- Melhoria da mobilidade urbana universal.
- Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos.

(A Cidade Precisa de Você, 2022)¹²⁶.

E as ações previstas:

- Reunião de articulação da comunidade.
- Elaboração do projeto da Oficina Formatação de Identidade Reunião entre coordenação, facilitadores da oficina e coordenação local para ajuste do projeto.
- Oficina de formatação de Identidade.
- Documentação em vídeo e imagens. (A Cidade Precisa de Você, 2022)

Ao longo do primeiro semestre de 2022, foram realizadas as atividades previstas pelo projeto de intervenção, majoritariamente aos sábados. Os três primeiros encontros consistiram na pesquisa com usuários e mapeamento de usos (1) e

¹²⁵ O Instituto a Cidade Precisa de Você é um “coletivo de pessoas que pensam e transformam lugares, organizadas em um instituto sem fins lucrativos.” Teve início no Largo da Batata em Pinheiros, originando o grupo A Batata Precisa de Você. Atualmente possui diversas frentes de atuação, mas está bastante presente na Brasilândia, com projetos como o EcoCidade - A Cidade Precisa de Agroecologia, que fomenta o desenvolvimento local sustentável e integrado. Disponível em: <<https://www.acidadeprecisa.org/>>. Acesso em: 16/04/23.

¹²⁶ As informações referentes ao planejamento e aplicação da intervenção foram extraídas do Relatório de cumprimento de metas e execução do objeto: resultado trimestral, produzido pelo Instituto A Cidade Precisa de Você entre janeiro e março 2022, bem como o acompanhamento das ações a partir do quarto encontro.

formação de identidade a partir de articulação com a comunidade e organização (2 e 3) durante os meses de janeiro e fevereiro.

A partir de março deu-se sequência a formação de identidade de modo a consolidá-la, além da validação das propostas e ideação coletiva de protótipos para as intervenções na praça (4).

A pesquisa com usuários foi feita presencialmente na praça pelos integrantes do Instituto e contou com a participação de 37 pessoas. No total 1 de 0 a 6, 1 de 10 a 15 e 3 entre 15 e 19 anos, 11 entre 20 e 29, 12 entre 30 e 49 e 9 com 50+. Dois terços dos participantes eram mulheres e 70 % eram moradores do entorno da praça. As respostas à pesquisa indicaram uma grande demanda por atividades esportivas, culturais e para crianças, além de sentirem falta de mais limpeza (70,3%), mais verde (29,7%), lugares para sentar-se (29,7%) e áreas cobertas (48,6%). Por quase unanimidade, os entrevistados disseram se opor ao uso da praça para bailes de funk (A Cidade Precisa de Você, 2022).

Ao serem indagados se, caso convidados, gostariam de participar de ações de melhoria da praça, 75,8 % responderam que sim. Na sequência, foram questionados como poderiam contribuir, e as respostas foram majoritariamente: participando do grupo de gestão da praça (48,6%), ajudando na limpeza (40,5%) e manutenção de canteiros (24,3%) (A Cidade Precisa de Você, 2022).

Ao longo dos primeiros encontros presenciados, moradores expressaram seus desejos para a praça. Comentou-se que além da necessidade de mais brinquedos e atividades para as crianças, faz-se necessária a manutenção e cuidado dos existentes. O escorregador, por exemplo, está com um dos apoios/gancho quebrado, trazendo risco e insegurança. Um dos jovens disse sentir falta de mais atividades culturais especificamente para adolescentes e jovens adultos, posto que atualmente já costumam acontecer eventos para as crianças em datas comemorativas. Alguns moradores se responsabilizam por plantar várias árvores frutíferas, mas dizem que, infelizmente, muitas das frutas são colhidas antes de amadurecerem. Outros sentem que esses plantios são positivos, mas feitos sem

critérios, sendo necessário um planejamento espacial e escolha de espécies antes. Muitos daqueles que relataram sempre cuidar da praça, limpando e coletando lixo para levar até a cooperativa, se dizem desanimados com a sujeira recorrente.

Para a etapa de formação de identidade, o instituto convidou os facilitadores do Em Si no Outro¹²⁷ para conduzir e auxiliar na comunicação e interações com a comunidade. As dinâmicas consistiram na escuta ativa para identificar deficiências, potencialidades e percepções acerca do espaço.

O sexto encontro estabeleceu dinâmica para definir os objetivos de curto, médio e longo prazo. Teve início na praça, onde foi instalada uma pequena tenda com comidas e bebidas, mesas e cadeiras. Houve a preocupação em incentivar o cuidado com a praça por meio do mutirão de limpeza e jardinagem antes de iniciar as dinâmicas de trabalho.

Os facilitadores explicaram quais as regras para organizar a conversa: falar um por vez respeitando os outros e focando em pontos que poderiam contribuir para melhorar. Cada um fez uma breve apresentação, para ajudar a descontrair e integrar os participantes. A abordagem foi mediada de modo a evitar conflitos e incentivar uma postura positiva e propositiva.

Os objetivos segundo o Instituto eram de:

Transformar as propostas em metas que podem ser definidas, pelo grau de impacto e tempo para implantação (curto, médio e longo prazo). Referente aos eixos: Atividades culturais; Atividades infantis; Atividades físicas e esportes; Zeladoria, gestão e estrutura. (A Cidade Precisa de Você, 2022).

¹²⁷ Disponível em:<<https://www.emsinooutro.com.br/>>. Acesso em: 16/04/23.



Figuras 107 e 108 - Oficina na praça com moradores em março de 2022

Fonte: Acervo pessoal.

Os grupos formados refletiram a respeito dos seguintes eixos: atividades culturais; atividades infantis; atividades físicas e esportes; zeladoria, gestão e estrutura. Foram acompanhados por ao menos um facilitador de modo a auxiliar no preenchimento de um quadro com as ações. Estas foram organizadas em duas classificações: complexidade de implementação (simples, médio, complexo) e grau de impacto (baixo, médio, alto). Tal sistematização permitiu visualizar com mais clareza as prioridades e viabilidade do que foi proposto. A partir deste quadro mais amplo, foi possível refletir sobre como implementar essas ações, suas etapas e responsáveis.

Os facilitadores propuseram ter sempre em mente os objetivos desejados e previamente levantados, como proporcionar um espaço pacífico e acolhedor para todos, bem como fortalecer o caráter de lazer para a comunidade. Os grupos compartilharam com os demais as ações nas quais pensaram e demonstraram animação com a dinâmica. A partir da troca entre grupos, buscou-se identificar as interligações entre as propostas e propor ideias de organização para implementá-las. Todo o processo teve como premissa passar do espectro das ideias para suas concretizações.

As propostas em torno da zeladoria são em boa parte de serviços normalmente prestados pela subprefeitura, como manutenção de brinquedos, corte de grama e limpeza. Os participantes se dispuseram a fazer um mutirão de limpeza regular, separar lixo reciclável e doar para a cooperativa. Também entenderam ser necessário criar uma comissão para a organização e divulgação da praça. As melhorias ou transformações desejadas são singelas e se resumiram em: colocar lixeiras e bebedouros, transformar quadra de terra em grama sintética, ter placas de orientação, plantar árvores e colocar mais bancos.

O próximo encontro foi na semana seguinte, algo positivo para não se perder o engajamento. Teve por objetivo pensar em um plano de ações para implementar as propostas previamente estabelecidas. Foram discutidos os recursos necessários para as tarefas e projetos pelos próximos meses, bem como definidos os possíveis responsáveis e apoiadores.

Como nos demais dias, as atividades tiveram início pela limpeza de um trecho da praça e plantio de mudas. Parte do grupo ficou responsável pela pintura da amarelinha ao lado dos brinquedos envolvendo as crianças no processo. As crianças fizeram fila para ajudar, respeitando umas às outras e cuidaram enquanto a tinta secava. Este tipo de atividade coletiva com resultados rápidos e integrando crianças é interessante para motivar e envolver os frequentadores.



Figura 110 - Pintura da amarelinha na calçada em março de 2022

Fonte: Acervo pessoal.

Uma vez finalizadas as atividades na praça, com pausa para lanche, momento de descontração e que evita dispersão, os participantes foram divididos em grupos temáticos para discussão dos principais eixos de atuação.



Figura 111 - Dinâmicas de grupo em espaço cedido para as reuniões.

Fonte: Foto do Instituto A Cidade Precisa de Você, 2022.

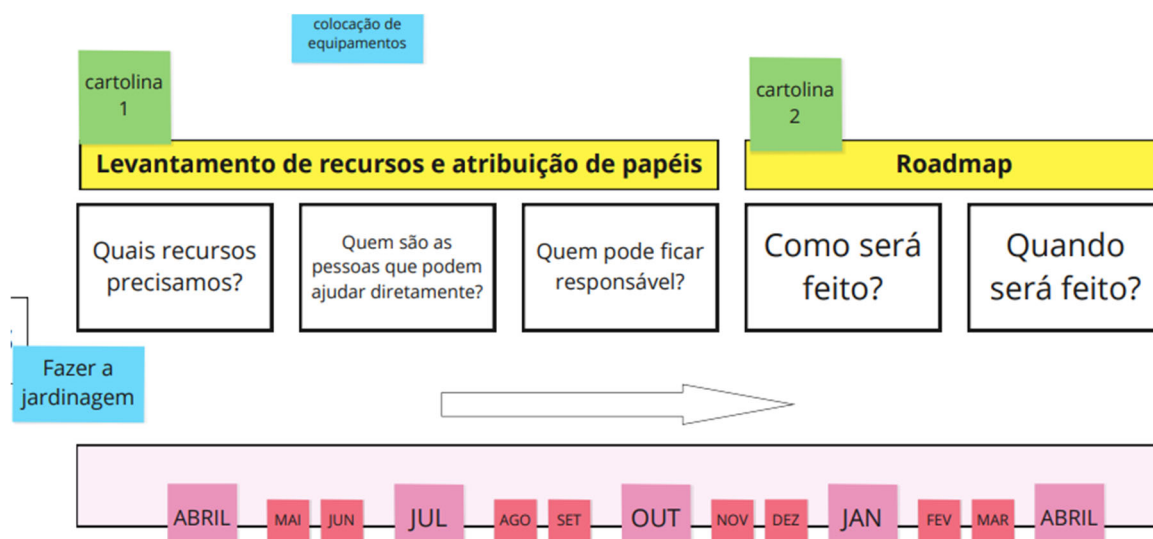


Figura 112 - Quadro ilustrativo do planejamento das ações feito durante a dinâmica.

Fonte: Em Si no Outro para A Cidade Precisa de Você, 2022.

Os quadros foram organizados por Ação/Recursos/Pessoas. Em um primeiro momento foram definidas as ações seriam iniciadas: a cada duas semanas haveria um encontro para a limpeza da praça, de modo a agir integrando e dando visibilidade ao grupo. Após o mutirão haveria a reunião para discutir sobre a praça. Foram distribuídas outras tarefas propostas pelos participantes, como uma gincana para as crianças, com prêmios que poderiam ser doados pelos comerciantes, e um campeonato de futebol. Fábio informou que a solicitação de lixeiras já havia sido feita. No final da dinâmica os facilitadores propuseram articular o comitê de usuários, vendo quem gostaria de fazer parte e se responsabilizar pelo quê. Alguns indicaram pessoas que não estavam presentes, mas que poderiam se interessar por compor o comitê.

A última oficina foi dedicada para a ideação de elementos construtivos que poderiam contribuir para atender às demandas levantadas nos primeiros encontros. A partir desse momento, os facilitadores não estavam mais presentes e sentiu-se uma diminuição dos participantes, por motivos não necessariamente vinculados à ausência deles. Segundo relatório do instituto A Cidade Precisa de Você, os seguintes pontos foram os mais expressivos:

- 1 - Não existem muitas atividades dirigidas para crianças, como aulas lúdicas, gincana, etc. As crianças normalmente interagem apenas através dos brinquedos e quadras.
- 2 - Não existem muitas apresentações artísticas e atividades culturais, além do tradicional samba e dos batidões.
- 3 - Não existem muitas oportunidades de informar a comunidade sobre o que acontece na praça, bem como orientar sobre como cuidar adequadamente do local.

As demandas são simbólicas de carências no território como um todo, e a praça se apresenta como um espaço de oportunidade para suprir essas demandas. A assessoria técnica do termo de fomento não tinha a pretensão de atender os pontos levantados, mas de auxiliar a população local a agir, colaborar e exigir.

Parte da verba da emenda recebida seria, no entanto, direcionada para a execução de alguns elementos. Por ser limitada, ficou definido que seria possível a realização de um palco multifuncional e placas informativas.

O palco foi pensado para ter pouca altura e servir para a realização de eventos e apresentações. O Instituto alega saber, baseado em experiências anteriores, que:

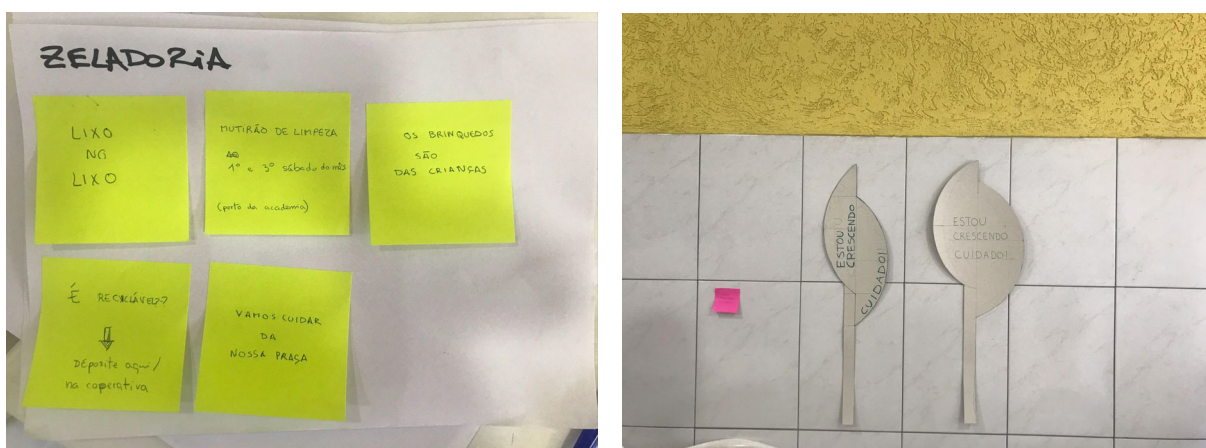
A existência de um palco é uma forma muito rica de ativação que acaba inspirando e estimulando a realização de diversas atividades, como oficina, sarau, show, debate, contação de história etc. (A Cidade Precisa de Você, 2022)

O local foi definido de forma coletiva com direcionamento por parte dos arquitetos/designers presentes. O espaço escolhido é bem sombreado, pouco utilizado e bastante central. Possui gramado e as árvores não atrapalham a visibilidade. Por possuir um poste no local, pensou-se que seria muito útil para iluminar o palco e então facilitar apresentações noturnas.

A angulação da passagem adjacente ao gramado sugeria uma forma de palco triangular, a ideia agradou por permitir não conformar uma frente única de palco. Junto aos moradores, foram realizados alguns testes com barbantes para visualizar melhor as dimensões e ocupação no espaço. Percebeu-se então que os cantos do triângulo equilátero seriam pouco utilizados para a permanência, assim, propôs-se que fossem chanfrados, de modo a aumentar a área útil. Optou-se por incorporar o poste ao perímetro do palco de modo a constituir uma unidade e poder servir para amarrar estruturas temporárias.



Figuras 113 e 114 - Discussão e visualização espacial do palco.
 Fonte: Fotos do Instituto A Cidade Precisa de Você, 2022.



Figuras 115 e 116 - Ideação das placas. Fonte: Acervo pessoal, 2022.

As placas por sua vez, foram concebidas coletivamente, a ideia sendo que se encontrasse um meio de passar mensagens com tom mais propositivo que proibitivo, de modo a estimular ações e não as coibir.

As atividades de “mão na massa” foram realizadas por integrantes do A Cidade Precisa de Você e alguns voluntários com experiência neste tipo de trabalho. Um grafiteiro local foi convidado também a intervir nas paredes da quadra com um grafite de Marielle Franco.



Figuras 117 e 118 - Oficina na praça com moradores em março de 2022

Fonte: Acervo pessoal.



Figura 119 - Oficina na praça com moradores em março de 2022

Fonte: Acervo pessoal.

Após a intervenção, foi realizado um dia de evento na praça em um domingo de abril para inaugurar o palco e dar visibilidade para as intervenções realizadas. A festa contou com a seguinte programação:

- Oficina para as crianças (co-organizado com Espaço Cultural Jardim Damasceno)
- Contação de história (Fábio Abreu e equipe)
- Tenda (Instituto Todos dos Ventos)
- Pula Pula (Instituto Todos dos Ventos)
- Grupo de capoeira (Cadência Brasil)
- Jogo feminino na quadra
- Roda de samba
- Apresentação Mc Preto Wuloko



Figura 120 - Oficina na praça com moradores em março de 2022. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 121 - Contação de história por Fábio Abreu e equipe em abril de 2022. Fonte: Acervo pessoal.

No final de semana seguinte ao dia do evento, foi organizada a primeira oficina de organização do comitê de usuário, a segunda contou com poucos participantes e consistiu mais em um *feedback* e encerramento.

As seguintes frentes de trabalho e seus respectivos responsáveis ficaram estabelecidos: Cultura - Isac; Reciclagem - Sebastião; Jardinagem - Amparo; Crianças - Leda; Esporte - Jean ou alguém do time de futebol; Zeladoria - Cely; Comerciantes - Anderson; e Gestão - Fábio.

Determinou-se que todo primeiro sábado do mês haveria reunião do comitê à tarde e que cada representante poderia ter uma lista de pessoas para ajudar, atribuindo responsáveis e voluntários. Assim, as responsabilidades poderiam ser repartidas, mas exigia que os respectivos representantes assumissem um papel de liderança e coordenação, aptidão que não necessariamente todos tivessem. A

discussão acerca dos objetivos e necessidades de cada área de atuação deixou em evidência que os representantes do comitê tinham como claras as frentes que poderiam assumir e os meios para pô-las em prática.

Comentaram que teriam de ser determinados os critérios para o plantio de novas árvores. Embora a subprefeitura tenha instalado algumas lixeiras, não suprem ainda a necessidade da praça. Discutiui-se então sobre a troca de sacos de lixo, que no momento enchem rápido, sendo possível atribuir um responsável para cada lixeira. O tema da reciclagem, por sua vez, está vinculado ao de zeladoria, possuindo o desafio de incentivar a separação do lixo reciclável em seco e úmido para a coleta da cooperativa. Para tal, pretenderam desenvolver um trabalho de conscientização por meio de conversa porta a porta. Quanto aos problemas de produção de lixo na praça, uma interlocução com os comerciantes poderia permitir estabelecer uma estratégia de mitigação. Foi dada como sugestão o uso de garrafas de vidro retornáveis, com incentivo de alguma contrapartida.

Para a frente cultural, ficaram decididos três eixos de atuação: um voltado para iniciativas do poder público, outro de cooperação com espaços existentes e de chamada de colaboradores e um terceiro, de comunicação da praça. Além de inscrever as praças em editais, propôs buscar entrar no calendário oficial da cidade para integrar o circuito de eventos públicos. Para isso, seria necessário tirar fotos dos equipamentos e da praça em uso para mostrar que já existe um público e apoio de comércios no entorno da praça. A proposta, portanto, seria de dar maior visibilidade para a praça e de sua relevância para o bairro, de modo a colaborar com equipamentos (Fábricas de Cultura, CEU Paulistano/ PAZ, Casa de Cultura) e a comunidade engajada, já presentes no território. Poderia se constituir, assim, uma rede colaborativa, na qual traria-se para a praça os coletivos, artistas, estudantes e profissionais com aptidões e conhecimentos.

Comentou-se que já existe um diálogo com demais comerciantes que, apesar de difícil, permite organizar alguns eventos, por exemplo, dia de Páscoa com

distribuição de ovos de chocolate. O maior desafio é que todos cuidem para que a praça não fique suja. Para isso, arranjos seriam feitos entre os comerciantes para determinar quem ficaria responsável pelo que durante os eventos. Falou-se também sobre como as pessoas com mais idade não tiveram espaços de lazer como este e como nem todas aprenderam a conviver com isso ainda. Por este motivo, é importante integrar as crianças, que já usufruem desse espaço de lazer desde pequenas e que tem grande potencial para aprender e cuidar.

A interlocução com a subprefeitura ficou a cargo do Fábio, que se propôs a assumir um papel de facilitador. Decidiu-se que deveria ser determinado previamente o que caberia ao comitê cuidar e o que é responsabilidade do poder público. Além das solicitações das outras frentes, sugeriu verificar a disponibilidade em ter 2 zeladores do POT e buscar inscrever a praça no calendário oficial da cidade.

O principal desafio reside no território, em ativar efetivamente o comitê e verificar se ele será consolidado por meio de sua atuação e engajamento. Para tanto, é crucial garantir sua visibilidade e que haja uma dupla consolidação, no jurídico e na comunidade. Embora o comitê tenha se formado, as reuniões e objetivos estabelecidos não se sucederam após o encerramento do projeto com o Instituto A Cidade Precisa de Você. Fábio contou em setembro de 2022 que estava ainda aguardando cópia dos documentos de cada um.

Ao longo das atividades houve uma redução no número de participantes e não foram todos que vieram de forma contínua. Não obstante, foi exitosa a formação, embora não consolidada, de um comitê de usuários, além da definição de objetivos comuns. Após o fim da intervenção por parte do instituto foi constituído um grupo no whatsapp com os membros do comitê recém-formado e dos representantes do instituto que se envolveram no projeto. Os mais ativos no grupo do whatsapp desde o início foram os mais jovens. Isac tentou por dois sábados encontrar os integrantes para o mutirão de limpeza e discutir, mas não obteve resposta e encontrou apenas um deles na praça. Por conta do aparente

desânimo, passou a se dedicar aos estudos. Anderson seguiu envolvido de forma paralela ao grupo na organização de eventos, como, por exemplo, a apresentação da Rosas de Ouro, escola de samba originada ali na região. Uma representante do instituto seguiu buscando motivar o grupo pelo whatsapp, mas sem grande sucesso. O meio de comunicação virtual parece haver sido menos eficaz enquanto ferramenta, possivelmente por ser menos acessível para alguns e, talvez, por não fazer parte do cotidiano das interações pré-existentes.

Em conversa com Fábio, após o processo concluído, disse que a ideia de formar um comitê é interessante, porém complexa, por haver muita diversidade e interesses distintos. Segundo ele, as pessoas são concretas, querem entender o que podem fazer de diferente do que já é feito. Vê também um grande apego a sua figura, o que para ele não faz sentido, pois centralizar demais fragiliza e se ele sair já não funciona. O grupo precisaria de certa autonomia, mas, também, de outras pessoas que liderem. Hoje, ele já cumpre esse papel de interlocutor entre a comunidade, praça e poder público. No entanto, Fábio vê a necessidade de haver o que ele chama de “animadores”, para motivar o resto do grupo.

Acredita que as pessoas tenham um interesse muito vinculado ao pessoal. Quando está tudo funcionando, dando certo, elas já não querem se mobilizar para prever ou planejar. Mas se, por exemplo, ele chamar um baile funk, no dia seguinte todo mundo vai querer conversar:

A dificuldade é ter um projeto coletivo só com interesses individuais. Em algum momento precisa de abertura para o outro também se encaixar. Não dá para formar uma “colcha de retalhos”, não funciona. Estou convencido de que o caminho são crianças e adolescentes, eles sim querem estar em grupo e tem interesse no coletivo. (Fábio Ivo, 2022)

Se por um lado a presença de uma figura de liderança tenha possibilitado agregar moradores e frequentadores diversos, a dinâmica no grupo formado acabou possuindo forte dependência dela. Tal centralização, embora não almejada,

demonstra certa fragilidade na constituição do comitê. As motivações e estruturação estabelecidas conjuntamente não foram suficientes para que os integrantes as pusessem em prática.

Fábio defende que se os jovens vêm e participam, acabam por trazer alguns pais também. Pensa ser igualmente interessante envolver idosos que possuem mais tempo livre. Acredita ser necessário criar uma metodologia para isso, trazer gente para pensar junto e gente para aplicar, inclusive os próprios adolescentes, vê que a prática tem mais potência que roda de cadeiras. Pensa que o processo todo com o Instituto tenha sido muito interessante, mas que seria necessário construir um projeto permanente, sem prazo e mais orgânico. A praça, de fato, já é um ponto de encontro, assim como o bar onde tem o samba, por isso possui grande potencial articulador.

Para que a consolidação e autonomia do comitê fosse efetivada, é possível indagar se não haveria sido, portanto, necessário um acompanhamento a mais longo prazo por parte do instituto envolvido, que obteve sucesso em diversos aspectos no período em que esteve ativo. Seria importante a previsão de uma verba coerente com um projeto de maior duração, de modo que houvesse assessoria, monitoramento e estabelecimento de indicadores para mensurar o impacto e desdobramentos. Da mesma forma, a centralização do conhecimento sobre o funcionamento do poder público e dos instrumentos participativos existentes compromete a possibilidade de mais atores agirem de forma independente. A autonomia do grupo formado é essencial para permitir sua continuidade.

Os jovens, na faixa etária entre 15 e 30 anos, estiveram pouco presentes no processo, havendo apenas um integrando o comitê formado. Segundo Fábio, estes concentram grande potencial para participação em ações coletivas. Seria, portanto, interessante encontrar um caminho para integrá-los nos processos decisórios. Órgãos que atuam com os jovens, como escolas, fóruns e centros culturais, constituem espaços potentes para se trabalhar a conscientização política. Outros espaços mais independentes, cujas dinâmicas de confiança entre

adolescentes já foram estabelecidas, como os times de futebol, por exemplo, poderiam facilitar o acesso às interações com crianças e adolescentes.

Uma outra dificuldade não negligenciável reside na disponibilidade de tempo e energia dos moradores para se dedicar a atividades extras. A população que trabalha durante a semana e, por vezes, aos finais de semana, dispõe de pouco tempo livre para o descanso e outros interesses. Foi o caso de uma das integrantes, que precisou utilizar seu sábado para estudos, inviabilizando sua participação no comitê. As tarefas mais pesadas e de limpeza da praça, se feitas pela subprefeitura, poderiam liberar os moradores motivados para outras frentes mais interessantes do ponto de vista local. Se os mutirões são relevantes para engajar, as responsabilidades do poder público não devem, contudo, ser integralmente assumidas pela sociedade civil.

Um espaço participativo que poderia ser interessante são os CPM. Segundo Fábio, seriam efetivamente um instrumento muito importante se mais bem usados, por já serem um espaço institucionalizado. Porém, acredita que hoje ainda não seja muito representativo e que faltam pessoas dispostas e interessadas em participar. As formações de conselheiros, por mais que ajudem, não seriam suficientes, por serem necessárias mais horas de dedicação e estudo para entender como funciona o poder público. Fábio acredita que com organização e disposição, se consegue qualquer coisa na escala micro, porque já existem muitos canais. Ele mesmo tem ótimo diálogo com o poder público, diz que encontra técnicos muito bons e acessíveis, e que só são muito burocráticos com quem eles veem que tem interesses mesquinhos. A título de exemplo, uma arquiteta da Secretaria da Cultura procurou Fábio porque queria fazer um cachorródromo na praça. Ele a ajudou conseguindo verba, por uma emenda parlamentar, mas solicitou que fosse reformada a quadra de terra que está sempre suja, além de refazer o paisagismo da ponta norte. Assim, segundo ele, a profissional foi valorizada e as demandas locais atendidas.

A praça Marielle Franco simboliza a conquista por parte da população de um espaço livre e vegetado para o lazer, onde antes havia apenas um córrego e margens poluídas. No início, durante as discussões do programa Bairro Legal, as pautas mais urgentes estavam voltadas para a garantia de infraestrutura básica, no entanto, a consciência da relevância dos espaços livres permeou igualmente os debates. A solicitação de cobrir o córrego decorre tanto de uma relação negativa com o corpo d'água, quanto do anseio por possuir um espaço público qualificado e de uso coletivo.

Durante os encontros e dinâmicas da assessoria prestada pelo Instituto A Cidade Precisa de Você e Em Si no Outro, ficou claro que as questões mais latentes da praça passaram a ser o seu cuidado cotidiano e o potencial vetor socioeducativo que ela representa. Foram estabelecidas novas trocas em um território ativo, e parece ser possível articulá-lo novamente em torno da praça.

3.4 - Parque Fazendinha

SUB BUTANTÃ



O Parque Fazendinha consiste em um espaço livre de propriedade pública em uma área de assentamento subnormal. Originalmente ponto viciado de descarte de entulho e resíduos, começou a ser transformado em área de lazer e encontro por moradores, com iniciativa da arquiteta local Ester Carro Bashalidis e auxílio da plataforma Arq Futuro, dando origem ao projeto Fazendinha em 2018. O Instituto Fazendinhando foi criado com o fim de viabilizar este espaço público e qualificá-lo pela e para a comunidade, mas hoje possui também outras frentes de atuação, como o projeto das Fazendeiras e do Fazendo-lar. A arquiteta que lidera esse movimento possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela FIAM-FAAM intitulado "Os espaços livres como caminho para o resgate da cidadania na comunidade do Jardim Colombo". Tanto sua atuação, como sua formação, são referências para a comunidade, que conta com aproximadamente 5 mil famílias, por haver sido a primeira a obter o título de mestre. Para além de sua dissertação, que será em parte utilizada como embasamento para o presente item, Ester divulga ativamente o trabalho do Instituto e a realidade que viveu e vivencia cotidianamente, seja por meios midiáticos seja pelo meio acadêmico. O grupo de pessoas que constitui o Fazendinhando é heterogêneo com profissionais de diversas áreas de atuação, não sendo composto exclusivamente por moradores, mas contando também com agentes externos.

O Parque Fazendinha se situa no Jardim Colombo, parte do distrito de Vila Sônia na zona Oeste de São Paulo, sob a Subprefeitura do Butantã. A área, livre, permeável e parcialmente vegetada, é exceção neste assentamento irregular, que compõe com os núcleos de Paraisópolis, Porto Seguro - e Pinheiral - para formar o Complexo de Paraisópolis. Este ocupa uma área de 101,5 ha altamente densificada, com uma população estimada em 80 mil pessoas, 17 mil apenas no Jardim Colombo que conta com 14,9 ha. A malha viária não acompanha a topografia, bastante acidentada, acentuando as declividades. O entorno consolidado por moradias de alto padrão contrasta, inclusive por possuir uma vasta área de espaços livres densamente arborizado e ajardinado.

O Jardim Colombo está inserido entre a Avenida Giovanni Gronchi, importante eixo conector local norte-sul, e o cemitério-jardim Gethsêmani, que ocupa 13,5 ha. Acima do cemitério no bairro Monte Kemel, nasce o córrego Itararé que atravessa a comunidade e a divide em duas partes ascendentes de cada lado das margens. O córrego está parcialmente oculto, sendo visível em alguns trechos, acompanhado pela presença de lixo e entulhos, com construções sobre ou muito próximas do leito. A percepção que os moradores têm do corpo d'água é ordem pragmática:

Na comunidade, o córrego é visto pelos moradores como algo negativo, devido às inundações que ocorrem nas épocas chuvosas, ultrapassando o nível das calçadas e alagando as casas. Pela exiguidade de um planejamento urbano e saneamento básico em grande parte das moradias próximas ao córrego, a maioria dos efluentes domésticos é ali liberada, ocasionando grave poluição hídrica e riscos à saúde. (BASHALIDIS, 2018 p. 53)

Embora existam equipamentos de lazer no entorno, são majoritariamente exclusivos para um público com poder aquisitivo mais alto. A oferta de espaços públicos de lazer é escassa e, dentro da comunidade, inexistente até então. Moradores acabam por ocupar de forma improvisada os raros e estreitos espaços

livres, “servindo como meio de estar e ficar, para atividades do ócio, conversas e troca de relação” (BASHALIDIS, 2019, p:50). As calçadas são centrais aos moradores, é lá que as crianças brincam, empinam pipa. Por não apresentarem delimitações, são integradas e acabam sendo quase extensões da moradia.

Existem algumas pequenas praças no entorno, a maioria bem arborizada, mas poucas facilmente acessíveis ou com equipamentos. Dentre elas, a mais próxima é a Praça Eng. Noriyuki Yamamoto ao lado do cemitério, com árvores de grande porte e alguns brinquedos, motivo pelo qual algumas mães do Jardim Colombo frequentam esporadicamente com seus filhos. Mais distantes estão o Parque Chácara Jockey, a praça Vinicius de Moraes, em frente ao Palácio dos Bandeirantes (edifício-sede do Governo do Estado de São Paulo) e em direção ao Rio Pinheiros, o Parque Burle Marx. Se encontra nas proximidades o Estádio de Futebol do Morumbi, exceção nas áreas livres do bairro, por possuir maior cobertura impermeável

A circulação por transporte público é majoritariamente feita por ônibus. Apenas recentemente, no final de 2021, foi inaugurada a estação de metrô Vila Sônia da linha 4 amarela, há 20 minutos de ônibus do Jardim Colombo. Até então, a estação mais próxima era a Morumbi do metrô (2018) e a Morumbi da CPTM, do outro lado do Rio Pinheiros, cujo trajeto em ônibus leva entre 30 e 40 min.

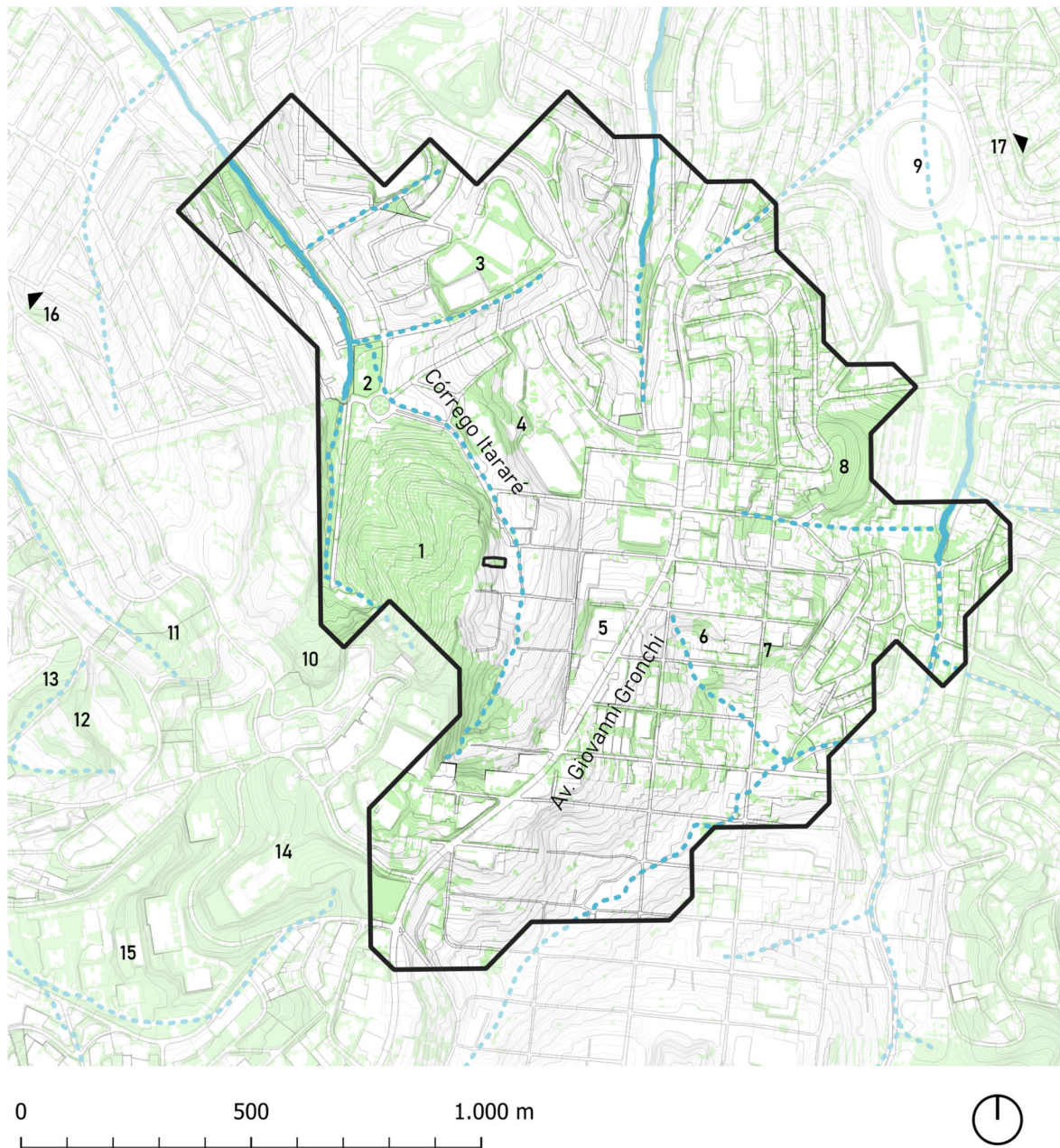


Figura 122 - Mapa do meio físico do entorno do Parque Fazendinha.

Fonte: GeoSampa, 2023.

- | | |
|-------------------------------|--|
| 1. Cemitério Getsêmani | 11. Praça Santa Suzana |
| 2. Praça Eng. Noriyuki Y. | 12. Arena Beach Sports |
| 3. Clube Pequeninos do Jockey | 13. Praça Vila de Sintra |
| 4. Colégio Santo Américo | 14. N. Sra. do Morumbi Colégio |
| 5. High Soccer Academia | 15. Condomínio Portal do Mor. |
| 6. Play Tennis | 16. Parque Chácara do Jockey |
| 7. Fazenda Morumbi | 17. Praça Vinícius de Moraes e
Fundação Maria L. e Oscar
Americano |
| 8. Colégio Porto Seguro | |
| 9. Estádio do Morumbi | |
| 10. Praça Sérgio V. de Mello | |

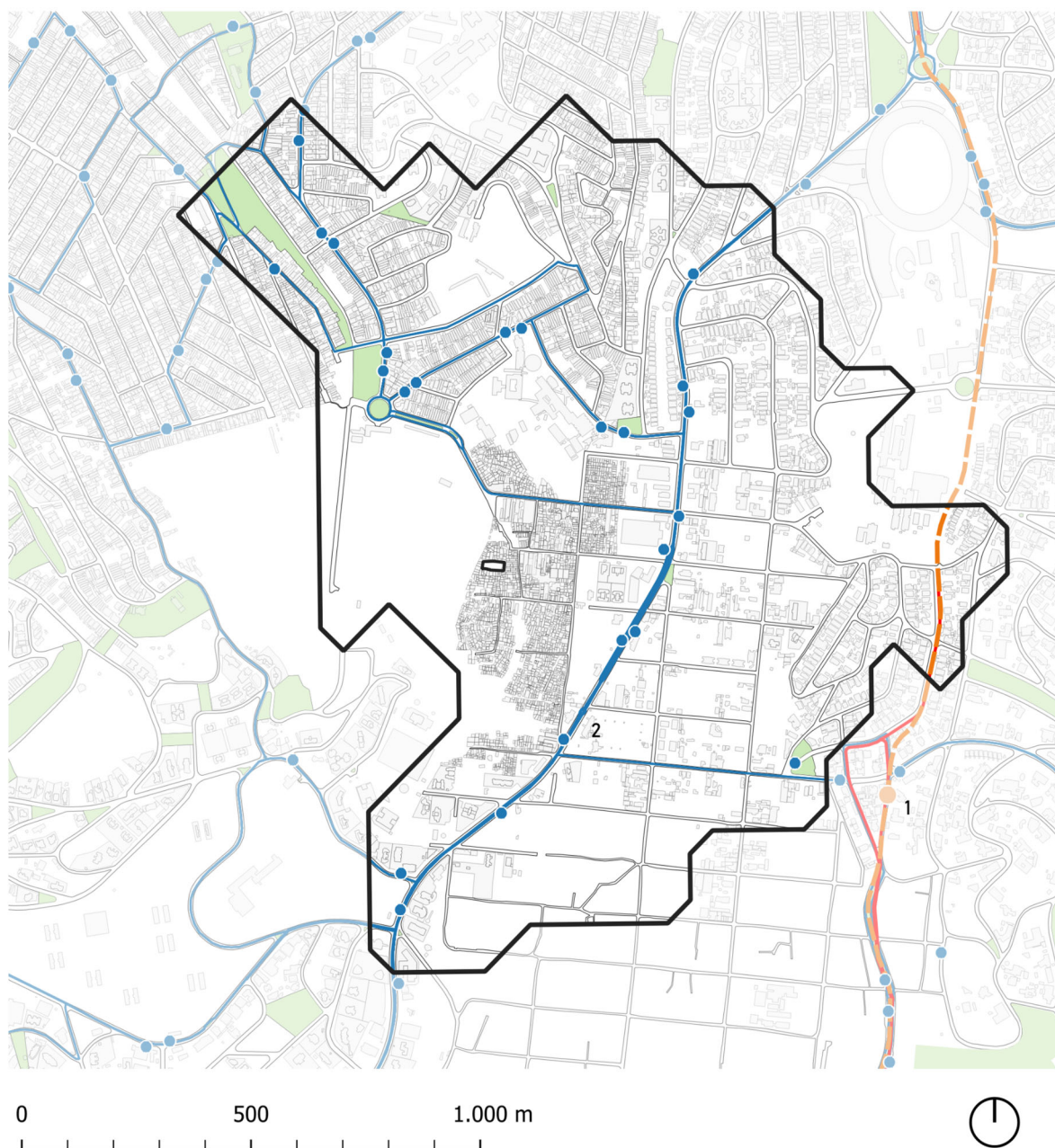


Figura 123 - Mapa de transporte público e vias de circulação do entorno do Parque Fazendinha. Fonte: GeoSampa, 2023.



1. Estação projetada do metrô linha 17.
2. Av. Giovanni Gronchi

No Jardim Colombo está presente desde 2005 o Instituto Projeto Viver¹²⁹ que organiza atividades e oficinas para crianças, adolescentes e famílias, além de contar com uma biblioteca e brinquedoteca. O edifício, projetado pelo escritório de arquitetura FGMF, se articula por diversas praças em um terreno de 1500 m², dos quais uma parte foi doada como rua e serve de acesso à comunidade. Moradores relatam que o espaço é muito importante, porém insuficiente para atender a todos. Desde 2018, uma Unidade de Atendimento Básico de Saúde opera nas proximidades, mas não há escolas públicas a menos de 20 minutos de caminhada de um adulto. Em suas redes sociais, Ester chama a atenção para a importância do estudo de impacto de construções no entorno. Relata um caso próximo à comunidade, no qual um grande condomínio fechado cercou uma passagem existente sobre um córrego canalizado, aumentando consideravelmente a distância a ser percorrida por pedestres para chegar às escolas.

Logo, o Parque Fazendinha se insere em um contexto em que há pouca oferta de espaços culturais, esportivos e de lazer acessíveis para a população, não obstante a efervescência que existe dentro dessa comunidade.

¹²⁹ Disponível em: <<http://www.projetoviver.org.br/>>. Acesso em: 18/08/23.

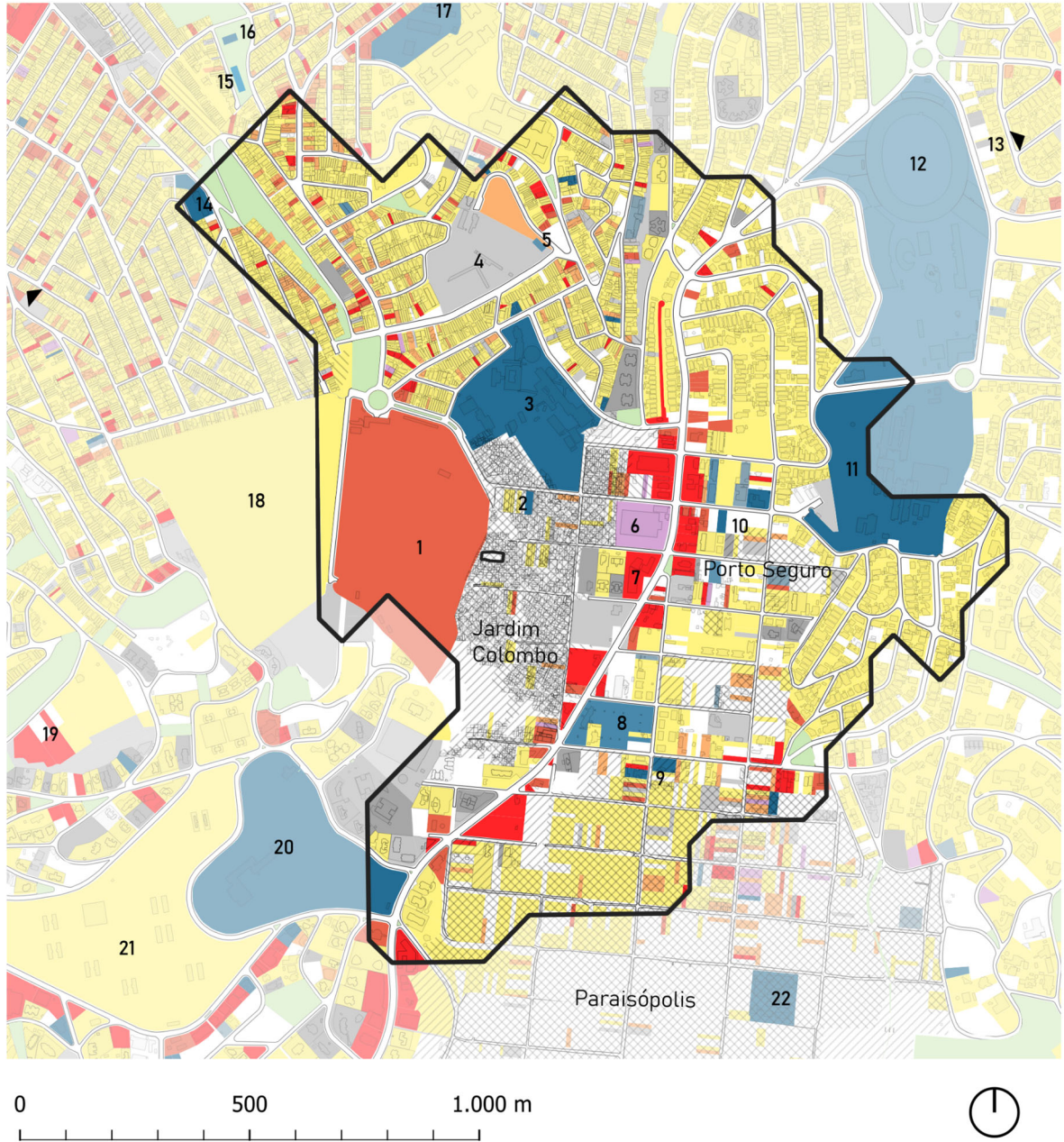
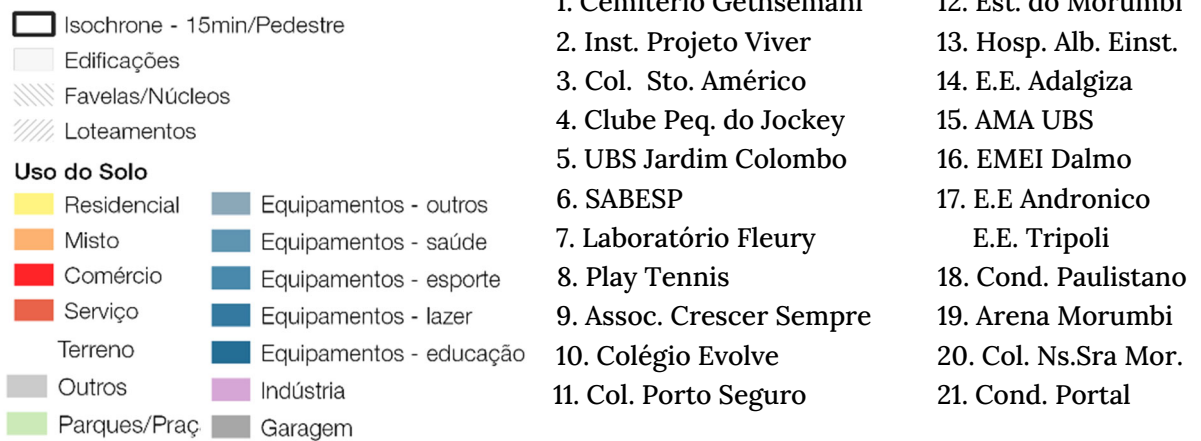
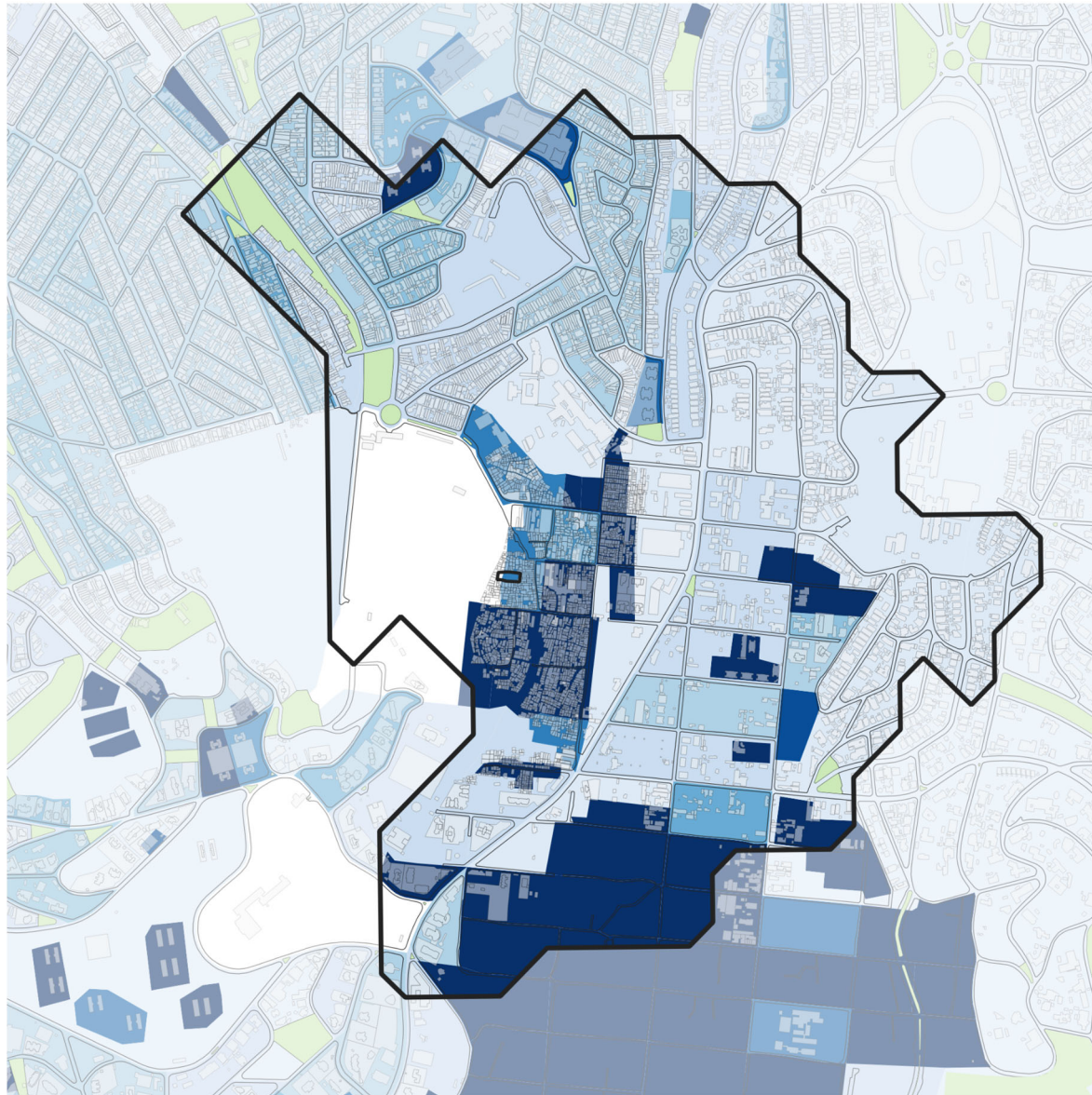


Figura 124 - Mapa de uso do solo do entorno do Pq. Fazendinha. Fonte: GeoSampa, 2023.





0 500 1.000 m



Figura 125 - Mapa de densidade demográfica do entorno da Praça Marielle. Fonte: GeoSampa Censo 2010.

□ Isochrone - 15min/Pedestre

□ Edificações

□ Parques/Praças

Densidade demográfica (hab/hec)

□ 0 - 50

□ 50 - 100

□ 100 - 150

□ 150 - 200

□ 200 - 250

□ 250 - 300

□ 300 - 350

□ 350 - 400

□ 450 -

O Parque Fazendinha está em um terreno de 1015 m² com 18 m de desnível. Em 2022 tinha três platôs definidos, com duas partes de contenções. O acesso se fazia desde o mais baixo, por uma viela. Em 2023, uma vez as remoções em frente realizadas, foi possível abrir o platô para o espaço livre que se conformou entre o Fazendinha e o córrego. Este plano foi o primeiro a ser ocupado e é onde estão localizados o parquinho e parte da horta. É até então a área mais sombreada. Entre os dois primeiros platôs foi feita uma contenção com pneus, permitindo que servisse igualmente como escada e arquibancada. A segunda área plana é também acessível pela lateral, onde há uma escadaria/rampa improvisada. Esse espaço serviu durante diversos eventos para acomodar tendas de apoio à logística e para apresentações, quando o espaço embaixo era ainda muito estreito. Boa parte do Fazendinha não é utilizada por ter declive sem tratamento. O esforço consiste em mantê-lo limpo enquanto não é trabalhado. Quanto à parte mais alta, possui uma área plana, utilizada por vezes para locar uma churrasqueira nos festivais.



Figura 126 - Parque Fazendinha em dia de Festival. Fonte: Acervo pessoal, junho de 2022.

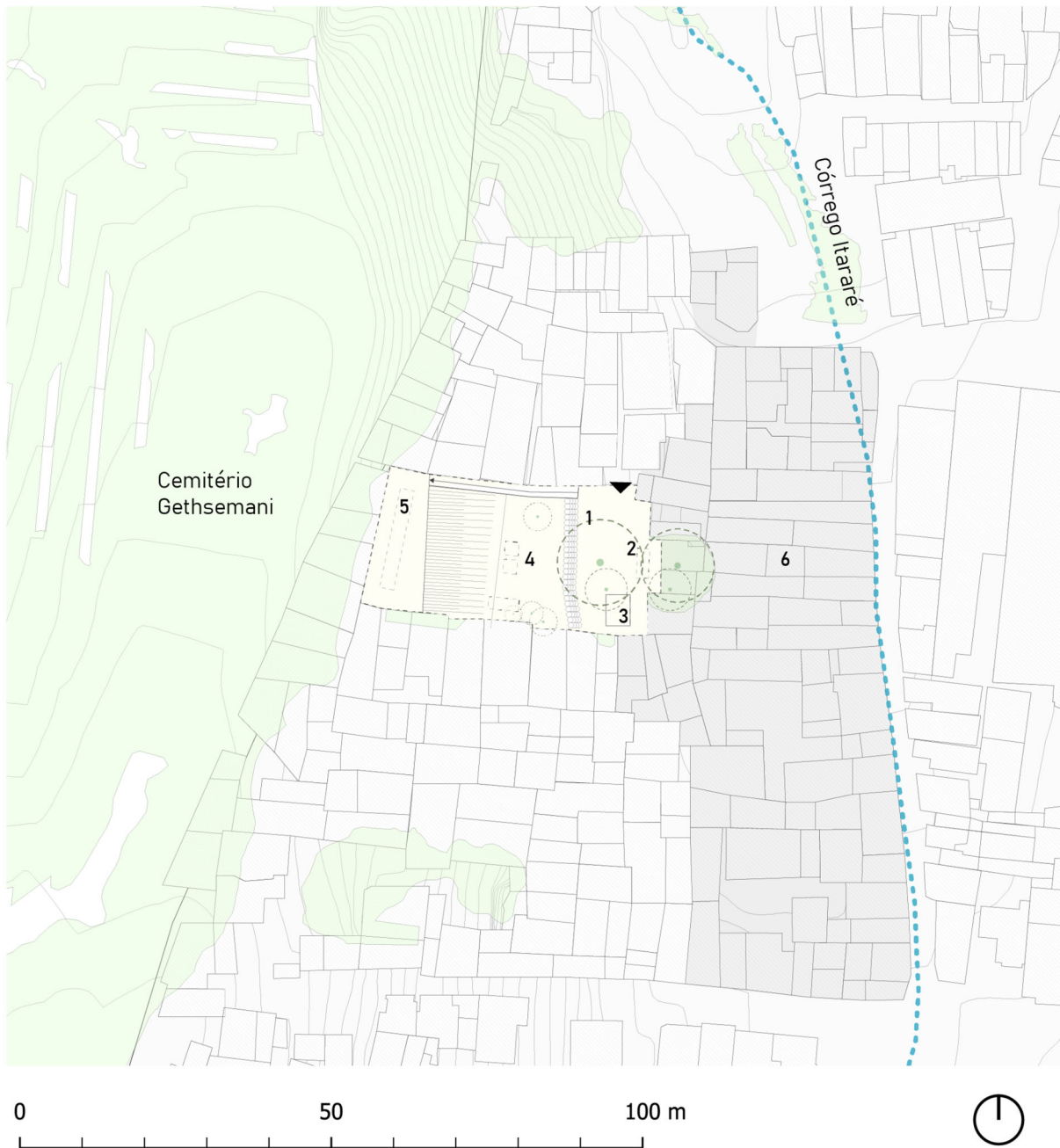


Figura 127 - Planta do Pq. Fazendinha e entorno imediato. Fonte: GeoSampa 2023 e Google Earth 2023.

1. Contenção com pneus
2. Área da horta e “palco”
3. Parquinho
4. Área das tendas
5. Área superior plana
6. Zona das remoções de 2023.

O bairro da Vila Sônia originou-se do parcelamento de grandes chácaras por volta da década de 20. Os lotes acabaram sendo pouco ocupados, possivelmente em razão da dificuldade de acesso e ausência de infraestrutura. Foi somente em 1950 que posseiros vieram com intuito de cultivar as terras e atuaram como grileiros. Após 1970, a região passou a ser valorizada, mais moradores chegaram acompanhados da vinda de escolas privadas e do cemitério. Neste momento, surgiram também as primeiras construções informais do que viria a ser o Complexo de Paraisópolis, essencialmente constituídos por barracos de madeira construídos pela população imigrante, majoritariamente proveniente do Nordeste brasileiro.

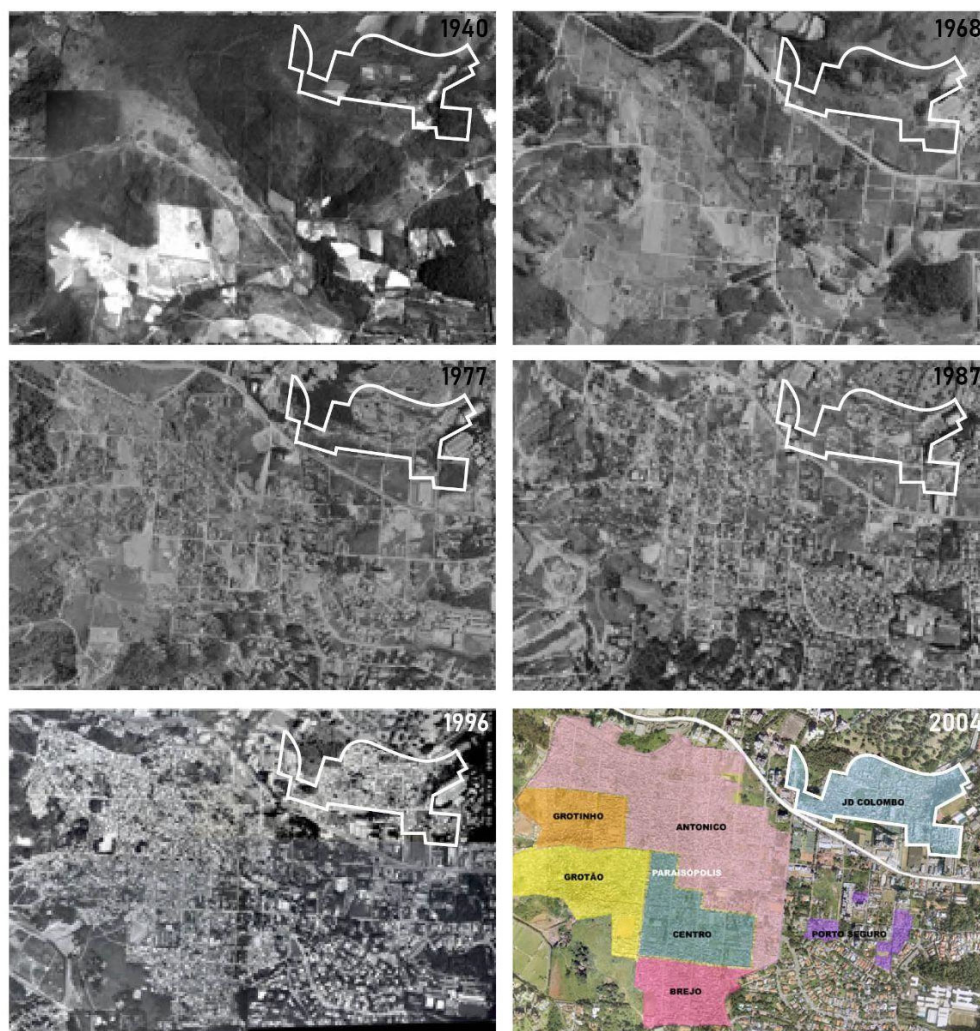


Figura 128 - Mapas do surgimento do complexo Paraisópolis em, 1940, 1968, 1977, 1987, 1996 e 2004. Fonte: PMSP, 2009.

Ao longo das últimas décadas, o Complexo de Paraisópolis foi objeto de diversas discussões acerca da urbanização de favelas, passando por diversas abordagens pelo Poder Público. Durante a gestão de Marta Suplicy (PT, 2001-2004) o Programa de Regularização Urbanística e Fundiária e o do Plano Diretor Estratégico Municipal de 2002, estabeleceu a criação de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), constituindo um importante marco de instrumentalização legal ao direito à moradia¹³⁰. Neste ano, o Jardim Colombo foi então definido enquanto ZEIS, permitindo a aplicação da lei.

Em 1980 havia sido criada a União dos Moradores da Favela de Paraisópolis, permitindo estabelecer diálogo com o Poder Público e obter retornos quanto às reivindicações. Quatro anos depois, foi a vez da fundação da União dos Moradores da Favela do Jardim Colombo ser criada:

A decisão de institucionalizar a representação da comunidade foi vital no sentido de permitir a participação junto a instâncias da gestão municipal, e possibilitando o acesso a programas e ações governamentais. (BASHALIDIS 2019, p.62).

Após o estabelecimento do Programa Bairro Legal, deu-se início a um levantamento de dados do assentamento que permitiu iniciar o planejamento dos projetos de intervenção e regularização. Para acompanhamento do Plano de Obras, criou-se um Conselho Gestor de Urbanização do Jardim Colombo, composto por 5 conselheiros da Sociedade Civil e seus suplentes e por um representante de entidades, que é atualmente Ivanildo de Oliveira pela União dos Moradores do Jardim Colombo, tendo como suplente sua filha Ester Carro Bashalidis pela União Esportiva do Jardim Colombo. Ivanildo relatou as dificuldades em serem ouvidos e efetivamente considerados para as decisões de projeto, bem como da luta por muitos anos para conseguir que o mesmo fosse implementado. Quando o Plano de Urbanização fora apresentado, explicando as etapas e implicações das obras, muitas dúvidas foram levantadas

¹³⁰ Disponível

em:<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/index.php?p=276490> Acesso em: abril 2023

pelos moradores e houve objeções ao projeto. O executivo não incluiu em ata o posicionamento do Conselho e informou que se tratava de uma versão oficial, mas que permitia pequenas modificações (BASHALIDIS 2019). Essa situação, segundo Ivanildo, não foi isolada, diversas vezes seus questionamentos eram reduzidos em importância. Embora a criação de Conselhos para as ZEIS tenha sido um passo importante à participação, ela não foi suficiente para garantir a efetividade dela.

Vê-se, assim, que o encaminhamento dado à participação popular não permitiu uma efetiva expressão nas decisões técnicas do projeto proposto, sendo trazido perante a comunidade algo completamente definido e que se deveria aceitar daquela maneira. [...] No percurso inconstante e árido das relações institucionais, muito do ímpeto e da motivação que caracterizam as lutas sociais vai se perdendo, mediante a exiguidade de conquistas concretas. (BASHALIDIS 2019, p.64).

Algumas remoções foram efetuadas em 2011 ao longo do córrego Itararé, mas o início das obras se deu apenas 10 anos depois. A relação com o poder público é muito difícil, por haver muita desconfiança por parte da população do Jardim Colombo. O Conselho é importante, mas Ester explica que muitos dos conselheiros não têm necessariamente consciência de seus direitos, ou de como agir e se posicionar¹³¹. Embora tenham amplo conhecimento, carecem por vezes de um respaldo técnico para compreender o projeto apresentado através de plantas. Ester, enquanto arquiteta e urbanista, procura orientá-los quando necessário.

¹³¹ As informações foram recolhidas em entrevista com Ester Carro em 2021 e encontros durante as visitas ao Fazendinha.

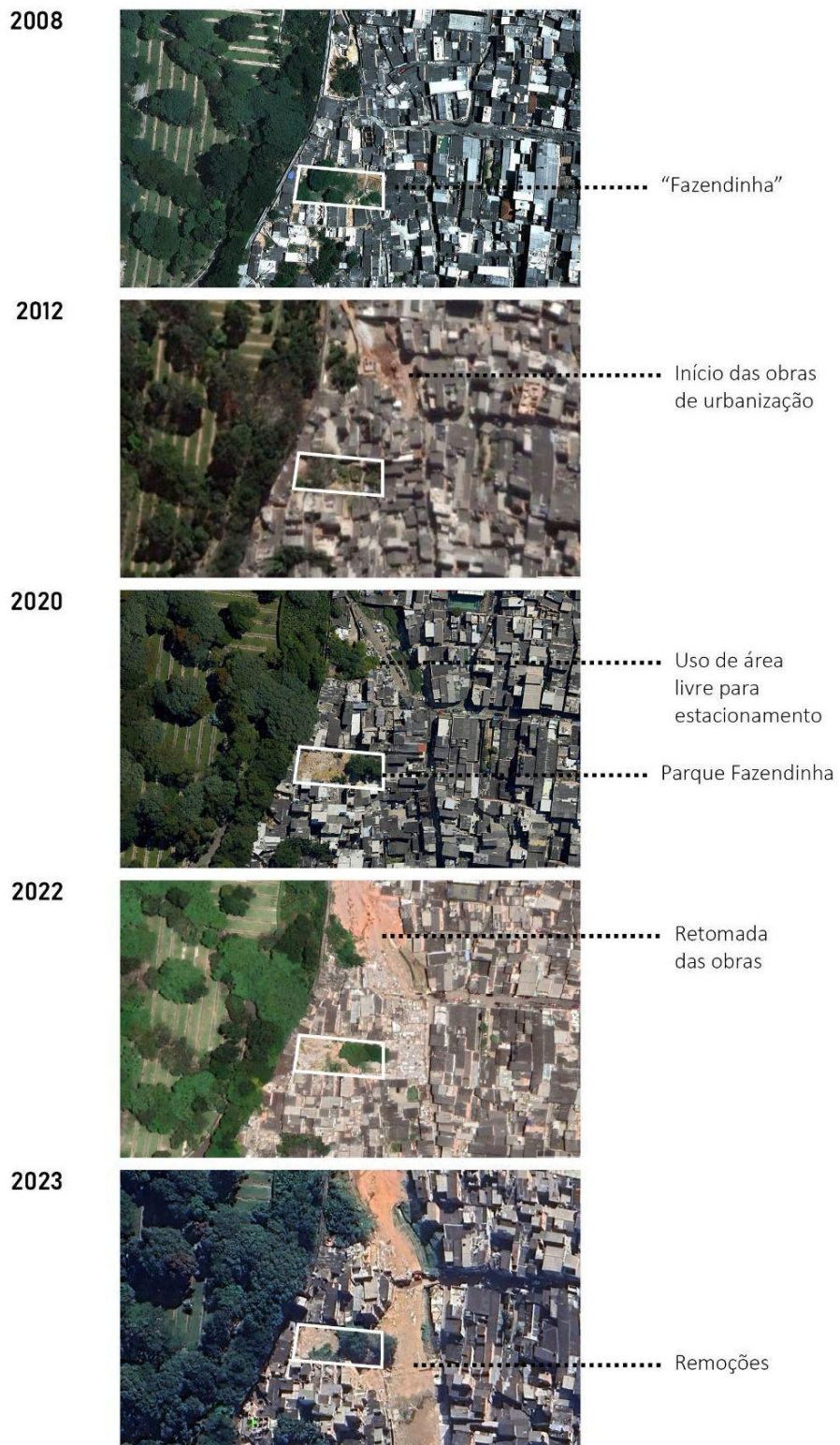


Figura 129 - Mapa parcial do Jardim Colombo com a Fazendinha em 2008, 2012, 2020, 2022 e 2023. Fonte: Google Earth.

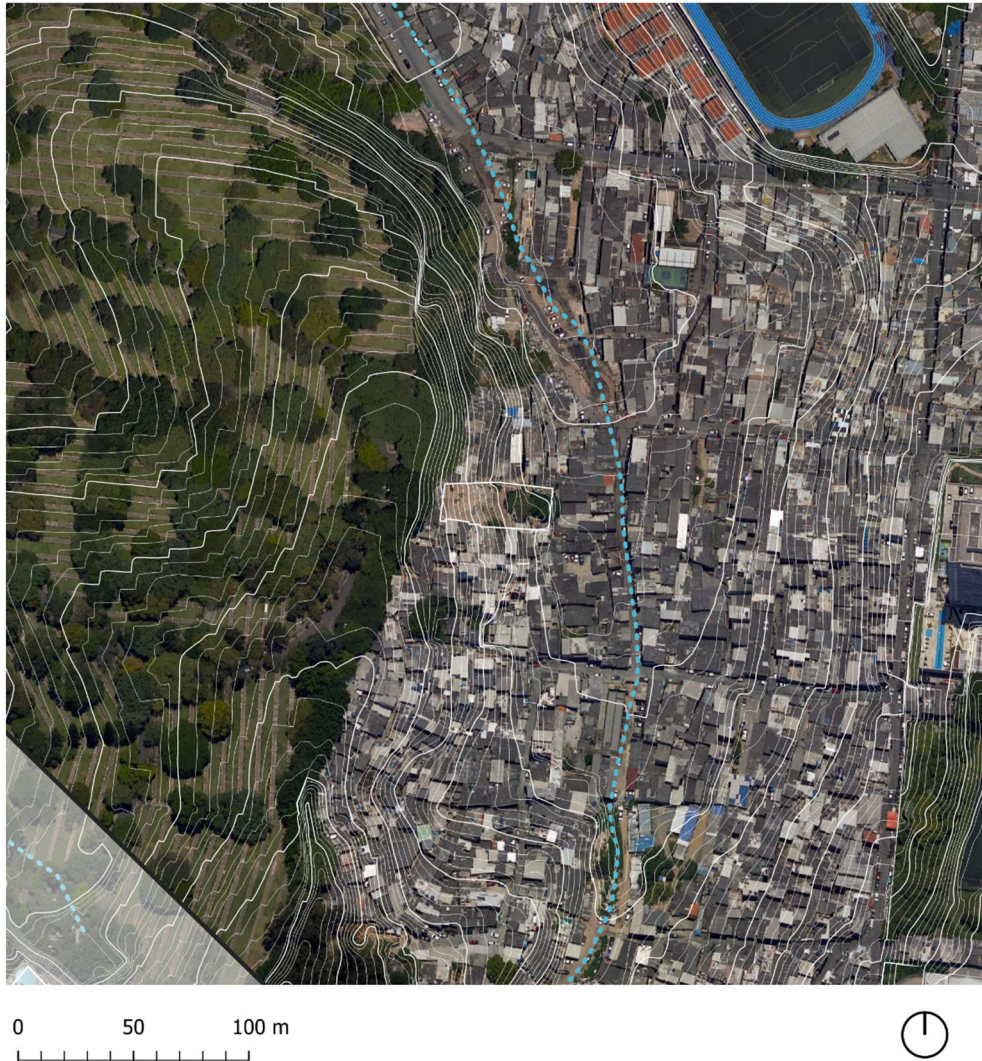


Figura 130 - Ortofoto do Parque Fazendinha e curvas de nível. Fontes: GeoSampa, 2023.

O Fazendinhando

A comunidade preservou desocupada o que costumava ser uma pequena fazenda, resquício das chácaras que preexistiam. Após o falecimento do Seu Chico, antigo proprietário que cuidava de animais como vacas e galinhas, o terreno de forte declive virou propriedade pública em 2008, com intuito de construir habitações sociais. O espaço foi mantido por muitos anos desocupado, em grande parte pelo controle que a União dos Moradores fazia, sabendo do projeto urbanístico que previa moradia para essa área. Devido à não concretização do projeto, o terreno acabou virando um grande depósito de resíduos e detritos. Ciente dos problemas que o lixo acarreta, como risco de incêndio, inundação, risco à saúde pela poluição hídrica e presença de ratos e

insetos, bem como da importância do espaço livre coletivo, Ester Carro deu início em 2017 ao projeto do Fazendinha. Explica que, embora muitos acreditem que as pessoas ocupam porque precisam morar, isso nem sempre é o caso, e ali muitos tem uma segunda casa que constroem para aluguel. Embora defenda o direito à moradia digna, Ester também entende como sendo de extrema importância os espaços livres vegetados e de lazer, haja visto sua total ausência ali na comunidade.



Figura 131 - Situação da Fazendinha em 2017. Fonte: Foto de Ester Carro.

O movimento, posteriormente denominado Fazendinhando, surge apesar da descrença da população. O primeiro mutirão de remoção de lixo contou apenas com Ester, seu pai Ivanildo e mais um morador. Solicitaram à Subprefeitura caminhões para poderem retirar o que fosse recolhido, mas houve muita resistência em ceder esse apoio. Quando finalmente conseguiram e os funcionários chegaram, não queriam ficar ao ver que eram somente três pessoas. Ivanildo estava na época em contato com o Arq Futuro, plataforma engajada no estudo e práticas em urbanismo. Graças a essa aproximação, puderam contar com ajuda de voluntários externos e realizar esse primeiro mutirão. Estavam presentes, por exemplo, Rafael Birmann, fundador da

Fundação Aron Birman que faz a gestão do Parque Municipal Burle Marx. Ester enfatiza a importância em ter essa diversidade de pessoas atuando conjuntamente para construir pontes que não conseguiriam tão facilmente sozinhos. O apoio que conseguiram através do Tomás Alvim, co-fundador do Arq Futuro e atualmente conselheiro consultivo do Fazendinho, foi, portanto, essencial para a viabilidade e fortalecimento do movimento. Segundo Ester, nunca foram invisibilizados por eles, muito pelo contrário, *“sempre procuraram nos dar voz, quando eram chamados para apresentar o projeto, éramos nós à frente falando.”*

Uma dessas conexões foi o paisagista e ex-morador da comunidade Mauro Quintanilha, responsável pelo projeto Sitiê no Morro do Vidigal, favela situada na cidade do Rio de Janeiro. Pautado em sua experiência prévia, deu assessoria para poder trabalhar o terreno. Foi então proposto realizar contenções em pneus para formar platôs, possibilitando a ocupação da área. Os pneus tiveram que ser recolhidos ali localmente, pela falta de adesão por parte das empresas contactadas em viabilizar doações. A população local passou a se mobilizar para os mutirões de limpeza uma vez que as intenções do projeto ficaram mais claras e factíveis (CARRO, 2019, p, 66). As contenções puderam, assim, ser efetivadas após a conclusão da limpeza do terreno que encheu 45 caminhões.



Figura 132 - Ester Carro com pneus recolhidos. Fonte: Material de divulgação Fazendinho, 2017.

Durante o intervalo de ações na Fazendinha, Ester nota que não houve o mesmo hábito de depósito de lixo, mas que era necessário seguir constituindo estes novos vínculos para não perder o engajamento. A recorrência foi essencial para começar a inserir o Fazendinha no cotidiano da população.

Em maio de 2018 uma parceria do Arq Futuro com o MIT trouxe Antonio Moya-Latorre, que trabalha com cultura como meio para articulação e engajamento em territórios vulneráveis. Sua colaboração deu origem ao primeiro Festival de Arte, fruto de dois meses de trabalho conjunto durante o qual bateram de porta em porta buscando criadores, os talentos ali no Jardim Colombo. Ester já tinha contato com alguns e foram se conectando com eles. Essas pessoas que trouxeram foram então ampliando a rede:

As pessoas se sentem tão importantes, pertencentes, de assumir as responsabilidades de uma oficina, de mostrar o seu talento para a comunidade, que elas ficam felizes, querem estar nesse espaço, querem fazer, querem zelar, querem cuidar, querem participar. (CARRO, 2021, entrevista concedida para a pesquisa).

Esses talentos permitiram multiplicar o movimento, sendo um ponto chave para fortalecer as identidades locais e envolver pessoas de outros círculos. Tal estratégia de engajamento local permeou diversas das ações seguintes.



Figura 133 - Primeira fileira da contenção de pneus. Fonte: Material de divulgação Fazendinhando, 2017.



Figura 134 - Desenhos das crianças durante a oficina “Fazendinhando”, auxiliadas com maquete. Fonte: CARRO, 2021.

O primeiro festival do Fazendinhando ocorreu, portanto, em 2018, sendo em parte no Fazendinha e em parte na rua, por onde todo mundo passa, para dar visibilidade ao que estava se iniciando ali. Foi desse modo, por exemplo, que Kamilla que integra a diretoria tomou conhecimento e passou a se envolver também. O Festival contou com diversas atividades:

Tivemos um grande almoço, teatro, *jiu jitsu*, oficina de horta, de reciclagem. Fechamos a rua para os veículos e abrimos a rua para a cultura. Uma das oficinas se chamava Fazendinhando, e nela levamos uma maquete para que as crianças percebessem o terreno e pudessem desenhar o que desejavam para aquele espaço em folhas de papel. (CARRO, 2021.¹³²)

As atividades se estruturaram em torno de 5 eixos: artístico, esportivo, artesanal, paisagístico e convívio/ comunitário. Estes seguiram norteando e sendo replicados nos Festivais subsequentes, por permitirem fortalecer laços comunitários e dar visibilidade à riqueza cultural presente no território, notadamente a cultura nordestina. O saldo do primeiro festival foi de compreenderem que era necessário ir além da transformação do espaço físico.

¹³² CARRO, Ester. Fazendinhando. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 15, p. 38-45, dez. 2021. Disponível em: <<https://piseagrama.org/artigos/fazendinhando/>>. Acesso em: 11/06/23.



Figuras 135 e 136 - Foto da maquete (esquerda) e ocupação da rua durante o I Festival.
Fonte: Material de divulgação Fazendinhando, 2018.

Passaram a realizar oficinas mensais que permitiram que moradores e seus filhos se sentissem parte do movimento. Ester conta que envolveram sobretudo mulheres da comunidade, quando, em uma rodada de conversa, resgataram memórias atreladas ao Jardim Colombo:

[...] as experiências de vida e superação de dificuldades de cada uma, a lembrança da paisagem campestre original do local, o rio de águas limpas, as casas de madeira, os animais, os espaços livres e de muitas árvores; uma paisagem bastante distinta da realidade atual, árida e pouco acolhedora, plena de carências dos elementos básicos para uma urbanidade digna. (CARRO, 2021, p, 71)

Estas mulheres aderiram ao movimento pelo Fazendinha por acreditarem no projeto do parque. Este nome de “Parque Fazendinha” foi escolhido desde o início, muito em respeito a linguagem dos moradores que naturalmente empregaram esse termo para referir-se ao espaço livre.

De modo a dar continuidade às ações, tanto no parque quanto na comunidade, seguiram organizando eventos na Fazendinha e realizando pesquisas e rodas de conversas para entender os desejos que ali existiam. Tais pesquisas foram e

ainda são muito atreladas aos eventos promovidos. Ester relata que quando são chamados para uma reunião muito formal, é muito difícil a comunidade vir. Mas quando você envolve outras atividades, como, por exemplo, um mutirão de grafite, uma fornada de pizza, conseguem cativar muito mais pessoas. Aproveitam do evento para conversar também sobre as ações e contar o que está acontecendo. Estas pesquisas são essenciais para entender a comunidade e amparar as ações pensadas, todos os projetos estão vinculados a um levantamento prévio. Fazem também avaliações para ver “*quais os espaços a comunidade usufrui, onde eles estão de manhã, à noite, o que estão fazendo*” (CARRO, entrevista em 2021). Após as remoções de lixo, buscaram ter esse cuidado de também observar como os moradores estavam ocupando o espaço, onde ficam, onde há sombra, onde brincam etc.

As atividades ajudaram a firmar as intenções do Fazendinho. Além dos recorrentes mutirões de limpeza, pintura, e daqueles que promoviam cultura como o mutirão de grafite, pensaram em ações voltadas para as crianças. Em janeiro de 2019 organizaram as “Férias na Fazendinha”, para oferecer atividades lúdicas e criativas às crianças em período de férias escolares. Ocorriam na parte da tarde, de três a quatro vezes por semana, com apoio de monitores contratados graças a doações de recursos financeiros, que permitiram também prover refeições e ampliar as contenções de pneus. O foco, conforme descreve Ester em seu mestrado, foi de construir uma programação com atividades sócio-educativas, culturais e ambientais, incitando o vínculo e cuidado com o espaço. A presença das crianças trouxe também a dos pais, fortalecendo o envolvimento com o lugar.



Figura 137 - Atividades para as crianças no Parque Fazendinha durante o “Férias no Fazendinha” em 2019. Fonte: Material de divulgação Fazendinhando.

Nos meses seguintes, realizaram uma consulta com 49 moradores, juntamente com a urbanista Yasmin Guzmán, por meio de Escuta Ativa¹³³. O resultado da pesquisa foi de que:

No universo dos depoentes, sendo 50% paulistas, um terço é de residentes no Jardim Colombo desde o nascimento, em uma importante revelação da existência, já, de uma geração de moradores própria do local. Mais de dois terços conheciam a Fazendinha e metade frequentavam o local habitualmente. Apenas um quinto demonstrou conhecimento claro do projeto, confirmando assim a importância de procurar envolver a comunidade nas tomadas de decisões e sempre que possível ampliar a divulgação, para que cresça o número de envolvidos. Durante o processo de escuta, foram relatados os desejos da comunidade para o parque Fazendinha [...]. (CARRO, 2021, p.75)

¹³³ A Escuta Ativa foi compreendida neste contexto como: “Conexão de forma direta com a empatia daquele que está expressando sua opinião a respeito de determinado tema, ou seja, escutar de forma ativa atendendo com respeito à outra pessoa, escutando-a com todos os sentidos focados no discurso”. (CARRO, 2021, p. 75).

Confirmou-se que o Fazendinha já integrava o imaginário de grande parte dos entrevistados e de que constituía um espaço relevante para o seu cotidiano. O projeto foi então construído coletivamente, através das atividades participativas promovidas durante os eventos, sobretudo com as crianças. A escuta de crianças em processos participativos públicos não é todavia uma realidade. Implicam abordagens menos convencionais que contemplem, por exemplo, o lúdico, e possuem metodologias diversas. As experiências, no entanto, existem, como é o caso no Fazendinando.

A logomarca do Fazendinando foi trabalhada com as crianças, que escolheram as cores e o desenho que desejavam, e nós simplesmente replicamos o que fizeram. As crianças pediram muito uma quadra, então inserimos uma na parte mais plana, bem como um muro de escalada, um escorregador, um *playground*. Tudo foi feito com base no que as crianças pediram. (CARRO, Ester. Fazendinando. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 15, p. 38-45, dez. 2021.)

Segundo Ester, pela conformação atual e integrada dos espaços livres da favela, o mais importante são as conexões, por isso, não interessa tanto aos moradores projetos que delimitem e separem os espaços. Entende que, com intervenções singelas, é possível qualificar esses espaços já bastante utilizados. A estratégia adotada para ocupar o Fazendinha se pautou muito nessa percepção.

A segunda edição do festival, em junho de 2019, adotou diferentes abordagens, desde a temática da Festa Junina até a conscientização da presença do córrego e relação que se tem com ele. Passaram a incorporar aos festivais um caráter educativo, para conscientizar sobre o território e sua história. Realizaram então a Oficina Aqui Passa um Rio, utilizando urbanismo tático com pintura de painéis e contação da história do córrego Itararé (CARRO, 2021).



Figura 138 - II Festival Fazendinho. Fonte: Material de divulgação Fazendinho, 2019.

O evento do terceiro festival, em junho de 2022, marca a retomada de encontros e atividades no espaço livre após dois anos de pandemia. Concomitantemente, avançavam as obras de urbanismo que seguiram com remoções e canalização do córrego. Além das atividades artísticas e educativas como nos eventos anteriores, foi também montada uma exposição na via de acesso, reafirmando a identidade local. Após ser servido o almoço, momento no qual há grande aglomeração de pessoas, aproveitou-se para exibir um documentário abordando a insegurança alimentar. A cada ano o Fazendinho buscou ampliar seu alcance e impacto no território, por meio da consolidação do Fazendinho enquanto espaço de encontro.



Figura 139 - Exposição na via de acesso. Fonte: Acervo pessoal, 2022.

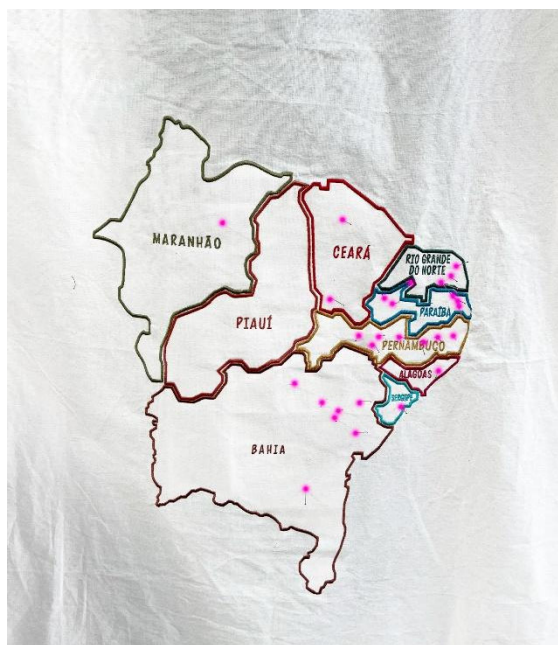


Figuras 140 e 141 - Cartaz do III Festival Fazendinhando (à esquerda) e oficina de dança (à direita). Fonte: Material de divulgação Fazendinhando e foto da autora, 2022.

A quarta edição do festival, em abril de 2023, marca também a comemoração da incorporação do parque aos planos de urbanização. A notícia representa uma grande conquista, trazendo perspectivas reais da consolidação desse espaço enquanto livre e de uso comum. A festa contou com um número maior de participantes, em parte por conta do crescimento do Fazendinhando e da presença de mais atividades, e em parte pela maior visibilidade do espaço devido às recentes remoções de casas. A temática, já presente no segundo festival, é uma homenagem e resgate da cultura nordestina que permeia a comunidade. O Fazendinhando procurou constantemente pôr em valor as identidades locais, promovendo o seu reconhecimento e o sentimento de pertencimento.

Segundo relatos de mães, pais e jovens presentes nos eventos, o espaço do Fazendinha é muito importante para as crianças, por ser um dos poucos espaços de lazer gratuito próximo de onde residem. Muitos moradores não tiveram a oportunidade de ter um lugar como este enquanto cresciam, e reconhecem a imensa importância que os eventos e o Fazendinha têm para a infância e a comunidade como um todo. Além das qualidades espaciais, a presença de

atividades também é valorizada, entretendo e educando as crianças, ao mesmo tempo em que conforma um lugar de encontro, sobretudo para as mães. As doações, como os ovos de Páscoa e a distribuição de brinquedos que ocorrem durante os eventos, permitem para muitos garantir presentes aos filhos. O Fazendinho representa, portanto, mais do que um espaço lúdico, pela presença do Fazendinho. Os festivais são criações de oportunidade de aproximação: “para fortalecer os laços e promover o sentimento de pertencimento dos moradores perante os espaços da comunidade. O festival é gratuito e aberto ao público [...]” (Divulgação do IV Festival em redes sociais do Fazendinho, 2023).



Figuras 142 e 143 – Mapa em tecido para moradores indicarem seu lugar de origem, editado para visualização (à esquerda) e cartaz do IV Festival Fazendinho¹³⁴ (à direita). Fonte: Acervo pessoal e material de divulgação Fazendinho, 2023.

¹³⁴ O IV Festival contou com o apoio de muitas instituições: com o patrocínio do “Itaú, via Lei de Incentivo à Cultura do Governo Federal, e apoio do Arq. Futuro, União Jardim Colombo, União Educacional Esportiva, Cobogó Relações Públicas, Instituto Olinto, Perkins&Will, Claudia Moreira Salles e RL Higiene.” (material de divulgação Fazendinho, 2023)



Figura 144 – Vista liberada do Parque Fazendinha após remoções, durante o IV Festival. Fonte: Acervo pessoal, abril de 2023.



Figura 145 – Parquinho durante o IV Festival. Fonte: Acervo pessoal, abril de 2023.

O histórico com o Poder Público durante todos estes anos gerou muita frustração e insatisfação, desgastando a relação e esmiuçando lutas sociais e entusiasmo. As iniciativas e pequenas intervenções por parte da população local possuem, portanto, extrema importância e geram grande impacto na comunidade. O Parque Fazendinha simboliza esse resgate de perspectivas e configura um novo olhar para o espaço da vida cotidiana.

No ano de 2020, pior momento da pandemia no Brasil, não houve ações no Fazendinha, pela preocupação em não aglomerar, mas, sobretudo, pela necessidade em atuar em outras frentes que não o parque. O trabalho na comunidade não foi interrompido, mas intensificado, devido à urgência sanitária e insegurança alimentar na qual estavam expostos. O Instituto Fazendinhando se articulou para fazer o levantamento dos mais vulneráveis, coordenando conjuntamente com outras comunidades a distribuição de cestas de alimentos e auxílio para o enfrentamento da pandemia. Ester conta que ao todo foram 13 comunidades auxiliadas além do Jardim Colombo. Receberam muitos recursos financeiros de diversas fundações, como Itaú Social, Fundação Tide Setubal e Fundação Galo do Amanhã. A administradora Silvia foi a responsável por cuidar da arrecadação, juntamente com a Raquel, conselheira fiscal. Eles eram quem faziam as compras por precisarem emitir nota fiscal, para então realizarem as distribuições. Só conseguiram todas essas doações porque, ao longo do processo do parque, tiveram essa preocupação com a parte burocrática, de ter um estatuto, *compliance*, contabilidade e assessoria jurídica. No início, usavam o CNPJ do Instituto Esportivo do Jardim Colombo que já existia, mas, ao abrirem o CNPJ do Fazendinhando, tinham em mente a ampliação de suas ações. Segundo Ester, foi por ter isso tudo em dia que puderam arrecadar tanto. Realizaram a distribuição de cestas básicas e de *flyers* informativos, além de um trabalho de reconhecimento dos que precisavam de ajuda e informarem por meio de uma moto com megafone.

Realizamos, então, a formação de uma equipe de cerca de 50 voluntários que fizeram um cadastro de casa em casa, de viela em viela, de porta em porta do Jardim Colombo. Nesse cadastro constava a quantidade de pessoas na casa, com nome, documento, endereço, renda da família, status da propriedade, telefone. A partir daí, começamos a elaborar listas em que constavam as famílias que seriam atendidas a cada dia. Criamos cinco grupos de WhatsApp, cada um com cerca de 200 pessoas. Isso ajudou muito, porque uma ia contando para a outra: “Olha, seu nome hoje está na lista!”. Distribuímos, com a lista, uma senha que a pessoa precisava apresentar quando chegava à portaria, onde tínhamos também o cadastramento para famílias que, por acaso, não tivessem sido contempladas no mapeamento. (CARRO, Ester. *Fazendinhando. PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 15, p. 38-45, dez. 2021.)

Toda a logística de retirada das cestas foi organizada de forma eficaz, controlada e devidamente registrada. Se de início detinham 29 cestas básicas, ao final, eram 25 mil, segundo conta Ester. A capacidade de mobilização e articulação do instituto permitiu que conformassem uma grande rede de solidariedade que atendeu diversas outras comunidades para além do Jardim Colombo.

Neste mesmo período, enquanto as atividades presenciais no Fazendinha estavam paradas, surgiu o projeto das Fazendeiras, quando muitas pessoas ficaram desempregadas e desamparadas. A ideia consiste em promover cursos para capacitação de mulheres nas áreas de construção civil, artesanato e gastronomia, com o intuito de facilitar sua inserção no mercado de trabalho. Os cursos são voltados para mulheres com mais de 18 anos moradoras do Jardim Colombo ou da comunidade ao lado chamada Porto Seguro¹³⁵.

O interesse nas “fazendeiras” vai além da formação e se estende para um acompanhamento do percurso profissional. Por muito tempo, Ester esteve

¹³⁵ Disponível em: <<https://www.fazendinhando.org/fazendeiras>>. Acesso em 03/04/23.

frustrada com projetos de começo e fim. Por conta disso, a equipe do Fazendinho realiza esse acompanhamento das pessoas: “*Não fazemos um curso e acabou, queremos tentar conectar com o mercado de trabalho, dar uma assessoria, entender o que estão fazendo*” (CARRO, entrevista em 2021). A captação dessas mulheres esteve muito atrelada ao encontro possibilitado pelo Parque Fazendinha. Além do papel agregador, o Fazendinha é uma presença constante, que pretende se dar em continuidade com o território e com o projeto do Fazendinando.

Uma outra iniciativa que surgiu foi a do Fazendo Lar, oriunda da preocupação em transformar por dentro as moradias da comunidade, muitas vezes insalubres e apresentando risco à saúde de seus moradores. Ester entende que o bem-estar da população passa pelo direito à moradia digna, que vai desde aos espaços livres até o privado.

A organização das múltiplas frentes do Fazendinando é, portanto, essencial. Sua diretoria é composta por sete membros permanentes do Instituto, Ester, a presidente, Erik Luan como diretor financeiro e Kamilla Baes, fotógrafa e responsável pela comunicação social, além de quatro conselheiros, Raquel Pahan, Tomás Alvin, Silvia Ferreira, já mencionados, e Paulina Achurra. Prevê reuniões semanais para organização interna e planejamento. A equipe possui seis colaboradores fixos, o líder comunitário Ivanildo de Oliveira, a arquiteta Veronica Vacaro, o fotógrafo Rafael Augusto, o paisagista Mauro Quintanilha, e Paulo Balbino da Silva, morador e mestre de obras contratado para trabalhar na construção do parque e zelar pela sua limpeza. O Fazendinando conta também com os Engenheiros Sem Fronteiras e colaboradores pontuais e voluntários, durante eventos ou atividades.

A maneira como criaram essa governança compartilhada, tanto com moradores do Jardim Colombo quanto com pessoas de fora, como a Silvia, que trabalhou muitos anos no Itaú, ou o Tomás, que é um dos fundadores do Arq Futuro, permite uma diversidade que contribui muito com essa gestão. Ester relata que o fato dela ser mulher, negra, de terem pessoas LGBTQIA+, posicionamentos diversos,

enriquece e faz uma grande diferença nos resultados. Pela vivência dela na comunidade, já possui uma visão de como comunicar e de quem é mais adequado para essa troca com diferentes públicos. Dá como exemplo o Erik, que por ser jovem consegue falar com um outro público do Jardim Colombo, com o qual ela não tem tanta proximidade.

Desde a pandemia começaram a usar grupos de WhatsApp que os tem ajudado muito, alterando completamente a dinâmica de comunicação. Trata-se de uma ferramenta valiosa para a troca com os moradores, permitindo manter certa proximidade e estimular o apoio e envolvimento. O Instagram também está ganhando importância, uma vez que aumentou muito o número de moradores nessa plataforma.

Ester acredita que se não fosse o apoio e força que eles têm no Jardim Colombo e seu conhecimento técnico, a Prefeitura já teria barrado as ações ali no Fazendinha. *“Para esse espaço, é extremamente importante o envolvimento de diversos atores para dar mais credibilidade ao projeto.”* (CARRO, entrevista em 2021). Hoje a influência que eles têm nas redes sociais é consolidada e sabem que o que compartilharem vai repercutir. Por este motivo, é essencial trabalharem para garantirem a visibilidade que conquistaram. Ester conta ter ficado muito agradavelmente surpresa com a mobilização da sociedade civil quando solicitaram ajuda.

É fundamental mostrar cada vez mais essas realidades, tem muita gente que nunca entrou numa favela. Nos jornais só nos mostram como marginalizados, criminosos, faz pouco tempo que começaram a mostrar aspectos positivos. (CARRO, entrevista em 2021).

A rede de apoio que construíram ao longo desses últimos anos permitiu viabilizar as ações no parque e tornar público o projeto. Ester é chamada para palestras em muitas localidades, inclusive no exterior, e tem ganhado destaque enquanto arquiteta e urbanista social ativista. Sua voz ecoa tanto em espaços acadêmicos,

quanto em diversos espaços midiáticos, como o programa do Luciano Hulk ou o podcast do jornalista Raul Justes Lores. Kamilla, por ter formação em audiovisual, cuidava da parte de comunicação e marketing com dedicação exclusiva até pouco tempo atrás. Reforça o quanto são importantes os registros para o trabalho deles e para a captação de recursos.¹³⁶

A imagem do Fazendinhando é um dos pontos centrais, por se tratar também de uma luta por visibilidade e reconhecimento. Imagem esta que serve para conseguir doações e, sobretudo, dar voz e legitimidade às demandas e direitos da população moradora do Jardim Colombo. O Instituto é constituído por diversos profissionais, mas por ser a Presidente e líder, Ester se destaca, no entanto, explora essa projeção de sua própria imagem e do movimento a favor da comunidade e como exemplo para demais. O uso dessa imagem por meios midiáticos e empresas é explorado e revertido como oportunidade para projeções e parcerias.

Além dos desafios ligados ao engajamento da população local, da conscientização da realidade na comunidade e visibilidade do projeto, havia o de captação de recursos. Desde o início tiveram o apoio do Arq. Futuro e as doações por parte de parceiros têm sido recorrentes, buscam em sua maioria trocar e conhecer o projeto e se envolver. O Fazendinhando buscou ativamente esses apoios, mas aconteceu também de empresas virem oferecer, como foi o caso com a Casa Cor, que posteriormente fez a ponte com a Coral. A parceria com a Tintas Coral e SENAI permitiu disponibilizar a formação de pintoras do grupo das Fazendeiras, gerando um impacto a longo prazo. Segundo Kamilla, o Fazendinhando é apartidário e coexistem opiniões políticas diferentes dentro da equipe. Por conta disso, não contaram com nenhuma emenda parlamentar para financiamento. Houve um breve contato por parte de uma vereadora que proveu brinquedos em um evento pontual, mas Kamilla disse que não foram mais procurados.

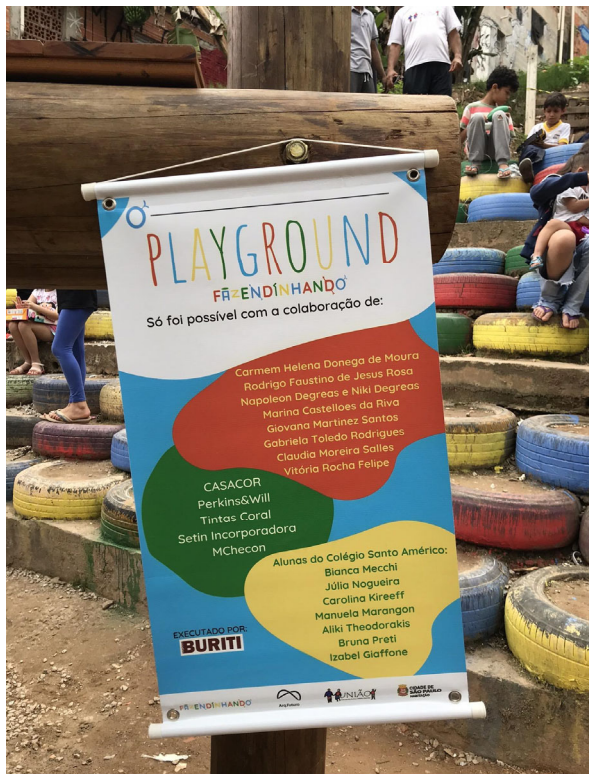
¹³⁶ Informações compartilhadas durante entrevista com Kamilla Baes em 2022.

Não obstante os apoios, para efetivar um projeto de forma mais permanente, era necessário poder garantir às empresas e instituições a consolidação do Parque Fazendinha. Tal condição, porém, esteve por muito tempo incerta, devido à previsão da construção de moradias por parte da SEHAB. Ester contou que existiram divergências quanto ao porvir do parque e em razão deste conflito de objetivos, sempre foi muito complicado usar verbas de doações e projetos de arquitetos benevolentes para a concretização do parque idealizado. Durante os eventos os brinquedos eram, portanto, sempre temporários, como pula-pula inflável, mesas para pintura e tapete de borracha. O Fazendinho passou a ter o apoio da União dos Moradores para lutar por manter o espaço como área livre e parque. Kamilla relatou que foram muito persistentes no diálogo com a Secretaria da Habitação para preservar esse terreno para uso comum. Embora a habitação seja importante, Kamilla observa que o Fazendinho já é um espaço que faz parte do imaginário dos moradores.

O primeiro e, até então, único brinquedo permanente, foi construído no final de 2022, com inauguração prevista para o mês de outubro, em homenagem ao Dia das Crianças. Fruto de uma arrecadação online para financiamento do parquinho, chamada “Vai ter playground sim!”. Todo o dinheiro arrecadado foi devidamente registrado pelo Instituto que emite nota fiscal e disponibiliza os demonstrativos em seu site. A campanha foi um sucesso e possibilitou de ser ter um brinquedo em madeira, projetado pelo Estúdio Buriti, de forma permanente no parque.



Figuras 146 e 147 – Inauguração do parquinho. Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2022.



Figuras 148 e 149 – Festa de inauguração do parquinho (à esquerda) e cartaz com agradecimento aos colaboradores. Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2022.

O objetivo do movimento era de esperar as desapropriações entre o parque e o córrego, para permitir a entrada de máquinas e trabalhos mais pesados no terreno. Em 2023 as obras estão em curso, casas já foram desapropriadas e demolidas, e o espaço foi finalmente integrado ao projeto de urbanização enquanto espaço livre, seguindo as premissas e projeto elaborado coletivamente, que previa a ampliação da área do parque e conexão com o espaço público ao longo do córrego. A conquista foi muito comemorada e concretiza o desejo de permanência de um lugar de apropriação coletiva. Embora o projeto ainda demore para sair do papel, devido à necessidade de processo de licitação, Silvia entende que é uma garantia de uma execução adequada. A conselheira, muito ativa no Instituto, compartilha a preocupação que tinham com a viabilidade de conseguirem doações para executar elementos menos interessantes, por exemplo, um muro de arrimo.

A palavra *comunidade* tem um peso e uma importância muito grande para nós. Eu uso muito a palavra favela, não tenho nenhum problema quanto a isto, mas vejo o Jardim Colombo como uma comunidade, porque, apesar de todos os problemas que enfrentamos, de todas as carências e dificuldades, sinto que podemos sempre contar uns com os outros. Gosto de reforçar essa palavra, reforçar que na comunidade há afeto, há luta, há persistência e que, apesar de todos os medos, de todas as angústias, de todas as coisas ruins que acontecem, as comunidades são fortes quando as pessoas nelas se unem. (CARRO, Ester. Fazendinhando. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 15, p. 38-45, dez. 2021.)

Se o movimento teve início através de uma moradora, que logrou acesso ao ensino superior e possui histórico de liderança na família, seu pai a levando desde cedo às reuniões do Conselho Gestor, ele é, também e desde o princípio, de natureza coletiva. Ester é líder essencial para constituir um *movimento* de fato e, por este mesmo motivo, agrega e se mostra aberta a todo apoio que possa contribuir com a comunidade e os projetos. O papel do Arq. Futuro, que esteve

presente desde os primeiros mutirões, é igualmente fundamental para o desenvolvimento e concretização do Fazendinho. A presença do Terceiro Setor aqui se deu de forma contínua, colaborando, incentivando a capacitação e criando pontes, sem procurar se sobrepor. Kamilla, além dos outros integrantes do Instituto, foram incentivados por Tomás (Arq. Futuro) a fazer o curso do Insper de Urbanismo Social, cujo foco é em territórios vulnerabilizados, sendo uma boa oportunidade de formação para os integrantes. Essa conjunção com uma liderança preocupada em trazer os moradores para o processo decisório e engajá-los, permitiu a ocupação e construção coletiva de um espaço livre para uso comum. Não obstante, o contato com a SEHAB foi constante, sendo a comunicação essencial e inevitável para a garantia do lugar co-criado. As obras previstas e subsequente criação de Conselhos Gestores de ZEIS, embora com comunicação difícil, garantiu a presença do Poder Público e de um canal de diálogo.

O Fazendinho, enquanto lugar coletivo, de encontro, lazer, educação e conscientização, pôde ser concretizado, e tudo aponta para que venha a ser mantido enquanto tal e preservado como espaço livre público. O Fazendinho, contudo, se desenvolveu abraçando outras frentes de trabalho, igualmente importantes e imbricadas. A formação da presidente em arquitetura e urbanismo, assim como a atuação da plataforma Arq. Futuro, direcionaram muito o tipo de atuação, que se pauta em questões de urbanismo social. Repensa-se a cidade que se planeja ou negligência e em como se constrói, não exclusivamente no mérito das edificações, mas, também, dos espaços livres, entendendo o todo indissociável. A partir do Fazendinho foi possível permear diferentes esferas do cotidiano, reforçando a identidade local, agindo politicamente para a gestão do Jardim Colombo, além de conformar uma rede solidária com outras comunidades. O Fazendinho representa, portanto, um movimento de luta por um comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicidade dos movimentos estudados converge no tensionamento entre a ativação de praças e o reconhecimento de um território em comum. Situadas em contextos distintos, as quatro praças foram e são lugares de luta por cidadania, pelo direito ao espaço livre público e pelo poder de decisão sobre ele. Se por um lado não são comuns em contínuo, o são quando conformam-se corpos coletivos pela sua partilha democrática. O convívio cotidiano no espaço livre permite a aproximação de singularidades e construção de vínculos, podendo derivar no encontro de objetivos confluentes. A ausência de pracialidade no espaço livre, por sua vez, motiva práticas reivindicatórias que agem por ele. Embora dotados de certa autonomia, esses movimentos não se constituem de forma isolada, mas em redes solidárias, essenciais para sua efetivação.

Cada estudo de caso apresentou diversos percursos e condições urbanas e sociais, de modo que suas justaposições pretendem expor as complexidades e suas potencialidades respectivas. Não se objetiva, portanto, defender um modelo ou estratégia de gestão do lugar única, mas compreender a multitude de caminhos possíveis e sua necessária adaptabilidade.

Em momentos distintos do histórico de mobilização pelas praças, observou-se dois movimentos: da praça ao território e do território à praça. São, de fato, intrínsecos e pressupõem uma necessária articulação para a ação política. Tanto o movimento Fazendinho quanto o Coletivo das Vilas Beija, de maneiras diferentes, ampliaram a abrangência da atuação. O Fazendinho partiu da mobilização por um espaço livre destinado ao uso coletivo e conformou um ponto de encontro e solidariedade. Através do Fazendinho teceu-se uma rede de mulheres, das quais muitas são mães solas. Foi, assim, vetor essencial para o programa das Fazendeiras que, com formações emancipadoras fortaleceu o próprio território. Para além dos desdobramentos visíveis, as ações recorrentes e

coletivas no espaço livre contribuíram para resgatar o imaginário da cultura local e valorizar singularidades. Se trata aqui de uma tomada de controle da construção de subjetividades e do território em si. Propõe-se uma partilha equitativa de um comum. Ao mesmo tempo, projetam a imagem da comunidade para fora dela, na luta por visibilidade e conscientização. É um movimento de expansão, um movimento político insurgente, que se constitui em rede. Dessa projeção, busca-se um retorno para o lugar, de modo que, em alguma medida, possibilita um resgate de rendas de monopólio. A articulação com o poder público foi necessária para a legitimação desses desejos coletivos, mas não altera a estrutura participativa “convidada” pré-estabelecida. Permite, contudo, conformar uma estrutura paralela de invenção através do fazer e do ver.

O Vilas Beija, por sua vez, ampliou as ações que partiram da ocupação recorrente de praças, já formalizadas, para uma autogestão territorial estruturada. Sua articulação política estabelecida ao longo dos anos de atuação permeia tanto espaços convidados quanto busca criar canais participativos novos, por meio do envolvimento na redação da Lei de Gestão Participativa de praças, e a proposta do modelo gestor de Ecobairro. Este tem uma estrutura plural e em rede, como o Fazendinho, com interfaces comunitária/local, institucional e técnica. A aproximação com o território é integrada e sistemática, se respaldando nas vivências coletivas, em uma política do cotidiano. Trata-se de uma gestão do lugar, mas que não busca expandir-se, volta-se para dentro. A visão direcionada à preservação pode ser mal interpretada como um *nyimbismo*, contudo, está mais para uma negação do modelo de adensamento vigente do que um exclusivismo. Em parte por esses receios, a visibilidade e reconhecimento almejada é unicamente interna e para com o poder público. Embora desejem uma relação de cooperação com este, acabam por adotar uma postura mais de resistência. Seu engajamento é sólido, e o conhecimento acumulado do território e as proposições são compartilhados e registrados. Portanto, seguem buscando uma co-gestão do lugar e uma posição propositiva.

A Praça Marielle se originou de um movimento do território à praça, onde a discussão acerca do direito à cidade contemplou o direito ao espaço livre de uso coletivo para o lazer e o encontro. A demanda pela praça surgiu de uma grande articulação entre grupos diversos com interesses convergentes. A situação atual, no entanto, é de um engajamento menos coeso, oriundo de uma insatisfação de ordem mais cotidiana, em reação à falta de cuidado e zelo por parte da Subprefeitura. O comitê de usuários não se efetivou, mas o grupo foi capaz, com facilitadores, de elaborar objetivos e estratégias em comum acordo. A mobilização coletiva para se consolidar deve evoluir, ainda que surja em reação a carências: a potência reside no desejo por voz e a praça é um vetor importante por já ser um ponto de encontro. Assim como a praça Rotary e o Parque Fazendinha, a Praça Marielle concentra muitas crianças e jovens que deveriam ser mais integrados aos processos, bem como introduzidos à política, de modo a se servir dos espaços convidados e poder inventar outros.

O engajamento pela Praça Rotary é recorrente, porém disperso e descoordenado. A praça é um epicentro no bairro e, portanto, objeto de grande interesse e visibilidade. Não existe uma coletividade única, mas uma confluência de diversos grupos e pessoas. As mobilizações têm começo e fim, por mais que o espírito do lugar permaneça, não há uma continuidade das experiências. Alguns grupos se formaram a partir do interesse na praça, outros de um interesse mais abrangente do território, como o Vila Buarque Solidária, que busca se articular para uma gestão do bairro que se materialize através da ocupação da praça. A praça pode ser um ponto de encontro a partir do qual se possa discutir o bairro e fazer política, mas, para isso, faz-se necessário criar um espaço para essa troca e coordenação entre os diversos movimentos. Trata-se aqui do estabelecimento de uma política do cotidiano, neste caso partindo da praça, que permita conformar pontos nodais entre as verticais (Subprefeitura da Sé, Biblioteca Infante Juvenil Monteiro Lobato) e as horizontais (VBS, Amigos da Praça, Associação de moradores, outros grupos e indivíduos).

O poder de transformação do bairro através da escala da praça se consolida por coletivos e movimentos que assumem governanças diversas. Os caminhos inventados não são únicos e se moldam às especificidades e contexto de cada lugar. Tal adaptabilidade é possível pela intimidade que possuem com o cotidiano do bairro. Os conhecimentos acumulados têm reflexos diretos na gestão do espaço e são potencializados quando recebem respaldo técnico. A praça é signo do lugar (QUEIROGA, 2012) e por ela é possível reinventar esse lugar.

A transição do caráter reivindicatório para o propositivo representa o momento em que os coletivos deixam de apenas demandar ação do poder público e passam a desejar agir conjuntamente. Há uma compreensão por parte das organizações de que a legitimação delas exige o diálogo com as instituições públicas e, portanto, uma gestão compartilhada destes espaços. Reside nesse aspecto a importância da discussão em torno dos incentivos e apoio da administração pública para autonomia local e de como os espaços inventados podem buscar o comum, enquanto princípio político.

Contribuições para a governança urbana

O papel redistributivo do poder público e de enfrentamento à gentrificação é indispensável para a coesão territorial e garantia do bem-estar social. Além disso, é igualmente importante enquanto mediador dos conflitos, garantindo o atendimento aos interesses da população e priorizando a coletividade. Para que deixe de ser cooperante subjugado ao mercado, contudo, faz-se necessário o fortalecimento das instâncias participativas existentes mediante maior autonomia local.

Quando os objetivos e estratégias não estão claros ou carecem de comunicação articulada, fragiliza-se a continuidade do engajamento. Situação semelhante pode ocorrer se não há espaço coordenado para a diversidade e o debate, ou se o poder público desestimula os ativismos políticos.

A troca constante de gestores, com pouco ou nenhum vínculo com os territórios, compromete a efetiva gestão, sendo, portanto, interessante que os subprefeitos não sejam mais indicados, mas eleitos, com maior representatividade e equidade de gênero. Além disso, a participação da sociedade civil não deve pressupor a omissão do poder público de suas responsabilidades. As subprefeituras têm de ser também capazes de garantir o provimento de serviços básicos, considerando um orçamento coerente com suas funções de zeladoria. Faz-se igualmente necessária uma reestruturação da limpeza das praças, de modo que seja feita constantemente e preveja lixeiras e o recolhimento de resíduos. A ampliação de programas como o POT beneficiaria tanto a gestão pública quanto a população, por ser um instrumento relevante para o zelo de praças, além de criar oportunidades de trabalho para moradores. Seu modelo, no entanto, pressupõe apenas a prestação de serviço. Seria interessante se compreendesse a integração dos trabalhadores à gestão propriamente da praça, inclusive ao comitê de usuários, quando houver.

Os novos arranjos de cooperação, orientados pela gestão compartilhada, devem buscar uma governança mais integrada, articulando os órgãos colegiados com demais atores presentes no território. Observou-se a falta de conhecimento sobre as ferramentas participativas disponibilizadas pelo poder público, ao mesmo tempo que, quando empregadas, representam espaços importantes para legitimação de demandas. É essencial haver um maior incentivo de participação nos conselhos, acessibilidade à capacitação, bem como o monitoramento e fiscalização de seu respeito enquanto direito civil.

A abertura de espaços para discussão sobre os espaços livres públicos, com ampla divulgação, como o Vila Buarque Exemplar, permite reunir pessoas dispostas a participar e se envolver. São, portanto, oportunidades de encontro entre públicos diversos em torno de um assunto comum, possibilitando que se formem novos grupos e reconheçam-se aqueles existentes. A confluência de interesses em torno do espaço livre público permitiria o intercâmbio entre os conselhos

participativos, os comitês e demais organizações presentes. Não obstante, é necessária uma coordenação dessa política do cotidiano, de modo a evitar sobreposições e permitir efetividade da gestão. As JAC, de Bogotá, são interessantes modelos por serem constituídas pela sociedade civil, mais precisamente por integrantes de uma comunidade, e possuir uma estrutura de baixo para cima. Poderia ser feito um paralelo com os órgãos colegiados de São Paulo, mas com maior representatividade e autonomia.

Por haver sido criado com o intuito para a co-gestão de praças com a sociedade civil, os Comitês de Usuários são um modelo promissor. A regulamentação da Lei de Gestão Participativa de Praças é de suma importância para que os comitês possam ser devidamente reconhecidos como ferramenta de cooperação. Devem, no entanto, estar inseridos dentro de uma governança territorial que englobe as diversas instâncias participativas e representativas da sociedade civil. Uma articulação entre CPM, CADES regionais e Comitês de usuários otimizará a gestão e fortalecerá as frentes de atuação.

A facilitação da burocracia atrelada ao reconhecimento jurídico de grupos permitiria incorporar aqueles interessados, mas sem representação, por meio de parceria com instituições que o possuam. Incluso, essa pluralidade de grupos cooperando conjuntamente vai de encontro com uma maior representatividade de interesses. Como na Estratégia BIP/ZIP, acoplar dois agentes do território é positivo para garantir pluralidade. A adaptabilidade de modelos de gestão inclui a possibilidade de que haja mais de um grupo ou indivíduo interessado em contribuir, mas cada um à sua maneira, dentro de seu possível.

Mecanismos de financiamento e apoio por meio de disponibilização de verbas são igualmente relevantes para o fomento da gestão local e sua autonomia, agilizando ações menores ou mais pontuais. Os comitês, quando houver, poderiam, por exemplo, coordenar os termos de cooperação e as verbas provenientes, de modo a garantir que respondessem aos interesses coletivos, além de utilizar fundos como o FEMA. Da mesma forma, os comitês e os grupos mobilizados devem

buscar preservar os comuns e co-gerir sob um panorama amplo, que abarque e respeite a diversidade, norteados pelo comum enquanto princípio político.

A gestão na escala do bairro permite que o envolvimento seja mais presente e factível, devido à proximidade que a população local tem com o cotidiano do lugar. Efetivamente, o monitoramento contínuo e OP beneficiam tanto a gestão pública quanto os cidadãos, ao permitir uma alocação mais eficaz do orçamento e um maior impacto. Para uma gestão compartilhada democrática, deve-se permitir que a comunidade local seja protagonista das políticas públicas.

Estratégias participativas e co-gestionárias

A recorrência de ações nas praças demonstrou ser efetiva para sua visibilidade e agrega cidadãos interessados em colaborar, além de permitir passar credibilidade aos grupos envolvidos. A concordância da presença corporal no espaço livre com uma construção contínua de objetivos comuns, consolida uma dinâmica de reconhecimento. É igualmente importante que os eventos nas praças, quando ocorrerem, incorporem atividades que sejam inclusivas para a abrangência do público que a frequenta. Em áreas da cidade de maior vulnerabilidade social, a população local tende a disponibilizar de menos tempo livre para dedicar-se a outras tarefas, demandando estratégias como a conjugação do lazer com a participação.

É essencial haver paridades de representatividade nos processos e dinâmicas inclusivas com aqueles que são frequentemente sub-representados, como mulheres, população idosa, imigrante, LGBTQIA +, entre outros. Para tal, os encontros devem considerar horários e locais convenientes para uma maioria, mas adaptando-se na medida do possível às particularidades. Como o apoio àqueles responsáveis pelo cuidado de crianças, através de discussões durante eventos com atividades que as entretendam ou reuniões híbridas/ virtuais.

Muito voltados para adultos, os espaços participativos deveriam abrir-se para jovens e adolescentes, de modo a dar-lhes voz e introduzi-los à política, considerando-os cidadãos e conscientizando-os de seus direitos. Da mesma forma, as crianças, cuja presença nas praças é marcante, quando consideradas são vetores para a ativação do espaço e para reunir adultos. Metodologias distintas são, portanto, necessárias para atender aos diferentes públicos.

Os espaços participativos e coletivos ao tirar proveito dos interesses, competências e aptidões individuais, valorizam os participantes e fortalecem o grupo. Ao mesmo tempo, é importante que disponibilizem de assessorias técnicas para apoiar e capacitar, desenvolvendo a autonomia. As figuras de lideranças são relevantes para organizar e motivar o grupo, sobretudo para sua formação. É, contudo, necessária a garantia da independência do grupo, uma vez consolidado, para que possa se perpetuar e organizar de forma menos centralizada e mais distribuída.

Observou-se que a imagem do grupo desempenha um papel relevante na construção da identidade e na viabilização de suas ações. Da mesma forma que a visibilidade do corpo coletivo nas praças é importante, sua articulação em plataformas digitais também pode colaborar. O meio virtual não deve substituir a interação presencial, mas sim complementá-la e ampliar as possibilidades de engajamento.

A constituição dessa identidade perpassa pelo resgate da memória e da valorização da cultural local, incorporando os espaços livres e a compreensão do meio físico. Conforma-se uma produção própria de subjetividades com objetivos emancipatórios, ora pela presença de um núcleo que se fortalece localmente, ora pela captação de recursos externos revertidos para a localidade.

As experiências estudadas superam o cenário competitivo do mercado, não almejam se sobressair e, em vários casos, constituem uma rede solidária. A formalização dessa rede de cooperação entre diversos atores traduz-se através

dos espaços livres públicos coletivos. A discussão acerca dos grupos e praças estudados teve por objetivo contribuir para dar visibilidade às iniciativas, suas potencialidades e limitações encontradas durante seus percursos. Seu acompanhamento não apenas valida como podem abrir caminhos para o comum, mas, também, considera a relevância do compartilhamento das experiências para avanços políticos.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Tales. **Conciliação, regressão e cidade**. São Paulo: Editora Escola da Cidade, 2016.
- ANTAS JR, Ricardo M. O Lazer paulistano em diferentes fases de modernização da cidade. In: CAMARGO, A. M. DE A. (Org.). **São Paulo, Metrópole em Mosaico**. São Paulo: CIEE, 2010.
- BASHALIDIS, Ester Carro de Oliveira. **Os espaços livres como caminho para o resgate da cidadania na comunidade do Jardim Colombo**. Orientadora: Profa Dra Maria Amélia Devitte Ferreira D'azevedo Leite. Dissertação (Mestrado) FIAM-FAAM, Centro Universitário, São Paulo, 2019.
- _____, **Fazendinhando**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 15, p. 38-45, dez. 2021. [Recurso online] disponível em: <<https://piseagrama.org/artigos/fazendinhando/>>. Acesso em: 11/06/23.
- BESSE, Jean-Marc, in **Paysage en commun**, Les carnets du paysage n°33, France: Actes Sud - École nationale supérieure de paysage, pp. 5-13, printemps 2018.
- _____, **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**; tradução Vladimir Bartalini, São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. **As cidades como atores políticos**. Tradução Omar Ribeiro Thomaz. Novos Estudos CEBRAP n°45. 1996.
- COELHO, Fernando de Souza, **Reformas e Inovações na Gestão Pública no Brasil Contemporâneo**, capítulo de um livro que está no prelo, co-editado pela Fundação Konrad Adenauer e a Fundação Vale: 2012.
- DANCOURT, Flora. **Gouvernance urbaine à Bogotá**. Convention Urbanistes du Monde – Master STU Science Po – Fondation Leopold Mayer, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI** [recurso eletrônico]; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.
- FARIAS, Ana Carolina C.. **Coprodução de interfaces tecnopolíticas: hacking cívico para o desenvolvimento local em Lisboa**. Tese (Doutorado) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Instituto Universitário de Lisboa. 2021.

GOHN, Maria da Glória, Conselhos gestores e gestão pública, in **Ciências Sociais Unisinos**, volume 42, número 1, jan/abr 2006.

_____, **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GRAIL, J.; MITTON, C; NTOUNIS, N; PARKER, C.; QUIN, S.; STEADMAN, C.; WARNABY, G.; COTTERILL, E.; SMITH, D. **Business improvement districts in the UK: a review and synthesis**. [recurso eletrônico]; Journal of Place Management and Development, Vol. 13 No. 1, 2020 pp. 73-88. Emerald Publishing Limited, 2019. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/publication/issn/1753-8335>>. Acesso em 22 ago. 23.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio, **Bem-estar comum** [recurso eletrônico] tradução Clóvis Marques. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**; Capítulo 3: A criação dos bens comuns urbanos; Capítulo 4: A arte da renda; Capítulo 5: Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista. Tradução Jeferson Camargo - São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____, **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço e debates, nº39 p.48-64, 1996.

HORI, Paula. **Práticas urbanas transformadoras: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

IDPAC (BOGOTÁ). **Requisitos para la Presentación de propuestas convocatoria Obras Con Saldo Pedagógico 2.0**. [recurso eletrônico] 2022.

ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - Brasil. **Parcerias para a gestão de espaços públicos** [recurso eletrônico], Dir. LINKE, Clarisse C. Relatório: 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Unidades territoriais de gestão e planejamento (21) pp 451-475. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KLIASS, Rosa G.; MAGNOLI, Miranda M.. Áreas verdes de recreação. São Paulo, **Paisagem Ambiente: ensaios** n. 21, pp. 245 - 256, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MAGALHÃES, Cláudio de. Business Improvement Districts in England and the (private?) governance of urban spaces in **Environment and Planning C: Government and Policy**, volume 32, pp. 916-933, 2014.

MARICATO, Ermina, *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil* in ARANTES, O.B.S; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, São Paulo: Editora Vozes, 7ª reimpressão, 2020. Pp 121-192 (Coleção Zero à Esquerda).

_____. *O Estatuto da cidade periférica* in **O Estatuto da Cidade: comentado**, Org. CARVALHO, Celso Santos, ROSSBACH, Anaclaudia, São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos. REG. V.18, N.3 [Recurso Online], Recife: pp.363-377, set.-dez. 2016.

MONTANER, Josep Maria e MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista**; Tradução Júlia Urrutia. São Paulo: Editora Olhares, 1ª edição, 2021.

PARRA, Magda M. C.. **Analisis de las metodologias de intervencion para el mejoramiento de barrios en los proyectos OSP y OPC**. Dissertação (Mestrado) - Gestão Urbana, Universidad Piloto de Colombia, Bogotá, 2013.

PMSP/ SVMA. **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL**. Sumário Executivo, 2022.

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. **Arquitetura e Paisagem: projeto participativo e criação coletiva**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Fupam, 2005.

QUEIROGA, Eugenio. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP, 2012.

_____. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa**. 2001. 351 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP, 2001.

RAMÍREZ, José Antonio. **Construyendo espacios para redefinir la política desde lo local**: Una mirada al proyecto de participación ciudadana Obras con Saldo Pedagógico a partir del caso del barrio Mirador de Nutibara 1998-2000. Dissertação (mestrado) Universidad de Los Andes. Departamento de Ciência Política, 2004.

RANCIÈRE, Jacques - **A partilha do sensível: estética e política**; tradução de Mônica Costa Netto.- São Paulo: EXO experimental org.; Ed .. 34, 2005.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, FAUUSP, Projeto QUAPÁ, 2003.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Novel, Fapesp, 1999.

----- . **Precisamos mesmo do Minhocão?**. Wordpress, 16 jul. 2015. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/07/16/precisamos-mesmo-do-minhocao/>. Acesso em: 15 mar. 23.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Nobel, 2007.

----- . **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 32ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

SCIFONI, Simone. O patrimônio como negócio. In: CARLOS, Ana F.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel A.P. (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOBRAL, Laura. **Fazer Juntos**: Instrumentos de cooperação para cidades cocriadas. [recurso eletrônico].Org. SOBRAL, Laura; REGIS, Marina. A Cidade Press, 2021.

----- . **O largo da Batata Precisa de Você**: ocupação e apropriação do espaço público. [recurso eletrônico], 2014. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5176>. Acesso em: 05/08/23.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano, in: ARANTES, O.B.S.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos, São Paulo: Editora Vozes, 7ª reimpressão, 2020 (Coleção Zero à Esquerda)

FILME DOCUMENTÁRIO

CASTRO, Riba de (direção). **Vila Jataí - Antiga Vila do Sapo** (Filme documentário), 2017.

LABOREY, Claire (Realização). **Mainmise sur les villes**. EVREUX, Marc; LABOREY, Claire (autores). Chamaerops Productions, Arte France. 2015.

SUPLICY, Eduardo. **Praça Marielle Franco**. Facebook, 14 mar. 2021. Disponível em:

[https://web.facebook.com/eduardosuplicy/videos/pra%C3%A7a-marielle-](https://web.facebook.com/eduardosuplicy/videos/pra%C3%A7a-marielle-franco/494726644865032/?_rdc=3&_rdr)

[franco/494726644865032/?_rdc=3&_rdr](https://web.facebook.com/eduardosuplicy/videos/pra%C3%A7a-marielle-franco/494726644865032/?_rdc=3&_rdr). Acesso em: 15 mar. 23.

LEGISLAÇÃO

BOGOTA (Município). **Obras con Saldo Pedagógico** - Proyecto de inversión IDPAC No. 2 - Construcción de procesos para la convivencia y la participación ciudadana incidente en los asuntos públicos locales, distritales y regionales, en el marco del Plan de Desarrollo Distrital 2021 - 2024 “Un Nuevo Contrato Social y Ambiental Para El Siglo XXI”.

SÃO PAULO (Município). **LEI Nº 16.212, DE 10 DE JUNHO DE 2015**, Dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências. Disponível: Acesso em 07/11/2020

SÃO PAULO (Município). **Lei LEI Nº 16.868, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018**. Altera dispositivos da Lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do Município de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <
<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2018/1686/16868/lei-ordinaria-n-16868-2018-altera-dispositivos-da-lei-n-16212-de-10-de-junho-de-2015-que-dispoe-sobre-a-gestao-participativa-das-pracas-do-municipio-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 07/11/2020

SÃO PAULO (Município). **DECRETO Nº 58.873, DE 22 DE JULHO DE 2019**. Altera a composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES para adequar à atual estrutura organizacional da Administração Pública. Disponível em: <
<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2019/5888/58873/decreto-n-58873-2019-altera-a-composicao-do-conselho-municipal-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-cades-para-adequar-a-atual-estrutura-organizacional-da-administracao-publica?q=CADES>> Acesso em 15/12/2020

SÃO PAULO (Município). **DECRETO Nº 57.583 DE 23 DE JANEIRO DE 2017**. Institui o Programa Adote Uma Praça e estabelece regras especiais para a celebração de termos de cooperação com a iniciativa privada, no âmbito do referido Programa; revoga o Decreto nº 55.610, de 20 de outubro de 2014. Disponível em:

<<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57583-de-23-de-janeiro-de-2017>>

Acesso em 07/11/2020

SÃO PAULO (Município). **LEI Nº 15.776, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020**. Dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de São Paulo, e dá outras providências. São Paulo, [entre 2006 e 2020?]. Disponível em:

<<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15776-de-29-de-maio-de-2013>>. Acesso em:

24 dez. 2020.

SITES CONSULTADOS

A CIDADE PRECISA DE VOCÊ. Disponível em: <<https://www.acidadeprecisa.org/oficina1>>

Acesso em: 03/06/2021.

AÇÃO EDUCATIVA. Sobre Nós. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/>. Acesso em: 13 mai. 23.

ALIANÇA CENTRO-RIO. Aliança Centro-Rio. Disponível em: <https://alianca-cidade.org/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

Associação dos Amigos de Alto dos Pinheiros - SAAP. Disponível em:

<<https://saapblog.wordpress.com/2014/02/28/vila-jatai-um-pequeno-e-surpreendente-bairro-no-alto-de-pinheiros/>> Acesso em: 16/08/2020.

A VIDA NO CENTRO. **Onde Praticar Atividades Físicas ao Ar Livre no Centro de São Paulo**. São Paulo, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://avidanocentro.com.br/cidades/atividades-fisicas-ar-livre-centro-de-sp/>. Acesso em: 18 abr. 23.

COLETIVO DAS VILAS. Disponível em:

<<https://www.coletivodasvilas.com.br/home/quem-somos/>> Acesso em: 28/07/2021.

BAIRRO COM VIDA. Disponível em:< <http://bairrocomvida.com.br/>> Acesso em: 13 mai. 23.

BID BAKER STREET QUARTER PARTNERSHIP. Projects & Services. Disponível em: <https://www.bakerstreetq.co.uk/services-and-projects/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

CITIES ALLIANCE. **Promoting Innovation in Urban Upgrading in São Paulo.** Disponível em: <https://www.citiesalliance.org/resources/publications/project-case-studies/promoting-innovation-urban-upgrading-s%C3%A3o-paulo>. In: PROJECT CASE STUDIES. Bruxelas, 2019. Acesso em: 14 abr. 2023.

BID DE LONDRES. Disponível em: <https://maps.london.gov.uk/BIDs/> Acesso em: 04/08/2021.

BID NEW WEST END. Disponível em: <https://www.newwestend.com/>. Acesso em 05/07/2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **Inauguração da primeira fase do Parque Intergeracional Novo Horizonte** (Vídeo).

Disponível em: <https://vimeo.com/64061239> . Acesso em: 03/08/2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **ESTRATÉGIA BIP/ZIP.** Disponível em: <https://bipzip.lisboa.pt/conhece-os-bipzip/dez-pontos-bipzip/index.htm>. Acesso em: 05/08/2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **Candidaturas BIP/ZIP.** Disponível em: <https://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2022>. Acesso em 05/08/23.

CIDADES.CO. Disponível em: https://www.cidades.co/_blog#_blog Acesso em: 05/10/2020.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. **Dicionário de Dados - Cooperações.** In: PREFEITURA DE SÃO PAULO. Dados Abertos. [S. l.], 23 out. 2018. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/termos-de-cooperacao-doacoes-e-comodatos-subprefeituras/resource/394e2d0d-0925-43d0-8eb9-c884e23acaaa?inner_span=True. Acesso em: 14 dez. 2020.

CONSELHO PARTICIPATIVO DA SÉ. **Ata da 70ª Reunião Ordinária do Conselho Participativo da Sé.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/upload/Ata%2070%20da%20reuni%C3%A3o%20ordin%C3%A1ria%20de%20setembro%20de%202019.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2020.

CROSS RIVER PARTNERSHIP. Disponível em: <<https://crossriverpartnership.org/>>. Acesso em 05/07/2023.

EM SI NO OUTRO. Disponível em: <https://www.emsinooutro.com.br/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

FÓRUM VERDE PERMANENTE. 2020. Disponível em:<<https://www.forumverdepermanente.eco.br/post/paulistanos-querem-volta-de-1-do-or%C3%A7amento-para-secretaria-do-verde>>. Acesso em: 10/07/23.

GEOSAMPA. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Disponível em:<https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>. Acesso em 22/08/23.

GiGL. Disponível em: <<https://www.gigl.org.uk/>> Acesso em 16/09/21.

GOMA OFICINA. Oficina de Estruturas Nômades. Disponível em: <https://gomaoficina.com/projetos/fogueira-oficina-de-estruturas-nomades/>. Acesso em: 03 set. 2022.

IDPAC (BOGOTÁ). Obras com saldo pedagógico: Bogotá el mejor hogar tiene mucho que contar. Disponível em: <<https://www.participacionbogota.gov.co/obras-con-saldo-pedagogico-bogota-el-mejor-hogar-tiene-mucho-que-contar>> Acesso em 02 jul. 23.

ITALIANI, R.. Audiência debate redução de conselheiros participativos. 2017. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/audiencia-debate-reducao-de-conselheiros/>>. Acesso em 08/07/23.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Disponível em: <<https://soudapaz.org/>>. Acesso em: 07/05/23.

MORAES, Alexandra. Exposição espalha artistas pelo centro. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 abr. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac2704200201.htm>>. Acesso em: 05 mai. 23.

MOVIMENTO BOA PRAÇA. Disponível em: < <http://movimentoboapraca.com.br/>> Acesso em: 16/08/2020.

OBORÉ. Educação e cultura unem instituições da Vila Buarque. São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.obore.com/noticia/educacao-e-cultura-unem-instituicoes-da-vila-buarque>. Acesso em: 05 mai. 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **CADES, composição.**

Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/cades/composicao/index.php?p=3252> Acesso em 01/12/2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. SUBPREFEITURA SÉ. **Participação Social, Orgão e Colegiados, Conselho Participativo.** (São Paulo, SP). Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_participativo/index.php?p=52055>

Acesso em: 17/11/2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Zeladores de praça iniciam as atividades no Centro.** Notícias, São Paulo, 5 ago. 2010. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=13249>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Como surgiu Paraisópolis.** 2009. Disponível

em:<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=4385#>>. Acesso em 03/04/23.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Projeto Praças Mais Cuidadas.**2023. Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/index.php?p=186314>>. Acesso em: 08/07/23.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania.** 2016. Disponível

em:<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/promocao_do_direito_a_cidade/programas_e_projetos/index.php?p=218625>. Acesso em 10/07/23.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Zeladores de Praças: Formatura da primeira turma de 2011.** 2011. Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=26407>>. Acesso em: 08/07/23.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Mapa digital do Adote uma Praça**. Disponível em: <https://adocaopracas.prefeitura.sp.gov.br/pracas/busca_pracas.html>. Acesso em: 10/08/23.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Histórico da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/monteiro_lobato/index.php?p=3821>. Acesso em: 01/05/2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Plataforma Participe+**. disponível em: <<https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 25/07/23.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Fórum de Gestão Compartilhada**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ogpsaopaulo/>>. Acesso em: 15/07/23

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Conheça um pouco da História dos bairros da Freguesia do Ó e Vila Brasilândia**. In: CIDADE DE SÃO PAULO – SUBPREFEITURA FREGUESIA BRASILÂNDIA. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/historico/index.php?p=142. Acesso em: 13 abr. 23.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Conselho Gestor de Paraisópolis: Histórico**. In: CIDADE DE SÃO PAULO – HABITAÇÃO. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/index.php?p=276490. Acesso em: 14 abr. 2023

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Crianças desenham a praça que elas desejam**. In: CIDADE DE SÃO PAULO – SUBPREFEITURA SÉ. São Paulo, 02 dez. 2013. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=44147>. Acesso em: 13 out. 2022.

PROGRAMA CENTRO ABERTO. Disponível em: <Gestão Urbana SP (prefeitura.sp.gov.br)>. Acesso em: 26/06/23.

PROJETO VIVER. Conheça o Projeto Viver. Disponível em: <http://www.projetoviver.org.br/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SHENKER, J. Revealed: the insidious creep of pseudo-public space in London. The Guardian 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2017/jul/24/revealed-pseudo-public-space-pops-london-investigation-map>>. Acesso em 16/09/2021.

Truck and Fins. **OLAIAS Skatepark**. Disponível em:<<https://trucksandfins.com/en/spots/skateparks/Olalias-skatepark/556>> Acesso em: 04/08/2023

WILD WEST END. **George's Park: A Green Oasis To Improve Air Quality**. Disponível em: <http://www.wildwestend.london/stories-feed/georges-park-green-oasis>. Acesso em: 07 ago. 2023.

